

Revista Ciencias y Humanidades



Vol. VI

Número 6

Enero - Junio del 2018



*Indio de la tribu de los Coveguages.
Orillas del Orteguala 16 de Feb.*

Contenido

El sujeto y el lazo social en Jacques Lacan
como un pensar la Modernidad fuera del sujeto moderno 11-36
Mauricio Calle Zapata

Juegos intertextuales en “Respiración artificial” 37-51
de Ricardo Piglia
Juan Diego González Rúa

Bandas civis em Portugal no derradeiro
quarto da centúria vigésima: um estudo de caso 53-97
Bruno Madureira

Expresiones de lo singular latinoamericano en los
ensayos de Alejo Carpentier (1904-1980), Octavio Paz
(1914-1998), Gabriel García Márquez (1927-2014)
y Mario Vargas Llosa (1936) 99-121
Elizabeth Cristina Matallana Penagos

“Nos veremos en la necesidad de ir a vuscar la paz i el
sosiego en las vastas soledades que nos rodean”. Disolver,
enajenar y resistir. Indios en Antioquia, 1845-1863 123-150
Daniel Palacios Gómez

Reforma estudiantil de córdoba (1918) y mayo de 1968.
Evocación, celebración o nostalgia a los cien y
cincuenta años de dos eventos emancipatorios 151-175
Rafael Rubiano Muñoz

**Bandas civis em Portugal no derradeiro quarto da centúria
vigésima: um estudo de caso**
*Bandas de música civiles en Portugal en el último cuarto de
siglo XX: un caso de estudio*
*Wind bands in Portugal in the last quarter of the 20th century: a
case study*

“Recibido el 19 de enero del 2018, aceptado el 3 de junio del 2018”

Bruno Madureira*

Resumen

El objetivo principal de este artículo es analizar los cambios ocurridos en las bandas civiles en Portugal, con una especial atención al municipio de Águeda (distrito de Aveiro), en el último cuarto de siglo XX, un periodo especialmente desconocido en el ámbito de las agrupaciones musicales. El enfoque metodológico incluye la consulta bibliográfica, la recopilación de artículos de prensa, la investigación de colecciones y archivos y la realización de entrevistas. El análisis de los datos recogidos pone de manifiesto la revalorización de la banda de música civil como agrupación, especialmente si se toma como referencia el periodo precedente, y aun teniendo en cuenta la persistencia de ciertas dificultades como pueden ser las económicas. Dicha revalorización se debió a una combinación

* Membro do projecto de investigação: “A Nossa Música, o Nosso Mundo: Associações Musicais, bandas filarmónicas e comunidades locais”. Investigador do Instituto de História Contemporânea (UNL) e membro da Banda de Música da Força Aérea Portuguesa. Doutorando em Estudos Artísticos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

de factores entre los que destaca el aumento de la disponibilidad de los recursos humanos. En virtud de la práctica ausencia de un estudio sobre el tema, este proyecto de investigación arroja luz sobre estas agrupaciones, especialmente en el municipio de Águeda en el tiempo que se examina.

Palabras clave: banda civil, filarmónica, música de aficionados, Águeda, Portugal.

Abstract

The main purpose of this article is to analyse the changes that have occurred in Portuguese wind bands especially in the municipality of Águeda (district of Aveiro) in the last quarter of the 20th century as this is a very unknown period in what concerns these musical groups. The methodology used includes bibliographical research, collection of press articles, research in collections and archives, as well as interviews. An evident revival phase can be highlighted in these groups when the collected data is compared to the one in the preceding period. Despite the persistence of certain problems such as the economic ones, this revival was possible thanks to a combination of factors, among which the increased availability of human resources can be referred. Due to the insufficient studies on this subject, this research casts a new light on these groups, especially in the municipality of Águeda and during the time period in question.

Keywords: Wind band, philharmonic, amateur music, Águeda, Portugal.

Introdução¹

Não obstante serem um campo de estudo especialmente descurado pela investigação, as bandas civis, comumente designadas filarmónicas, constituem uma das principais práticas musicais na Europa — particularmen-

te em Portugal — desde meados do século XIX. Após décadas de particular estagnação neste país, no derradeiro quartel do século XX, em especial as sediadas no concelho de Águeda, foram alvo de uma conjugação de fenómenos e estímulos que lhes proporcionou um período marcado por diversas transmutações no seu funcionamento.

O presente artigo tem precisamente como objectivos analisar as bandas civis de Portugal num período particularmente desconhecido face à ausên-

¹ Esta pesquisa partiu do trabalho realizado no âmbito do meu doutoramento e pretende ser uma continuação da investigação aí realizada: *Bandas Civis no Terceiro Quartel do Século XX: Estudo de Casos com as Bandas de Quatro Concelhos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

cia de estudos — o último quartel do século X² — e interpretar/ compreender as mutações e reconfigurações ocorridas nesses agrupamentos musicais após o Estado Novo, findo em 1974. Pretende, igualmente, saber se tais mudanças foram suficientes para se falar em reflorescimento, estagnação ou decadência da sua actividade, analisando as cinco filarmónicas do município de Águeda que, de forma mais ou menos significativa, influenciaram a actividade das bandas. Face à originalidade de uma parte significativa dos conteúdos aqui expostos, este estudo pretende também ser um contributo para a divulgação das filarmónicas enquanto objecto de estudo. Para levar esta pesquisa adiante recuperamos parte das fontes de informação recolhidas no decorrer do nosso doutoramento, particularmente as entrevistas³ realizadas a elementos in-

² Neste estudo concentro-me sobretudo até finais da década de 1980, quando as filarmónicas tiveram uma série de inovações e alterações. A década seguinte trouxe poucas novidades sendo, fundamentalmente, um período de estabilização do sucedido no decénio antecessor. Basicamente, a década de noventa é um *continuum* da anterior.

³ As entrevistas são constituídas por um tronco comum, idêntico para os entrevistados de todas as bandas, de forma a ser possível exercícios de comparação e um tronco específico característico de cada uma das bandas e elaborado tendo em conta as especificidades de cada um desses agrupamentos. A recolha da memória oral dos intervenientes implicou três fases distintas: a preparação das entrevistas, com a respectiva fundamentação teórica e metodológica; as en-

tegrantes de filarmónicas, no terceiro quartel do século XX, que permaneceram no agrupamento após o despertar da democracia. O percurso metodológico aplicado contemplou igualmente a consulta bibliográfica, a recolha de artigos de imprensa — sobretudo local — e a investigação em acervos e arquivos. A análise dos dados recolhidos permitiu-nos constatar a existência de uma série de transformações positivas nas bandas civis e conseqüentemente um período de reflorescimento na sua actividade face ao período anterior, pese embora a persistência de alguns problemas, sobretudo de ordem material. Essa revitalização deveu-se a uma conjugação de factores, dos quais, a maior disponibilidade de recursos humanos teve particular relevância. Com efeito, essa foi favorecida particularmente pelo ingresso de elementos do sexo feminino e pela atracção que aqueles agrupamentos musicais começaram a exercer nos jovens do sexo masculino. A oficialização e a progressiva melhoria da situação financeira — e conseqüente capacidade

trevistas propriamente ditas e a transcrição das gravações, a análise da linguagem e a respectiva integração nos capítulos correspondentes. A minha formação relativa à construção de entrevistas foi especialmente adquirida através da frequência de um Workshop de História Oral, promovido pelo Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL), complementado pelas leituras de trabalhos de Luísa Tiago de Oliveira, Alessandro Portelli, Rui Bebiano, António Costa Pinto, Enzo Traverso e Fernando Catroga.

para renovar instrumentos musicais e instalações — tiveram igualmente uma relevância capital, tal como a melhor preparação musical dos regentes e instrumentistas (que beneficiaram da multiplicação de escolas oficiais de música e da organização de escolas de música nas bandas civis) e a interpretação de um tipo de repertório musical mais apelativo aos jovens. Concretamente, nas filarmónicas de Águeda, que consideramos paradigmático, verificamos uma fase de decadência/estagnação até 1980 e um reflorescimento após esta década.

Este artigo inicia-se com uma contextualização histórica do país imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), abordando de forma sumária os traços políticos, económicos, sociais e culturais mais relevantes e que influenciaram decisivamente a actividade e o funcionamento das organizações musicais, incluindo as bandas civis. Segue-se uma panorâmica acerca da disponibilidade de recursos humanos nas filarmónicas. A situação financeira das bandas civis e respectiva oficialização é o tema imediato, seguido de uma abordagem ao instrumental e à qualidade das sedes e salas de ensaio. A secção subsequente trata o tipo e a qualidade da formação musical dos instrumentistas das bandas civis e respectivos regentes. Os compositores e a música para banda são objectos de estudo no subcapítulo que se segue. Paralelamente aos dados expostos ao longo do artigo,

relativos às filarmónicas do concelho de Águeda, a última secção diz respeito a um estudo de caso sobre as bandas civis deste município.

Quais as razões e atractivos para o aparente maior interesse por bandas civis manifestado pelos jovens após a implantação da Democracia em Portugal? Com o fim da ditadura alguns obstáculos permaneceram nas filarmónicas? Qual a razão para a oficialização de inúmeras bandas no derradeiro quarto do século XX? O modelo de ensino praticado nas filarmónicas alterouse? Houve mutações na tipologia do repertório musical habitualmente interpretado pelas bandas? Será o caso das bandas de Águeda paradigmático? Estas são algumas das questões que gostaríamos de ver resolvidas ou, pelo menos, um pouco mais esclarecidas.

Contextualização histórica do período

As mutações políticas, económico-sociais e culturais decorrentes da revolução de 25 de Abril de 1974 tiveram implicações no movimento filarmónico português e, naturalmente, influenciaram de forma decisiva a sua actividade nos anos seguintes, sobretudo no decorrer da década de 1980, pelo que importa caracteriza-las, em traços necessariamente concisos. Nos anos imediatos após o derrube do Estado Novo⁴, em 1974, o país mergu-

⁴ Regime autoritário e antiparlamentar que governou Portugal entre 1933 e 1974.

lhou numa agitação político-social, que provocou a queda de diversos governos, em paralelo com uma grave crise económica e financeira. Questões como a descolonização, a nacionalização de inúmeras empresas ou a “reforma agrária” não foram pacíficas, trazendo muita instabilidade política e social. Não obstante, foi extinta a censura e a polícia política (PIDE/DGS), os presos políticos foram libertados, os sindicatos tornaram-se livres e os partidos legalizados, o país abriu-se ao exterior e deu-se início à aceleração de um processo —em curso desde a década anterior— de modernização das estruturas sociais, económicas e culturais, embora nem sempre fácil, face a várias décadas de imobilismo cívico e à crise internacional de 1973. Após a revolução consolidou-se a classe média, diminuiu a emigração, democratizaram-se as instituições e foram satisfeitas várias reivindicações de carácter social, como o aumento dos salários ou a criação de um sistema nacional de saúde.

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE)⁵, em 1986, contribuiu para a indispensável estabilidade política e social bem como para o crescimento económico e para a abertura da economia portuguesa e o desenvolvimento do país, fruto dos programas de apoio comunitários, dos quais as bandas civis bene-

ficiaram. Como resultado das rápidas mutações sociais, intensificaram-se as assimetrias regionais: a terciarização, a litoralização e a urbanização aumentaram fortemente, enquanto as zonas interiores do país viram agravar-se o seu isolamento e desertificação. Socialmente, evoluíram os níveis de escolaridade dos portugueses, aumentou a esperança média de vida, foram difundidos novos valores e estilos de vida, foi promovida a igualdade de género e aumentou a taxa de actividade feminina, incluindo em actividades associativas, como nas filarmónicas.

A conquista da democracia foi especialmente benéfica para a emancipação do Poder Local, que progressivamente se tornou o principal financiador das colectividades e respectivos agrupamentos musicais. Porém, apesar das tentativas de dotar os municípios de uma autonomia real, a mesma surgiu muito depois do 25 de Abril de 1974, sobretudo em termos financeiros, isto porque, a complexa conjuntura política, económica e social do país fez com que o regime de financiamento ao Poder Local ficasse em segundo plano. As prioridades a realizar nos primeiros anos após a revolução de Abril foram de outra natureza, nomeadamente relacionadas com a urbanização e erradicação de barracas, construção de estradas, electrificação ou saneamento. Em meados dos anos de 1980 o associativismo e as filarmónicas beneficiaram, não só dos programas de apoio

⁵ Actual União Europeia.

comunitário, como do facto de a maioria das obras e infra-estruturas básicas estarem concluídas ou em processo de conclusão⁶.

Após quase meio século de estagnação cultural, a revolução de 25 de Abril de 1974 abriu novas e fecundas perspectivas ao desenvolvimento da cultura musical portuguesa. Numerosas instituições em que assentava a vida musical portuguesa passaram por profundas alterações de estrutura e de orientação. Multiplicaram-se as actividades musicais um pouco por todo o país, ao mesmo tempo que se verificavam modificações, mais ou menos profundas, na direcção e política cultural de diferentes instituições públicas e privadas com responsabilidade nesta área. Assim, foram criados novos festivais, encontros e jornadas e outras acções de animação sociocultural do poder central e das autarquias⁷, muitos deles com a participação de bandas de música. As profundas alterações e

a multiplicação de actividades anteriormente referidas por Mário Vieira de Carvalho também se estenderam à actividade das filarmónicas. Após 25 de Abril de 1974 ocorreram múltiplas mutações nas bandas civis, designadamente, na tipologia de reportório musical interpretado (com a inclusão de temas de música moderna) ou da estética dos fardamentos (mediante a substituição gradual das fardas de inspiração militar por outras baseadas em fatos civis com camisa, gravata e boné), na constituição instrumental e humana (destaque para o abaixamento da média de idades e para o ingresso de elementos do sexo feminino) e até no ensino ministrado nas suas escolas de música. Tal como no resto da sociedade, na música foram exigidas mudanças e abandono do passado ditatorial. Paralelamente às autarquias, o poder central implementou medidas de apoio através de diversos organismos, sobretudo do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Templos Livres (INATEL), que além da atribuição de subsídios, apostou na vertente formativa, particularmente de maestros, até então quase inexistente em Portugal.

Disponibilidade de recursos humanos

Nos anos subsequentes à revolução de 1974, a emigração diminuiu consideravelmente em Portugal resultado, não apenas do fim do regime ditatorial e possibilidade de mobilização militar

⁶ A questão da relevância e do papel do Poder Local, no âmbito do apoio material e financeiro às bandas civis, foi, inclusivamente, utilizado como argumento por algumas instituições que apoiavam as bandas, nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), para lhes cortar os apoios na década de 1990.

⁷ Mário Vieira de Carvalho, “A música: do surto inicial à frustração do presente”, in *Portugal Contemporâneo*, volume VI, dir. de António Reis (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 347.

As bandas civis beneficiaram com essa multiplicação de actividades, eventos e massificação de apoios financeiros e materiais.

para África, como das restrições à emigração impostas pelos países habitualmente de destino emigratório, sobretudo após o choque petrolífero de 1973.⁸ Embora de forma muito progressiva, naturalmente, esse fenómeno ajudou a colmatar um dos maiores problemas das filarmónicas nas décadas precedentes — baixa disponibilidade de recursos humanos — isto porque, o perfil característico dos emigrantes, bem como dos militares mobilizados para África, condizia com o dos elementos das bandas civis: jovens do sexo masculino. Consequentemente, com a maior disponibilidade de recursos humanos, além do natural aumento do número de músicos em cada filarmónica, ressurgiram no território nacional inúmeras bandas civis, cuja actividade foi suspensa durante o Estado Novo⁹. Paralelamente, de-

⁸ Nos anos antecedentes o fenómeno emigratório teve grande impacto em toda a sociedade portuguesa. Entre 1958 e 1974, mais de 1,5 milhões de portugueses radicaram-se na Europa central, sobretudo na França.

⁹ Nos distritos de Lisboa (bandas da Cruz-Quebrada, Porto Salvo, Parede, Lameiras e Odiveiras), Beja (bandas de Aljustrel, Serpa, Safara, Ferreira do Alentejo e União Mourense), Braga (bandas de Calvos, Póvoa de Lanhoso e Santa Maria do Bouro), Coimbra (bandas de Espinhal, Mira, Ceira e Monfortense), Évora (bandas de Borba, Corvalense, Azarujense, Portelense e União Montoitense), Guarda (Banda de Pinzio), Portalegre (bandas de Nisa e Monforte), Porto (Banda de Baltar), Viseu (bandas de Castro Daire e Nagoselo do Douro), Aveiro (Banda de Burgo), Bragança (bandas de Mogadouro, Brinço, Vilarinense, Carviçais e Vimioso), Santarém (bandas de Muge e Ourém), Castelo Branco

zenas de outras foram criadas de raiz com o regime democrático¹⁰. O surgi-

(bandas de Casegas, Retaxense e Cortense), Vila Real (bandas da Portela, Valpaços, Perafita, Sabrosa e Torre de Ervededo) e Leiria (bandas Bidoeirense, Alcobaça e Comércio e Indústria das Caldas da Rainha).

¹⁰ Bandas do Catujal, Póvoa de Santa Iria, Mafra, Mira Sintra, Marvila, Venda Seca, Atalaia – Lourinhã, Malveira da Serra, Casainhos, Charneca, Lameiras, Aguvalva – Cacém, Monte Abraão, Alvidense, Mucifalense, da Associação de Desportos e Recreio *O Paraíso*, do Centro de Cultura e Desporto da C.M. de Oeiras e da Sociedade Musical Simpatia e Gratidão (todas do distrito de Lisboa), banda do Município do Gavião (Portalegre), bandas de Vilela, Ceira, Serpinense e Pomarense (Coimbra), bandas de Coima, Barreiro e Lira Cercalense (Setúbal), bandas de Rio Maior, Gançaria e Montalvense (Santarém), banda de Vermoim (Porto), banda de Caminha (Viana do Castelo), bandas de Penalva do Castelo, Sernancelhe, Sendim, Ferreirim e Nelas (Viseu), banda da Quinta do Picado (Aveiro), bandas de Alvito e Odemira (Beja), bandas de Vila Real de Santo António, São Brás de Alportel, Aljezur, da Casa do Povo de Alcantarilha, Pêra e Armação de Pêra e da Associação Filarmónica de Faro (Faro), bandas de Carrizado de Montenegro e de Carlão (Vila Real), bandas de São Miguel de Mamede, de Alandroal e da Casa do Povo de Vendas Novas (Évora), entre dezenas de outras

No último quartel do século XX foram igualmente fundadas no estrangeiro inúmeras bandas por emigrantes portugueses: Sociedade Filarmónica Recreio do Emigrante (1978), nos EUA; Sociedade Filarmónica União Popular San José (1978), nos EUA; Artista Amadora San Leandro (1980), nos EUA; Azores Band os Escalon (1980), nos EUA; Filarmónica Portuguesa de Tulare (1981), nos EUA; Sociedade Filarmónica Lira Açoreana (1982), nos EUA; Associação Filarmónica Portuguesa de Calgary (1983), no Canadá; Filarmónica do Chino (1986), nos EUA; Filarmónica Portuguesa de Paris (1986), em França; Banda de Música Portuguesa (1990), na Austrália;

mento ou ressurgimento de todas essas bandas de música em Portugal atesta o reflorescimento *bandístico* que acreditamos terse verificado de forma progressiva no decorrer do último quartel do século XX e pode ser visto também como o resultado do crescente interesse das populações pelo associativismo após o derrube da ditadura, nomeadamente pelas actividades musicais e as filarmónicas em particular. Embora os quantitativos dificilmente possam ser totalmente fidedignos¹¹ alguns dados disponíveis fornecem uma panorâmica do número total de bandas existente em Portugal no decorrer do século XX, os quais confirmam um reflorescimento de bandas civis no derradeiro quarto de século, após cerca de três décadas marcadas pela inactivação de diversas bandas e a criação de poucas. Entre as décadas de 1920 e 1940 existiram cerca de 800 bandas em Portugal Continental, Açores e Madeira¹²,

Lusitania Band os the North Bay (1995), nos EUA; e Filarmónica União Portuguesa San Diego (1998), nos EUA. Foram também fundadas a Banda de Nossa Senhora dos Milagres e a The Music Society of St. Helen's, ambas no Canadá Cf. www.bandasfilarmonicas.com [consultado em 8 de Março de 2015].

¹¹ Isto porque, frequentemente, algumas bandas cessavam actividade de forma repentina, outras retomavam-na e outras tinham uma actividade intermitente. Além disso, a linha que separa as filarmónicas de certos grupos instrumentais de sopra é, por vezes, bastante ténue.

¹² Pedro de Freitas, *História da música popular em Portugal* (Lisboa: ed. do autor, 1946), 536. Todavia, em vários artigos publicados n' *A Arte Musical* na década de 1930, é referido por três

um número que diminuiu para sensivelmente 622 em 1963, na óptica de Freitas¹³. No ano de 1971 a Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT) realizou um inquérito às filarmónicas nacionais. Como este organismo assumiu dispor de elementos sobre a quantidade de bandas no continente e ilhas, remeteu precisamente 614 inquéritos¹⁴, ou seja, o número de bandas que a SEIT estimava existirem. Após a queda da ditadura, Gomes menciona 650 bandas em 1985¹⁵ e Castelo-Branco e Lima 789, em 1998¹⁶.

autores existirem 1000, 2500 e até mesmo 3000 bandas civis em Portugal, números que nos parecem exagerados *apud* Arte Musical, 01-01-1930, nº 1, 5; Arte Musical, 10-07-1932, nº 46, 6; Arte Musical, 20-10-1931, nº 29, 5.

¹³ Na mesma obra Pedro de Freitas menciona a existência de mais de 800 bandas em 1945 e de pouco mais de 400 em 1965, 357.

¹⁴ Margarida Ribeiro, "Relatório da Secção de Etnografia e Sociedades Recreativas", Trabalho apresentado no *I Colóquio de Bandas de Bandas Civis e Filarmónicas*, não publicado, Santarém, 1971, 1.

A expedição destes inquéritos foi precedida de comunicados aos 22 governos civis de então, bem como aos 304 municípios, na prevenção de indicação de bandas que poderiam existir sem o conhecimento da SEIT e, sobretudo, de certificar que as bandas respondiam aos inquéritos, esforço algo inglório já que bastantes bandas não responderam ao inquérito. Nesses 614 inquéritos enviados, há que ter em conta igualmente algumas bandas inactivas.

¹⁵ Regina Ferreira Gomes, *As bandas filarmónicas como expressão e veículo culturais* (Tese de licenciatura apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1985), 61.

¹⁶ Castelo-Branco, Salwa e Lima, Maria João,

Refira-se, todavia, que o aumento do número de elementos nas filarmónicas não está ligado somente à diminuição da emigração e ao fim da mobilização para a Guerra Colonial. Relaciona-se igualmente com a progressiva atracção que aqueles agrupamentos musicais exerceram na juventude de ambos os sexos devido às melhores condições materiais oferecidas e à tipologia do repertório musical mais apelativa, a partir da década de oitenta, que era baseada em selecções musicais de temas musicais *pop/ rock* célebres e fáceis de cantar, sobretudo de canções anglo-saxónicas e latino-americanas. Este tipo de música causou grande espanto e aderência entre a juventude, em paralelo com algumas reservas entre os ouvintes mais velhos e, por conseguinte, mais conservadores quanto ao repertório *bandístico*. No âmbito desse estilo musical damos relevância às séries *Pop Show*, de autoria do compositor Amílcar Morais. Segundo Paulo Lameiro, essas selecções musicais “em muito contribuíram para o renovado interesse que as bandas filarmónicas despertaram nas gerações mais novas e para a significativa mudança de repertório que no final do século XX se estava a processar”¹⁷.

“Práticas musicais locais: alguns indicadores preliminares”, in *OBS*, n.º 4, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 1998, 3.

¹⁷ Paulo Lameiro, “Banda Filarmónica – 6. Reportório”, in Salwa Castelo-Branco (ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*,

Podemos considerar a aposta de Amílcar Morais neste estilo musical como inovadora à época, e ele próprio assumiu o objectivo de mobilizar a juventude para as filarmónicas, que considerou envelhecidas:

Foi com ela [a Banda 12 de Abril] que comecei a lançar as *Pop Shows* e outras selecções de música ligeira, como reportório de mudança e mobilizador das camadas mais juvenis, para inverter a crise dos quadros envelhecidos, então preocupantes, na actividade normal da maioria das filarmónicas.¹⁸

Embora com maior intensidade nesta banda civil, este fenómeno teve igualmente relevância nas restantes bandas do concelho de Águeda. No entanto, é essencial relacionar o crescente interesse pela música ligeira com a maior abertura que, progressivamente, os regentes e directores das filarmónicas mostraram face a este género musical.

Segundo expôs Humberto Biu no Colóquio Sobre Música Popular Portuguesa, realizado em 1979, “nos últimos anos tem-se verificado por parte da juventude um crescente de interesse pela música conduzindo ao florescimento das bandas de música,

1º volume (A-C) (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 112.

¹⁸ Amílcar Morais, “Entrevista”, in *Eurídice: Revista da Banda Sinfónica do Exército*, Queluz, Exército Português, 2008, 33.

algumas das quais, sem esse interesse, a breve prazo se extinguiriam”¹⁹. Na sua tese de licenciatura, realizada no ano de 1985, Regina Gomes também destacou o crescente interesse da juventude pelas bandas de música: “Atualmente há em todo o país cerca de 650 bandas activas e nos últimos 10 anos tem havido um rejuvenescimento e um recrudescimento da actividade das bandas”²⁰. Biu referiu ainda que “(...) apesar do nenhum incentivo, da falta de condições propícias, da ausência de estruturas, da precariedade de instrução específica, jovens dos mais humildes estratos continuam a substituir-se aos mais velhos nos bancos das escolas de música das filarmónicas (...)”²¹, enquanto Silva Dionísio relatou, em 1984, num outro colóquio: “a maior dificuldade das bandas reside na carência de instrumentos para as suas escolas motivada, na maior parte das vezes, por um bem-vindo surto de interesse da juventude em todo o nosso território”²². Essencialmente, o ponto

¹⁹ Humberto Biu, “A valorização das bandas de música”, in *Colóquio sobre música popular portuguesa – comunicações e conclusões (1979)*, Lisboa, INATEL, 1984, 93.

²⁰ Regina Ferreira Gomes, *As bandas filarmónicas como expressão*, 32.

²¹ Humberto Biu, “A valorização das bandas de música”, 146.

²² Dionísio, “Actividades dos centros de recuperação de instrumentos musicais”, in *1º colóquio nacional de música, comissão permanente do dia mundial da música (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1984)*, 132.

de vista destes autores é que, apesar da subsistência das dificuldades financeiras e materiais, no início dos anos oitenta estava a ser progressivamente ultrapassada uma das maiores dificuldades das filarmónicas nas décadas antecedentes —o défice de recursos humanos. Concretamente nas bandas civis do concelho de Águeda, todos os entrevistados— paralelamente a outros dados, designadamente, as fotografias disponíveis confirmam que as respectivas filarmónicas aumentaram progressivamente o seu quadro de executantes após o advento da democracia, sobretudo, na década de 1980²³. Vejamos o caso concreto da Nova: “em 1976 já o número de executantes da Banda Nova ascendia a quarenta e notava-se um afluxo de aprendizes, como nunca antes se verificara (...)”²⁴.

Após a Revolução Democrática de 1974 iniciou-se um processo de emancipação progressiva da mulher na sociedade portuguesa e, conseqüentemente, uma maior participação desta nas mais diversas actividades profissionais, sociais e lúdicas, incluindo nas bandas civis. Sobre este fenómeno vemos o que escreveram Santana e Ramos na década de oitenta: “(...) interessante notar também a crescente

²³ Entrevista a Rosa, Moreto, Lemos, Ferreira, Jesus, Fernandes, Lopes, Pepino, Ana, Silva e Neves, 2014.

²⁴ AA.VV., *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*, Águeda, ed. Banda Nova de Fermentelos, 2001, 23.

feminização, por parte da camada jovem, que se vem verificando nos últimos anos”²⁵. Em 1993, António Gonçalves também destacou a participação das mulheres nas escolas de música, e respectivas filarmónicas, no âmbito da revitalização que estas iniciaram na década de setenta: “Mas é na década de 1970 que as bandas sofreram, em nosso entender, a maior transformação de toda a sua existência; (...) criaram escolas de música para ambos os sexos”²⁶. Em Águeda, todos os entrevistados confirmam que o ingresso das primeiras mulheres nas respectivas bandas ocorreu em finais da década de setenta ou no decorrer no decénio seguinte²⁷. Especificamente na Banda Nova, na expectativa de solucionar o problema da escassez de aprendizes na escola de música, em 1971, os seus responsáveis incentivaram o ingresso de aprendizes do sexo feminino na escola

²⁵ Vera Santana e Margarida Ramos, *As bandas*, Trabalho manuscrito para a cadeira de Cultura Portuguesa I, Universidade Nova de Lisboa, não publicado, [s.d.], 20.

²⁶ António Gonçalves, “Bandas Filarmónicas”, in *Actas do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (Almada, 1993, 111).

²⁷ Entrevistas a Rosa, Moreto, Lemos, Ferreira, Monteiro, Fernandes, Lopes, Pepino, Ana, Silva e Neves, 2014.

Numa monografia sobre a Castanheirense é especificado que o primeiro elemento feminino do agrupamento – Ana Paula Ferreira – ingressou na banda em 1980. Cf. António Ferreira, *Banda Castanheirense - I Centenário (1896-1996)* (Águeda: Soberania Editora S.A., 1996), 6.

de música da banda²⁸. Porém, somente em 1976 ingressou o primeiro elemento feminino na Banda Nova, caso inédito nas filarmónicas do concelho até à época²⁹. A admissão de componentes femininos nas filarmónicas, cuja constituição com o tempo passou a ser maioritariamente feminina, foi um fenómeno determinante para colmatar um dos maiores problemas das bandas no terceiro quartel do século XX —o défice de recursos humanos—. O ingresso de elementos do sexo feminino nas filarmónicas alterou-as socialmente, designadamente, ao nível das alterações de comportamento dos homens e até mesmo a nível logístico devido, por exemplo, à necessidade de fardamento diferenciado. Em termos comportamentais, na presença de elementos femininos os homens passaram a banir a linguagem calão, bem como a evitar certos comportamentos reprováveis socialmente. Todavia, pese embora a importância decisiva

²⁸ A.N.T.T., SNI, Cx. 5672, *Inquérito da SEIT*, 1971.

²⁹ AA.VV, *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*, 22.

A Nova foi a segunda banda do distrito de Aveiro a possuir raparigas na sua escola de música. A primeira foi a de Alvarenga, pelo mesmo motivo: a fuga de rapazes para o estrangeiro ou a sua mobilização para o Ultramar Cf. Armor Mota, *Fermentelos – Artes e costumes*, Fermentelos, Junta de Freguesia de Fermentelos, 2012, 53.

Todos os entrevistados confirmam a ausência de mulheres nas bandas aguedenses, e respectivas escolas de música, ao longo do terceiro quartel do século XX.

que o ingresso de mulheres nas bandas civis teve em termos sociais e comportamentais, o seu grande contributo deu-se na vertente artística. Face ao défice de elementos masculinos, as mulheres colmataram progressivamente as lacunas existentes em vários naipes e, a médio prazo, tornaram-se no sexo predominante em muitos destes grupos musicais, sobretudo nas regiões centro e sul do país. Outro dado digno de referência em relação aos recursos humanos das filarmónicas foi a faixa etária média dos executantes, nitidamente inferior face ao período antecessor, uma consequência do já referido maior interesse dos jovens pelas filarmónicas. Segundo um periódico da época, “genericamente 25 por cento estão acima dos 50 anos e os restantes abaixo dos 23/24 anos. Estes últimos, sintomaticamente, são de ambos os sexos³⁰.”

Porém, não deixa de ser curioso que, contrariamente à disponibilidade de recursos humanos —que aumentou de forma progressiva após o derrube do Estado Novo—, os problemas globais das bandas civis permaneceram, sobretudo os relacionados com a componente financeira e material, pelo menos até meados da década de 1980, numa fase de maior estabilidade política, social e económica, que coincidiu com a entrada de Portugal na CEE. Como referiu Neves Dias, ainda em

1984, “assiste-se actualmente a um revivalismo musical no que respeita ao interesse manifestado na participação em bandas e filarmónicas, que nem os múltiplos problemas existentes conseguem fazer esmorecer”³¹. Por sua vez, no mesmo ano Alberto Ramos, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), reclamou um maior apoio oficial face à elevada oferta de recursos humanos existente: “Material humano não falta. O que é preciso é o apoio oficial mínimo para realizarmos esta aspiração que não é mais que o desejo de aumentar a cultura musical dos portugueses (...)”³².

É essencial realçar que o panorama filarmónico português não foi de forma alguma homogéneo, diferindo de região para região e de localidade para localidade. Neste sentido, a revitalização das bandas civis que se verificou na generalidade do país após a revolução democrática, particularmente no município de Águeda, não foi transversal a todas as localidades, designadamente, em Lisboa. Em Maio de 1986, o presidente da Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalen-

³⁰ *Diário de notícias*, 26-11-1983, 8.

³¹ Neves Dias, “No curso de regentes do INATEL: bandas e filarmónicas lutam pela sobrevivência”, *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano 120, nº 42274, 12-12-84, 22.

³² Alberto Ramos, “A influência das colectividades populares no ensino da música”, in *1º colóquio nacional de música – comissão permanente do dia mundial da música*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1984, 91.

se referiu que a filarmónica desta sociedade era a única existente na cidade de Lisboa³³, enquanto no início do século XX temos conhecimento de dezenas destes agrupamentos na capital.

Condição financeira e oficialização

Após ultrapassada a questão da dificuldade de recrutamento de meios humanos, tão evidente nas décadas anteriores à revolução de Abril, as necessidades materiais e financeiras das filarmónicas continuaram a influenciar a sua actividade, de forma mais significativa até meados da década de oitenta, coincidente com a entrada de Portugal na CEE e com a estabilização social e política do país. A manutenção dessas dificuldades ameaçou o processo de florescimento *bandístico* em curso: “Estamos agora numa alvorada prometedora mas até um certo ponto condicionada quanto aos meios financeiros”³⁴. Simultaneamente, foram feitos apelos e recomendações para a necessidade de o Estado, particularmente os órgãos do Poder Local, apoiar material e financeiramente

³³ Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, Espólio Particular de Fernando Lopes Graça, Caixa S1, Código 013, *Carta do presidente da Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense para Fernando Lopes Graça*, Maio de 1986.

³⁴ Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope BF2, *As filarmónicas e os seus problemas*, palestra a convite de Manuel Furtado, 1.

aqueles agrupamentos musicais: “Pela sua missão educativa quer em concerto quer em ensaio e, ainda, pelo que elas [filarmónicas] representam socialmente, impõe-se a premente obrigação moral de as amparar até que se processe uma natural evolução no sentido ideal”³⁵.

Não obstante a promulgação da legislação fundamental que deu corpo e expressão legal à construção do poder local democrático, os problemas financeiros das autarquias mantiveram-se durante mais de uma década após a Revolução porque o Estado Central não teve capacidade financeira para transferir para os municípios as verbas acordadas. Não esqueçamos que esse período foi particularmente conturbado para o país em termos políticos, sociais e económicos, levando o Governo a recorrer duas vezes a empréstimos do Fundo Monetário Internacional. No decénio seguinte à revolução de Abril as prioridades dos diferentes governos foram sobretudo ao nível de infra-estruturas — urbanização e erradicação de barracas, construção de estradas, electrificação ou saneamento — e não da cultura ou do associativismo. Apesar de estas questões serem frequentemente discutidas, na prática, não havia dinheiro para as subsidiar. Por isso, os organismos do poder cen-

³⁵ Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope BF2, Silva Dionísio, *Relatório*, Lisboa, 15-06-1973.

tral, designadamente a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), continuaram a atribuir apoio material e financeiro a colectividades, embora o Director-geral de Acção Cultural defendesse que essa missão competia às autarquias porque, além de uma maior afinidade e proximidade acerca do funcionamento das bandas, não era possível o poder central conhecer a realidade de mais de 650 filarmónicas de todo o país. Em simultâneo, esse director admite ter consciência das dificuldades das autarquias e da preponderância da continuidade dos apoios por parte do poder central. Perante a impossibilidade de apoiar todas as filarmónicas em simultâneo, a SEC decidiu dividir o país em áreas geográficas de apoio e atribuir subsídios periódicos a um nível quadrienal. No ano de 1977 atribuiu 2690 contos; em 1978, 11440; em 1979, 3500; em 1980, 5480; em 1981, 8510 e, em 1982, 4230.³⁶

A maior autonomia, designadamente financeira, obtida pelas instituições do poder local alguns anos após a revolução de 1974, particularmente os municípios, foi um factor determinante em termos de apoio às filarmónicas, pois foram estes organismos, na maioria dos casos, os seus principais financiadores. Como refere Mário Vieira de Carvalho “a consolidação do poder local em moldes democráticos repercutiu-se numa maior valorização da missão cultural das autarquias, que

passaram a apoiar grupos musicais, bandas e escolas de música³⁷. Igualmente, António Gonçalves destaca a relevância dos municípios nesse âmbito: “Mas é na década de 1970 que as bandas sofreram, em nosso entender, a maior transformação de toda a sua existência; apoio dado por um número apreciável de autarquias que funcionam como um balão de oxigénio”³⁸. No caso específico de Águeda, temos conhecimento que o município atribuiu, a partir de 1970, um subsídio anual de 5000\$00 a cada uma das cinco filarmónicas do concelho, após muita persistência do presidente da Banda Marcial³⁹. Todavia, como veremos mais à frente, os apoios monetários e materiais deste município foram especialmente valiosos para as bandas somente a partir de finais da década de 1980, quando foi levado avante um projecto de renovação instrumental nas filarmónicas do concelho.

A adesão de Portugal à CEE em meados da década de oitenta e o respectivo acesso aos seus fundos estruturais, particularmente de programas de desenvolvimento, foi igualmente

³⁶ *Diário de notícias*, 26-11-1983, 8.

³⁷ Mário Vieira de Carvalho, *Do surto inicial à frustração do presente*, 353.

³⁸ Gonçalves, “Bandas Filarmónicas”, p. 111.

³⁹ A.N.T.T., SNI, Cx. 5672, *Inquérito da SEIT*, 1971.

Para evitar repetições maçudas as filarmónicas aguedenses serão designadas, por ordem de antiguidade, Marcial, Castanheirense, Alvarense, Nova e 12 de Abril.

relevante para a actividade das filarmónicas, uma vez que as instituições nacionais, incluindo do poder local, foram contempladas com verbas significativas para investir em projectos de desenvolvimento local, alguns dos quais relacionados com a actividade associativa e musical em particular. Nesse âmbito, deve ser mencionada a criação de diversas escolas profissionais de música, em finais da década de oitenta, precisamente com o apoio de verbas europeias. Essas escolas contribuíram significativamente para o aumento do nível artístico das filarmónicas, visto que foram frequentadas por inúmeros músicos de lá provenientes, que continuaram a dar o seu contributo na respectiva filarmónica como instrumentista, formador ou maestro.

Em paralelo com os apoios públicos merecem destaque alguns empresários mecenas que apoiaram financeira e materialmente diversas associações das respectivas localidades, incluindo bandas civis, muitas vezes como forma de demonstrar poder económico e garantir respeito social. Este fenómeno foi particularmente relevante em regiões industrializadas, das quais o concelho de Águeda é um caso exemplar. Após a indispensável legalização e integração numa associação, essas filarmónicas também beneficiaram de cotas pagas pelos associados e, em localidades com uma elevada taxa de emigração teve especial relevância os donativos de emigrantes. Nas duas

bandas de Fermentelos (Águeda), por exemplo, foram determinantes para a edificação das novas sedes e compra de instrumentos musicais. Porém, não obstante a preponderância destas novas receitas, a principal fonte de rendimentos das filarmónicas durante o regime ditatorial manteve-se após 25 de Abril de 1974 —os valores provenientes da realização de serviços religiosos ou de eventos tauromáquicos—. Quanto aos encargos das filarmónicas, permanentes ou ocasionais, permaneceram idênticos aos dos decénios antecedentes: honorários do regente, despesas com fardamentos, transportes, arquivo, electricidade, licenças⁴⁰, compra e conservação de instrumentos musicais, pagamento aos músicos e conservação da sala de ensaio.

Pese embora as múltiplas mutações verificadas após a revolução democrática, no último quartel do século XX não houve um corte com a tipologia de actividades performativas realizadas pelas bandas civis, isto é, o seu principal mercado continuou a ser a participação em festas religiosas, no norte e centro, ou as touradas nas regiões do sul, sobretudo no Ribatejo e no Alentejo. A realização habitual de concertos isolados —frequentemente em auditórios e fora do âmbito da festa religiosa—foi um hábito que se enraizou somente na transição para o século XXI.

⁴⁰ Incluindo a licença eclesiástica, essencial para a participação em serviços religiosos.

Todavia, em 1979 Manuel Baltazar já apelava à presença das filarmónicas em auditórios, a fim de terem um melhor desempenho artístico: “Para a necessária divulgação musical que as bandas devem fazer, devem-se substituir os antigos coretos por auditórios espaçosos, com boas condições acústicas e de disposição”. Apesar de considerar prejudicial do ponto de vista artístico a actuação de filarmónicas em festas religiosas, este autor considera tal mercado imprescindível para a estabilidade financeira das bandas: “as actuações em arraiais e romarias, por serem remunerados, representam uma forma de angariar fundos para as bandas, porém, artisticamente são altamente prejudiciais devido ao ruído e às condições inadequadas para uma apresentação musical”⁴¹. Igualmente, o mercado habitual das filarmónicas de Águeda foi a participação em festas religiosas realizadas, quase exclusivamente, na região da Bairrada. Somente no decorrer da década de 1970 e, sobretudo na seguinte, elas penetraram no principal mercado português de bandas civis – as festas e arraiais da região do Minho⁴². Além de receitas

⁴¹ Manuel Maria Baltazar, “Problemas das bandas civis e sua possível solução”, in *Colóquio Sobre Música Popular Portuguesa - Comunicações e Conclusões* (1979), Lisboa, INATEL, 1984, 101-102.

⁴² No ano de 1984, dez dos vinte e seis serviços realizados pela Alvarense, foram na região norte, especialmente no Minho. Cf. *Actuações em 1984*,

bastante superiores, a presença nessas festividades dotou-as de uma maior consideração e estatuto artístico entre as congéneres nortenhas. Somente no século XXI a apresentação das filarmónicas aguedenses em auditórios fechados foi prática corrente.

No derradeiro quarto do século XX inúmeras bandas internacionalizaram a sua actividade, sobretudo noutros países europeus e frequentemente com o apoio dos emigrantes conterrâneos. Um caso singular sucedeu na Banda Nova de Fermentelos, em Dezembro de 1978, ao ser a primeira filarmónica portuguesa a apresentar-se na Venezuela⁴³, após uma visita a Espanha no ano anterior. Em 1981 foi realizada a primeira actuação internacional da Banda 12 de Abril, em Espanha, tal como a Marcial, em 1983. A primeira internacionalização da Castanheirense deu-se somente em 2001, ao Luxemburgo. A possibilidade de realizar essas viagens, a partir da década de 1980, não foi alheia à maior capacidade das bandas em angariar receitas e à melhoria das condições económicas dos próprios emigrantes que geralmente efectuavam os convites (por vezes, organizavam colectividades, sobretudo quando estavam bem inte-

documento cedido por Américo Fernandes.

⁴³ De modo a conseguir uma apresentação condigna, foram adquiridos novos fardamentos para os músicos, bem como alguns instrumentos musicais.

grados na sociedade). Outra tipologia de actividade comum a partir da década de oitenta —e que muito contribuiu na dinamização da actividade das bandas e conseqüente aproximação da população— foi a participação, como anfitriã ou convidada, em encontros e festivais de bandas. Além dos concertos efectuados por cada uma das bandas (geralmente em espaços de boas condições), estes eventos incluíam um desfile pelas ruas adjacentes ao local do concerto e um lanche convívio entre todos os músicos, maestros e elementos directivos, um fenómeno social importante para a aproximação e troca de experiências entre todos os envolvidos no meio musical amador.

Relativamente à estrutura das bandas civis, em termos de gestão e organização, antes da revolução democrática uma parte significativa das filarmónicas das regiões norte e centro do país estava isolada de uma colectividade. Com a democracia, progressivamente, foram oficializadas e integradas em associações, uma condição essencial para a obtenção de subsídios da parte do Poder Local, além de beneficiarem de cotas pagas pelos associados. Opostamente, as bandas civis do sul do país desde cedo estão maioritariamente ligadas a sociedades recreativas oficializadas possuidoras, geralmente, de outras valências além da banda, como desportivas ou dramáticas. Nas bandas de Águeda (região centro do país) o caso enqua-

dra-se nesta generalização: embora estivessem previstos nos respectivos estatutos, durante o Estado Novo os órgãos sociais não funcionavam, além de não existir qualquer tipo de contabilidade ou outro tipo de organização formal. Vejamos o que refere Adail Rosa:

Naquela altura a direcção da banda era composta pelos músicos. Havia o maestro, que era a figura de topo. Era uma espécie de Presidente da Assembleia Geral. Havia um que era presidente, havia um secretário e um tesoureiro. Também não havia contabilidade (...) ⁴⁴

Curiosamente, no ano de 1934, quatro das bandas do concelho de Águeda elaboraram os seus estatutos – a Marcial, a Castanheirense, a Alvarense e a 12 de Abril. Não conhecemos o motivo desta decisão, mas pode estar relacionada com pressões e tentativas de controlo por parte do regime ditatorial. A Nova concretizou os seus somente em 1978. Nenhuma destas filarmónicas se integrou em corporações de bombeiros ou Casas do Povo e apenas a Nova se tornou filiada do INATEL, em 1994.

Instrumentos musicais e instalações

A subsistência dos problemas financeiros das bandas civis nos anos

⁴⁴ Entrevista a Adail Rosa, 2014.

imediatos ao 25 de Abril de 1974 dificultou, claramente, a necessária substituição e reparação dos respectivos instrumentos musicais. Humberto Biu lamentou a má qualidade do equipamento material das bandas civis, em particular dos instrumentos musicais:

O equipamento das nossas bandas civis é, na generalidade, de baixa qualidade, abundando ainda os instrumentos velhos, afinados em brilhante, não possuindo as sociedades filarmónicas recursos que lhes permitam adquirir novos instrumentos quer para substituição e melhoria dos que possuem quer para o próprio desenvolvimento das suas escolas de música.⁴⁵

Paralelamente, surgiu outro problema ao nível instrumental: além da qualidade deficiente, começaram a escassear, face ao crescente interesse de crianças e jovens, de ambos os sexos, em integrar as filarmónicas, como referiu Silva Dionísio em 1984: “Como todos sabemos, actualmente, a maior dificuldade das bandas reside na carência de instrumentos para as suas escolas, motivada, na maior parte das vezes, por um bem-vindo surto de interesse da juventude em todo o nosso território”⁴⁶. Não obstante, no decorrer do último quartel do século XX o pro-

blema da escassez de instrumentos nas filarmónicas (ou a qualidade deficiente de muitos deles) foi parcialmente colmatado com a opção de muitos pais em adquirir um instrumento musical para os filhos, no intento de estes alcançarem um melhor desempenho artístico. Esta opção foi benéfica, não só para as respectivas filarmónicas, mas sobretudo para o próprio aprendiz o qual, com um bom instrumento sentia maior motivação para a aprendizagem musical e, por conseguinte, seria menos tentado a desistir.

Tal como na maioria das regiões do país, na década de 1980, as bandas do concelho de Águeda renovaram os seus instrumentais. Em 1988, numa reunião entre o comendador António Roque, os responsáveis camarários e os dirigentes das cinco filarmónicas do concelho, nasceu uma parceria que se revelou decisiva para as bandas civis do concelho. Com o propósito de atenuar os problemas materiais e financeiros destes agrupamentos musicais, sobretudo da Banda Castanheirense, Almeida Roque ofereceu a quantia de 2500000\$00 a esta banda, com a condição de a autarquia patrocinar um projecto “com profundidade” extensivo a todas as bandas do concelho, nomeadamente, a doação anual de 5000000\$00 a cada uma das bandas aguedenses para renovarem os instrumentais, aos quais se juntariam as ofertas do comendador. A autarquia acedeu e no ano de 1989 foi contem-

⁴⁵ Humberto Biu, “Bandas de música civil e amadoras e sua valorização”, 122.

⁴⁶ Dionísio, “Actividades dos centros de recuperação de instrumentos musicais”, 132.

plada a Banda Castanheirense (48 instrumentos); em 1991, a 12 de Abril; em 1992, a Nova e, em 1993, a Alvarense e a Marcial⁴⁷. Efectivamente, a renovação dos instrumentais foi determinante para o reflorescimento das filarmónicas do concelho de Águeda, um ponto de vista partilhado por Armor Mota:

(...) uma frutuosa parceria (comendador Almeida Roque / Câmara Municipal) que havia de resgatar do perigoso marasmo, numa primeira fase, as bandas de Casal d'Álvaro e da Castanheira, e de catapultar, de seguida, todas as bandas do concelho (cinco) para uma patamar de qualidade, nunca antes conseguido.⁴⁸

Em paralelo com alguns municípios, a SEC teve um papel preponderante na cedência de instrumentos musicais às bandas civis, sendo essa uma das suas principais valências. Dada a impossibilidade de apoiar todos os agrupamentos em simultâneo, este organismo auxiliou anualmente as filarmónicas de três distritos próximos uns dos outros. No ano seguinte, eram patrocinados outros três. Os apoios dependiam de diversos factores, como a dimensão humana do agrupamento,

⁴⁷ AA.VV. 2003, *A música é a alma do povo – Orquestra Filarmónica 12 de Abril*, Águeda, Sociedade Recreativa e Musical 12 de Abril / Orquestra Filarmónica de Travassô, 117.

⁴⁸ Armor Pires Mota, *Almeida Roque – Comendador do povo*, Águeda, ARTIPOL, 2008, 117.

quantidade de actividades e a existência ou não de escola de música. A SEC cedeu os instrumentos às bandas civis em regime de comodato, ou seja, os instrumentos continuavam na sua posse, uma vez que algumas delas cessavam ou reactivavam actividade frequentemente. Sendo a SEC um organismo estatal e face às normas de aquisição de produtos pelo Estado, os instrumentos cedidos às bandas eram geralmente de qualidade limitada, uma situação que se estendeu a outros organismos, como o INATEL.

À excepção das bandas militares e de algumas civis⁴⁹ somente a partir da década de 1980 a maioria das filarmónicas iniciou a substituição dos instrumentos de diapasão de afinação brilhante (lá3=452hz) para o diapasão normal (lá3=440hz). Não obstante, face a condicionamentos financeiros, em muitas a transição não foi total e imediata, mas parcial e progressiva, o que implicou uma incorrecta utilização de ambas as afinações em simultâneo durante anos, facto que influenciou negativamente o seu desempenho artístico. Concretamente em Águeda, todos os entrevistados corroboram que,

⁴⁹ Tais como, as bandas de Revelhe (Fafe) e da Trofa apud *II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica*, Programa da Final, Lisboa, 1971.

Estas duas bandas foram as vencedoras da primeira categoria do referido concurso e eram consideradas, na época, as melhores bandas civis portuguesas.

nas respectivas bandas, a substituição dos velhos instrumentais brilhantes por outros de afinação normal sucedeu no decorrer da década de oitenta, num período em que as bandas começaram a ser apoiadas material e financeiramente de forma mais consistente. Os mesmos entrevistados confirmam que, durante vários anos, foram utilizados instrumentos de ambas as afinações, em simultâneo, nas bandas Castanheirense, Nova e 12 de Abril⁵⁰. A impossibilidade de substituir a totalidade do instrumental relaciona-se com os elevados preços dos instrumentos musicais, aliado às dificuldades financeiras das bandas. Para tentar colmatar o problema da utilização simultânea de instrumentos de diferentes diapasões em muitas bandas, a Direcção-geral de Acção Cultural criou um sistema de troca de instrumentos através de um banco de instrumentos, com o objectivo de “trocar entre bandas os variados instrumentos afinados em diapasões diferentes”⁵¹. Assim, para as filarmónicas cujo instrumental era maioritariamente de diapasão de afinação normal, a SEC forneceu instrumentos novos de acordo com esse tipo de afinação. Para as congéneres de diapasão brilhante foi consumado o mesmo procedimento, com os ins-

trumentos brilhantes cedidos por bandas que receberam instrumentos de afinação normal. Dessa forma, todas utilizavam um diapasão de afinação uniforme. No entanto, este procedimento não foi eficaz porque as filarmónicas possuidoras maioritariamente instrumentos de afinação brilhante, não estavam dispostas a ceder os de afinação normal porque sabiam que, mais cedo ou mais tarde, teriam de fazer a transição para a afinação normal. Este procedimento de substituição do instrumental e uniformização do diapasão de afinação permitiu uma melhoria substancial da qualidade artística das bandas e constituiu um estímulo para os músicos e um atractivo para o público. Refira-se ainda que muitos dos instrumentos inutilizados pelas bandas foram cedidos aos aprendizes das respectivas escolas de música.

Para a revitalização da maioria das bandas civis foi igualmente relevante a progressiva diversificação *tímbrica*, mediante a inclusão de instrumentos musicais então quase inexistentes nestes conjuntos devido, sobretudo, ao seu elevado custo ou dificuldades de aprendizagem, nomeadamente, flautas, oboés, clarinetes baixo, fagotes, trompas, trombones de vara, tubas e especialmente instrumentos do naipe da percussão. Todos estes instrumentos constavam habitualmente nas partituras originais para banda compostas por compositores de reconhecido mérito internacional, sobretudo america-

⁵⁰ Entrevistas a Adail Rosa, Moreto, Lemos, Ferreira, Jesus, Fernandes, Lopes, Pepino, Ana, Silva e Neves.

⁵¹ *Diário de notícias*, 26-11-1983, 8.

nos e holandeses, que começaram a ser divulgadas por algumas bandas na década de oitenta. Este ponto de vista vai ao encontro do que referiu Humberto Biu em 1984:

Ainda no quadro do apetrechamento haverá a considerar o seu alargamento tímbrico, pela introdução de instrumentos que, pela sua dificuldade de aprendizagem e execução (ou pelo seu custo), não fazem habitualmente parte dos conjuntos instrumentais (como flautas, oboés, clarinetes baixo e alto, trompas de harmonia e outros), a fim que possam corresponder mais adequadamente às solicitações das obras que executam.⁵²

A par de uma formação de regentes mais sólida e da reestruturação nas escolas de música, André Granjo considera que o reportório solicitado nas partituras desses compositores influenciou a estabilização de um padrão ao nível da constituição instrumental das bandas em Portugal: “a adopção crescente de reportório proveniente de editoras estrangeiras, especialmente holandesas e americanas, contribuiu para a progressiva adopção de modelos instrumentais vulgares em outros países”⁵³. Em várias partituras, habi-

tualmente interpretadas na década de oitenta por um número considerável de bandas, é possível verificar uma constituição instrumental semelhante à seguinte: flautim, flauta, oboé, clarinete requinta, clarinete soprano, clarinete baixo, saxofones (soprano, alto, tenor e barítono); fagote, trompete, fliscorne; trompa, trombone de vara, bombardino, tuba e percussão. O naipe da percussão sofreu as alterações mais expressivas na transição do terceiro para o último quartel do século XX: até à década de 1970 era limitado a três instrumentos (caixa, bombo e pratos) e designado comumente de “pancadaria”; a partir do decénio seguinte foram incluídos dois ou três tímpanos e bateria de *jazz*, além de inúmeros acessórios de menores dimensões, como lira, castanholas, gongo, triângulo, timbalões, claves, maracas, pandeiro, jogo de sinos, pandeireta, caixa chinesa, entre outros. Consoante o reportório, algumas bandas civis integraram instrumentos eléctricos ou electrónicos. Esta modificação de paradigma no naipe da percussão foi essencial para a possibilidade de interpretação de um estilo musical em voga a partir da década de 1980 e que contribuiu para a aproximação dos jovens às filarmónicas —a música baseada em temas anglo-saxónicos e latino-americanos— a qual exigia um naipe de percussão mais amplo, parti-

⁵² Humberto Biu, “Bandas de música civis e amadoras e sua valorização”, 122.

⁵³ André Granjo, “Banda Filarmónica - 2. Constituição instrumental”, in Salwa Castelo-Branco (ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, 1º volume (A-C) Lisboa, Círculo de

Leitores, 2010, 109.

cularmente a integração da bateria de *jazz*. É digno de realce o hiato de quase um século entre o alargamento instrumental do naipe da percussão das bandas civis e o do mesmo naipe na orquestra sinfônica, ampliado consideravelmente cerca de cem anos antes.

A possibilidade de edificação de novas sedes para as colectividades, sobretudo a partir dos anos oitenta, está directamente relacionada com a existência de um poder local dotado de uma autonomia financeira e disponível para ajudar, financeira e materialmente, as bandas civis sediadas nos seus limites territoriais. Este fenómeno da construção de novos edifícios / sedes contribuiu para a aproximação da filarmónica aos associados e simpatizantes, sendo estes frequentemente os responsáveis pela angariação de receitas, incluindo de contratos para serviços religiosos. Contrariamente às sedes antigas, as novas foram edificadas com outras valências além da sala de ensaio da banda, tais como, salas individuais de estudo, instalações sanitárias e salão de festas. Frequentemente, foram construídas secções de restauração, nomeadamente bares, que, não só funcionavam como uma fonte de rendimentos extra, como serviam de ponto de encontro e convívio entre músicos e associados. Nas filarmónicas aguedenses, paralelamente aos subsídios camarários, os apoios dos sócios e simpatizantes —sobretudo emigrantes— foram decisivos,

incluindo ao nível da mão-de-obra. À excepção da Banda Castanheirense, que edificou a sua sede em 1974, e da Alvarense, que somente em 2013 teve um espaço de qualidade para se instalar, foi na década seguinte à revolução de Abril que as congéneres iniciaram a construção de sedes com condições dignas e adaptadas às exigências de uma colectividade com banda de música. No caso concreto da Marcial, em 1979 um grupo de emigrantes na Venezuela, liderado por Adaíl Rosa, doou cerca de 1500000\$00 para a construção da sua nova sede⁵⁴. Na Nova, igualmente, parte das receitas para a construção da nova sede (utilizada a partir de 1978) foi angariada junto dos emigrantes fermentelenses numa digressão à Venezuela, em 1978, além de um subsídio concedido pelo município⁵⁵ e outro pelo comendador António Soares de Almeida Roque⁵⁶. Entre os anos de 1980 e 1982 foi edificado um moderno edifício para a Banda 12 de Abril, através dos apoios do município de Águeda e do comendador Almeida Roque, bem como da contribuição da mão-de-obra dos músicos⁵⁷.

⁵⁴ Alfredo Barbosa, *A Rambóia*, 50-52.

⁵⁵ Artur Vidal, *Fermentelos*, 169.

⁵⁶ Armor Mota, *Fermentelos – Artes e costumes*, 54.

⁵⁷ Nas décadas antecedentes as sedes das bandas civis, particularmente as do concelho de Águeda, eram frequentemente edifícios emprestados ou alugados, com dimensões reduzidas e sem o

Formação musical dos músicos

A formação musical dos elementos de uma banda, instrumentistas e maestro, é essencial para o seu desenvolvimento artístico pois, entre outros obstáculos, as limitações técnicas dos executantes condicionam as opções de reportórios. Portanto, a partir da década de 1980, o ensino musical proporcionado em algumas bandas civis alterou-se de forma significativa ao nível da organização pedagógica, das práticas de ensino ou em relação à qualidade e especialização dos formadores. Maria João Vasconcelos fala de uma posterior tentativa de imitação dos conservatórios: “A partir da década de 80, o sistema de ensino praticado em algumas bandas passa por um processo de transformação, podendo mais recentemente observar-se uma tentativa de imitação do modelo adoptado pelos conservatórios de música”⁵⁸.

mínimo de condições de trabalho. Além da sala de ensaio, não possuíam quaisquer valências que funcionassem como atractivos, não só para os músicos, como para os familiares e simpatisantes. Esta foi uma das várias razões para o alheamento de muitos jovens às filarmónicas, geralmente constituídas por elementos de idade avançada. No caso concreto da Nova, as anteriores instalações “eram insuficientes (...), acanhadas, compostas apenas de uma pequena sala de ensaios sem comodidade, condições acústicas ou instalações sanitárias, o que não constituía incentivo para aprendizes e músicos”. Cf. AA.VV, *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*, 23.

⁵⁸ Maria João Vasconcelos, “O ensino da música

Parte dos formadores das filarmónicas adquiriu formação em conservatórios, academias e escolas superiores de música, um fenómeno positivo para a qualidade do ensino proporcionado nas bandas civis e, conseqüentemente, para a respectiva banda. Outras cambiantes foram: a estipulação, pelo menos em algumas colectividades, do pagamento de uma mensalidade pela frequência das aulas de música, embora fosse frequentemente simbólica ou pouco significativa; a aquisição ou melhoria de infra-estruturas destinadas ao ensino musical, nomeadamente, salas de aula devidamente apetrechadas com o material necessário e instrumentos musicais; e a admissão de aprendizes do sexo feminino, defendida por Silva Dionísio em 1975: “pôr em funcionamento nas respectivas sedes, escolas de música para jovens de ambos os sexos”⁵⁹.

O melhoramento na qualidade do ensino musical foi um fenómeno decisivo para a permanência de muitos aprendizes, por oposição ao elevado número de desistências ocorrido em décadas anteriores. Paralelamente emergiu, segundo Vasconcelos, a preo-

ca nas bandas filarmónicas em Portugal. Transformar para existir”, in *Revista da Associação Portuguesa da Educação Musical*, nº 118 e 119, 2004, 44.

⁵⁹ Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope BF1, Silva Dionísio, *Estudo sobre as bandas do concelho de Cascais*”, Lisboa, Janeiro de 1975.

cupação de oferecer ao aprendiz um ensino mais especializado, na medida em que se tentava distribuir os monitores por instrumentos, ou famílias de instrumentos, de acordo com as suas formações instrumentais. Esta autora também refere a criação de bandas e orquestras juvenis a fim de integrar o aprendiz na prática instrumental em conjunto⁶⁰. Dessa forma, cada formador leccionava o seu próprio instrumento ou, quando tal não era possível geralmente face a constrangimentos financeiros, assumiam a responsabilidade de colaborar no ensinamento de outros instrumentos. O mais comum era um formador ser responsável pelos instrumentos da família das madeiras, outro pelos metais e um terceiro pelo naipe da percussão. Quanto ao fenómeno das bandas juvenis, apesar de termos conhecimento da organização deste tipo de agrupamentos nas primeiras décadas do século XX foi, de facto, no último quartel desse século que se disseminou o hábito de as organizar, integradas nas filarmónicas e vistas como uma preparação para a integração na banda sénior.

Nas escolas de música das filarmónicas de Águeda, o comendador Almeida Roque teve um papel valioso ao atribuir subsídios, estimular e patrocinar prémios de incentivo aos aprendizes com melhor aproveitamento

e assiduidade, nomeadamente nas bandas Alvarense, Nova e 12 de Abril⁶¹. Efectivamente, a criação ou remodelação de escolas de música no seio das colectividades (que progressivamente admitiram raparigas) foi um factor determinante para o progressivo reflorescimento das filarmónicas em Portugal, no derradeiro quarto da centúria vigésima.

Até à década de 1970, as funções de regência foram confinadas maioritariamente a regentes amadores de idade avançada, a maioria sem habilitações musicais e pedagógicas para trabalhar com músicos amadores, incluindo aprendizes de escolas de música. O progressivo aumento do número de músicos com formação académica na área da música levou as bandas a apostarem, a partir das décadas de oitenta e noventa, na contratação de jovens maestros com formação superior nessa área, alguns dos quais músicos militares. Concretamente nas bandas de Águeda, no terceiro quartel do século XX quase todos os regentes eram amadores, antigos intérpretes e de idade avançada. A Nova foi a primeira filarmónica do concelho, em 1967, a possuir um músico profissional como regente⁶². Este maestro, cuja juventude

⁶⁰ Maria João Vasconcelos, “O ensino da música nas bandas filarmónicas em Portugal” 46.

⁶¹ Armor Mota, *Almeida Roque – Comendador do povo*, 120 e ss.

⁶² António Neves: militar da Banda de Música da Força Aérea, a partir de 1968 e aluno do Conservatório de Música de Aveiro.

de atraiu aprendizes, foi decisivo para o futuro da banda e promoveu uma série de “alterações e inovações ao nível da estrutura e funcionamento da banda, solidificando-lhe o futuro”⁶³. Nesse ano, os regentes das restantes bandas eram amadores de idade avançada e somente na década de 1980 foram contratados jovens músicos para as reger, alguns deles profissionais e outros com formação em conservatórios, o que ajudou a elevar o nível artístico daqueles agrupamentos. A Marcial contratou Silas Granjo⁶⁴, em 1980; a Castanheirense, Gil Miranda, em 1988; a Alvarense, Juvenal Marques, em 1983; e a 12 de Abril, João Neves, em 1980, que em 1986 transitou para a Nova.

Numa época em que os instrumentistas foram estimulados a frequentarem escolas de música oficiais, muitos com perspectivas de uma carreira musical a nível profissional, uma parte significativa dos regentes manteve-se estagnada na reciclagem de conhecimentos musicais, sobretudo no campo da regência. Diferentes personalidades pressionaram-nos a apostar na formação e apelaram à sua substituição, por outros mais capazes. Em 1984, Humberto Biu considerou que a me-

lhoría das bandas civis passava pela formação apropriada dos regentes amadores através de cursos descentralizados, complementares aos que o INATEL organizava anualmente.⁶⁵ Distintas personalidades, provenientes de múltiplos organismos, partilharam este ponto de vista, o que levou à multiplicação da oferta de formação ao nível da regência de bandas um pouco por todo o país, maioritariamente da responsabilidade do INATEL, da SEC, da FCG e da APEM. A partir de 1972, a FNAT / INATEL promoveu anualmente o “Curso de aperfeiçoamento de regentes amadores de bandas civis”, onde regentes amadores, durante cerca de um mês, absorveram ensinamentos ligados à teoria geral da música, à instrumentação e à harmonia. Segundo Neves Dias, até ao ano de 1981 frequentaram estes cursos mais de 150 regentes – cerca de um quarto dos existentes no país – muitos deles jovens e autodidactas. Pelo menos no ano de 1981, este evento contou com o apoio da Junta Central de Casas do Povo, que premiou os alunos mais qualificados e “aqueles que mais contribuíram para uma evolução musical no seio das suas bandas”.⁶⁶ Esses

⁶³ AA.VV, *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*, 19.

⁶⁴ Em 1980 Silas Granjo introduziu uma selecção dos Beatles, *Jesus Christ Superstar* e *Pop Show* de Amílcar Morais, Cf. Barbosa, *A Rambóia*, p. 155.

⁶⁵ Humberto Biu. “Bandas de música civis e amadoras e sua valorização”, in *1º Colóquio Nacional de Música, Comissão Permanente do Dia Mundial da Música*, Abrantes, CM de Abrantes, 1984, 123.

⁶⁶ Neves Dias, “No curso de regentes do INATEL: bandas e filarmónicas lutam pela sobrevi-

cursos contribuíram para uma maior consciencialização, por parte dos formandos, do papel que lhes cabia nas regiões onde exerciam a actividade musical. Daí foram criadas ou desenvolvidas progressivamente escolas de música junto das respectivas filarmónicas, as quais supriam as carências que se verificavam no ensino musical. A partir de 1980, o INATEL organizou igualmente cursos intensivos para regentes de coros, a fim de responder à expansão do movimento coral de então, uma consequência da criação de escolas de música no seio das bandas civis, as quais frequentemente organizavam grupos corais. Esses cursos foram organizados em colaboração com a Junta Central das Casas do Povo, um organismo que integrava bastantes coros⁶⁷. Desde os finais da década de setenta e ao longo do decénio seguinte, a SEC também organizou cursos de regência ou estágios, em determinadas épocas do ano (Páscoa, Natal, Verão) nas instalações das próprias bandas. Habitualmente, Silva Dionísio era o responsável pelo curso de regência e trabalhava em paralelo com outros formadores incumbidos da formação nos diferentes instrumentos musicais. Além de dois cursos organizados no início dos anos sessenta, nas décadas

subsequentes a FCG colaborou com outros organismos na organização de cursos de regência destinados a maestros de bandas civis em várias localidades do país, além de ter subsidiado a Associação Portuguesa de Educação Musical para organizar este tipo de formação. A Junta de Turismo da Costa do Sol, com a colaboração da Secretaria de Estado da Cultura, da Direcção-Geral do Turismo, do INATEL e da FCG, também foi responsável por cursos de regência: entre Março e Abril de 1980, organizou um curso de Regência de Banda, orientado por Silva Dionísio e integrado nos “XVIII Cursos Internacionais de Música da Costa do Estoril”.

Finalmente, em colaboração com outros organismos, a APEM organizou anualmente cursos de aperfeiçoamento para regentes de bandas de música em diferentes regiões do país, “no intuito de contribuir para a elevação do nível artístico destas prestantes instituições de cultura musical”. A primeira edição desse curso se realizou no ano de 1978, designadamente, no Funchal, em Famalicão, em Mafra e em Tomar. Além das aulas práticas, para as quais era disponibilizada uma filarmónica, os formandos obtinham formação ao nível da leitura de partituras, teoria geral da música e instrumentação. Habitualmente, eram admitidos dez regentes em cada curso e os melhores classificados tinham a oportunidade de dirigir a filarmónica num

vência”, *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano 120, nº 42274, 12-12-84, 22.

⁶⁷ Silva Dionísio, *Plano de Actividades Musicais*, Lisboa, Departamento de Actividades Culturais do INATEL, 1980, 2-3.

concerto realizado no final do curso.⁶⁸ Além dos cursos de regência de banda, esta associação promoveu cursos de regência coral e orquestral, alguns frequentados por regentes de bandas. Em 1983, por exemplo, José Araújo Pereira (maestro nas bandas da Armada e 12 de Abril) frequentou o 1º Curso de Regência de Orquestra, promovido pela APEM, patrocinado pelo Conselho de Música da Alemanha Federal e leccionado pelo maestro Hans Herbert Joris. A nível local foram igualmente organizados cursos de regência, como no Centro Cultural e Regional de Santarém que, a partir de 1983, promoveu anualmente o Encontro de Directores e Regentes de Bandas do Distrito de Santarém.

A difusão de conservatórios, academias, escolas profissionais e escolas superiores de música contribuiu para a evolução artística de alguns músicos de bandas e, conseqüentemente, para o

⁶⁸ Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope BF2, *Curso de aperfeiçoamento para regentes de bandas de música*, panfleto, 1978.

Por volta de 1982, num dos cursos organizados em parceria com a APEM, a presidente Madalena Perdigão sugeriu a Silva Dionísio para convencer o seu amigo Joly Braga Santos (um dos principais compositores portugueses do século XX) a colaborar nesses cursos, compondo uma obra específica para banda de música a fim de ser trabalhada pelos participantes do curso, *Cf.* Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope CR8, Maria Madalena Perdigão, *Carta para Silva Dionísio*, Lisboa, [s.d.].

reflorescimento das filarmónicas. Uma explicação possível para a disseminação desses estabelecimentos de ensino reside na maior consciencialização do papel da educação e cultura promovida em democracia, bem como nas melhores condições socioeconómicas da população. Muitos desses alunos profissionalizaram-se no campo da música e, posteriormente, colaboraram na formação musical de jovens nas escolas de música das respectivas bandas influenciando, conseqüentemente, a qualidade das filarmónicas. Num testemunho, Luís Cardoso considera a maior formação musical dos instrumentistas um factor chave para a evolução qualitativa das bandas: “A qualidade das bandas é muito melhor devido à formação musical. (...) Estes [os músicos] evoluíram graças às saídas formativas que lhes são proporcionadas nas escolas de música, nos conservatórios, em institutos e universidades (...)”⁶⁹. Embora os conservatórios de Lisboa e do Porto tenham sido fundados em 1834 e 1917, respectivamente, a maioria dos restantes conservatórios, academias e escolas profissionais e superiores de música foram criados no derradeiro terço do século XX. Constatamos que a disseminação de estabelecimentos oficiais de ensino musical coincide com o florescimento de inúmeras bandas,

⁶⁹ Testemunho de Luís Cardoso *in* Barbosa, *A Rambóia*, 163.

o que nos leva a crer que houve, de facto, uma ligação entre ambos fenómenos. Particularmente nas bandas do município de Águeda, temos conhecimento da frequência massiva de instrumentistas e maestros no Conservatório de Música de Aveiro, somente no decorrer do último quarto da centúria vigésima. António Silva considera que a carência de escolas e de conservatórios antes da revolução democrática foi um dos causadores da estagnação das filarmónicas deste concelho: “Eu acho que a estagnação vinha [...] não das décadas de cinquenta e sessenta, mas sim das décadas anteriores. As bandas não evoluíam nada [...] e não evoluíam porque não tinham escolas [...] os conservatórios vieram transformar tudo [...]”⁷⁰. Pepino refere inclusivamente que as bandas aguedenses, a Nova de Fermentelos em particular, iniciaram a sua evolução após António e João Neves, seguidos de outros, frequentarem o conservatório e iniciarem uma carreira musical a nível profissional, nomeadamente nas bandas militares⁷¹.

Ao longo dos primeiros anos do regime democrático foram planeadas

e levadas a cabo diversas iniciativas, sobretudo na região da Grande Lisboa, a fim de estimular o gosto pela aprendizagem musical e o aperfeiçoamento artístico de crianças e jovens das escolas de música de filarmónicas. Nesse âmbito, a Junta de Turismo da Costa do Sol teve um papel valioso ao incentivar a criação da Escola de Iniciação Musical do Estoril, além de fomentar a formação de uma banda de jovens⁷². Paralelamente, apesar de organizados desde 1962, após o advento da democracia manteve-se a realização dos Cursos Internacionais de Música da Costa do Sol, no Estoril, que integraram cursos de aperfeiçoamento para instrumentistas de sopro e “destinavam-se em especial a componentes de bandas filarmónicas visando a sua valorização musical através do aperfeiçoamento da técnica instrumental”⁷³. O INATEL teve, igualmente, um papel considerável no âmbito da formação musical para elementos de bandas civis ao estimular, através de subsídios e apoio logístico, a criação de escolas de música para elementos de ambos os

⁷⁰ Entrevista a Silva, 2014.

⁷¹ Entrevista a Pepino.

O maestro António Neves ingressou no Conservatório de Aveiro em 1967. Ferreira, Jesus, Lopes e Neves confirmam que os primeiros músicos das respectivas bandas a frequentarem o conservatório, fizeram-no depois do terceiro quartel do século XX.

⁷² Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope BF1, Silva Dionísio, *Estudo para a projectada Banda Juvenil da junta de Turismo da Costa do Sol*, 1975.

⁷³ Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire do Museu Municipal de Loures, Espólio pessoal de Marcos Romão, Cota ROMA-505, *Programa dos XVI Cursos Internacionais de Música da Costa do Sol*, Julho / Agosto de 1978.

sexos, não só nas sedes das filarmónicas, como em casas do povo, grupos desportivos e outras colectividades. Todas estas acções, projectos ou iniciativas, são dignas de menção, uma vez que de uma ou outra forma, em maior ou em menor grau, promoveram a música e a aprendizagem dos instrumentos de sopro, os quais constituem a base instrumental das bandas civis.

Compositores e música para banda

As discrepâncias da qualidade artística entre as bandas civis portuguesas são um obstáculo à compreensão e à construção de um paradigma do reportório musical habitualmente interpretado no derradeiro quarto da centúria vigésima. A este problema junta-se a habitual inexistência de programas de concerto na maioria das bandas civis, sobretudo nas regiões norte e centro, isto porque, a quase totalidade das práticas performativas dessas bandas eram realizadas no âmbito de festas religiosas que, como sabemos, não disponibilizam programas de concerto. Analisar as partituras em arquivo também não é muito rigoroso porque a existência de determinada obra não significa que ela fosse interpretada no período em consideração. Não obstante, de um modo global consideramos que o reportório musical comumente interpretado pelas bandas civis não sofreu alterações significativas nos anos imediatos à queda do regime di-

tatorial. Esses agrupamentos musicais continuaram a privilegiar as transcrições de obras orquestrais, geralmente de autores estrangeiros⁷⁴. Paralelamente, a música de compositores portugueses interpretada nas décadas anteriores — marchas, danças, rapsódias e fantasias escritas originalmente para banda — continuou a integrar o reportório da maioria das bandas civis, nomeadamente, as obras de Sousa Morais, Pinto Ribeiro, Leonel Ferreira, Santos Pinto, Artur Ribeiro Dantas, José da Silva Marques, Duarte Pestana, Joaquim Luiz Gomes, António Cordeiro Gonçalves, Lourenço Alves Ribeiro, Miguel de Oliveira, Francisco José Dias, José Figueiredo, Silva Marques e Marcos Romão. Após o 25 de Abril de 1974, surgiram outros nomes cuja estética musical não se afasta muito da dos anteriores, entre os quais, Ilídio Costa, Agostinho Caineta, António Fortunato de Sousa, Antero Ávila, Afonso Alves, Hermínio Leite ou Amílcar Morais.

A partir de meados da década de 1970 e, particularmente no decénio seguinte, disseminou-se o reportório *bandístico* em torno de selecções musicais de temas latino-americanos e anglo-saxónicos, célebres e fáceis de cantar, que atraíram jovens para as fi-

⁷⁴ Apesar de, até finais da década de 1980, terem surgido inúmeros compositores de referência a escrever música original para banda, como Mario Davidowsky, John Adams, Davis Maslanka, Johan De Meij, entre muitos outros.

larmónicas, um fenómeno não alheio à profusão de grupos de música rock — que rapidamente singraram nas preferências musicais da juventude — e à divulgação de filmes e teatros musicais americanos e britânicos. Entre as peças de maior sucesso e porventura as primeiras a integrarem o reportório das bandas destacamos *Jesus Christ Super Star*, de Andrew Lloyd Webber e diversas obras de Gershwin e Bernstein. Inicialmente elaborados e editados por arranjadores e editores estrangeiros (como Ron Sebrechts, Johan de Meij, Robert Smith, John Wasson, Willy Hautvast, Ron Hayman, Jerry Nowak ou Jay Chattaway), rapidamente vários compositores portugueses se aperceberam da potencialidade deste reportório em atrair público. Entre os portugueses destacamos Amílcar Morais e as suas séries *Pop Show*, compostas entre 1974 e 1988 e interpretadas pela maioria das filarmónicas. Segundo Paulo Lameiro, essas selecções, cuja orquestração destaca os instrumentos de percussão, “em muito contribuíram para o renovado interesse que as bandas filarmónicas despertaram nas gerações mais novas e para a significativa mudança de reportório que no final do século XX se estava a processar”.⁷⁵ Podemos mesmo con-

⁷⁵ Paulo Lameiro, “Banda Filarmónica - 6. Reportório”, in Salwa Castelo-Branco (ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, 1º volume (A-C) (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 112.

siderar a aposta de Amílcar Morais nesse estilo musical como bastante inovadora para a época. Ele próprio assumiu o objectivo de mobilizar a juventude para as filarmónicas, que considerou envelhecidas: “Foi com ela [a Banda 12 de Abril] que comecei a lançar as *Pop Shows* e outras selecções de música ligeira, como reportório de mudança e mobilizador das camadas mais juvenis, para inverter a crise dos quadros envelhecidos, então preocupantes, na actividade normal da maioria das filarmónicas”.⁷⁶

As selecções musicais de temas latino-americanos e anglo-saxónicos causaram espanto e aderência entre a juventude, em paralelo com algumas reservas entre os mais velhos, geralmente mais conservadores quanto ao reportório *bandístico*. Porém, não obstante a grande aderência por parte de músicos e público, esse estilo musical trouxe alguns problemas aos músicos em termos de interpretação, sobretudo ao nível rítmico, face aos compassos musicais compostos incomuns na tipologia de reportório interpretado até então. Este estilo de música *pop/rock* foi paralelo a um outro: os arranjos musicais de temas de filmes e musicais, com destaque para os de

⁷⁶ Amílcar Morais, “entrevista”, in *Euridice: Revista da Banda Sinfónica do Exército*, Queluz, Exército Português, 2008, 33.

Esse género de música tem sido frequentemente denominado “música ligeira”, não obstante a grande abrangência do termo.

John Williams, Robert Smith, Andrew Lloyd Webber, Claude Schoenberg e Ennio Morricone, arranjados por compositores estrangeiros e alguns portugueses.

O fenómeno da difusão das selecções musicais de temas latino-americanos e anglo-saxónicos ocorrido um pouco por todo o país a partir da década de 1980 foi paradigmático nas filarmónicas de Águeda, especialmente na Banda 12 de Abril. Depois da nomeação de João Neves como maestro desta banda, em 1980, com o apoio de António Silva levou avante uma série de inovações, incluindo a interpretação de música baseada nas selecções acima mencionadas. Após alguma relutância inicial, sobretudo por parte dos músicos e ouvintes mais velhos, esse estilo musical integrou o reportório das restantes bandas aguedenses. Os entrevistados consideram que este tipo de música causou bastante impacto, não só nos elementos da banda, como nos ouvintes, sobretudo nos jovens⁷⁷. A propagação deste tipo de música também se relaciona com as mutações de mentalidades, sobretudo nos novos maestros contratados pelas bandas de Águeda no decorrer na década de 1980, após a liderança dos mesmos re-

⁷⁷ Entrevistas a Adail Rosa, Moreto, Lemos, Ferreira, Monteiro, Fernandes, Lopes, Pepino, Silva e Neves.

gentes durante várias décadas⁷⁸. Efectivamente, as selecções musicais referidas foram um estímulo para os mais jovens, incluindo os potenciais aprendizes. Foi dessa forma que a banda se aproximou dos jovens, causou uma maior interacção com os espectadores e, consequentemente, conquistou um mercado mais abrangente. Como considera Silva, “foi com o *Jesus Cristo Superstar* e muitas outras que já não me lembro, que se conquistou o mercado. E foi com esse reportório que se criou em Travassô o gosto pela banda (...)”⁷⁹. Em 1983 Américo Fernandes aludiu à necessidade de mudança de paradigma no reportório das bandas, lembrando que a 12 de Abril e as duas bandas de Fermentelos já tinham iniciado essa mudança. Fernandes considerou que era essa a forma de as bandas aliciarem a juventude⁸⁰.

É importante perceber que a interpretação da música baseada em selecções musicais de temas latino-americanos e anglo-saxónicos está estritamente relacionada, não apenas com questões de opções musicais, como com a maior disponibilidade financeira das filarmónicas, isto porque,

⁷⁸ Lemos da Rosa foi regente da Marcial entre 1929 e 1980; a Alvarense foi regida por António de Figueiredo de 1932 a 1974; a 12 de Abril, entre 1954 e 1980, teve como regente José Lima e a Nova foi regida por Artur Bártolo de 1944 a 1963.

⁷⁹ Entrevista a Silva.

⁸⁰ *A voz de Águeda*, 05-08-1983, 3.

este género musical exige uma série de instrumentos musicais, sobretudo no naipe da percussão, ausente na maioria das filarmónicas nos decénios antecedentes, sobretudo nas aguedenses. Somente na década oitenta esses naites foram complementados com outros instrumentos, além dos habituais bombo, caixa e pratos, designadamente, a integração utilização de bateria jazz. Vejamos o que António Silva refere em relação à 12 de Abril: “Esse reportório [ligeiro] exigia muita bateria e o João Neves [maestro] teve tudo o que quis (...)”⁸¹.

Outra particularidade deste período foi a maior difusão do reportório original para banda e orquestra de sopros, ao que não foi alheio o fenómeno das melhores vias de comunicação e de informação. Neste sentido, a partir da década de 1980 o reportório de algumas filarmónicas passou a integrar, embora de forma muito progressiva, peças musicais escritas originalmente para banda de música, além das usuais rapsódias, marchas e fantasias⁸². Nes-

se âmbito destacaram-se, sobretudo, compositores estrangeiros, como Ted Huggens, Roger Nixon, Johan de Meij, Ralph Vaughan Williams, Franco Cesarini, Kees Vlak ou Terry Kenny. A Banda Sinfónica da GNR teve um papel preponderante na promoção desta tipologia de reportório. Numa crítica às poucas estreias absolutas das orquestras nacionais e à interpretação somente de reportório corrente e conhecido dos seus regentes, Humberto d’Ávila enalteceu o papel das bandas de música, particularmente da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana (GNR) ao estrear, num só concerto, duas obras originais para este tipo de formação instrumental, designadamente, *Cabo da Roca* (meditação sinfónica), de Hans Mielenz, e *Triptico para Bailado*, de Joaquim Luís Gomes. Este crítico musical destacou ainda o crescente interesse por este tipo de instrumentação e mencionou outra obra original para banda interpretada nesse concerto – *Os homens da música*, de Don Gillis — a qual considerou constituir mais uma demonstração do quanto a composição para banda gozava de uma permanente vitalidade.⁸³ Realce-se, todavia, o número diminuído de bandas civis que apostaram nesta tipologia de reportório musical.

⁸¹ Entrevista a Silva.

⁸² Por exemplo, a Banda Escola Juvenil da Azambuja, surgida em meados da década de oitenta, integrou no seu reportório inúmeras obras originais: *A Festival Prelude*, de Alfred Reed; *Avantia*, de David Shaffer; *Capricho Varino*, de J. Silva Marques; *Improviso*, de Duarte Pestana; *Dancing Show*, de Josej Hastreiter; *American Folk Suite*, de Harold L. Walters; *High Society*, de Manfred Schneider; *Divertimento sobre motivos de sabor popular*, de Marcos Romão; *Profíles Symphoniques*, de Kees Vlak; e *Otonifonias*,

de Joly Braga Santos.

⁸³ Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope RJ1, Humberto d’Ávila, “Música para banda”, artigo publicado no Diário de Notícias, 16-02-1984.

Apesar da maior folga orçamental das filarmónicas para comprar partituras, face ao período antecedente, permaneceu o hábito cultural de não as adquirir de forma legal, além de frequentemente os próprios regentes não terem conhecimento da sua existência. A forma habitual de aceder a reportório era a troca ou o empréstimo entre regentes e a sua cedência por parte de distintos organismos. Ainda no campo da composição musical, entre os anos setenta e noventa foram promovidos pelas Forças Armadas iniciativas com impacto positivo em bandas civis. O extinto Governo Militar de Lisboa, por exemplo, organizou concursos de composição musical destinados a paradas e desfiles de bandas militares. Com as marchas *Cidade Invicta* e *Caçadores do 1*, Amílcar Morais obteve o primeiro prémio em anos distintos⁸⁴. Ambas as marchas disseminaram-se e integram o reportório musical de uma parte significativa das filarmónicas portuguesas.

No derradeiro quarto do século XX uma série de instituições, públicas e privadas, empenharam-se na tentativa de criação, divulgação e disponibilização de reportório musical original para banda no intuito de contribuir para a melhoria e diversidade do reportório disponível para estes agrupamentos.

⁸⁴ AA.VV., *Amílcar da Fonseca Morais*, Águeda, ed. C.M. Oliveira do Bairro / Museu de Etnomúsica da Bairrada, 2013, 10.

O INATEL, por exemplo, em 1980 e 1983 organizou certames de composições musicais destinadas a bandas e/ou coros, tendo sido editados alguns desses trabalhos e distribuídos gratuitamente às filarmónicas. Paralelamente, e segundo Silva Dionísio, face “à enorme falta de reportório moderno para bandas e coros” este organismo possuía composições para banda e para coro de vários autores portugueses, que eram cedidas gratuitamente aos agrupamentos que as solicitassem. Entre as composições para banda estavam incluídas *Improviso*, fantasia de Duarte Pestana; *Cidade invicta*, marcha de Amílcar Morais; *Ideais*, marcha de Santos Cardoso; *Verde Rubra*, marcha de Diniz Pestana; *Mais alto e mais além*, marcha militar de Dimas Barrocoso; *Aquarela Minhota*, bailado de Diniz Pestana; *Gratidão*, marcha de Marcos Romão; *Nas margens do Alcoa*, “passo de passeio” de Manuel Baltazar; *Músicos da Guarda*, marcha de Alves Mano e *Rapsódia Portuguesa n.º 1* de Fortunato de Sousa.⁸⁵

Tal como o INATEL, paralelamente à distribuição de apoios materiais, em meados da década de setenta a SEC (por iniciativa do Ministro Coimbra Martins e do Secretário de Estado António Reis) fomentou a renovação do reportório musical através de

⁸⁵ Silva Dionísio, *Plano de Actividades Musicais*, Lisboa, Departamento de Actividades Culturais do INATEL, 1980, 8-9.

um projecto de encomendas de obras musicais, escritas originalmente para banda, a compositores portugueses de reconhecido mérito. O principal objectivo desta iniciativa, que se estendeu por vários anos, foi renovar o reportório original para banda e elevar a sua qualidade. Para os compositores convidados, esses agrupamentos musicais eram particularmente desconhecidos, pelo que a SEC atribuiu a Silva Dionísio a missão de lhes dar a conhecer a banda, fornecendo-lhes sugestões relativas ao tipo de formação instrumental característico das bandas da época, bem como outras indicações técnicas.⁸⁶ Apresentamos, em baixo, os compositores e as obras compostas no âmbito daquele projecto de encomendas: Fernando Lopes Graça (1906-1994): *Suite Rústica n.º 3*; Manuel Faria (1919-1983): *Romaria Minhota*; Cândido Lima (1939-): *Coros e Danças Medievais*; Frederico de Freitas (1902-1980): *Fantasia Campesestre*; Joly Braga Santos (1924-1988):

⁸⁶ Silva Dionísio foi maestro da Banda Sinfónica da GNR, entre 1960 e 1973, e foi um especialista na instrumentação para banda. Para um conhecimento mais profundo deste projecto de encomendas v. André Granjo, “O projecto de encomendas de música para banda da SEC de 1977 a 1983: contextualização e observações iniciais”, in J. M. Pedrosa Cardoso e Margarida Lopes de Miranda, *Sons do Clássico: no 100º aniversário de Maria Augusta Barbosa*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Refira-se ainda que este projecto de encomendas da SEC é objecto de estudo no doutoramento, em curso, do investigador André Granjo.

Música para Instrumentos de Sopros e Percussão e Nocturno; Álvaro Cassuto (1938-): *Homenagem ao Povo*; Maria de Lourdes Martins (1926-2009): *Rapsódia de Natal* (1978); *Rondó* (1978); *Suite de Danças Tradicionais Portuguesas* (1978); *Hoje há Palhaços*;⁸⁷ Além destas obras originais para banda, Silva Dionísio, Álvaro Salazar, Fernando Lopes Graça e Manuel Faria elaboraram arranjos ou transcrições para banda de peças de compositores reconhecidos.

Finalmente, outra iniciativa de promoção de música original para banda foi levada adiante pela Direcção-geral de Cultura Popular e Espectáculos da SEIT, com a colaboração da FPCCR. A fim de fomentar o trabalho criador dos compositores, desenvolver o estudo da instrumentação de banda e proporcionar novo reportório do género, estes organismos organizaram um concurso anual de composição musical. Foram estabelecidos dois prémios, em homenagem a dois compositores de música para banda, correspondentes a dois diferentes tipos

⁸⁷ André Granjo, “O projecto de encomendas de música para banda da SEC de 1977 a 1983: contextualização e observações iniciais”, p. 238, in J. M. Pedrosa Cardoso e Margarida Lopes de Miranda, *Sons do Clássico: no 100º aniversário de Maria Augusta Barbosa*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

Além das três obras para banda compostas no âmbito do projecto de encomendas da SEC, Maria de Lourdes Martins compôs ainda, em 1959, a obra *Sonatina para Instrumentos de Sopros*.

de constituição instrumental. O Prémio Sousa Morais, no valor de vinte e cinco mil escudos, destinava-se a partituras completas com uma duração entre doze e dezoito minutos, em que à qualidade da inspiração se aliasse originalidade e sentido de renovação e o Prémio Silva Marques, no valor de quinze mil escudos, para uma marcha com a duração máxima de cinco minutos e em que se acusassem as mesmas características requeridas para a peça anterior. Era requisito necessário desse concurso as partituras corresponderem tecnicamente às possibilidades de execução e da formação da generalidade das bandas civis portuguesas. As peças premiadas foram editadas, sob o patrocínio da Direcção-geral de Cultura Popular e Espectáculos e distribuídas gratuitamente às sociedades filarmónicas, sendo que as não vencedoras ficaram disponíveis para bandas interessadas, naquela Direcção-Geral, na FPCCR e em todos os estabelecimentos de música. O júri responsável por avaliar as obras musicais concorrentes era constituído por dois chefes de banda militar, um representante da FPCCR, um chefe de banda civil, um compositor e um representante Direcção-Geral de Cultura Popular e Espectáculos que, apesar de não ter direito a voto, presidia.⁸⁸ Embora

seja uma iniciativa meritória, não temos conhecimento da quantidade das obras concorrentes, da extensão da sua divulgação, nem da regularidade da interpretação dessas obras.

O caso das filarmónicas do concelho de Águeda

Nas últimas décadas do Estado Novo as filarmónicas aguedenses estagnaram sob diversos aspectos, designadamente, ao nível do repertório habitualmente interpretado, na influência militar nos uniformes usados, na inexistência de escolas de música devidamente organizadas e no predomínio de elementos masculinos de faixa etária elevada, além das dificuldades de recrutamento de músicos e, conseqüentemente, uma quantidade deficitária de instrumentistas. A permanência do mesmo regente em cada uma das bandas durante várias décadas foi outro obstáculo à inovação e à modernização, tal como a escassa qualidade dos instrumentos musicais e a inexistência de um edifício sede com condições aceitáveis. Contudo, a partir de meados da década de 1970 e, sobretudo, no decorrer do decénio seguinte ocorreu uma fase de mutação nas bandas de Águeda marcada por uma conjugação de acontecimentos e factores, como a substituição dos instrumentos velhos de diapasão brilhante por novos de diapasão normal, construção ou remodelação dos edifícios sede,

⁸⁸ ANTT, SNI, Cx 5547, *Regulamento do Concurso de Composição para Banda e da criação do Dia das Filarmónicas*, SEIT, Sem data.

reestruturação das escolas de música, contratação de maestros profissionais, renovação do repertório e maior disponibilidade de crianças e jovens para integrarem as filarmónicas, incluindo elementos do sexo feminino. Para isto contribuiu a maior disponibilidade financeira das bandas, obtida com o suporte de personalidades e instituições, das quais destacamos a edilidade local. Entre as personalidades, António Soares de Almeida Roque⁸⁹ destacou-se entre os mecenas ligados à indústria local. Os apoios financeiros foram especialmente relevantes na edificação de edifícios sede e na compra de instrumentais de diapasão de afinação normal.

Deniz Ramos considera que faz sentido falar-se de dois períodos distintos na história das bandas aguedenses: antes e depois do ano de 1980. No primeiro período este autor retrata as filarmónicas de Águeda da seguinte

forma: “corporação com pouco mais de duas dezenas de executantes, instrumental em diapasão brilhante, regente normalmente oriundo da estante, executantes com naturais limitações técnicas a condicionar as opções de repertórios”. Após 1980, Ramos descreve as mesmas filarmónicas, sobretudo a 12 de Abril, de outra forma: “maestro profissional, instrumental em normal, repertório renovado, cuidados com a formação de executantes”⁹⁰. Às observações de Ramos podemos acrescentar a ausência de elementos do sexo feminino antes da revolução de Abril e o seu predomínio a partir da década de 1980; a organização de bandas juvenis após a década de 1980; a renovação frequente de fardamentos, inspirados em fatos civis; a construção de sedes multifuncionais no decorrer dos anos oitenta e a actuação frequente fora da região da Bairrada, nomeadamente no norte do país. Embora esta pesquisa incida sobretudo nas bandas civis de Águeda, temos a convicção que este é um caso paradigmático de uma parte significativa das filarmónicas em Portugal, como pudemos verificar nos dados apresentados relativos a outros municípios.

A renovação das bandas aguedenses deu-se de forma faseada entre elas, sendo pioneira a Orquestra Filarmóni-

⁸⁹ Reconhecendo o papel de Almeida Roque, as filarmónicas aguedenses desdobraram-se em múltiplas homenagens e atribuição de títulos: Título de Assiduidade, na Banda Nova; Sócio Benemérito da Alvarense, em 1973; Lira de Ouro da Castanheirense, em 1989; Sócio Benemérito da Marcial, em 1993 e Diploma de Benfeitor na 12 de Abril, em 1986. No ano de 1997 foi atribuído o seu nome ao salão de festas desta colectividade. Igualmente, como forma de agradecimento ao que fez pela Banda 12 de Abril, o compositor Amílcar Moraes dedicou-lhe uma marcha que em pouco tempo integrou o repertório de inúmeras filarmónicas do norte e centro, denominada precisamente *Comendador António Soares de Almeida Roque*.

⁹⁰ Deniz Ramos. *Da fundação das filarmónicas em Águeda*. Águeda, Câmara Municipal de Águeda, 2013, 199-200.

ca 12 de Abril, de Travassô, cujas mudanças e inovações ocorreram a partir de 1980, após a contratação de um maestro jovem e profissional —João Neves— suportado por um mecenas especialmente empenhado em renovar este agrupamento, António Almeida e Silva. Consequentemente, foi renovado o repertório da banda (com a inclusão de diversas obras musicais inspiradas em temas anglo-saxónicos e latino-americanos), foram substituídos os velhos instrumentos de diapasão brilhante por outros de afinação normal, foi edificada uma nova sede e apostou-se na formação musical de elementos, mediante a organização de uma academia de música (embora não oficializada) coordenada por um professor que não era o maestro, como era comum noutras bandas. Maria Vasconcelos considera que, no início da década de 1980, a Banda 12 de Abril entrou numa segunda fase caracterizada pela inovação e incentivada, sobretudo, por António Almeida e Silva. Segundo esta autora, numa primeira fase António Silva deu prioridade à vertente financeira da banda —captando apoios e subsídios para a renovação instrumental e conseqüente abandono do diapasão de afinação brilhante— e à contratação de um maestro qualificado⁹¹. Do ponto de vista artístico, João

⁹¹ Maria João Pinto Vasconcelos, *A orquestra Filarmónica 12 de Abril: um agrupamento em mudança (1980-2006)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa,

Neves teve um papel crucial e impôs na banda um estilo muito próprio. Além de introduzir a comumente designada música ligeira no repertório habitual da banda, criou uma banda juvenil, em 1982, com o objectivo de aproximar as crianças da banda: “Isso [a banda juvenil] foi muito importante na altura porque cativou muita gente. Chegou a ter quase cinquenta elementos (...) e depois passaram muitos para a outra banda (...)”⁹². Na óptica de Ana Assunção, João Neves lançou as bases do que havia de ser uma banda diferente no país. Rompeu-se com o classicismo tradicional das bandas estilo marcial para dar início a uma banda orquestra muito mais do agrado dos jovens⁹³. O nível artístico da banda cresceu e, no ano de 1983, venceu o segundo prémio num concurso de bandas organizado pelo jornal *O Comércio do Porto*. No ano seguinte, em 1984, alcançou o quinto lugar no Concurso Nacional Sol de Verão, organizado pela empresa EDP e, em 1991, venceu o primeiro prémio do Concurso internacional de Bandas da Lourinhã⁹⁴. Nessa fase de inovação, António Silva destaca a forma como

2007, 42.

⁹² Entrevista a Neves.

⁹³ Ana Paula Assunção, *Museu Etnomúsica da Bairrada – A arte dos sons*. Oliveira do Bairro, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 2005, p. 21.

⁹⁴ AA.VV, *A música é a alma do povo*, 41.

os músicos começaram a ser considerados pela sociedade envolvente, muito diferente de períodos antecessores:

Foi em 1980. Havia um indivíduo que era o responsável por fiscalizar a aparência do músico, havia outro pelo estado dos instrumentos (...). E a partir daí as coisas começam a mudar e depois o músico começou a ser olhado de outra maneira e até as pessoas de bem, vamos chamar-lhe, as pessoas que estavam melhor na vida, começaram a achar que era bom que os filhos aprendessem música. Porque começaram a ver os músicos serem um exemplo e são. Sabe porquê? Os que vão para o futebol, um dá uma canelada e o outro dá outra. Na música o indivíduo que se porta mal é imediatamente chamado à atenção... na Banda de Travassô, a partir desse ano, nunca mais acenderam um cigarro no coreto (...)⁹⁵

Igualmente, em 1980 a Marcial iniciou um novo ciclo quando, após cerca de quatro décadas de liderança musical, o maestro Lemos Rosa foi substituído pelo jovem Silas Granjo. Com o apoio da direção foi operada uma transformação na banda, nomeadamente uma aposta na escola de música, o que originou uma maior afluência de alunos, uma modernização do repertório musical (incluindo a introdução de temas musicais anglo-saxónicos e latino-americanos) e uma aposta nas ro-

marias do norte, onde eram realizadas as principais festas e com maiores orçamentos⁹⁶. Paralelamente foi renovado o instrumental da banda e edificada uma sede multifuncional com o apoio, sobretudo, de emigrantes e mecenas industriais da região.

A revitalização da Banda Castanheirense sucedeu mais tarde do que as congéneres aguedenses. Para isso contribuiu a falta de acessos e o consequente isolamento geográfico da localidade, a pouca relevância da indústria na localidade (que dificultava a angariação de mecenas) e, sobretudo, o baixo número de habitantes na freguesia. Segundo Deniz Ramos, nos anos setenta e, particularmente, a partir de 1980, a situação da Banda Castanheirense agudizou-se, uma vez que os seus responsáveis não acompanharam a renovação e a evolução das restantes bandas aguedenses, que substituíram os instrumentos em diapasão brilhante por outros em tom normal, contrataram maestros profissionais, dinamizaram as suas escolas de música, renovaram o seu repertório e muitos dos seus executantes passaram a frequentar conservatórios. O resultado estava à vista com a significativa melhoria da qualidade artística das congéneres aguedenses⁹⁷. No ano de 1988, os responsáveis do agrupamento apostaram

⁹⁵ Entrevista a Silva.

⁹⁶ Alfredo Barbosa, *A Rambóia*, 53-54.

⁹⁷ Deniz Ramos, *Da fundação das filarmónicas em Águeda*, 134-135.

numa renovação, designadamente, ao nível da direcção musical e da escola de música: “contratou-se um jovem e ambicioso músico do concelho que assumiu a direcção técnica da Banda e reorganizou-se a escola de música que passou a funcionar eficazmente”⁹⁸. A principal mutação sucedeu no ano seguinte com a renovação completa do instrumental já abordada na secção “Instrumentos musicais e instalações”.

No ano de 1983, Américo Fernandes evidenciou-se na modernização da Banda Alvarense, dotando-a de reportório musical renovado, novos instrumentos, um novo visual e um regente profissional: Juvenal Marques. Deniz Ramos realça o papel de Fernandes ao evitar o colapso da banda, em 1983, após um período “de acentuado declínio no aspecto artístico”. Além da substituição dos instrumentos de diapasão brilhante e da renovação de fardamentos, este autor destaca a criação de uma escola de música a fim de formar músicos para preencher os desfalcados naipes da banda⁹⁹. Em 1983, este agrupamento era composto somente por trinta e três elementos¹⁰⁰ mas, no ano seguinte, esse número aumentou para cinquenta e dois, além dos trinta e cinco alunos da escola de

música¹⁰¹. Em 1996, a Alvarense era composta por mais de cinquenta músicos, maioritariamente jovens com menos de vinte anos e a sua escola de música era frequentada por mais de três dezenas de aprendizes¹⁰².

Finalmente, após a revolução de Abril de 1974 foram dados dois passos fulcrais para a Banda Nova de Fermentelos: a constituição em Associação Cultural e Recreativa (os estatutos são de 1978, tendo sido alterados em 1989) e a edificação de uma nova sede. O enquadramento da banda num organismo devidamente estruturado no aspecto jurídico permitiu que esta recorresse ao apoio de entidades públicas e privadas. Com a construção de instalações modernas e rentáveis foram angariados associados, cujas cotas geraram receitas¹⁰³. O ingresso do jovem maestro João Neves, em 1986 e a organização de uma banda juvenil e de uma escola de música com aulas diárias ministradas por vários monitores, foi especialmente relevante do ponto de vista artístico e humano.

⁹⁸ António Ferreira, *Banda Castanheirense*, p. 3.

⁹⁹ Deniz Ramos, *Da fundação das filarmónicas em Águeda*, 158.

¹⁰⁰ *Elementos da Banda Alvarense em Janeiro de 1983*, documento cedido por Américo Fernandes.

¹⁰¹ *Circular de 01-06-1984*, documento cedido por Américo Fernandes. Os músicos da banda estavam distribuídos pelos seguintes instrumentos: 1 flauta, 12 clarinetes, 8 saxofones (1 soprano, 3 altos, 3 tenores e 1 barítono), 6 fliscornes, 3 trompetes, 4 clavicornes, 5 trombones, 3 bombardinos, 3 tubas, 2 contrabaixos e 6 elementos na percussão.

¹⁰² Américo Figueira, *Banda Musical Alvarense*, 77.

¹⁰³ AA.VV, *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*, 27.

Em finais da década de oitenta foi fundada neste concelho a União de Bandas de Águeda (UBA), com o objectivo primordial de “pôr termo definitivo à instabilidade no relacionamento entre as cinco corporações musicais do concelho, abrir portas ao diálogo franco e construtivo para favorecer o espírito de grupo”¹⁰⁴. Esta associação teve um papel determinante na pacificação e restabelecimento de relações entre diversas filarmónicas do concelho de Águeda, muito especialmente entre as duas de Fermentelos, que estavam de relações cortadas há mais de quarenta anos. Anualmente e de forma alternada entre cada uma das bandas aguedenses, a UBA organiza um festival de bandas com a participação das cinco bandas do concelho.

Considerações finais

Após um quarto de século que consideramos de estagnação, em particular nas bandas aguedenses, a partir de meados dos anos de 1970 e sobretudo na década seguinte, a maioria das filarmónicas foi alvo de um processo de mutações e intensas reconfigurações suficientes para se falar numa renovação e reflorescimento da sua actividade, pese embora a persistência de problemas de ordem material e a deca-

dência de algumas bandas. Essa revitalização deveu-se a uma conjugação de transformações, das quais, a maior disponibilidade de recursos humanos teve particular relevância. Neste âmbito, foi crucial a diminuição da emigração, o fim da Guerra Colonial, a abertura da banda a elementos do sexo feminino, em paralelo com a progressiva atracção que começou a exercer nos rapazes devido, sobretudo, às melhores condições materiais das filarmónicas e à tipologia mais apelativa do repertório musical interpretado a partir da década de oitenta. Além do aumento da dimensão humana das filarmónicas, a maior disponibilidade de elementos levou à reactivação de inúmeras bandas e à fundação de outras. Ainda sobre o ponto de vista humano, a faixa etária média dos músicos diminuiu consideravelmente, o que constituiu outro atractivo para os jovens, que não se identificavam com o elevado número de músicos de idade avançada das décadas precedentes.

Apesar de todas as mutações políticas, económicas, sociais e culturais emergidas após o 25 de Abril de 1974, a frágil situação financeira das bandas civis pouco se alterou durante cerca de uma década marcada pela conflitualidade e instabilidade política, económica e social. Só a partir de meados dos anos oitenta, coincidentes com a entrada de Portugal na CEE, os municípios —principais financiadores das bandas de música— alcançaram uma autono-

¹⁰⁴ Deniz Ramos, *Da fundação das filarmónicas em Águeda*, 158.

mia e disponibilidade financeira capaz de apoiar iniciativas locais, incluindo as filarmónicas. No âmbito dos apoios financeiros também foram relevantes os mecenas locais, sobretudo em regiões industrializadas e os donativos de emigrantes. O espaço performativo privilegiado destes agrupamentos musicais continuou a ser as festas religiosas e os eventos tauromáquicos, consoante a região, em paralelo com a participação em encontros e festivais de bandas, incluindo noutros países. Ao longo desse decénio a maioria das bandas civis optou pela oficialização, mediante a integração numa associação de carácter cultural, musical ou recreativo, uma decisão imprescindível para a captação de apoios públicos, sobretudo do poder local. As limitações financeiras das filarmónicas nos anos imediatos à revolução Abril dificultaram a reparação e a substituição dos instrumentos musicais, um problema acentuado pela necessidade de mais instrumentos, face à procura dos jovens por estes agrupamentos. A maior disponibilidade financeira dos órgãos do Poder Local a partir de meados da década de oitenta e a consequente possibilidade de apoio material e financeiro às bandas de música, possibilitou o concerto e a aquisição de instrumentos musicais e outro tipo de material, além da edificação de novas sedes com capacidade para diferentes actividades e valências que permitiram a aproximação do público. O apoio financeiro dos

municípios foi igualmente fundamental para a substituição dos instrumentos de diapasão de afinação brilhante, por outros de afinação normal, e para o alargamento *tímbrico* das bandas mediante a inclusão de instrumentos musicais até então inexistentes nas bandas civis. Alguns desses instrumentos, sobretudo do naipe da percussão, foram essenciais para a interpretação de novos estilos musicais especialmente atraentes para a juventude, como as selecções musicais de temas latino-americanos e anglo-saxónicos, não obstante a desafinação de algumas bandas causada pela mistura de dois diapasões de afinação uma consequência da incapacidade financeira de substituir todos os instrumentos em simultâneo. Estas metamorfoses, algumas delas dispendiosas, contribuíram para o reflorescimento das bandas civis. Refira-se também a estabilização de um padrão de instrumentação em muitas bandas, influenciado pelas partituras dos principais compositores de música original para banda amplamente divulgadas a partir da década de 1980, a par de uma formação mais sólida dos regentes.

Demonstramos que a criação ou remodelação de escolas de música no seio das colectividades (que progressivamente admitiram raparigas) foi outra mutação determinante para o progressivo reflorescimento das filarmónicas em Portugal, no derradeiro quarto da centúria vigésima. O ensino

praticado nessas escolas especializou-se ao aproximar-se dos modelos praticados em academias e conservatórios de música, mediante a adopção de novas metodologias de ensino e uma maior especialização dos formadores, o que levou a menos desistências de aprendizes. Corroboramos também que, nos anos imediatos à revolução de Abril multiplicaram-se os estabelecimentos oficiais de ensino musical, frequentados também por músicos de bandas, alguns deles posteriores regentes e formadores nas respectivas bandas. Ao nível formativo foi igualmente relevante o papel de diversos organismos na organização de concursos, festivais, colóquios, intercâmbios de bandas, cursos de formação e estágios, não só para músicos, como para directores e regentes. Aliás, a formação de maestros foi uma das vertentes de formação mais disponibilizadas.

A tipologia do reportório musical habitualmente interpretado pelas filarmónicas não sofreu alterações relevantes no prelúdio da democracia, opostamente a outras mutações ocorridas. As bandas persistiram em interpretar transcrições de obras orquestrais, marchas, hinos, fantasias e rapsódias de temas populares portugueses. Verificamos, porém, que ao longo da década de oitenta, paralelamente a esta tipologia de reportório, muitas bandas integraram no seu reportório arranjos musicais de temas anglo-saxónicos e latino-americanos, embora de forma

muito progressiva e com reservas por parte dos músicos e público mais velho. Aquele fenómeno só foi viável graças à maior capacidade financeira das bandas em adquirir instrumentos essenciais à interpretação desse tipo de música, bem como a contratação de jovens maestros e a mudança de mentalidades nos dirigentes das filarmónicas. Quanto aos compositores portugueses interpretados, além dos que continuaram activos, apareceram outros, alguns dos quais autores de arranjos de temas anglo-saxónicos e latino-americanos. Embora com fraca aderência entre as filarmónicas, neste período apareceram várias obras escritas originalmente para banda, algumas delas elaboradas no âmbito de encomendas e concursos de composição.

Especificamente nas filarmónicas de Águeda, faz sentido pensar os anos oitenta como uma década de transmutações. Antes deste decénio elas permaneceram estáticas a vários níveis — mencionados no corpo do artigo — e no decorrer da década de oitenta foram embaladas por uma lufada de ar fresco proveniente de uma confluência de metamorfoses, das quais destacamos a maior disponibilidade, quer de recursos humanos (destaque para o ingresso de elementos do sexo feminino), quer ao nível financeiro e material das bandas, a mudança de mentalidades nos responsáveis directivos (que contrataram regentes jovens e profissionais), a construção de novas

sedes multifuncionais, a renovação de instrumentais e fardamentos (agora inspirados em fatos civis e não em uniformes militares, como anteriormente), a adopção de repertório musical mais atractivo para a juventude e, sobretudo, a aposta na formação musical dos músicos mediante a organização ou remodelação de escolas de música. Convictamente, consideramos o caso das filarmónicas aguedenses um exemplo paradigmático nas bandas civis de Portugal, fornecedor de um óptimo retrato de uma parte signi-

ficativa destes agrupamentos musicais após a queda do regime ditatorial.

A maioria dos assuntos aqui tratados nunca foi objecto de qualquer estudo, o que faz com que este trabalho inédito seja um contributo para o conhecimento e venha colmatar, ainda que modestamente, uma lacuna na diversa bibliografia geral relacionada com bandas civis em Portugal. A título sugestivo, seria de todo o interesse encetar pesquisas em filarmónicas de outros concelhos, não só no período a que corresponde o nosso estudo, como de épocas anteriores e posteriores.

Arquivos

Arquivo Nacional Torre do Tombo, SNI, Cx. 5672, Cx. 5547.

Museu da Música Portuguesa – *Casa Verdades de Faria, Espólio Particular de Fernando Lopes Graça*, Caixa S1, Código 013.

Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire do Museu Municipal de Loures, *Espólio Pessoal de Marcos Romão*, Cota ROMA-505.

Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, *Espólio de Silva Dionísio*, Envelopes BF1, BF2, CR8, RJ1.

Periódicos

Diário de Notícias: 12-12-84, 26-11-1983; *Arte Musical*: 01-01-1930, 10-07-1932, 20-10-1931; *A voz de Águeda*: 05-08-1983.

Entrevistas

Adail Rosa, José Moreto, Fausto Lemos, António Ferreira, Albertino Monteiro, Américo Fernandes, Abílio Lopes, António Pepino, João da Ana, António Silva, Mário Neves, Águeda, 2014.

Trabalhos não publicados:

Actuações em 1984, documento cedido por Américo Fernandes.

Elementos da Banda Alvarense em Janeiro de 1983, documento cedido por Américo Fernandes.

Circular de 01-06-1984, documento cedido por Américo Fernandes.

II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica, Programa da Final, Lisboa: 1971.

Dionísio, Silva, *Plano de Actividades Musicais*, Lisboa, Departamento de Actividades Culturais do INATEL: 1980.

Ribeiro, Margarida. “Relatório da Secção de Etnografia e Sociedades Recreativas”, Trabalho apresentado no *I Colóquio de Bandas de Bandas Cívicas e Filarmónicas*, Santarém: não publicado, 1971.

Santana, Vera e Ramos, Margarida. *As bandas*, trabalho manuscrito para a cadeira de Cultura Portuguesa I – FCSH-UNL: não publicado, [s.d.].

Bibliografia

AA.VV. *A música é a alma do povo – Orquestra Filarmónica 12 de Abril*. Águeda: Sociedade Recreativa e Musical 12 de Abril / Orquestra Filarmónica de Travassô, 2003.

AA.VV. *Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos*. Águeda: Banda Nova de Fermentelos, 2001.

AA.VV., *Amílcar da Fonseca Morais*. Águeda: ed. C.M. Oliveira do Bairro/ Museu de Etnomúsica da Bairrada, 2013.

Assunção, Ana Paula. *Museu Etnomúsica da Bairrada – A arte dos sons*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 2005.

Baltazar, Manuel. “Problemas das bandas civis e sua possível solução”. In *Colóquio Sobre Música Popular Portuguesa — Comunicações e Conclusões (1979)*. Lisboa: INATEL, 1984.

Bandasfilarmónicas.com [consultado em 8 de Março de 2015].

Barbosa, Alfredo. *A Rambóia – Banda Marcial de Fermentelos: 140 anos de história*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009.

Biu, Humberto. “A valorização das bandas de música”. In *Colóquio sobre música popular portuguesa – comunicações e conclusões (1979)*. Lisboa: INATEL, 1984.

Expresiones de lo singular latinoamericano en los ensayos de Alejo Carpentier (1904-1980), Octavio Paz (1914-1998), Gabriel García Márquez (1927-2014) y Mario Vargas Llosa (1936)
Expressions of Latin American singularities in the essays of Alejo Carpentier (1904-1980), Octavio Paz (1914-1998), Gabriel García Márquez (1927-2014) and Mario Vargas Llosa (1936)

“Recibido el 22 de junio del 2018, aceptado el 1 de julio del 2018”

Elizabeth Cristina Matallana Penagos*

Resumen

Octavio Paz en sus ensayos *El pachuco y otros extremos* (1950) y *La inteligencia mexicana* (1950), al igual que Alejo Carpentier (1904-1980) en *De lo real maravilloso americano* (1967) y *Conciencia e identidad de América* (1975), se dieron a la tarea de conjurar una serie de respuestas frente a las singularidades latinoamericanas insertas en una tradición universal; tal tarea fue emprendida también por Gabriel García Márquez (1927-2014) en *La soledad de América Latina* (1982) y *Por un país al alcance de los niños* (1994); finalmente Mario Vargas Llosa (1936) se expresó al respecto en *¿Libertad para los libres?* (1983) y *Dentro y fuera de América Latina* (2005). Las obras narrativas de estos escritores fueron vitales en la consolidación de una literatura latinoamericana, pero es válido señalar que otro tanto sucedió con su amplia producción intelectual,

* Elizabeth Cristina Matallana Penagos, Filóloga Hispanista, Universidad de Antioquia.

específicamente en los ensayos ya nombrados. El ensayo, sin lugar a duda, es un género que permitió la transmisión de ideas, lo que lo hace un “potencializador” de la enunciación discursiva, y de allí que sea posible establecer los “ideologemas”, o instrumentos translingüísticos que brindan información acerca de las coordenadas históricas y sociales del texto, y que para el caso específico de este trabajo se encuentran presentes en los diferentes discursos sobre este territorio denominado América Latina. De esta manera, la meta de este estudio es analizar las expresiones de lo singular latinoamericano en estos autores a través de los ideologemas: “soledad”, “mestizaje”, “maravilla”, “mito” y “viaje”.

Palabras clave: América Latina, Literatura del siglo XX, Ensayo, Ideologema, Alejo Carpentier, Octavio Paz, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa.

Abstract

In his essays *El pachuco y otros extremos* (1950) and *La inteligencia mexicana* (1950) Octavio Paz (1914-1998) as well as Alejo Carpentier (1904-1980) in *De lo real maravilloso americano* (1967) and *Conciencia e identidad de América* (1975), gave themselves the task of conjuring up a series of responses to Latin American singularities embedded in a universal tradition; this task was also undertaken by Gabriel García Márquez (1927-2017) in *La soledad de América Latina* (1982) and *Por un país al alcance de los niños* (1994); finally, Mario Vargas Llosa (1936) expressed about it in *¿Libertad para los libres?* (1983) and *Dentro y fuera de América Latina* (2005). The narrative works of these writers were vital in the consolidation of the Latin American literature, but it is valid to point out that the same happened with their extensive intellectual production, specifically in the essays already mentioned. The essay, without a doubt, is a genre that allowed the transmission of ideas, what makes it a “potentiator” of the discursive enunciation, and from there we allow ourselves to establish the “ideologemas”, or translinguistic instruments that provide information about the historical and social coordinates of the text, and that for the specific case of this work are present in the different discourses on this territory denominated Latin America. In this way, the goal of this study is to analyze the expressions of the Latin American singularities in these authors through the ideologemas: “loneliness”, “miscegenation”, “wonder”, “myth” and “travel”.

Keywords: Latin America, 20th Century literature, Essay, “Ideologema”, Alejo Carpentier, Octavio Paz, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa.

Introducción

*Si somos nosotros los que nos sentimos distintos, ¿qué nos hace diferentes, y en qué consisten esas diferencias?*¹

Alejo Carpentier (1904-1980), Octavio Paz (1914-1998), Gabriel García Márquez (1927-2014) y Mario Vargas Llosa (1936), son escritores cuyas obras narrativas fueron vitales en la consolidación de una literatura latinoamericana; ellos, en su amplia producción intelectual, han dado cuenta de una realidad latinoamericana singular que difiere de la europea, aunque se alimente de ella y sean evidentes sus influencias. Dentro de sus obras se pueden identificar textos que pertenecen al género de las ideas, es decir, al ensayo. Mediante el ensayo dichos autores presentan una clara intención de generar una imagen continental desde diferentes perspectivas o vivencias.

Así pues, el ensayo ha sido elegido como vehículo de ideas para expresar una identidad común latinoamericana desde el siglo XIX, tal como lo afirma Juan Guillermo Gómez García: “la intelectualidad hispanoamericana del siglo XIX creó, gracias al ensayo, una cultura autónoma, independiente del trono peninsular del que había parti-

do”². En consecuencia, este trabajo que iniciaron los intelectuales latinoamericanos del siglo XIX, tuvo continuidad con ideas y estilos distintos en varios autores emblemáticos del siglo XX, entre ellos, los autores objetos de estudio de la presente investigación. Se podría aseverar, en este sentido, que Carpentier, Paz, García Márquez y Vargas Llosa han aportado a la construcción de diferentes imágenes acerca del ser de América Latina y de cada uno de los países a los que pertenecen.

Por su parte, Liliana Weinberg suscita que “el ensayo ha dado muestras de una creciente vitalidad e importancia como miembro destacado de la familia de los géneros en América Latina”³. Su declaración se basa en el hecho de que las características del ensayo lo hacen un género prolífico en este contexto, por lo que Weinberg, además, afirma:

La propia apertura y dinámica del ensayo, su flexibilidad y la permanente posibilidad que establece de tender puentes entre la escritura del yo y la interpretación del mundo [...] son elementos que hacen del ensayo una forma clave, una herramienta fundamental en el quehacer creativo y reflexivo propio del ámbito cultural latinoamericano.⁴

¹ Octavio Paz, “El pachuco y otros extremos”, en *El laberinto de la soledad, Posdata, Vuelta a El Laberinto de la Soledad En El laberinto de la soledad, Posdata, Vuelta a El Laberinto de la Soledad* (México: Fondo de Cultura Económica, 2009), 33-34.

² Juan Guillermo Gómez García, *El descontento y la promesa* (Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2003), 21.

³ Liliana Weinberg, *Umbrales del Ensayo* (México: UNAM, 2014), 111.

⁴ *Ibid.*, 111-112.

Algunos de los ensayos mencionados anteriormente fueron escritos para pronunciarse a modo de discurso, esto se debe a que uno de los principales rasgos de este género es su carácter dialógico, de ahí que se puedan relacionar los textos de Paz, Carpentier, García Márquez y Vargas Llosa con el trabajo de la investigadora brasileña Irlemar Chiampi denominado *El discurso ideológico sobre América*. En este texto Chiampi se interesa por describir algunos tópicos o ideogramas que se identifican en los diferentes discursos sobre América Latina⁵, ante esto queda claro que “la indagación

⁵ El término ideograma que en un primer momento se le atribuye a la teórica literaria Julia Kristeva, hace parte del corpus conceptual de la semiótica. Es importante señalar que la semiótica se ocupa de cualquier cosa que pueda considerarse como signo. Y signo, por lo demás, es cualquier cosa que pueda considerarse como sustituto significante de cualquier otra. Una vez considerado lo anterior, se concluye que son muchas las cosas que desde la investigación hacen parte del dominio semiótico, y, de este modo, se llegó al estudio social de los ideogramas, los cuales tienen un vasto sistema de significaciones dentro de la comunicación social; así es como el ser humano realiza actos que cualquier otro percibe como artificios señalatorios, que revelan alguna otra cosa, aun cuando el emisor no sea consciente de las propiedades reveladoras de su comportamiento o discurso. Así, toda obra literaria que depende de la práctica semiótica del signo asume que el texto es un instrumento translingüístico que da una información directa que se puede encontrar en el texto, y hay una información externa que da coordenadas históricas y sociales. A lo anteriormente enunciado se le llamará *ideograma*.

sobre lo que es América, ha sido sistemáticamente, la fuerza propulsora y profundamente vital del pensamiento hispanoamericano”⁶.

Al revisar los discursos y los textos que se han generado sobre América Latina, es posible encontrar varias denominaciones: “América”, “Iberoamérica”, “Hispanoamérica”, atribuidas a un conjunto de países y sociedades con una raíz histórica común y, por ende, con unas realidades similares. No obstante, se ha presentado en los últimos tiempos una inclinación por la denominación “América Latina”, ya que apela a la tradición de tres culturas y países con raíces latinas: España, Portugal y Francia, sin dejar de lado la influencia de los pueblos indígenas y las comunidades africanas. Este conjunto de países lleva años aportando desde diferentes disciplinas a la definición de sus particularidades en medio de su profunda diversidad.

Chiampi analiza en su texto una serie de ideogramas que también están presentes en los ensayos de los autores propuestos para este análisis. En un primer momento, Chiampi ubica el origen del discurso sobre América Latina antes de su existencia histórica, apelando a la afirmación de Alfonso Reyes:

⁶ Irlemar Chiampi, “El discurso ideológico sobre América”, en *El realismo Maravilloso* (Venezuela: Monte Ávila Latinoamericana, 1983), 121.

Y así, antes de ser ésta firme verdad que unas veces nos entusiasma y otras nos desazona, América fue la invención de los poetas, la charada de los geógrafos, la habladería de los aventureros, la codicia de las empresas y, en suma, un inexplicable apetito y un impulso por trascender los límites.⁷

Pero es claro que las crónicas que describen los territorios y gentes de las Indias fueron el punto de partida de los discursos sobre América Latina. En este punto vale la pena enunciar cuáles fueron los ideogramas encontrados por dicha investigadora en su citado texto; ideograma de la crónica: “América como maravilla”, ideograma de la ilustración: “neo-utopía ilustrada”; ideograma postcolonial: “América continente del futuro”; ideograma del positivismo: “América Bárbara”; ideogramas contemporáneos: “América Latina”, “América indígena” y “América Mestiza”.

Ya se ha mencionado la vitalidad de la narrativa de estos autores en el contexto latinoamericano, y por tanto, la constancia y profundidad de los estudios y análisis sobre las mismas. Sin embargo, es más complejo encontrar estudios de largo aliento sobre los textos donde estos autores firman sus opiniones, ideologías, argumentos, posi-

ciones sobre una realidad que no les es ajena. Ante esto, John Skirius afirma que “el ensayo es una meditación escrita en estilo literario; es literatura de ideas, y muy a menudo, lleva la impronta del autor. Es prosa, pero no es ficción”⁸, es decir, a través del ensayo estos autores expresan sus ideas y en estos —a diferencia de sus textos de ficción— se hacen responsables de lo que dicen, firman como autores y no como narradores. De ahí la importancia de revisar las ideas expresadas en los ensayos de Paz, Carpentier, García Márquez y Vargas Llosa sobre las singularidades latinoamericanas.

Tal como se ha señalado, en esta investigación se rastrearon los ideogramas presentes en el discurso de los ensayos de los escritores mencionados, y en dicha búsqueda se encontraron los siguientes: “América Latina un pueblo en trance de crecimiento”, “El viaje: un camino hacia la conciencia de América Latina como una comunidad cultural”, “El mestizaje latinoamericano, ¿un Rasgo Distintivo o un Rasgo Padecido?”, “Lo maravilloso y lo mítico de América Latina”, “La Soledad como tópico Latinoamericano” y “Lo particular y lo universal latinoamericano”.

Asimismo, en los textos elegidos también se encontró que la mayoría

⁷ Alfonso Reyes, “Ultima Tule”, en *Obras completas* (México: Fondo de Cultura Económica, 1962), 29.

⁸ John Skirius, *El ensayo hispanoamericano del siglo XX* (México: Fondo de Cultura Económica, 1981), 9.

de los autores expresaban la creencia en un porvenir mejor para el territorio latinoamericano, sobre todo a nivel social y político, y por ende, se llegó a la conclusión que América Latina era un pueblo en trance de crecimiento, el cual algún día lograría la mayoría de edad. De igual forma, se halló que el viaje como experiencia personal había dado lugar a las reflexiones sobre las singularidades del territorio. Además de esto, también se pudo observar la dialéctica que compone el mestizaje como rasgo definitorio de los pueblos latinoamericanos. Ya Chiampi en su trabajo había hablado de lo maravilloso y lo mítico en el discurso sobre América. Finalmente, se puede señalar que estos autores expresaban las singularidades latinoamericanas dentro de una tradición universal.

América Latina un pueblo en trance de crecimiento

*La historia de nuestra América ha de ser estudiada como una gran unidad, como la de un conjunto de células inseparables para acabar de entender realmente lo que somos, quienes somos y qué papel es el que vamos a desempeñar en la realidad que nos circunda*⁹.

⁹ Alejo Carpentier, "Conciencia e identidad de América", en *Ensayos Selectos* (Buenos Aires: Corregidor, 2003), 165.

Octavio Paz ha dado a entender que América Latina es un pueblo adolescente que viene adquiriendo conciencia de la singularidad de su ser, y ante esto afirma: "a los pueblos en trance de crecimiento les ocurre que su ser se manifiesta como interrogación: ¿qué somos y cómo realizaremos eso que somos?"¹⁰. América Latina como unidad cultural vista por Paz está en el proceso de descubrirse a sí misma, de adquirir conciencia de su ser. En ese sentido, este último autor parece estar de acuerdo con García Márquez en su afirmación: "no acabamos de saber quiénes somos"¹¹. La estimación de América Latina como un continente de futuro y novedad también la encuentra Chiampi al aseverar que: "en Europa brota la imagen de la América joven, depósito de potencialidades, reserva de la historia, destinada a la suprema vocación de reformar al Hombre"¹²; de igual manera, dicha creencia en el porvenir de Latinoamérica también la manifestó Gabriel García Márquez en su ensayo *Por un país al alcance de los niños*, cuando expresaba que:

Las condiciones están dadas para el cambio social, y la educación será su órgano maestro. Una educación, des-

¹⁰ Octavio Paz, "El pachuco...", 33-34.

¹¹ Gabriel García Márquez, "Por un país al alcance de los niños" *Américas* Vol: 49: n.º 06 (1997): 28.

¹² Irlemar Champi, "El discurso ideológico...", 133.

de la cuna hasta la tumba, inconforme y reflexiva, que inspire un nuevo modo de pensar e incite a descubrir quiénes somos.¹³

No obstante, hay intelectuales europeos y latinoamericanos detentores de estas aseveraciones, ya que han visto la resistencia de los países latinoamericanos en la implantación de sistemas progresistas europeos o norteamericanos. Ante estas voces contradictorias se pronunció García Márquez en su texto *La soledad de América Latina*, señalando: “es comprensible que insistan en medirnos con la misma vara con que se miden a sí mismos”¹⁴. Esta última frase hace parte del discurso del Nobel; en él, el escritor colombiano se dirigió a un auditorio compuesto en su mayoría por intelectuales europeos, en el cual cierra diciendo: “sin recordar que los estragos de la vida no son iguales para todos y que la búsqueda de la identidad propia es tan ardua y sangrienta para nosotros como lo fue para ellos”¹⁵. Dicha posición escéptica de los intelectuales europeos y norteamericanos que expresa el escritor colombiano frente a las potencialidades latinoamericanas, y, asimismo, la capacidad de estos pueblos para salir adelante y resolver el enigma de su

¹³ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 3.

¹⁴ Gabriel García Márquez, “La soledad de América Latina” *Cuadernos Americanos* Vol: 002, n.º 148 (2014): 210.

¹⁵ *Ibid.*

ser, también inquieta al escritor peruano Mario Vargas Llosa. Así lo expresa en su ensayo *¿Libertad los libres?*, en el cual advierte:

Cuando un intelectual norteamericano o europeo defiende para nuestros países opciones que jamás admitiría en la sociedad propia, manifiesta no creer en la capacidad de los países latinoamericanos para entronizar los sistemas de convivencia y libertad que ha hecho de los países occidentales lo que son.¹⁶

Vargas Llosa argumenta que siempre asoma entre los intelectuales europeos o norteamericanos una “duda esencial sobre la aptitud de nuestros países para ser democráticos”¹⁷. Es necesario aclarar que este intelectual peruano tiene la firme creencia de que América Latina está en un proceso de crecimiento, que ha dado y seguirá dando la batalla por la libertad, pero que esta batalla “tendrá que librarla sola”¹⁸, ya que entre los obstáculos se encontrará con “la incompreensión de aquellos quienes tenemos por modelos y a quienes creemos nuestros aliados”¹⁹.

¹⁶ Mario Vargas Llosa, “¿Libertad para los libres?”, en *Sables y utopías: visiones de América Latina* (Bogotá: Aguilar, 2010), 273.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

De igual modo, el mencionado autor peruano expresa en su ensayo *Dentro y fuera de América Latina*, que desde el momento que empezó a sentirse latinoamericano y empezó a interesarse por todo lo que rodea la realidad de esa denominación, ha tenido la ilusión de “una América Latina libre, próspera, impregnada con la cultura de la libertad”²⁰. No obstante, dicha ilusión ha pasado del optimismo al escepticismo constantemente debido a los diferentes acontecimientos que le hacen creer a Vargas Llosa que si bien América Latina ha encontrado el rumbo democrático, ocasionalmente se cae de nuevo en el autoritarismo y en la violencia.

Por otro lado, Carpentier en su ensayo *Conciencia e identidad de América*, traza el camino para que los pueblos latinoamericanos tengan absoluta conciencia de sí, para que lleguen a ser y para que culmine su trance de crecimiento. “El hombre nacido en las ciudades de América Latina tiene el deber ineludible de conocer a sus clásicos americanos, de releerlos, de meditarlos, para hallar sus raíces, sus árboles genealógicos de palmera o de ceiba”²¹.

Sobrevive en estos intelectuales latinoamericanos la creencia en un por-

venir de mejores condiciones para sus pueblos. Frente a esto García Márquez expresó en su ensayo *La soledad de América Latina* que se sentía con

El derecho de creer que todavía no es demasiado tarde para emprender la creación de la utopía contraria. Una nueva y arrasadora utopía de la vida, donde nadie pueda decidir por otros hasta la forma de morir, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra.²²

Más adelante se verá cómo ese camino hacia la definición de unas singularidades ha sido un derrotero muy difícil no solo por los obstáculos, sino también por la abrumadora soledad de este proceso. Y es que “el descubrimiento de nosotros mismos se manifiesta como un sabernos solos; entre el mundo y nosotros se abre una impalpable, transparente muralla: la de nuestra conciencia”²³.

Finalmente, estos autores dejan ver, entre líneas, una cierta esperanza de un destino mejor para sus pueblos y reconocen que, por lo menos, en las letras América Latina ya ha configurado sus propios méritos. Ante esto García Márquez se pregunta: “¿Por qué la originalidad que se nos admi-

²⁰ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera de América Latina”, en *Sables y utopías: visiones de América latina* (Bogotá: Aguilar, 2010), 346.

²¹ Alejo Carpentier, “Conciencia e identidad...”, 160.

²² Gabriel García Márquez, “La soledad...”, 211.

²³ Octavio Paz, “El pachuco...”, 33.

te sin reservas en la literatura se nos niega con toda clase de suspicacias en nuestras tentativas tan difíciles de cambio social?”²⁴. Esta última pregunta se la hace el escritor colombiano a un auditorio europeo, y dicha interpelación tiene gran vínculo con las ideas expresadas por Vargas Llosa en el mencionado ensayo *¿Libertad para los libres?*, donde también cuestiona a los europeos por su persecución de las infamias sociales latinoamericanas: “parece que lo único que les importa es mostrar el error y el horror (aunque sean ficticios)”²⁵.

El viaje: un camino hacia la conciencia de América Latina como una comunidad cultural

*A todos, en algún momento, se nos ha revelado nuestra existencia como algo particular, intransferible y precioso*²⁶.

Alejo Carpentier al inicio de su ensayo *De lo Real Maravilloso Americano* describe varios viajes que hace a diferentes lugares del mundo, entre ellos: la República Popular de China, Asia Central, La Unión Soviética, etc., y, en ese sentido, habla de su impresión sobre dichos lugares y, a su vez, reconoce la ausencia de elementos que tuvo para comprender tantas

realidades que pudo observar. Luego en el mismo ensayo se sitúa de nuevo en su continente y se expresa sobre la realidad que bien conoce y que aún le asombra: “Vuelve el latinoamericano a lo suyo y empieza a entender muchas cosas”²⁷, con esta afirmación Carpentier evidencia que el viaje aportó a su comprensión sobre el continente americano y las particularidades de los pueblos latinoamericanos.

Cabe señalar que Carpentier no es el único en atribuir la conciencia de las particularidades de América Latina como una comunidad cultural al viaje, también es el caso de Octavio Paz en su ensayo *El pachuco y otros extremos* donde reconoce que “basta, por ejemplo, con que cualquiera cruce la frontera para que, oscuramente, se pregunte por las singularidades de su pueblo”²⁸, y confiesa que “muchas de las reflexiones sobre la cultura de su pueblo surgieron fuera de él, durante dos años de estancia en Estados Unidos”²⁹. El viaje, en consecuencia, aporta en su mirada distanciada, y en contraste con otras culturas, a la conciencia del ser latinoamericano. Así lo afirma Víctor Hugo Ramos: “las identidades se construyen en las relaciones del yo con el otro, del nosotros con los

²⁴ Gabriel García Márquez, “La soledad...”, 209.

²⁵ Mario Vargas Llosa, “¿Libertad para los libres?”, 274.

²⁶ Octavio Paz, “El pachuco...”, 33.

²⁷ Alejo Carpentier, “De lo real maravilloso americano”, en *Ensayos Selectos* (Buenos Aires: Corregidor, 2003), 113.

²⁸ Octavio Paz, “El pachuco...”, 37.

²⁹ *Ibid.*

otros como ente intrínsecamente social que es el ser humano”³⁰.

Del mismo modo, Vargas Llosa se descubre como latinoamericano a través de un viaje, tal como lo deja saber en su citado ensayo *Dentro y fuera de América Latina*:

Yo descubrí América Latina en París, es los años sesenta. Hasta entonces había sido un joven peruano que, además de leer escritores de mi propio país, leía casi exclusivamente a escritores norteamericanos y europeos [...] en París la ciudad que se convirtió en palabras de Octavio Paz en la capital de la literatura latinoamericana.³¹

De igual forma expresa lo que le generó esta develación:

Mi descubrimiento de América Latina, en esos años, me catapultó a leer a sus poetas, historiadores y novelistas, a interesarme por su pasado y su presente, a viajar por todos sus países y a vivir sus problemas y sus luchas políticas como si fueran mías.³²

Y si bien García Márquez no expresa en sus ensayos una atribución o aporte del viaje a la adquisición de

³⁰ Víctor Hugo Ramos, “La identidad latinoamericana: proceso contradictorio de su construcción-deconstrucción-reconfiguración dentro de contextos globales”, en *Universitas Humanística*, n.º 73 (2012): 19.

³¹ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera...”, 345.

³² *Ibid.*, 346.

su conciencia de singularidad latinoamericana, sí comenta que en el caso particular de los colombianos “se les nota que nunca fueron tan colombianos como al sentirse lejos de Colombia”³³. Por último, es válido afirmar en la voz de Vargas Llosa que “no se puede entender América Latina sin salir de ella”³⁴.

El mestizaje americano: ¿un rasgo distintivo o un rasgo padecido?

*En nuestro territorio conviven no sólo distintas razas y lenguas, sino varios niveles históricos*³⁵.

Carpentier en su ya mencionado ensayo *Conciencia e identidad de América*, también afirma que:

Este suelo americano fue teatro del más sensacional encuentro étnico que registran los anales de nuestro planeta: encuentro del indio, del negro, del europeo de tez más o menos clara, destinados en lo adelante a mezclarse, entremezclarse, establecer simbiosis de culturas, creencias y de artes populares.³⁶

Lo cierto es que la historia universal ha sido una constante mezcla de razas, culturas, religiones, pero el

³³ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 30.

³⁴ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera...”, 351.

³⁵ Octavio Paz, “El pachuco...”, 36.

³⁶ Alejo Carpentier, “Conciencia e...”, 157.

caso de América es particular, ya que en este territorio no sólo se mezclaron pueblos vecinos, sino también pueblos y tradiciones separadas por mares de distancia y con raíces bastante disímiles, y es que “en nuestro territorio conviven no sólo distintas razas y lenguas, sino varios niveles históricos”³⁷.

Sin duda alguna, una de las principales expresiones de la singularidad latinoamericana es el mestizaje, pero este mismo ha sido causante de las más fuertes tensiones y violencias. En esta línea de ideas, García Márquez distingue la cara oscura del mestizaje al establecer que:

Llegaron a distinguirse hasta dieciocho grados de mestizos, y los mismos blancos españoles segregaron a sus propios hijos. Los mestizos estaban descalificados para ciertos cargos de mando y gobierno y otros oficios públicos, o para ingresar en colegios y seminarios.³⁸

Por muchos años en los países latinoamericanos el estatus social lo dictaminaba la “raza”. Además, la peor consecuencia de esta forma de jerarquización social se la llevaron los pueblos de origen africano debido a que se creía que “los negros carecían de todo, inclusive de un alma, no tenían derecho a entrar en el cielo

ni en el infierno, y su sangre se consideraba impura”³⁹. Todos estos factores desembocaron en la desigualdad social que ha caracterizado a los pueblos latinoamericanos, aunque con el paso del tiempo “semejantes leyes no pudieron aplicarse con demasiado rigor por la dificultad de distinguir las intrincadas fronteras de las razas, y por la misma dinámica social del mestizaje”⁴⁰. Y si bien el mestizaje fue bastante marcado en todos los países latinoamericanos, se pueden encontrar diferencias entre algunas regiones, hecho que es observado por Vargas Llosa, dado que para él:

Hay dos américas latinas, una occidentalizada, que habla en español, portugués, francés e inglés (en el Caribe y en Centroamérica) y es católica, protestante, atea o agnóstica, y hay una América Latina indígena que conserva las raíces prehispánicas como en Perú, Ecuador, Bolivia, México y Guatemala. Aunque el mestizaje, por fortuna, está muy extendido y tiende puentes, acerca y va fundiendo estos dos mundos.⁴¹

El mestizaje tiene su propia dialéctica; por un lado, es la insignia de un continente diverso, de la pluralidad que habita los países latinoamericanos, y por otro, ha sido el ogro que ha engendrado las más grandes

³⁷ Octavio Paz, “El pachuco y otros extremos”, 36.

³⁸ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 30.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera...”, 347.

atrocidades y desigualdades sociales, ha sido el padecimiento frecuente en la historia de este territorio. Y es que “en verdad América Latina es a la vez española, portuguesa, india, africana y varias realidades más”⁴².

El mestizaje no solo le dio a América Latina la posibilidad de ser habitada por distintas razas del mundo, sino que enriqueció toda su cosmogonía. “Por la presencia del indio y del negro, por la revelación que constituyó su reciente descubrimiento, por los profundos mestizajes que propició, América está muy lejos de haber agotado su caudal de mitologías”⁴³. No es necesario profundizar mucho en el día a día de los pueblos latinoamericanos para ver cómo el sincretismo —la unión de todas las creencias que a este territorio llegaron— ha conquistado hasta los más lejanos lugares. Aunque los conquistadores pusieron todos sus esfuerzos en homogeneizar los pueblos y en establecer una sola lengua, un solo dios y un solo rey, lo cierto es que:

El mestizaje era ya una fuerza demográfica incontenible. Los miles de esclavos africanos, traídos por la fuerza para los trabajos bárbaros de minas y haciendas, habían aportado una tercera dignidad al caldo criollo, con nuevos rituales de imaginación y nostalgia, y otros dioses remotos.⁴⁴

⁴² *Ibid.*, 349.

⁴³ Alejo Carpentier, “De lo real...”, 121.

⁴⁴ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 30.

Por tanto, no queda más que atribuirle a las expresiones de lo singular latinoamericano la imagen del mestizaje con su carga dialéctica y así “dar a América Latina el perfil de un continente mestizo”⁴⁵, para reconocer que “la riqueza de América latina está en ser tantas cosas a la vez”⁴⁶, y en este sentido se puede concluir con la afirmación de Vargas Llosa cuando sostiene que: “no es exagerado decir que no hay tradición, cultura, lengua y raza que no haya aportado algo a ese fosforescente vórtice de mezclas y alianzas que se dan en todos los órdenes de la vida en América Latina”⁴⁷.

Lo maravilloso y lo mítico de América Latina

*Lo inverosímil es la única medida de la realidad*⁴⁸.

Como ya se ha hecho mención, Alejo Carpentier, Octavio Paz, Gabriel García Márquez y Mario Vargas Llosa, creen en la capacidad del viaje para generar reflexiones sobre las particularidades de los pueblos, incluso la mayoría de ellos le atribuye al viaje su conciencia o comprensión de las singularidades latinoamericanas. En consecuencia, Vargas Llosa dice que es vital observar con los ojos los mitos,

⁴⁵ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera...”, 348.

⁴⁶ *Ibid.*, 349.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 30.

los estereotipos de los extranjeros y la realidad latinoamericana⁴⁹.

Realmente no es una verdad a tientas que las crónicas de indias dejaron estragos en las conciencias colectivas y llenaron de imaginarios el concepto que se tiene sobre América. De ahí que Carpentier también haga evidente una serie de mitos que han sobrevivido hasta nuestros días y hacen parte de las expresiones que generan una singularidad común, así es como habla de los buscadores de la fuente de la eterna juventud, la leyenda del Dorado y la ciudad encantada de los Césares⁵⁰. De hecho, estos mismos fenómenos los menciona García Márquez para referirse a los orígenes de la realidad descomunal latinoamericana.

Por su parte, Chiampi comenta que esta concepción de América como una “maravilla” surgió con los cronistas de indias, quienes asombrados por todo aquello que veían, y frente a la dificultad semántica de nombrar este nuevo mundo, acuñaron el término “maravilla”. De este modo, “el significativo “maravilla” ostenta el complejo significado que los hechos, seres y objetos asumieran para los cronistas”⁵¹.

El ejemplo más directo sobre lo anteriormente mencionado se encuentra en el texto de García Márquez *La*

soledad de América Latina, cuando se refiere a los escritos de Colón:

En su diario de a bordo escribió que los nativos los recibieron en la playa como sus madres los parieron, que eran hermosos y de buena índole, y tan cándidos de natura, que cambiaban cuanto tenían por collares de colores y sonajas de latón. Pero su corazón perdió los estribos cuando descubrió que sus narigueras eran de oro, al igual que las pulseras, los collares, los aretes y las tobilleras; que tenían campanas de oro para jugar, y que algunos ocultaban sus vergüenzas con una cápsula de oro.⁵²

Esta imagen de América Latina como maravilla la heredaron y asumieron, desde una posición reflexiva y crítica, varios intelectuales latinoamericanos del siglo XX. Carpentier fue gran estudioso de las historias de la Colonia y la Conquista, y escribió diversas historias en las que sin duda replanteó ciertos sucesos de dichas épocas, dejando en el aire dudas sobre esas grandes verdades que la Historia ha consagrado. Este autor en su ensayo *De lo real maravilloso americano*, el cual escribió inicialmente como prólogo del libro *El reino de este mundo*, expresa que “en América Latina se dieron monarcas de increíbles empeños muchos más sorprendentes que todos los reyes crueles inventados por

⁴⁹ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera...”, 351.

⁵⁰ Alejo Carpentier, “De lo real...”, 120.

⁵¹ Irlema Chiampi, “El discurso ideológico”, 127.

⁵² Gabriel García Márquez, “La soledad de...”, 209.

los surrealistas”⁵³. Nuevamente se encuentran ejemplos de lo enunciado por García Márquez, quien hace un listado de todos aquellos monarcas latinoamericanos que han dado a entender que “lo inverosímil es la única medida de esta realidad”⁵⁴. Así, cuenta sobre el general García Moreno, quien gobernó a Ecuador durante 16 años como un monarca absoluto, y su cadáver fue velado con su uniforme de gala y su coraza de condecoraciones, sentado en la silla presidencial y sobre el general Antonio López de Santana, el cual fue tres veces dictador de México, además hizo enterrar con funerales magníficos la pierna derecha que había perdido en la llamada Guerra de los Pasteles⁵⁵.

El discurso sobre los acontecimientos maravillosos —casi míticos— de la historia latinoamericana tiene, tal como se puede observar, una lista de acontecimientos y personajes bastante amplia; sin embargo, vale la pena mencionar el caso de Rubén Darío, pues “una América Central poblada de analfabetos, produce un poeta —Rubén Darío— que transforma toda la poesía de expresión castellana”⁵⁶. Todos estos hechos que se jactan de verdad histórica y que rosan con la fantasía, fueron el sustento de lo “Real maravilloso” y del “Realismo Mágico”.

Aunque mientras el “Realismo Mágico” es un concepto estético en tanto que alude a un procedimiento para crear una obra de arte, lo “real maravilloso” es un concepto ontológico en la medida en que se refiere al modo de ser de una determinada realidad⁵⁷.

Asimismo, García Márquez describió la realidad latinoamericana como:

Una realidad que no es la del papel, sino que vive con nosotros y determina cada instante de nuestras incontables muertes cotidianas, y que sustenta un manantial de creación insaciable, pleno de desdicha y de belleza.⁵⁸

Ya se ha mencionado que el mestizaje dejó como legado una lista difícil de dimensionar en cosmogonías, creencias, rituales, canciones y dioses. En este territorio se encontró el Dios supremo de los españoles con Yemayá y con la Pachamama. Y toda alusión a lo maravilloso latinoamericano tiene que ver de una u otra forma con esa riqueza de cosmogonías. De esta manera, “lo Real Maravilloso es patrimonio de América entera, donde no se ha terminado de establecer todavía el recuento de sus cosmogonías”⁵⁹.

⁵³ Alejo Carpentier, “De lo real...”, 119.

⁵⁴ Gabriel García Márquez, “Por un país...”, 30.

⁵⁵ Gabriel García Márquez, “La soledad de...”, 211.

⁵⁶ Alejo Carpentier, “De lo real...”, 114.

⁵⁷ Alexis Márquez, *Ocho veces Alejo Carpentier* (Venezuela: Grijalbo, 1992), 78.

⁵⁸ Gabriel García Márquez, “Por un país al alcance de los niños”, 29.

⁵⁹ Alejo Carpentier, “De lo real...”, 120.

Hasta aquí queda claro que “la concepción de lo maravilloso americano, una imagen poética fundadora, un primer atributo capaz de llenar el vacío y de iniciar la construcción de un ente diferenciado de Europa”⁶⁰, fue una concepción ampliamente aceptada hasta el siglo XX, e incluso hasta la actualidad.

En este sentido, García Márquez rinde tributo a todas las realidades míticas de América Latina al reconocer que los más célebres escritores de este territorio han tenido que pedirle muy poco a la imaginación porque el desafío mayor para ellos ha sido la insuficiencia de los recursos convencionales para hacer creíble la vida⁶¹ y la realidad cotidiana.

A modo de cierre vale aclarar que los pensadores latinoamericanos se han pronunciado frente a la vital tarea de revisar la historia de estos pueblos, ya que “nos han escrito y oficializado una versión complaciente de la historia, hecha más para esconder que para aclarar, en la cual se perpetúan vicios originales, se ganan batallas que nunca se dieron y se sacralizan glorias que nunca merecimos”⁶². Todo esto para asumir una posición crítica que clarifique esa idea de que la insignia de los pueblos latinoamericanos es la desmesura.

⁶⁰ Irlemar Chiampi, “El discurso ideológico ...”, 127.

⁶¹ Gabriel García Márquez, “Por un país ...”, 29.

⁶² *Ibid.*

La soledad como tópico Latinoamericano

*Nuestra soledad tiene las mismas raíces del sentimiento religioso. Es una orfandad, una oscura conciencia de que hemos sido arrancados del Todo y una ardiente búsqueda: una fuga y un regreso, tentativa por restablecer los lazos que nos unían a la creación*⁶³.

El psicólogo chileno Jorge Guisí, en su investigación denominada *Psicoantropología de la identidad y cosmovisión latinoamericana a través de 5 premios Nobel de literatura*, contempló el análisis del tema de la soledad en Octavio Paz y Gabriel García Márquez. “La palabra soledad está en el título de la principal novela de García Márquez y está también el título del más famoso conjunto de ensayos de Octavio Paz: *El laberinto de la Soledad*”⁶⁴. Ante esto último resulta importante rastrear algunas de las conclusiones a las que este autor llegó:

La palabra “soledad” tiene por lo menos tres semantizaciones distintas: la primera, la soledad como dato ontológico de la persona humana: se nace y se muere solo. La segunda: problemas psicológicos individuales [...] la tercera y central para el carác-

⁶³ Octavio Paz, “El pachuco y otros extremos”, 46.

⁶⁴ Jorge Gissi Bustos, *Psicología e Identidad Latinoamericana: Sociopsicoanálisis de Cinco Premios Nobel de Literatura* (Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2002), 150.

ter latinoamericano [...] la soledad se asocia y se confunde con egocentrismo, con impotencia, con injusticia, con falta de sentido de la vida.⁶⁵

La soledad ha sido tema ampliamente tratado por los intelectuales latinoamericanos del siglo XX, pero vale la pena repetir en este punto la pregunta de Mario Vargas Llosa cuando se cuestiona “¿qué significa sentirse un latinoamericano?”⁶⁶. Y apelar también a su respuesta: “tener conciencia de que las demarcaciones territoriales que dividen nuestros países son artificiales”⁶⁷. Se entiende hasta aquí que a los pueblos latinoamericanos los une una misma historia y una misma situación política, social, e incluso económica.

América Latina como unidad cultural viene descubriéndose y como ya había enunciado Octavio Paz, se encuentra en un estado de adolescencia, pues para Paz esa es la “esencia” de la soledad latinoamericana: aquel estado de descubrimiento que implica un despertar de la conciencia, ese ser que se manifiesta en interrogación, pero también esa fuerte ruptura que los pueblos latinoamericanos tuvieron con su tradición original:

Nuestra soledad tiene las mismas raíces del sentimiento religioso. Es una

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera de América Latina”, 346.

⁶⁷ *Ibid.*

orfandad, una oscura conciencia de que hemos sido arrancados del Todo y una ardiente búsqueda: una fuga y un regreso, tentativa por restablecer los lazos que nos unían a la creación.⁶⁸

La soledad de los latinoamericanos se expresa en la “búsqueda de una nueva forma, capaz de contener todas nuestras particularidades y abierta al porvenir”⁶⁹.

Por otro lado, García Márquez se pronuncia en cuanto al tópico de la soledad al definir las singularidades latinoamericanas:

Poetas y mendigos, músicos y profetas, guerreros y malandrines, todas las criaturas de aquella realidad desaforada hemos tenido que pedirle muy poco a la imaginación, porque el desafío mayor para nosotros ha sido la insuficiencia de los recursos convencionales para hacer creíble nuestra vida. Este es, amigos, el nudo de nuestra soledad.⁷⁰

Se puede distinguir que la soledad latinoamericana para García Márquez es la falta de solidaridad frente a todas las situaciones que han tenido que resolver los pueblos latinoamericanos en la construcción de su ser por parte

⁶⁸ Octavio Paz, “El pachuco y ...”, 46.

⁶⁹ Octavio Paz, “La inteligencia mexicana”, en *El laberinto de la soledad, Posdata, Vuelta a El Laberinto de la Soledad* (México: Fondo de Cultura Económica, 2009), 200.

⁷⁰ Gabriel García Márquez, “Por un país ...”, 29.

de los países europeos y norteamericanos. Ante esto Carpentier tiene una posición en la que cree que “terminaron [...] los días de soledad y empezaron los tiempos de solidaridad”⁷¹. Con esto se puede ver que el tópico “soledad” está relacionado con la falta de apoyo o respaldo. “La solidaridad con nuestros sueños no nos haría sentir menos solos, mientras no se concrete con actos de respaldo legítimo a los pueblos que asuman la ilusión de tener una vida propia en el reparto del mundo”⁷².

Mario Vargas Llosa se refiere también a este tema en el mismo sentido que el escritor colombiano, al afirmar que “la batalla por la libertad América Latina tendrá que darla y ganarla ella sola”⁷³. La soledad latinoamericana tiene entonces dos sentidos; por un lado, la soledad universal, esa de ser desprendido del origen y buscar todos los caminos para volver a él, y, por otro, la falta de respaldo en sus causas. La soledad es una pena y al mismo tiempo es una promesa toda vez que augura el fin del exilio y el regreso a aquel seno creador del que fue arrancado.

Lo particular y lo universal Latinoamericano

Algún periodista le pregunto si se consideraba europeo. Y Borges le

⁷¹ Alejo Carpentier, “Conciencia e ...”, 166.

⁷² Gabriel García Márquez, “Por un país ...”, 29.

⁷³ Mario Vargas Llosa, “¿Libertad para los libres?”, 276.

respondió: “Yo soy latinoamericano. Si fuese europeo sería inglés y como tal hablaría de Shakespeare, Wilde y otros. O bien sería francés y hablaría de Montaigne, Voltaire, Valéry y otros. O bien alemán y hablaría de Goethe, Schiller o Mann. Pero como latinoamericano que soy hablo de todos ellos”⁷⁴.

No es extraño, pues, que, para pretender ser universal, lo americano intentara, desde un principio, identificarse con la cultura dominante occidental”⁷⁵.

Ya se había dicho que “las identidades se construyen en las relaciones del yo con el otro, del nosotros con los otros”⁷⁶. Por esto la construcción de una identidad latinoamericana se ha dado a partir de un profundo contraste con Europa, Norteamérica y el mundo occidental en general. Esto se puede observar también en los autores aquí tratados, por ejemplo; Vargas Llosa en sus ensayos ya mencionados: *¿Libertad para los libres?* y *Dentro y fuera de América Latina*, evidencia una fuerte posición frente a la forma como los países europeos observan la realidad latinoamericana. Según su criterio, Europa cree que “en los países

⁷⁴ Leopoldo Zea, “Paz: a lo universal por lo profundo”, en Octavio Paz: *La dimensión estética del ensayo* (México: Siglo XXI, 2004), 26-27.

⁷⁵ Fernando Ainsa, *Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa* (Madrid: Gredos; 1986), 47-48.

⁷⁶ Víctor Hugo Ramos, “La identidad latinoamericana”, 19.

latinoamericanos solo puede ser cierto lo peor⁷⁷, ya que ellos mismos han generado una “imagen preestablecida de horror, incivilización, barbaridad, y de ineptitud para la libertad⁷⁸, y por esto no le parece extraño al escritor peruano que los intelectuales europeos “defiendan para nuestros países opciones y métodos políticos que jamás admitiría en la sociedad propia, manifiesten un escepticismo esencial sobre la capacidad de los países latinoamericanos para entronizar sistemas de convivencia y libertad⁷⁹”.

Octavio Paz reconoce además que “América fue el monólogo de Europa, pero hoy ese monólogo tiende a convertirse en diálogo⁸⁰, es decir, que hoy los intelectuales latinoamericanos se pronuncian frente a las enunciaci-ones de los intelectuales europeos y norteamericanos, y ponen un juicio crítico sobre sus afirmaciones. Debido a esto, García Márquez deja claro que:

La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios. Tal vez la Europa venerable sería más comprensiva si tratara de vernos en su propio pasado.⁸¹

⁷⁷ Mario Vargas Llosa, “¿Libertad para los libres?”, 274.

⁷⁸ *Ibid.*, 275.

⁷⁹ *Ibid.*, 274.

⁸⁰ Octavio Paz, “El pachuco y ...”, 42.

⁸¹ Gabriel García Márquez, “Por un país ...”, 29.

Los escritores contemplados en esta investigación han hecho evidente sus posiciones frente a las afirmaciones ajenas al territorio latinoamericano, pero tal como reconoce Octavio Paz, es preciso “insertar nuestras particularidades en una tradición universal⁸² y “buscar formas que expresen nuestra realidad particular dentro de una tradición universal⁸³. Y así llegar a la conclusión de que “lo latinoamericano no es más que una expresión de lo universal⁸⁴”.

Al momento de cuestionar las posiciones que asumen los intelectuales europeos y norteamericanos frente a la realidad latinoamericana, estos autores no pretenden desligarse completamente de la tradición occidental, ya que como afirma Vargas Llosa: “América Latina es una prolongación ultramarina de occidente, que naturalmente ha adquirido considerables matices y diferencias propias⁸⁵. O como bien lo dice Paz: “toda vuelta a la tradición lleva a reconocer que somos parte de la tradición universal de España⁸⁶, y, en últimas, de la tradición europea. Ya que “huérfanos de pasado y con un futuro por inventar. La Historia universal es ya tarea común, y nuestro laberinto es el de todos los hombres⁸⁷”.

⁸² Octavio Paz, “La inteligencia mexicana”, 213.

⁸³ *Ibid.*, 220.

⁸⁴ Mario Vargas Llosa, “Dentro y fuera ...”, 346.

⁸⁵ *Ibid.*, 352.

⁸⁶ Octavio Paz, “La inteligencia mexicana”, 203.

⁸⁷ *Ibid.*, 227.

Se ha dicho que Carpentier, Paz, García Márquez y Vargas Llosa han configurado en sus textos una intención de definir las singularidades latinoamericanas dentro de una tradición universal, pero habría que definir qué se entiende por universalidad y qué parámetros la definen.

La universalidad no es una presunción estática, no es un *a priori* y debería, en cambio, ser entendida como un proceso [...] Esta condición de proceso de la universalidad supone una categoría de lo “universal histórico” en tensión con la idea de “universal ahistórico”.⁸⁸

Las teorías y los modelos literarios en América Latina no surgieron de la nada, es por ello que no se puede negar la influencia de los modelos europeos y norteamericanos en el contexto latinoamericano, aunque, sin duda alguna, en este contexto adquirieron nuevos matices. Tampoco se puede decir que la producción y la crítica literaria latinoamericana estén lejos de adquirir sistemas y aparatos literarios propios, ya que las herramientas europeas y norteamericanas, en algunas ocasiones, se han mostrado insuficientes a la hora expresar las ideas y ra-

zonamientos de esta latitud. Entonces es preciso entender que las expresiones literarias latinoamericanas — como el ensayo —, hacen parte de un todo (universalidad) y se contribuye a ese todo desde la particularidad; en otras palabras, la relación particularidad-universalidad se da en doble vía, lo particular aporta a lo universal, y lo universal nutre lo particular.

Conclusiones

Como bien lo afirma Irlemar Chiampi, las expresiones de lo singular latinoamericano están llenas de lugares comunes: soledad, mestizaje, maravilla, mito, etc., y cada una de estas expresiones se ha configurado en la conciencia colectiva de los latinoamericanos, y no por esto último son ajenas a las realidades de otros pueblos. De ahí, precisamente, su carácter de universalidad. La relación particularidad-universalidad que presentan los textos analizados, se da en doble vía, pues tal como se ha mencionado: lo particular aporta a lo universal y lo universal nutre lo particular. Así pues, no se trata de una insistencia por pertenecer a un todo (literatura universal), sino de aportar desde lo particular a la universalidad.

Cabe señalar también que los ensayos *De lo real maravilloso americano* y *Conciencia e identidad de América* de Alejo Carpentier, *El pachuco y otros extremos* y *La “inteligencia”*

⁸⁸ Hugo Achugar, *Apuntes sobre “la literatura mundial”, o acerca de la imposible universalidad de la “literatura universal”*. Consultado en: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic799018.files/Clase%207/H.Achugar-Apuntes%20Lit.%001.Pdf>, 2006, 201.

mexicana de Octavio Paz, *La soledad de América Latina* y *Por un país al alcance de los niños* de Gabriel García Márquez, *¿Libertad para los libres?* y *Dentro y fuera de América Latina* de Mario Vargas Llosa, presentan una construcción personal sobre un tema de carácter público, como lo es la singularidad latinoamericana, y por tanto, cada una de estas respuestas se desarrolla en el estilo de su autor; sin embargo, se encuentran en dichos textos muchas características que atienden al género ensayístico como forma literaria. Se halló, por ejemplo, que el estilo de García Márquez y Vargas Llosa es más contestatario con respecto a Paz y Carpentier.

En cualquier caso, todos los autores de estos ensayos acudieron a tácticas discursivas como la simulación de conversación, la recurrencia a hechos históricos presentados desde su punto de vista, el uso del tiempo presente para renovar en cada tiempo y espacio las ideas presentadas, y la voz en primera persona para presentar la opinión desde la experiencia personal.

El mayor referente de los ensayos de Carpentier, Paz, García Márquez y Vargas Llosa es América Latina, y se evidencia la preocupación de estos autores sobre la realidad social, política y económica que caracteriza esta unidad cultural.

Se entiende además que la identidad es su tema recurrente en la ensayística latinoamericana del siglo XX,

por ende, son muchos los autores de esta latitud que se han dado a la tarea de configurar un escrito que dé respuesta a las singularidades latinoamericanas insertas en una tradición universal, es el caso también de Alfonso Reyes, Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, German Arciniegas, Juan Carlos Onetti, José Lezama Lima, Juan Rulfo, Gutiérrez Girardot, Antonio Candido, Hernando Téllez, etc. Debido a esto, se puede afirmar que la existencia de los ensayos de Paz, Carpentier, García Márquez y Vargas Llosa, está acompañada por otros textos que se refieren de una u otra forma a este tema, de los cuales muchos no han sido estudiados con detenimiento.

En el siglo XIX se proponía, a través del ensayo, reformas sociales, no obstante, en el ensayo del siglo XX sucedió que se plantearon muchas problemáticas y pocas soluciones. Al realizar la lectura detenida de los ensayos contemplados en este análisis se pudo descubrir que la preguntas que un autor se realizaba, encontraban respuesta en otro autor, o que la afirmación de un texto es ejemplificada en el texto de otro autor. Por ejemplo; Paz en su ensayo *El laberinto de la Soledad*, se pregunta por el camino que deben recorrer los pueblos para llegar a descubrir su ser, y Carpentier responde en *Conciencia e identidad de América* que el camino no es otro que leer sus clásicos y conocer su historia. Existen

textos de estos mismos autores que exigen ser analizados a la luz de las realidades latinoamericanas, como lo son el resto de los ensayos que componen el mencionado libro de Paz, o el de Vargas Llosa: *Sables y Utopías*, o el libro de García Márquez: *Yo no vine a pronunciar un discurso*, y la gran cantidad ensayos de Carpentier que en este estudio no fueron contemplados.

En este sentido, cada ensayo expresa un punto de vista frente al tema. De este modo, Alejo Carpentier revela que América está muy lejos de haber agotado su caudal de mitologías y, por tanto, nos presenta una concepción de la realidad desde el mito, desde lo real maravilloso y desde la historia. Dicha concepción de lo mítico americano también la presenta Octavio Paz al hablar del laberinto como una representación del mito que lleva al pueblo latinoamericano a buscar el origen, es decir, el punto de partida del cual fue arrancado; asimismo, Paz habla de las máscaras, de los rituales, de las tradiciones y de la soledad, tópico trabajado de igual modo por García Márquez en sus ensayos y textos literarios.

Vargas Llosa, por su parte, habla de la revolución, del viaje y otros conceptos e imágenes que componen lo singular latinoamericano. Esta abundancia de textos y autores no son más que la evidencia de un mundo de energía y creatividad más fecundo y exaltante que la imagen que se ofrece de él por lo general.

También ha quedado claro que la identidad es tema recurrente en la ensayística latinoamericana, pero hoy se puede decir que: “el ciclo ensayístico-identitario culmina, esto es, llega a su punto más alto al mismo tiempo que entra en crisis”⁸⁹, lo que permite replantear la mirada sobre la producción ensayística latinoamericana y “concebir el ensayo como género no solo ligado a la temática de la identidad sino además integrado en un todo correspondiente con esa temática”⁹⁰. Así es que el género ensayístico sigue siendo uno de los géneros más prolíficos en este territorio, y, en consecuencia, será una constante formular análisis que contemplen dicho género en relación con Latinoamérica.

Teniendo en cuenta lo anterior, es importante aclarar que, si bien el ensayo latinoamericano ha logrado desligarse de la identidad como contenido principal, los textos objeto de análisis no han perdido vigencia, esto puede comprobarse cuando Octavio Paz hace una descripción de la cultura estadounidense en contraste con la cultura latinoamericana y comenta acerca de la higiene social que caracteriza a los estadounidenses, acostumbrados a construir el mundo a su amaño. Nada más vigente que esa afirmación si se tiene en cuenta los discursos y polí-

⁸⁹ Lilibiana Weinberg, *Situación del Ensayo* (México: UNAM, 2006), 321.

⁹⁰ *Ibid.*

ticas que viene implantando el actual presidente de Estados Unidos.

Estos textos permiten vislumbrar que hubo un momento en el que las academias europeas premiaron el surrealismo nato, el realismo maravilloso, el macondismo latinoamericano, y ese fue el furor de García Márquez y Alejo Carpentier, pero cuando entregaron el premio Nobel a Octavio Paz, cuya principal característica fue definir lo particular dentro de una universalidad, dieron un giro que hace creer que esa visión exótica de la realidad latinoamericana ha ido terminando para dar lugar a la realidad de Lati-

noamérica como un microcosmos que, si bien es particular, también se replica en otras latitudes. Por ello, comprender la realidad latinoamericana no solo significa solidarizarse con este territorio, sino también con los muchos territorios que presentan realidades similares. El análisis de estos textos permite comprender la razón por la que los novelistas y poetas con frecuencia usan el ensayo en sus diversas formas para expresar un mensaje con mayor impacto inmediato de lo que pudiera tener una obra de ficción o de poesía, esto si se tiene en cuenta todos los recursos de los que se sirve el ensayo para persuadir, informar y confesar.

Bibliografía

- Achugar, Hugo. *Apuntes sobre "la literatura mundial", o acerca de la imposible universalidad de la "literatura universal"*. Encontrado en: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic799018.files/Clase%207/H.Achugar-Apuntes%20Lit.%001.Pdf>, 2006.
- Ainsa, Fernando. *Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa*. Madrid: Gredos, 1986.
- Carpentier, Alejo. "Conciencia e identidad de América". En *Ensayos Selectos*. Buenos Aires: Corregidor, 2003, 155-166.
- _____. "De lo real maravilloso americano". En *Ensayos Selectos*. Buenos Aires: Corregidor, 2003, 101-121.
- Chiampi, Irlemar. "El discurso ideológico sobre América". En *El realismo Maravilloso*. Venezuela: Monte Ávila Latinoamericana, 1983.
- García Márquez, Gabriel. "La soledad de América Latina". *Cuadernos Americanos* Vol: 002 n.º 148 (2014): 209-214.
- _____. "Por un país al alcance de los niños". *Américas* Vol: 49 n.º 06 (1997): 28-38.
- Gissi Bustos, Jorge. *Psicología e Identidad Latinoamericana: Sociopsicoanálisis de Cinco Premios Nobel de Literatura*. Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2002.
- Gómez García, Juan G. *El descontento y la promesa*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2003.
- Márquez, Alexis. *Ocho veces Alejo Carpentier*. Venezuela: Grijalbo, 1992.
- Paz, Octavio. "El pachuco y otros extremos". En *El laberinto de la soledad, Posdata, Vuelta a El Laberinto de la Soledad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009, 7-55.
- _____. "La inteligencia mexicana". En *El laberinto de la soledad, Posdata, Vuelta a El Laberinto de la Soledad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009, 200-227.
- Ramos, Víctor Hugo. "La identidad latinoamericana: proceso contradictorio de su construcción-deconstrucción-reconfiguración dentro de contextos globales". En *Universitas Humanística* n.º 73 (2012): 15-58.
- Reyes, Alfonso. "Ultima Tule". En *Obras completas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1962.
- Skirius, John. *El ensayo hispanoamericano del siglo xx*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- Vargas Llosa, Mario. "¿Libertad para los libres?". En *Sables y utopías: visiones de América Latina*. Bogotá: Aguilar, 2010, 271-276.
- _____. "Dentro y fuera de América Latina". En *Sables y utopías: visiones de América latina*. Bogotá: Aguilar, 2010, 345-355.
- Weinberg, Liliana. *Situación del Ensayo*. México: UNAM, 2006.
- _____. *Umbrales del Ensayo*. México: UNAM, 2014.
- Zea, Leopoldo. "Paz: a lo universal por lo profundo". En *Octavio Paz: La dimensión estética del ensayo*. Siglo XXI: México, 2004, 2.

El sujeto y el lazo social en Jacques Lacan como un pensar la Modernidad fuera del sujeto moderno
The subject and the social link of Jacques Lacan as a way to think modernity out of the modern subject

“Recibido el 20 de mayo del 2018, aceptado el 21 de junio del 2018”

Mauricio Calle Zapata*

Resumen

Se propone en el siguiente texto articular y abordar de manera teórica la comprensión de Jacques Lacan frente a lo que se ha denominado sujeto del inconsciente dentro de los lazos sociales. Al respecto de esto, cabe señalar que una de las intenciones de dicha reflexión es aproximarnos a esa idea de sujeto desde la perspectiva moderna y la subversión de la misma desde el psicoanálisis, a partir de la idea del lenguaje y de la idea del significante. Finalmente, se intentará pensar durante el desarrollo del texto, la posición del sujeto escindido y dividido dentro de la estructura de los lazos sociales como determinación de lo que Lacan denominará pequeño objeto “a” en el marco de las relaciones sociales cotidianas dentro de los diversos discursos.

Palabras clave: Lazos sociales, modernidad, sujeto, lenguaje, discurso.

* Candidato a doctor en Filosofía en la Universidad de Antioquia, magister en filosofía de la Universidad Pontificia Bolivariana.

Abstract

The following paper aims to articulate and tackle, from a theoretical perspective, Jacques Lacan's understanding of what has been called subject of the subconscious within the social ties. In regards to this matter, it is worth mentioning that an intention of this reflection is to approach to the idea of the subject from the modern perspective and its subversion from psychoanalysis considering the ideas of language and signifier. Finally, some thought will be given to the idea of the position of the split subject within the structure of the social ties, which Lacan will later call "a" little object within the everyday social relationships in the different discourses.

Keywords: Social links, modernity, subject, language, discourse.

A modo de introducción

El concepto de sujeto propició, a partir de la obra de Jacques Lacan, que la teoría psicoanalítica pensara a dicho sujeto desde las estructuras sociales, ya no desde la razón o la autoconciencia como lo estableció la Modernidad, sino desde su propio carácter real, a saber: desde su inconsciente. Si bien es Sigmund Freud quien abre en plena Modernidad la proto-inversión del sujeto determinado por el placer, al margen del rasero racionalista y empirista, será Lacan quien lleve al extremo la subversión del sujeto como sujeto del inconsciente determinado por un signifiante para pensar la Modernidad más allá de sí misma.

El propósito en Lacan, que es el mismo que se persigue en el presente texto, no es otra cosa que pensar dos cuestiones. Lo primero, es intentar descubrir cómo el sujeto se aloja en una determinada estructura social con

sus múltiples maneras de darse desde el lenguaje, el goce, la angustia, el deseo y la sujeción al otro. Y lo segundo, será intentar pensar la fragilidad y desintegración de los vínculos sociales que puedan darse en las relaciones cotidianas, ya sean políticas, económicas, religiosas, culturales, entre otras.

De este modo, el problema puede enmarcarse en la siguiente cuestión: ¿Cómo es posible que la teoría del sujeto y el lazo social en Lacan contribuyan a pensar la Modernidad fuera del sujeto moderno como posibilidad de restablecimiento del tejido social en todos sus componentes, ya sean políticos, culturales, económicos, entre otros? La respuesta a esto, parte inicialmente de una posición estructuralista. Si bien el pensador francés propondrá una estructura lógica del discurso como acceso a la comprensión del sujeto moderno, no puede indicarse con ello que el acceso a di-

cha estructura esté resuelto o claro. Dicho de otra manera, no puede pensarse en una estructura que atienda a la comprensión del sujeto inmerso en los lazos sociales, sin antes pensar la función del lenguaje, de quien el estructuralismo hace de suyo en la comprensión de los problemas a los que se enfrenta en su vida ordinaria. Asimismo, el enfoque estructural en el pensador francés no insinúa un acceso eminentemente histórico o dogmático al asunto sobre el sujeto moderno desde la estructura misma del lenguaje, antes bien, Lacan piensa al sujeto allí donde la Modernidad creyó haberlo determinado, es decir, en su propio saber.

La subversión en Lacan, a propósito de tal concepción moderna del sujeto, consiste en el paso de un sujeto con ideas claras y distintas a un sujeto inconsciente determinado no por su estructura gnoseológica, sino por su representación dentro del lazo social. “La función del sujeto tal como la instaure la experiencia freudiana descalifica desde su raíz lo que bajo este título, cualquiera que sea la forma en que se vistan sus premisas, no hace sino perpetuar un cuadro académico”¹. La claridad en Lacan sobre el sujeto no desconoce la tarea ya iniciada por su maestro Freud. Al igual que éste, el sujeto del psicoanálisis apunta

¹ Jacques Lacan, “Subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano”, en *Escritos*. (Buenos Aires: Siglo XXI. Vol. 2, 2003), 774.

a un cambio radical respecto al sujeto concebido por la Modernidad desde la ciencia y la filosofía.

Esto posibilitó al pensador francés indagar sobre el sujeto moderno, ya no desde la filosofía como un sistema determinado, sino desde una especie de *anti-filosofía*² que presupone de entrada un asunto originario, esencial, abierto y más aún, problemático. “En la concepción de Lacan, formaciones patológicas como la neurosis, la psicosis y las perversiones tienen la dignidad de posturas filosóficas fundamentales respecto de la realidad”³.

En consecuencia, el objetivo de esta breve reflexión debe partir inicialmente de un elemento, que a mi parecer resulta imprescindible al momento de indicar en qué lugar de la obra de Lacan se piensa esta modernidad fuera del sujeto moderno. Para Lacan, es imprescindible pensar el sujeto moderno a partir de lo que deviene deseante en él, es decir, de aquello que se le escapa

² La denominación anti-filosofía referida al psicoanálisis, no es utilizada acá como un asunto de contraposición a la filosofía. De hecho, cabe aclarar que una de las particularidades de la filosofía está esencialmente en cobijar un discurso o teoría a través de lo que ella misma permite como acceso a la realidad. En el caso del psicoanálisis desde Lacan deviene precisamente la preocupación por tratar de abarcar y acceder mediante el discurso a eso que se ha denominado realidad subjetiva y objetiva, y que tiene por desarrollo el postulado de los lazos sociales.

³ Slavoj Žižek, *Cómo leer a Lacan* (Buenos Aires: Paidós, 2008), 14.

a su lúcida conciencia. La crítica en el fondo de la elaboración lacaniana sobre el sujeto está referida a la representación de éste por un significante, quien pone en cuestión su saber, su estatuto de verdad y su propia relación con los otros. Esto viene a decir: hay un rechazo a la idealización absoluta del sujeto atravesado, escindido y barrado (\$) por el lenguaje y por la causa de su deseo: el pequeño objeto “*a*”. Esta será la novedad lacaniana: el jugarse su teoría psicoanalítica en el lugar vacío que dejó la representación moderna en la relación sujeto-objeto.

Por ello, para el análisis de aquello que suscita el título de este escrito, se debe establecer primero el asunto del sujeto en Lacan. El primer acercamiento o primer momento en la presente reflexión, debe darse desde aquello cuestionado por Lacan en la construcción moderna del sujeto, a saber, su relación con un significante. Luego, a partir de allí, es preciso orientar de manera adecuada la cuestión del sujeto desde el problema sobre el lenguaje como posibilidad existencial con Heidegger y como estructura de aquel sujeto con Lévi-Strauss. Ambos diálogos determinarán lo que es el sujeto respecto a lo que él “sabe” y lo que habla de él; además, desde esta doble vía de comprensión se hará posible, según Lacan, que el sujeto en su búsqueda de sentido, especialmente en la pregunta *¿quién soy yo?*, se encuentre no sólo en la patética tarea de buscar y crear

algún tipo de respuesta, sino también de “comprender” que en dicha búsqueda se inclina a un sometimiento o a la sujeción del Otro. Por último, y bajo esta pretensión, estableceremos cuál es la idea del lazo social en Lacan como alojamiento del sujeto y de su subjetividad en el discurso, sin la exigencia de explicar los cuatro discursos que propone Lacan en su *seminario XVII*, sino más bien, tratando de establecer cómo podría darse un discurso diferente a éstos en el que se presente al sujeto según su funcionalidad en el discurso filosófico-cristiano que proponemos como ejemplo del asunto.

El sujeto moderno puesto en cuestión

A diferencia de la filosofía, en la que existe una tentativa previa de definición y determinación de aquellos objetos que estudia, el psicoanálisis, y en especial desde la perspectiva lacaniana, el asunto sobre la Modernidad responde a esa misma necesidad de la filosofía —con sus notables diferencias— de descifrar a ese enorme enigma que es el sujeto; un enigma que desde la filosofía moderna, en especial desde Descartes, se resuelve bajo los términos de la razón como sustento de todo conocimiento posible. Sin embargo, esa imagen del sujeto moderno como resolución de todo conocimiento y saber tendrá un giro radical desde el psicoanálisis con Lacan. Para éste —como se irá observando en el desa-

rollo del texto— en el sujeto moderno acontecerá originariamente un saber como medio de goce y un saber como verdad de un sujeto, quien anclando su subjetividad en un mundo lleno de significatividad, significados y significantes, es capaz de abordar su propia existencia.

Ya a partir de 1960, el concepto de sujeto lograría ubicarse formalmente en el campo del psicoanálisis con Lacan. Sin embargo, por razones obvias del contexto histórico, Freud fue el primero dentro del psicoanálisis en acudir al término “sujeto” para referirse a un concepto moderno del mismo. Como buen moderno, Freud acudió a dicho concepto para referirse a la consideración distintiva del cogito cartesiano en relación al conocimiento. El sujeto es fuente del conocimiento a través de la constitución del objeto, convirtiendo así a dicho sujeto en núcleo activo en la determinación pasiva del objeto.

Si bien el concepto de sujeto está presente de manera implícita en Freud, como por ejemplo en la referencia a la actividad sexual del individuo como expresión de un “Yo libido” orgánico, biológico y psíquico, será Lacan quien desde estos presupuestos, comience a percibir cómo el sujeto se nutre desde las significaciones sexuales no sólo consigo mismo en el caso del sujeto infantil, sino también de otras significaciones sexuales compartidas en las relaciones sociales. Esta característica

freudiana será definitiva a la hora de considerar la sexualidad no únicamente como un asunto individual y aislado, sino también como una experiencia de los sujetos que se integran a una sociedad dentro de los contextos sexuales existentes en una cultura determinada.

En un texto llamado *la subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano* de 1960, Lacan encuentra la vinculación del concepto de sujeto al campo del psicoanálisis, dejando de lado la perspectiva freudiana, para centrarse en aquello en lo que la Modernidad creyó determinado en el sujeto: su saber. En dicho texto la intención es subvertir la imagen del sujeto que propició la Modernidad desde el principio de unidad, es decir, como un sujeto de conocimiento, como sujeto de ciencia y como sujeto de verdad. Este modo tripartito del sujeto moderno se define desde el saber, ya sea desde la filosofía como lo concebía Descartes y Hegel, o como lo concebía la ciencia desde Copérnico. Este sujeto moderno no es otra cosa que una estructura gnoseológica que posibilita por mérito la obtención de un conocimiento desde un saber unitario, o por decirlo en términos hegelianos, ubicándose como la síntesis de la dialéctica en una identidad consigo mismo para efectos de la verdad de aquello que conoce.

Esta dialéctica es convergente y va a la coyuntura definida como saber

absoluto. Tal como es deducida, no puede ser sino la conjunción de lo simbólico con un real del que ya no hay nada que esperar. ¿Qué es esto sino un sujeto acabado en su identidad consigo mismo? En lo cual se lee que ese sujeto está perfecto allí y que es la hipótesis fundamental de todo este proceso.⁴

Frente a esto, Lacan advertirá que ese saber absoluto representado en la verdad, que “no es otra cosa sino aquello de lo cual ese saber no puede enterarse de lo que sabe sino haciendo actuar su ignorancia”⁵, saca de sí a ese sujeto moderno que supuestamente no se angustiaba, que no lloraba, que no soñaba, que no deseaba, ubicándolo frente aquello que él mismo ignoraba de sí: su propio agujero y su falta en el saber; una realidad que deviene, no de sí, sino de los otros. Esto es lo que se denominará de ahora en adelante sujeto del inconsciente. “El inconsciente a partir de Freud, es una cadena de significantes que en algún sitio (en otro escenario, escribe él) se repite e insiste para transferir en los cortes que le ofrece el discurso efectivo y la cogitación que él informa”⁶. Por eso, si la subversión consiste en tratar de pensar un tipo de sujeto al margen del sujeto moderno, éste debe pensarse en aquello que no es tan claro en su saber o en

⁴ Jacques Lacan, *Subversión del sujeto*, 777.

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*, 779.

aquello que no concibió en su identidad, en otras palabras, un significante que habla y piensa por él.

El panorama que resulta de esto se ancla en la siguiente cuestión: ¿Qué sucede entonces cuando al sujeto se le desprende de su saber y se comprende desde la estructura del lenguaje? La respuesta no puede ser otra sino aquella que deviene del lenguaje mismo y de aquello que el significante (otro) dice de él. Un ejemplo de esto puede notarse en la siguiente oración: “Yo pienso que no es correcta la operación”. Si notamos, el “Yo” es la referencia que el sujeto hace de sí en una determinada enunciación como indicativo de su habla referente a. El “Yo” se convierte allí en un sujeto de la enunciación por parte del significante (otro) quién no lo significa, define o determina completamente, debido a que él sólo es un referente en el discurso. El asunto entonces no está en si el sujeto piensa o no, sino en si ese pensar está previamente representado por un significante que hace la misma operación discursiva que el enunciante inicial, “es decir que designa al sujeto de la enunciación, pero que no lo significa”⁷.

Ahora bien, para Lacan esta subversión del sujeto moderno al sujeto del inconsciente se comprende bajo el asunto del discurso y desde allí es cuestionado. Lo cuestionado en él no

⁷ *Ibid.*

es otra cosa que la confrontación con su propio saber, y a partir de ahí, su apertura a otras condiciones que no dependen de él sino de un significante. He aquí donde puede pensarse el sujeto fuera del sujeto moderno. A esto le sigue que a esa pregunta de quién habla cuando se trata del sujeto inconsciente resulta comprensible de suyo que la respuesta no puede venir del sujeto, si él mismo, precisamente, no sabe lo que dice o lo que habla y por eso se debe acudir a un corte (como lo señala Lacan en la cita sobre Freud), para entender quién habla allí donde se supone sólo existe el sujeto enunciativo. Lacan recurre a la siguiente fórmula:

Para que no sea vana nuestra caza, la de los analistas, necesitamos reducirlo todo a la función de corte en el discurso; el más fuerte es el que forma una barra entre el significante y el significado. Aquí se sorprende al sujeto que nos interesa, puesto que al anudarse en la significación, lo tenemos ya alojado bajo la égida del pre-consciente.⁸

Visualmente podríamos representar esta cita bajo la figura de significación y significado, donde el segundo se anuda en el primero, ampliándolo, limitándolo, cuestionándolo o simplemente utilizándolo para sus propios beneficios discursivos como en el caso

de la religión, la política, la economía, etc.

Figura 1. Tomado de: Jacques Lacan, *Subversión del sujeto y dialéctica del deseo. Escritos*.



La versión de un sujeto cuestionado a partir de lo inconsciente, es lo que nos permite observar —como lo señala Lacan— que “este corte de la cadena significante es el único que verifica la estructura del sujeto como discontinuidad de lo real”⁹. Esto quiere decir que aquello que tenía existencia y presencia por sí mismo y que no podía representarse porque era parte esencial del sujeto para afrontar gnoseológicamente el mundo desde su saber, en este caso lo real, pasa a ser parte de una discontinuidad, de una interrupción o de un corte por una cadena de significantes, los cuales desde un discurso “superior” pueden subvertir lo real en simbólico como un asunto de regla y de comportamiento acorde a un sistema cultural, o subvertir lo real en un asunto meramente imaginario, como imagen de sí en tanto diferencia del otro.

Ahora bien, la subversión toca también esa condición con la que se deter-

⁸ *Ibid.*, 780.

⁹ *Ibid.*, 781.

minó al sujeto: la razón. En Lacan, la razón no tiene un amplio sentido para efectos del análisis que realiza del sujeto y del inconsciente. Su pensar a la inversa, no sólo el psicoanálisis, sino también la filosofía misma, es ya un pensar fuera de cualquier consideración cartesiana y kantiana del sujeto moderno. Pensemos una tesis provisional para la presente reflexión. Tradicionalmente se ha creído que con Descartes la filosofía tocó por fin, después de tantos siglos de pérdida y extravíos, puerto firme. Metafóricamente hablando, cuando Colón descubre a América para el viejo continente como posibilidad de aumento de su riqueza e imperio, será Descartes quien descubra, después de tantos siglos, algo más elevado que esto, a saber: el sujeto como posibilidad de conocimiento. Sin embargo, y sin menospreciar esta tradición profesada por la historia de la filosofía sobre el valor de la filosofía cartesiana, podríamos arriesgarnos a pensar que fue con el lenguaje, la pulsión, el goce y el deseo, con lo que el sujeto ancló, por fin, su subjetividad al mundo tal como éste le viene dado, y por ende, representado.

Aceptando esta tesis provisional, evidenciamos cómo avanza ya desde Freud, y luego con Lacan, esa subversión de la concepción de la filosofía sobre la Modernidad a partir del concepto de sujeto. La escisión en la postura sobre el sujeto moderno estriba en que para el psicoanálisis el sujeto es

representado también como un objeto; evidenciando, por un lado, al inconsciente como representación, y, por el otro, la verdad como finalidad de dicha representación. Para la primera, lo inconsciente como representación permite que en el sujeto quede algo de lo dado, es decir, algo del objeto. Y para la segunda, la verdad que aparece en dicha representación no puede entenderse fuera de la esfera de la adecuación, o de lo puesto por el sujeto a lo dado. “La coincidencia entre la representación y el objeto es la verdad. Luego la verdad aparece definida como adecuación representación-objeto, el objeto mismo no puede ser reputado como verdadero o falso”.¹⁰

Aquí aparece la enorme diferencia entre el psicoanálisis y la postura moderna sobre el sujeto. Mientras para la Modernidad existe una enorme distancia entre el sujeto y el objeto (racionalismo) y el objeto y el sujeto (empirismo), para el psicoanálisis la diferencia no es tan evidente como se supone, ya que el sujeto en su dimensión real de definir qué y quién es, no piensa allí donde aparece como objeto, es decir, donde es representado por un significante. Incluso cuando el sujeto se decide a pensar, se hace evidente que allí su pensar está representado y condicionado a Otro sujeto, a un significante que se lo concibe como objeto; un

¹⁰ Eduardo Carbajal *et al*, *Una introducción a Lacan* (Buenos Aires: Lugar editorial, 2008), 19.

objeto que, como se verá más adelante, resulta siendo el concepto capital de la postura lacaniana respecto a los lazos sociales.

Pero retornemos a la comprensión de esta tesis provisional. Descartes concibió al sujeto desde su famosa sentencia “pienso, luego soy, y allí donde pienso, allí existo”¹¹. Lacan —siendo más duro con esta afirmación cartesiana— afirma que: “Pienso donde no soy, luego soy donde no pienso (...) Lo que hay que decir es: no soy, allí donde soy el juguete de mi pensamiento; pienso en lo que soy, allí donde no pienso pensar”¹². La dureza de esta afirmación encuentra su explicación en el asunto de la representación. Se había afirmado renglones atrás, que el sujeto claro y distinto no piensa allí donde es representado como objeto. En realidad, lo que pasa en este proceso de representación no es ya la relación bidireccional sujeto-objeto y viceversa, sino la representación heterogénea de un significante sobre un significado. Allí, el sujeto, significante-significado, quien habitado por una especie de identidad y reflexión, se ve abocado a la división y escisión por un significante que se lo representa como un objeto, retirándolo de su transparencia del pensamiento puro, claro, preciso y consciente, lanzándolo, ade-

más, hacia una apertura indeterminada de otros discursos, otras comprensiones sobre el mundo, a los otros y hacia lo simbólico.

El gran Otro opera en un nivel simbólico. ¿Cómo está compuesto entonces este orden simbólico? Cuando hablamos (o escuchamos, para el caso es lo mismo), no estamos meramente interactuando con otros; nuestra actividad discursiva está fundada en nuestra aceptación y subordinación a una compleja red de reglas y presunciones.¹³

El sujeto del inconsciente está inmerso en una cadena significativa en el que hecho presa de la abertura y de su alojamiento en los lazos sociales por un discurso “amo” —como lo dirá más adelante el mismo Lacan— no piensa allí donde sólo desea. “Para Lacan el sujeto como tal, el sujeto en lo que le hace ser un “sujeto”, es, no aquel que piensa, sino aquel que desea”¹⁴.

Por tal razón, para pensar los lazos sociales que por sí mismos responden a la cadena de significantes, como un pensar la Modernidad fuera de sí, en especial fuera de esa concepción homogénea de sujeto, se hace necesario pensar a este sujeto como proyecto, no de la razón, sino como sujeto del psicoanálisis. Un sujeto que, a diferencia

¹¹ René Descartes, *Discurso del método* (Madrid: Gredos, 2011), 123.

¹² Jacques Lacan, *Subversión del sujeto*, 484.

¹³ Slavoj Žižek, *Cómo leer a Lacan*, 19.

¹⁴ Alain Juranville, *Lacan y la Filosofía* (Buenos Aires: Nueva visión Saic, 1992), 125.

de aquel determinado por la tradición moderna, está originariamente arraigado en el descubrimiento, análisis y teorización de lo que se ha denominado inconsciente.

El psicoanálisis no le enseña a un individuo cómo acomodarse a las demandas de la realidad social; en lugar de ello, explica el modo en el que algo como la “realidad” se constituye en primer término. El psicoanálisis no permite que un ser humano acepte meramente la verdad reprimida acerca de sí mismo: explica cómo la dimensión de la verdad surge de la realidad humana.¹⁵

Relaciones ontológicas y estructurales del lenguaje

Martín Heidegger y Levi-Strauss serán determinantes al momento de considerar el asunto sobre el lenguaje en Lacan. Las relaciones académicas del pensador francés con estos dos grandes exponentes de la antropología y ontología contemporánea, no son desconocidas. Con Levi-Strauss su relación será más cercana, mientras que con Heidegger apenas será mediada por un intercambio de pensamientos durante 1955 en una visita del filósofo alemán a Francia.

Martín Heidegger, caracterizó en plena contemporaneidad una determinación sobre el lenguaje desde el ser y desde el habla. La primera de ellas

aparece en *carta sobre el humanismo* de (1929), “El lenguaje es la casa del ser”¹⁶. La segunda aparece en *Ser y Tiempo* (1927), “el fundamento ontológico-existencial del lenguaje es el discurso, el habla (Rede)”¹⁷. Ambas afirmaciones permiten que el *Dasein* (ser-ahí), en tanto ser-en-el-mundo, comprenda e interprete su ahí, su cotidianidad. Aquí mismo, cabe recordar que el habla (discurso) es uno de los existenciales del *Dasein*, aparte del comprender y el encontrarse. El comprender, o lo que denomina Heidegger lo pre-ontológico, refiere a que el *Dasein* comprende en su arrojamiento el mundo y a los demás entes en cuanto se relaciona con ellos. En el caso del encontrarse, refiere a que el *Dasein* como ser-en-el-mundo se encuentra entre otros entes que son semejantes o distintos a él. Para el caso del habla, es el que le permite al *Dasein* dar sentido a su propio arrojamiento. Por ende, si “el lenguaje es la casa del ser” éste se convierte en un habitar que es comprensible de suyo, en tanto que el lenguaje es el constitutivo originario de la apertura del *Dasein*, es decir, en la medida en que el *Dasein* habla, el discurso le posibilita, tal como lo denomina Heidegger: ser uno con otro en tanto hablantes. De ahí que:

¹⁶ Martin Heidegger, *Carta sobre el humanismo* (Madrid: Alianza Editorial, 2000), 295.

¹⁷ Martin Heidegger, *Ser y Tiempo* (México: FCE, 1971), 179.

¹⁵ Slavoj Zizek, *Cómo leer a Lacan*, 13-14.

Hablar es articular significativamente la comprensibilidad de “ser en el mundo”, al que es inherente el “ser con” y que se mantiene en cada caso en un modo determinado del “ser uno con otro”. Éste, el “ser uno con otro”, es hablante: da su palabra y retira la palabra dada, requiere, amonesta, sostiene una conversación, se pone al habla, habla en favor, hace declaraciones, habla en público.¹⁸

Con esta apreciación Heidegger se está oponiendo radicalmente a la imagen de sujeto claro y distinto que determinó la Modernidad. Si para la Modernidad la subjetividad de dicho sujeto se revela a través de la razón, entonces aquello que muestra no es efectivamente lo claro y distinto de su ser, sino algo que está determinado por su misma razón. Para Heidegger, en cambio, el *Dasein* se opone a esa idea clara y distinta de sujeto, ya que éste está arrojado al mundo, lo comprende e interpreta, pero además de ello, es un ente que habla y pone en común aquello que habla.

Asimismo, y haciendo referencia al lenguaje, Heidegger propone una interpretación mucho más precisa para efectos del presente texto, y es la referencia al peligro del lenguaje. Asegura el filósofo alemán en *Ser y Tiempo*, que “el *Dasein* como proyecto arrojado al mundo se encuentra con otros entes, y allí, en ese acto de comunicación, el

lenguaje puede convertirse en un peligro debido a su útil y “lo a la mano”¹⁹, convirtiendo el habla en lo que él denomina “habladurías”. Este aspecto que el mismo Heidegger declara como estado de interpretado no refiere a un término despectivo, sino a una forma que tiene el *Dasein* de comprender e interpretar su cotidianidad; sin embargo, el aspecto peligroso en las habladurías radica fundamentalmente en que es precisamente un habla del que nadie es dueño o responsable, permitiendo que fácilmente se convierta en mera publicidad. Como hay un vacío de bases sobre aquello que se habla, entonces no hay una comprensión e interpretación elaborada por el mismo *Dasein*, sino por otro quien significó a su manera dicho proceso. “La falta de base no cierra a las habladurías la entrada en la publicidad, sino que la favorece”²⁰.

Debido a esto, el *Dasein* se convierte en una referencia hecha por otros entes, y allí donde aparece el lenguaje como “lo a la mano” o como habladuría, se efectúa un tipo referencialidad del *Dasein* que lo hace caer en el riesgo de un “estado de interpretado” o de “una existencia inauténtica”. Dicho de otra manera, el *Dasein* es pensado, interpretado y sometido por medio de las habladurías a un estado de interpretado y como un mero ser ante los

¹⁸ *Ibid.*, 180.

¹⁹ *Ibid.*, 166-167.

²⁰ *Ibid.*, 188.

ojos. Y en pocas palabras, lo útil del lenguaje puede convertir al *Dasein* en un ser instrumentalizado por un lenguaje ajeno y puede cosificarlo a favor de otros entes.

Ahora bien, es posible comprender a partir de lo dicho, que el hablar como medio del lenguaje es el que distancia al hombre de su animalidad, lo separa de su instinto para convertirlo en un ser hablante, parlante (palabra), y, en esa medida, se representa como significado o como significante separado de su real. Esta representación no es otra cosa que la imposición de la pregunta *¿quién soy yo?*, asunto que ampliaremos más adelante. La misma característica llevará a Lacan a establecer una estructura al problema del lenguaje caracterizada en el “lazo social”. De entrada, el pensador francés establece que dicho lenguaje —que en términos heideggerianos se trata de la aparición del habla o discurso (rede)— sería propiamente aquello que nos hace mantener una relación con nuestro prójimo o con el Otro, quien se convierte en significante definido para el sujeto.

Para Lacan, la postura ontológica del inconsciente no es la pregunta por cuál es la esencia de éste sino por cómo éste aparece representado en el lazo social.

A partir de una pregunta que hace Jacques-Alain Miller a este pensador sobre la característica ontológica en su postura sobre la hiancia (abertura-agujero) del inconsciente, éste le

respondió diciendo que dicha hiancia era pre-ontológica. “Podríamos decir de la hiancia del inconsciente que es pre-ontológica”²¹. Si bien Heidegger afirmaba que dicha característica pre-ontológica es el estado de comprensión en que ya habita el *Dasein* según su manera de estar-en-el-mundo, en Lacan lo pre-ontológico no tiene como finalidad explicar o definir la esencia del inconsciente en lo que él es o sea, sino la funcionalidad del mismo estriba en su realización o su no-realización.

Dicho de otra manera, lo pre-ontológico no supone algo inherente en el inconsciente como lo cree Heidegger respecto al *Dasein*, sino algo que tendrá que buscarse desde sí mismo en cada relación social, aunque irremediamente sea franqueado por el Otro.

Lo óntico, en la función del inconsciente, es la ranura por donde ese algo, cuya aventura en nuestro campo parece tan corta, sale a la luz un instante, sólo un instante, porque el segundo tiempo, que es de cierre, da a esta captación un aspecto evanescente (...) Así pues, ónticamente, el inconsciente es lo evasivo, pero lo gramos circunscribirlo en una estructura, en una estructura temporal.²²

²¹ Jacques Lacan, *Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis* (Buenos Aires: Paidós, 1993), 38.

²² *Ibid.*, 39-40.

Por tal razón, la característica propiamente diferenciadora entre ambos autores, Heidegger y Lacan, reside precisamente en que para Heidegger no existe tal concepto de sujeto ya que es una categoría eminentemente moderna y no revela nada de la existencia humana. Para Lacan, en cambio, la categoría de sujeto no sólo encierra una determinación del mundo como *su-yectum* (estar atado a), sino como posibilidad de realización o no-realización del deseo, de acceso al yo, a la conciencia, al inconsciente, al saber, a lo simbólico, al goce, a las pulsiones, etc., mediado, o mejor dicho, habitado por el lenguaje que deviene habla o discurso. “Mediante el instrumento del lenguaje se instaura cierto número de relaciones estables, en las que puede ciertamente inscribirse algo mucho más amplio, algo que va mucho más lejos que las enunciaciones efectivas”²³. Por tanto, y asumiendo estas diferencias, es pertinente nombrar cómo Lacan desarrolla su postura frente a este sujeto, el cual no es claro ni transparente en su acceso al mundo y a los aspectos antes nombrados, sino como un sujeto dividido, atravesado y fraccionado por otro sujeto que se convierte en su significante que lo sesiona, dirigiéndolo, a su vez, a la apropiación de su existencia.

²³ Jacques Lacan, *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis* (Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006a), 10.

Ahora bien, será con Lévi-Strauss, padre del estructuralismo antropológico, con quien Lacan encontrará los presupuestos teórico-prácticos para llevar al análisis el problema del lenguaje. Ambos pensadores comparten criterios fundamentales respecto al lenguaje desde dos perspectivas diferentes, aunque no excluyentes entre sí. Por eso, el interés acá no es otra cosa que precisar cómo desde la perspectiva de Lévi-Strauss se comprende el lenguaje y qué funcionalidad cumple en la estructura social. Presupuesto que nos ayudará a comprender cómo Lacan asume el estructuralismo en beneficio de la comprensión del sujeto del inconsciente y cómo piensa la funcionalidad del lenguaje respecto al lazo social.

Lo primero que debe sustentarse, es que Lévi-Strauss a diferencia de Lacan, excluye esa relación homogénea sujeto-objeto de su elaboración antropológica. Allí, es posible observar que si debe decirse algo del hombre, no puede determinarse desde una observación cognoscitiva como lo es la representación, sino más bien desde lo que él es dentro de una estructura social. Al respecto dice Strauss: “Al elegir un sujeto y un objeto radicalmente distantes el uno del otro, la antropología se expone, sin embargo, a un peligro: que el conocimiento, aprehensión del objeto, no alcance al objeto en sus propiedades intrínsecas, y se limite a expresar la posición relativa y

siempre cambiante del sujeto con respecto a él”²⁴.

Esta consideración no es otra cosa que tomar al hombre desde lo más básico, como lo son sus relaciones de parentesco, su habla y lengua y sus creencias dadas en el mito, para establecer su comportamiento y su manera de enfrentar sus relaciones sociales. Por eso, si algo debe entenderse en un primer momento es que la estructura o sistema social nace cuando aparecen las estructuras del lenguaje.

La fonología pasa del estudio de los fenómenos lingüísticos conscientes al de la estructura inconsciente; rehúsa tratar los términos como entidades independientes, y toma como base de su análisis, por el contrario, las relaciones entre los términos; introduce la noción de sistema.²⁵

La fonología permite que el sistema o estructura responda a lo que ella misma determina en el análisis y relación de los términos como, por ejemplo, el significado y el significante. En este sentido, ambos términos no son independientes entre sí porque ya su manera de operar responde al mismo género lingüístico. Propongamos una muestra: tenemos la palabra en latín *benedictus*. Si notamos, el significado de la palabra puede determinarse por

ser nominativo, singular y masculino. Asimismo, la palabra tiene por significante dos fonemas *U* y *S*, por lo que el significado no actúa independientemente del significante ya que éste permite descomponer al primero. En pocas palabras, el significado de la palabra *benedictus* depende de un criterio fonético que responde a las reglas o leyes de la lingüística general.

Por eso, para Strauss la lingüística es la única ciencia que puede dar respuesta al comportamiento del hombre dentro de una estructura social, ya que “el lenguaje al ser un fenómeno social”²⁶ ya está determinado por las leyes de la misma.

Como los fonemas, los términos de parentesco son elementos de significación; como ellos, adquieren esta significación a condición de integrarse en sistemas. Por lo tanto las relaciones de parentesco forman sistemas, con estrecha relación entre sus elementos, en donde la modificación de uno de ellos implica la modificación del sistema.²⁷

Lo más interesante de este breve análisis sobre el lenguaje es que Strauss lo ubica en un nivel científico muy delimitado. Responder a unas leyes de la lingüística, como es el caso de la fonética, es darle estatus científico y objetivo a un asunto que tendrá

²⁴ Claude, Lévi-Strauss, *Antropología estructural* (Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1968), 33.

²⁵ *Ibid.*, 31.

²⁶ *Ibid.*, 52.

²⁷ *Ibid.*, 32.

como función lo simbólico. De hecho, y para ser un poco más precisos, Strauss afirma dos asuntos respecto al lenguaje.

Primero, establece que “casi todas las conductas lingüísticas se sitúan en el nivel del pensamiento inconsciente”²⁸. Esto significa que cuando hablamos o tenemos algún diálogo, es poco probable que tengamos consciencia de las leyes sintácticas, morfológicas o semánticas que utilizamos allí. Por eso cuando hablamos estamos asumiendo inconscientemente a través del lenguaje una cantidad de leyes que al pasar objetivamente al análisis y relación podemos encontrar las imprecisiones que acometemos al lenguaje mismo.

Lo segundo que propone Strauss es que:

El conjunto de estas estructuras formaría lo que llamamos inconsciente (...) El inconsciente deja de ser el refugio inefable de particularidades individuales, el depositario de una historia singular que hace de cada uno de nosotros un ser irremplazable. El inconsciente se reduce a un término por el cual designamos una función: la función simbólica.²⁹

Lo que viene a decir: el inconsciente no se entiende como un otro aislado o como un sujeto, sino como un colectivo que se ve acotado y determinado

²⁸ *Ibid.*, 54.

²⁹ *Ibid.*, 183.

por una función simbólica, que no es otra cosa que las leyes compartidas en común desde las relaciones de parentesco, deberes, derechos, denominaciones míticas, etc.

De este modo, se puede comprender cómo Lacan llega a establecer la estructura de un sujeto determinado por un significante. Si bien Strauss afirma que el lenguaje como fenómeno social se determina por unas leyes establecidas de la lingüística y como función simbólica, para Lacan la función del lenguaje es revelar cómo el inconsciente, en tanto cadena de significantes, pueden tornar al sujeto, desde la representación, en objeto, haciéndolo presa de su propia falta. Ambos pensadores coincidirán que el inconsciente es la estructura por la cual un colectivo o un sujeto se ajustan a unas condiciones del lenguaje, ya sea como función simbólica o como representación.

El lenguaje como discurso: primera instancia del lazo social

Así pues, según los presupuestos ontológicos y estructurales del lenguaje, no resta sino preguntarse cómo aborda Lacan el asunto desde el psicoanálisis. “Lo que yo digo es que el lenguaje es la condición del inconsciente”³⁰. De entrada, es posible afirmar que uno de los aspectos en referencia al lenguaje en Lacan parte

³⁰ Jacques Lacan, *Seminario XVII*, 43

esencialmente de una división en el sujeto. Por un lado, el sujeto no puede conocerse sino desde la cadena de significantes en tanto falta, y una falta no es otra cosa que la necesidad por el deseo en el Otro, quien integra un lazo social ya establecido. “El objeto a, que puede ser el pecho, las heces, la voz o la mirada, es un objeto que hace del sujeto, objeto en la medida en que en él es deseante de una falta, es decir, deseante de esa falta que es el deseo en el Otro”³¹.

Por otro lado, el sujeto no existe sino en la medida que es representado o constituido por otro sujeto-significante; por eso, el acceso a su modo de ser resulta imposible, y he aquí la dificultad de la tesis heideggeriana sobre el acceso al ser en general. El lenguaje, y por tanto el sujeto, se articulan en múltiples discursos, ya sea en la publicidad o en las habladuras, es decir, en los múltiples significantes. A partir de esta tesis lacaniana sobre el discurso de los significantes, aparece una nueva cuestión: ¿Cómo se aloja dicho sujeto en esta articulación de significantes parlantes que a su vez forman un denominado lazo social? Y más aún, ¿es posible que no exista la sociedad tal como la concebimos y más bien exista allí en los lazos sociales? Frente a esto, Lacan propone básicamente una

posición lógica a la comprensión de este problema. Esta posición deviene del lenguaje: es decir, discurso. Dicho orden lógico parte de la misma división existente en el sujeto. Una división que como observamos se da en la falta, a saber: en la necesidad por el deseo en el Otro, en el significante.

Sin embargo, no se puede pensar el sujeto en Lacan sin antes pensar una característica propia del sujeto: su subjetividad. El sujeto por sí mismo hace referencia a la figura moderna del hombre que conoce y razona en tanto *sub-yectum*, mientras que la subjetividad, por otra parte, es lo que del sujeto se muestra y lo que aparece de él en el lenguaje, escenificando este último en su discurso o en su habla sobre aquello que desea. Para el psicoanálisis, el sujeto no es más que aquello que un significante representa de él. Esto quiere decir su subjetividad es representada por un significante para otro significante. Su división propiamente dicha, como se afirmaba, aparece como falta y como vacío, pues “el sujeto no es aprendido sino como falta entre dos significantes. Él solo aparece representado por un significante para otro significante, y si aparece representado es porque no está”³². Esto implica, además, que la cuestión del real del

³¹ Diana Rabinovich y Juan Carlos Cosentino J, *Puntuaciones freudianas de Lacan: acerca de más allá del principio de placer* (Buenos Aires: Manantial, 1992), 75.

³² Jean Marie Sauret, *Lo Real, Lo Simbólico y Lo Imaginario* (Medellín: Facultad de psicología, septiembre 1995), <http://www.funlam.edu.co/uploads/facultadpsicologia/639398.pdf> (agosto 2016).

sujeto, que no se reduce al significante o a un saber determinado por éste, se conserve o aloje en otro discurso, indicando así la génesis del lazo social.

Con ello, para determinar este fenómeno de representación, Lacan, a diferencia de los filósofos modernos quienes se ocuparon de establecer cómo conoce el hombre, propone el lenguaje como discurso o habla. El conflicto al respecto es que lenguaje no revela el ser del sujeto, ni su esencia, y, en cambio, solamente revela su saber en términos de una búsqueda interminable, no sólo sobre lo fenomenológico o epistémico, sino sobre su ser, y en especial, sobre la pregunta *¿quién soy yo?*

A dicha pregunta, aparece una respuesta que no viene dada desde el sujeto mismo, sino desde un significante. La respuesta lamentablemente se convierte en una imposición por un habla ajena y en una búsqueda indeterminada, debido a que el significante varía siempre en cada situación o cada momento.

El escenario es desconcertante incluso si el significante amo cambia, pues basta con que éste se inscriba en cadenas para otro significante diferente para que el sujeto se sitúe sólo en relación al saber. La pregunta entonces *quién soy yo*, no refiere propiamente a una elaboración auténtica del sujeto, sino que es impuesta por su significante. De ahí la propuesta lógica del discurso como respuesta a esa pregunta

existencial, que sólo puede responderse, si es que es posible, en términos de saber. Según Lacan, en el lenguaje no aparece nada que le asegure al sujeto lo que él es, por ello se recurre al orden lógico del discurso. Pero antes de establecer dicho orden lógico y para comprender mejor el asunto del lenguaje dentro del psicoanálisis, es importante señalar aquí una cita significativa de Jean Marie Sauret, quien afirma: ³³

El psicoanálisis ha establecido una dependencia radical del ser humano con el lenguaje, en tanto que el lenguaje es aquel que determina la posibilidad de existencia del sujeto, o para decirlo de otra manera, el hecho de que el organismo humano pase a ser un ser hablante, lo que a su vez establece una separación del hombre del reino animal. El lenguaje, el hecho de hablar, es aquello que distingue más radicalmente al hombre de los animales. El mundo de lo simbólico es propio del ser humano. Esto lo aparta drásticamente de la naturaleza y de sus leyes y lo introduce en las leyes del lenguaje, de lo simbólico.³³

Con esto se hace evidente entender que es en el lenguaje donde se crea, en primera instancia, los lazos sociales, y no en la voluntad consciente de los mismos sujetos de adherirse a uno.

Igualmente, Lacan propone el esquema que explica al sujeto como

³³ *Ibid.*, 1.

falta y como ávido de saber en tanto hiancia. Los lazos sociales, como denominación del lenguaje, es decir, del inconsciente a través del discurso y del habla, se entienden de la siguiente manera: para representar al sujeto se necesita de dos significantes. Uno solo no significa nada para el sentido que puede darle a lo que se representa. Un solo significante en este proceso se convierte en un enigma o en una incógnita debido a que no aclara nada de lo que se representa, por lo que debe articularse a otro para establecer un sentido de dicha representación.

Por eso, para el pensador francés el sujeto aparece dividido, escindido y, por tanto, sometido a la representación, de ahí su escritura $\$$ en varios de sus escritos durante los años 60 y 70. Luego aparece el significante que se escribe SI como el que se representa al sujeto, y más tarde aparece el significante $S2$ que representa el saber. Éste último es muy importante debido a que, tal como se dijo, está constituido por al menos dos significantes, ya sea como necesidad para que el sujeto quede representado, o también, para que este significante dé sentido al SI . Finalmente, Lacan propone el pequeño objeto “ a ” como aquello que se le escapa al significante SI y $S2$, los cuales no pueden determinar el ser del sujeto. Lo que escapa a ambos será lo denominado por Lacan como la pulsión. De ahí que a la pregunta *¿quién soy yo?* se responda de manera provi-

sional sólo en respuesta al saber.

Una muestra de esto, lo plantea Jean Marie Sauret:

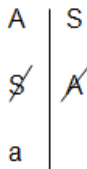
Por ejemplo, en la unidad residencial donde resido, yo soy un señor, el señor del apartamento 405. El portero de la unidad me reconoce por esto, porque soy el señor que habito en el apartamento que tiene por número el 405. El $S1$ aquí es el significante “señor”, o el significante “profesor”, y el $S2$ es: “de psicología y psicoanálisis” o “que habita el apartamento 405”. Entonces, a la pregunta por nuestro ser: *¿quién soy yo verdaderamente?*, solo obtenemos respuestas substitutivas: *soy esto, aquello o esto otro*. Y esto que se escapa es el pequeño objeto “ a ”, que como se afirmó resulta para el significante un agujero en saber. Así pues, nuestro ser, lo real del ser, escapa a la representación significante, no lo podemos atrapar, aprehender. Es que el ser pasa a ser una cosa irreductible al saber, no se lo puede conocer, habita el lugar de desconocimiento, de no-saber. Esto que escapa a la representación significante es lo que se llama en psicoanálisis objeto a pequeña.³⁴

Así, la característica fundamental para un pensar el sujeto fuera de la concepción moderna del conocimiento es que lo real es lo que está por fuera del saber. El esquema puede variar en orden según el discurso de interés en cada situación vivida por el mismo

³⁴ *Ibid.*, 3.

sujeto. Acá sólo nos limitamos a exponer de manera general la incidencia del discurso a la pregunta *¿quién soy yo?* mediante el orden lógico propuesto por Lacan para tratar de comprender qué es lo que se aloja en el lazo social y cómo se efectúa dicho alojamiento en un discurso habitual, como es el caso ejemplar del discurso filosófico-cristiano y el discurso capitalista. En la figura 2, Lacan propone su primer esquema de división que aparece en su texto sobre la angustia de 1962, en el que se comprende el origen de los lazos sociales.

Figura 2. Tomado de: Jacques Lacan *Introducción a la estructura de la angustia. Seminario X.*



Este primer esquema, que precede a los cuatro discursos establecidos años más tarde por Lacan en su *seminario XVII*, revela claramente la posición del sujeto barrado y aquello que subsiste en él como lo es el pequeño objeto “a”. Según este autor:

Con respecto al Otro, el sujeto que depende de él se inscribe como un cociente. Está marcado por el rasgo unario del significante en el campo del Otro (...) Por eso los dos términos § y a, el sujeto marcado por la

barra del significante y el a minúscula, objeto residuo de la puesta en condición, si puedo expresarme así, del Otro, están del mismo lado, al lado objetivo de la barra. Están ambos del lado del otro, puesto que el fantasma, apoyo de mi deseo, está en su totalidad del lado del otro. Lo que ahora está de mi lado es lo que me constituye como inconsciente, a saber A, el Otro en la medida en que yo no lo conozco.³⁵

Para Lacan, el deseo aparece en la estructura como consecuencia de la división del sujeto y por aquello representado de él para los demás significantes. “El deseo del hombre es el deseo del Otro”³⁶ El pequeño objeto “a” se ordena de acuerdo a la cadena de significantes. De ahí que el sujeto se defina esencialmente como sujeto de deseo en tanto deseo del Otro. A diferencia del placer, como lo denominaría Freud referido al estado anímico del organismo como principio de estabilidad o inestabilidad del mismo, para Lacan hay algo más allá del principio de placer y es el principio de deseo. Cuando este pensador francés habla de deseo, se refiere directamente al Otro, quien a partir del goce obtenido del usufructo del pequeño objeto “a” dentro del discurso, determina esa tendencia a la estabilidad para sus pro-

³⁵ Jacques Lacan, *Seminario X: la angustia* (Buenos Aires: Paidós, 2006), 36.

³⁶ Jacques Lacan, *Los cuatro conceptos fundamentales*, 46.

pios intereses. No cabe sino revelar el deseo para que el capitalismo te venda un producto y te establezca como principio fundamental del placer.

El placer fija los límites del alcance humano: el principio del placer, es el principio de homeostasis. El deseo, por su parte, encuentra su cerco, su proporción fijada, su límite, y en la relación con este límite se sostiene como tal, franqueando el umbral impuesto por el principio de placer.³⁷

En consecuencia, cualquier forma de discurso ubica al sujeto para una cadena de significantes y como una falta en el saber. Dicho sujeto se identifica y se aloja en cada forma del discurso, pero sesionado, e incluso el pequeño objeto *a*, que es lo que conserva al sujeto en tanto pulsión, queda en la mayoría de las formas del discurso determinado por él mismo, es decir, queda aparentemente interpretado por sí mismo en la búsqueda de su subjetividad a partir de su pulsión y deseo. “Debido a la existencia del inconsciente, nosotros podemos ser ese objeto afectado por el deseo. Incluso es en tanto que marcada de este modo por la finitud que nuestra falta, la nuestra, como sujeto del inconsciente, puede ser deseo, deseo finito”³⁸. En definitiva, esto nos conduce directamente, a ampliar el asunto del discurso desde el alojamiento del su-

jeto en un determinado lazo social para así comprender dicha búsqueda o simplemente la manera en cómo se obliga a un alojamiento en particular.

Lazo social: “determinación” del pequeño objeto “a”

La determinación del pequeño objeto “a” hace referencia directa a cómo éste se aloja en lo que se ha denominado lazo social, aclarando de manera justificada que la concepción de sujeto en Lacan no deviene una connotación negativa o algún tipo de sofisma despectivo, como si fuese algo oscuro y socavado. Aquí es preciso recordar que la crítica directa de Lacan es a la Modernidad, que cobijando una nueva concepción de hombre bajo la diferencia de sujeto (razón), lo determinó bajo una sola posibilidad: dominio sobre el objeto. Por tanto, iniciamos con una cita del mismo Lacan:

Primero puse el acento en la repartición que constituyó al oponer, en lo que toca a la entrada al inconsciente, los dos campos del sujeto y del Otro. El Otro es el lugar donde se sitúa en la cadena del significante que rige todo lo que, del sujeto, podrá hacerse presente, es el campo del viviente donde el sujeto tendrá que aparecer. Y he dicho que, por el lado de ese ser viviente, llamado a la subjetividad, se manifiesta esencialmente la pulsión.³⁹

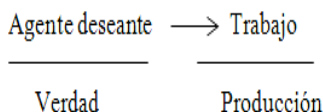
³⁷ Jacques Lacan, *Seminario X: la angustia*, 39.

³⁸ *Ibid.*, 35.

³⁹ Jacques Lacan, *Seminario XVII. El reverso del*

El esquema anterior, expuesto renglones atrás, refiere precisamente a que Lacan durante su *seminario XVII* de 1969/1970, estableció esos cuatro discursos en los cuales se ve reflejado el vínculo o lazo social entre los sujetos, significantes y el saber. En dicho seminario, denominado *el revés del psicoanálisis*, se establecen cuatro lugares fijos de dicha estructura social o vínculo social. Allí, Lacan denomina a dicho discurso como una estructura o un aparato con cuatro posiciones.

Figura 3. Tomado de: Jacques Lacan, *Impotencia de la verdad*. Fuente: *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis* 2002

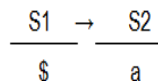


Como se evidencia en el esquema, hay un vínculo de poder y de dominación. Visualmente en la figura (2) puede observarse cómo los elementos ubicados arriba corresponden a lo que está de manifiesto, visible y notorio en el discurso, como lo habíamos nombrado renglones atrás y cómo los elementos que aparecen abajo representan lo oculto y oscuro del discurso. Lo interesante del esquema propuesto por Lacan, consiste fundamentalmente en

psicoanálisis (Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006 a), 32.

cambiar de lugar los elementos en los cuatro discursos, que son: el del amo, de la histeria, del analista y del universitario, tal como se denominarán en el *seminario XVII*. Para dar un ejemplo, relacionemos el discurso del amo que explica Lacan. Para ello, proponemos analizar de manera sucinta dos discursos: el discurso filosófico-cristiano y el discurso capitalista.

Figura 4. Tomado de: Jacques Lacan, *Producción de los cuatro discursos*. *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis*.



El discurso del amo es claro. En la figura (3) el ejemplo sería el de la misma historia de la filosofía en relación con el cristianismo, es decir, su derivación. La filosofía de Platón llegó a leerse en términos del platonismo por el filósofo Plotino, quien desde la caracterización ya cristiana pone el mundo de las ideas como lo puramente determinante en la realidad, denominando a éste el *uno-Dios*. Luego, el padre de la Iglesia, San Agustín de Hipona, efectúa un discurso de las categorías de Platón y elabora su propuesta en su texto la *Civitas Dei* (la Ciudad de Dios) y pone de nuevo un mundo verdadero al cual todos los seres humanos, mortales, debemos aspirar, pero también alcanzar. Dicho

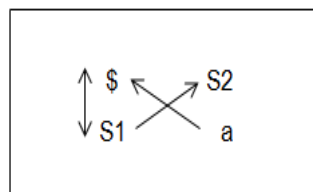
discurso lo adoptará la Iglesia romana para establecer que el mundo verdadero, los fundamentos de la historia de la humanidad y el de los individuos, es Dios.

Los efectos de este discurso crearon diversas formas de acceder a dicho mundo verdadero, cosa que traerá consigo lo que históricamente ya se conoce: imposiciones, inquisiciones, limitaciones, concepciones diversas del mundo medieval (desde la risa y desde lo culto), guerras, prohibiciones, transgresiones, entre otros. Miremos entonces un posible análisis desde Lacan: S1 representa el discurso amo, el discurso platónico (y no necesariamente de Platón), el cual interpela y pone a trabajar al significante expreso en el saber S2, en este caso, la institucionalización en la iglesia cristiana-romana del discurso platónico del mundo verdadero. Éste, a su vez, producirá para él un objeto-plus de goce “a” como posible respuesta a ese deseo, y, por último, la verdad del amo será su propia división como sujeto \$.

Este ejemplo también se aplica directamente al asunto del capitalismo que Lacan propone en su *seminario XVII* de 1969/1970, y que traemos acá de manera sucinta para efectos de representación de los alcances del discurso. Si cambiáramos los lugares en esta misma línea del discurso y ubicáramos al sujeto dividido \$ en lugar del amo S1, tendríamos que el pequeño objeto “a”, el plus de goce o

producción referirá al sujeto \$ que está perdido desde el origen, dependiendo así de un amo que lo sostenga. En este caso sería así:

Figura 5. Tomado de: Jacques Lacan, *Discurso del capitalismo*. Fuente: Conferencia de Milán. 1972



Si se nota, el sujeto (figura 4) ocupa el lugar del amo, pero éste a su vez se esconde en el sujeto \$, volviéndose más fuerte, menos localizable, identificable y más aún, inatacable. S1 que es el capitalismo, se ubica en el real del individuo o sujeto \$, quien cree o supone un saber para poner a trabajar al sujeto S2, que sigue obteniendo un plus de aquello que produce ahora la verdad. Este tipo de discurso es lo que se convierte en el fundamento de las relaciones sociales, en especial, aquellas derivadas del capitalismo. Un discurso que se esconde para un sujeto que se encuentra en el lugar de la verdad, pero que realmente trabaja y produce para una estructura aún más fuerte.

El problema es que con el capitalismo, estamos más bien en el nivel de una respuesta. Una respuesta sin escapatoria y no una pregunta. Este

goce, reducido ciertamente al plus-de-gozar, se impone implacablemente. Sea los que fuere lo que el sujeto haga, está apresado en el orden anónimo de la economía, que hace de su fuerza un objeto calculable. Incluso se puede decir que su deseo también deviene calculable. La industria lo calcula de modo de vender lo que produce, y eventualmente, actúa sobre este deseo.⁴⁰

Por otro lado, el goce del pequeño objeto “a”, que antes era aquello que no podría conocerse, ahora es determinado por el acceso al consumo, al mercado y al puro capitalismo salvaje. El goce es capitalizable. A partir de éste se obtiene más dinero, más objetos de uso, más artículos para belleza, más salud, más cirugías estéticas e incluso, se calculan los orgasmos en una relación “sexual” debido a que el goce, que dirige su mirada a la “verdad”, a lo originario en términos heideggerianos, al sujeto \$, realmente dirige todo su plus al discurso S1 amo, al capitalismo que impone de manera socavada el modo de acceso al goce representado en la verdad \$ y al enigma *¿quién soy yo?*

Esto sería entonces la perversión del discurso que pone al pequeño objeto “a” a perderse desde el comienzo del mismo discurso.

⁴⁰ Moustapha Safouan, *Lacaniana. Los seminarios de Jacques Lacan, 1953-1963 París, Fayard* (Buenos Aires: Paidós, 2003), 186-187.

La pregunta fuerte entonces sería: ¿Cómo el sujeto puede sostenerse o al menos resistir en este tipo de lazos sociales? Y más aún, ¿cómo puede mantener su propio goce sin ser determinado por otro tipo de goce ajeno, en este caso el del saber, el de la religión? Sostenerse como individuo y como sujeto en un lazo social es complejo debido a que allí el sujeto no tiene ningún vínculo con su propio goce y con su propio deseo, ya que a esto se le impone el significante.

El asunto de fondo lo establece el mismo Lacan:

El revés (del psicoanálisis) no explica ningún lugar. Se trata de una relación de trama, de texto, si quieren, de tejido. Lo que no quiere decir que ese tejido tenga un relieve y que atrape algo. Esta palabra sólo tiene existencia en el lenguaje. El lenguaje muestra precisamente el límite que aún existe en el mundo respecto del discurso donde no todo es como lo digo en serio, si quieren, el todo como tal se refuta y se apoya incluso, por deber, a ser reducido en su empleo. Digo esto para introducirnos en lo que hoy será el objeto de un acercamiento absolutamente esencial a los fines de demostración de lo que es un revés. Revés es asonante con verdad.⁴¹

Ahora bien, cabe aclarar que cuando Lacan habla estrictamente de lazos

⁴¹ Jacques Lacan, *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis*, 43.

sociales lo hace en términos de análisis del sujeto, a condición de decir por ello que lo social constituye una dimensión estructural del sujeto, es decir, lo sujeto del individuo. Su subjetividad es lo mismo que el sujeto de lo colectivo o como lo hemos estudiado: objeto del lazo social. El lazo social refiere a que el sujeto no está solo con su *yo* o es un tipo de solip-sismo. Éste siempre está en el campo del Otro, es del Otro de quien el sujeto recibe el mensaje que emite; incluso dicho campo no sólo precede al sujeto mismo, sino que como vimos renglones atrás, lo determina.

Los ideales sociales del sujeto pueden ser considerados como un conjunto reconocible de atributos que mantienen una relación lógica de vinculación entre ellos, conjunto de atributos (lealtad, cortesía, honestidad, o autonomía, para poner algunos ejemplos) que se asocian a figuras sociales del sujeto (la mujer liberada, el trabajador eficiente, el ciudadano consciente, etc.).⁴²

Los discursos, por tanto, representan una relación esencial de la que procede un particular vínculo social. Cada discurso según sea el caso, fija, en efecto, un lazo social diferente. Por eso, Sauret establece que acá se pue-

⁴² Khatya Araujo, *Dignos de su arte. Sujeto y lazo social en Perú de las primeras décadas del siglo XX* (Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2003), 16.

de evidenciar el *doble* nacimiento de cada sujeto que compone la humanidad. El primero, desde lo orgánico y desde el lenguaje. Y el segundo, desde aquello que posibilita el encuentro con el mundo y con el espacio del otro. Así, el lazo social no equivale al menos directamente a la sociedad. “La situación de este esclavo (el sujeto) en el proceso es precisamente la de una autorrelación en el sentido hegeliano (la relación del esclavo con el amo) y en el sentido freudiano (la relación del ego con el ideal del *egó*)”⁴³. En pocas palabras, a Lacan no le interesa saber cómo se mueve el que domina o el dominado, la víctima o victimario, sino comprender cómo la sociedad se ve fragmentada por los diversos lazos sociales representados en los discursos, en especial aquellos que devienen producción a partir del deseo del sujeto.

A modo de conclusión

En definitiva, es Lacan quien nos permite entender la fragilidad actual de los vínculos o lazos sociales. Su descomposición se debe fundamentalmente a que un discurso que aparentemente se ubica en un lazo de identidad con el sujeto, recluta un objeto para su propio goce y su propia producción. Llámese discurso ideológico-religioso, beligerante, cultural, político, esté-

⁴³ Slavoj Žižek, *Lacan: los interlocutores mudos* (Madrid: Akal, 2010), 104.

tico, etc., hacen del sujeto una mimesis o cosificación puesta entre lo real aparente o imaginario. Asimismo, y es la peor de las causas de la fragmentación social, es que ante esa pregunta *¿quién soy yo?* que refiere directamente a un desconocimiento de aquello que falta en el sujeto, el discurso provee el plus para que el sujeto intente crear (pura simulación) una respuesta a este enigma, que no es originaria de sí, sino que impone el Otro desde su discurso.

El gran Otro, que habla en el discurso del inconsciente, sería entonces no el sujeto del discurso de lo ideológico, Dios, el Sujeto, etc., sino el propio discurso de lo ideológico instaurado como sujeto del discurso del inconsciente y en la forma específica de dicho sujeto, es decir, como efecto de este discurso, presente en los significantes del mismo como ausente por representación bajo un significante.⁴⁴

Finalmente, podemos concluir que la pregunta fundamental del psicoanálisis o el problema fundamental al que hay que dar respuesta es la angustia. El problema realmente deviene de cómo dicha angustia, que antes era propiamente elaborada por el individuo desde sus experiencias vitales, ahora es elaborada por una estructura del discurso, es decir, por un artificio o una copia. La religión, la política,

la economía capitalista, los discursos emocionales, la publicidad, los medios de comunicación, entre otros, se establecieron como la panacea o como el canon regulador de toda pregunta auténticamente vital y existencial. Un sujeto que se angustia es un sujeto que resiste la división o escisión por parte de ese gran Otro, que no es otra cosa que lo ignorado o lo inadvertido por el sujeto.

⁴⁴ Louis Althusser, *Escritos sobre psicoanálisis Freud y lacan* (Madrid: Siglo XXI, 1996), 127.

Bibliografía

- Althusser, Louis. *Escritos sobre psicoanálisis Freud y Lacan*. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- Araujo, Khatya. *Dignos de su arte. Sujeto y lazo social en Perú de las primeras décadas del siglo XX*. Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2009.
- Descartes, René. *Discurso del método*. Madrid: Gredos, 2011.
- Diana Rabinovich y Juan Carlos Cosentino. *Puntuaciones freudianas de Lacan: acerca de más allá del principio de placer*. Buenos Aires: Manantial, 1992.
- Eduardo Carbajal, Ángelo, Rinty y Alberto Marchilli. *Una introducción a Lacan*. Buenos Aires: Lugar editorial, 2008.
- Freud, Sigmund. *Tres ensayos sobre la teoría sexual*. Madrid: Orbis, S.A, 1984.
- Heidegger, Martín. *Carta sobre el humanismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- _____. *Ser y Tiempo*. México: FCE, 1971.
- Juranville, Alain. *Lacan y la Filosofía*. Buenos Aires: Nueva visión Saic, 1992.
- Lacan, Jacques. *Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- _____. *Psicoanálisis, radiofonía y televisión*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1983.
- _____. *Seminario X. La angustia*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.
- _____. *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006a.
- _____. *Seminario XVII. El reverso del psicoanálisis*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2002b.
- _____. *Subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano*. En *Escritos*. Buenos Aires: Siglo XXI. Vol. 2, 2003.
- Moustapha Safouan. *Lacaniana. Los seminarios de Jacques Lacan 1953-1963 París, Fayard*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- Sauret, Marie Jean. *Lo Real, Lo Simbólico y Lo Imaginario*. Medellín: facultad psicología, 1995. <http://www.funlam.edu.co/uploads/facultadpsicologia/639398.pdf> (agosto 2016)
- Strauss, Claude-Lévi. *Antropología estructural*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1968.
- Zizek, Slavoj. *Cómo leer a Lacan*. Buenos Aires: Paidós, 2008
- _____. *Lacan: los interlocutores mudos*. Madrid: Akal, 2010.

**Reforma estudiantil de Córdoba (1918) y mayo de 1968.
Evocación, celebración o nostalgia
A los cien y cincuenta años de dos eventos emancipatorios
*Student's reform of Cordoba (1918) and May 68. Evocation,
celebration or nostalgia. At one hundred and fifty years of two
emancipatory events***

“Recibido el 29 de mayo del 2018, aceptado el 5 de junio del 2018”

Rafael Rubiano Muñoz*

Resumen

Este año se conmemoran sucesos que es imposible que pasen inadvertidos para los ciudadanos de hoy. Hace doscientos años nació Karl Marx, un pensador crítico y moderno que sigue vigente en muchas de sus tesis sobre el mundo capitalista. De igual manera, hace ciento cincuenta años se produjeron las primeras revoluciones proletarias en Francia y luego en toda Europa. En 1898, el escritor francés Emile Zola, escribió una serie de artículos y el más representativo de todos ellos, el escrito “*Yo Acuso*”, la verdad está en marcha, con el cual se daba carta de ciudadanía a los intelectuales en sentido moderno. El inconformismo o los movimientos antisistémicos para decirlo con Immanuel Wallerstein, hacen parte en un doble sentido del mundo moderno capitalista, como revolución y

* Profesor Titular, Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, Universidad de Antioquia.

como esperanza. Este artículo busca reconstruir y hacer actuales dos eventos mundiales: la reforma estudiantil de Córdoba en Latinoamérica y Mayo de 68 en Francia, sucesos que marcaron nuestra conciencia, identidades y aspiraciones políticas hasta el día de hoy. Evocarlos, celebrarlos o recordarlos con nostalgia, es el objetivo del presente escrito.

Palabras clave: Movimiento estudiantil, Córdoba, Mayo del 68, Reforma universitaria.

Abstract

This year commemorates events that are impossible to pass unnoticed for today's citizens. Two hundred years ago Karl Marx was born, a critical and modern thinker who is still alive in many of his theses on the capitalist world. Similarly, the first proletarian revolutions took place 150 years ago in France and then throughout Europe. In 1898, the French writer Emile Zola, wrote a series of articles and the most representative of all of them, the written *I Accuse*, the truth is underway, with which a letter of citizenship was given to intellectuals in a modern sense. Nonconformity or antisystemic movements to say it with Immanuel Wallerstein, are part of a double sense of the modern capitalist world, as a revolution and as hope. This article seeks to reconstruct and make current two world events: the student reform of Córdoba in Latin America and May of 68 in France, events that marked our conscience, identities and political aspirations to this day. Evoke, celebrate or remember them with nostalgia, is the objective of this writing.

Keywords: Student movement, Cordoba, May 68', University Reform.

Presentación

El presente escrito tiene la intención, de un modo muy pedagógico, comprender el significado principalmente que tuvo la *Reforma Universitaria de Córdoba de 1918* y darle un lugar en los acontecimientos que sacudieron el mundo tras la movilización estudiantil de *Mayo de 1968*. Con ese propósito se acuden a fuentes de pri-

mer orden, testimonios y algunos relatos que permitan darle un significado actual a los dos eventos. No obstante, se aclara que más allá de narrar lo sucedido en esos dos eventos, lo que motiva este escrito es darle un sentido actual, de qué modo en la era de la globalización, muchos de los problemas que afrontaron los dos movimientos revolucionarios juveniles, siguen sin solución, pese a que han transcurrido

varias décadas, por ejemplo, la democracia en las universidades públicas, el gobierno y la autonomía universitaria, las luchas contra el racismo, el imperialismo, el armamentismo, las variadas formas de violencias, la hegemonía de la cultura de masas, la sociedad teledirigida y la sociedad en red, además de muchos otros problemas que de lo privado se han vuelto públicos.

Lo que es pertinente decir, en primera instancia es que hace cien años se produjo una transformación del mundo latinoamericano y hace cincuenta años de nuevo a nivel mundial se sacudieron las obsoletas y petrificadas estructuras de nuestras sociedades. En un marco que va de 1918 a 1968, valores, formas de mentalidad, instituciones, relaciones sociales, políticas y culturales se quisieron modificar, y pese a esos impulsos de transformación, el retroceso y la regresión se instalaron en esos territorios, Europa con las guerras mundiales y los totalitarismos; América Latina con los regímenes militares y dictatoriales en centro y sur América. Lo político no necesariamente cambia con lo social a un mismo tiempo, ni lo social se transforma sincrónicamente con lo político.

En este artículo igualmente estableceremos qué de común tuvieron estos sucesos y por qué es vital hoy recordarlos, darles un lugar en este siglo sin humor, gracias, creatividad, por lo demás, una época fría, seca y rígida, donde la seriedad y la imper-

turbabilidad, la indiferencia y la impavidez ante las catástrofes y las tragedias mundiales, se ha convertido en un lugar común, en hábitos cotidianos. Quizás descongelando del pasado estos dos sucesos, podamos revitalizar algo en el lector, la conmoción, su sensibilidad o su raciocinio o conciencia, ante un mundo que en lo que se llama globalización, se ha achatado o le han quitado el puesto a la imaginación y la anticipación del pensamiento como posibilidad de la utopía ante la realidad.

Iniciemos con la siguiente reflexión, ambos eventos pasaron de la protesta a la movilización, de un evento muy puntual de demandas a la lucha abierta. Tanto el *Manifiesto de Córdoba* y *Mayo de 1968* se encendieron como protestas estudiantiles y se convirtieron luego en movilizaciones de carácter colectivo y mundial. Resulta por ello destacable señalar cómo unas actitudes de inconformismo, un sentimiento de injusticia, se colectiviza y luego se convierte en una llamada de revolución. ¿Cómo fue posible eso en ambos acontecimientos? Ahora, importa contrastar que, *El Manifiesto* y *Mayo*, movilizaron, pero tuvieron un corto aliento, se extinguieron y en cierta medida fracasaron como exigencias políticas, mas no en el sentido de crear una cultura diferenciada con el tiempo.

Ahora, vale preguntarse, cuando las exigencias revolucionarias se

convierten en derechos en lo sucesivo, ¿Dónde queda el inconformismo? ¿Cómo podrán seguir avanzando en sus demandas los movimientos y los disconformismos radicales? 1918 y 1968 fueron movimientos relámpagos que luego se fueron extinguiendo. Lo cierto y valga decirlo, es que, a lo largo de innumerables luchas, el horizonte trágico de muchas de ellas, que llevaron a las insurrecciones, a los motines, a las movilizaciones, incluso a las épicas batallas o guerras por los derechos, cuando pasan por el rasero del reconocimiento o se logran convertir en derechos adquiridos, es decir, se institucionalizan, se formalizan, se transforman en políticas estatales o públicas, acaso pierden su energía y su vigor.

De modo que la pregunta es vigente, ¿cuántas revoluciones —de todo orden, o inconformismos políticos— llegan a estatalizarse y revierten en sus ideales, sueños y esperanzas, se cristalizan, para decirlo con Durkheim o con Sanín Cano, se petrifican y no animan ninguna esperanza de cambio o transformación? En estas notas a propósito de los cien años de la *Reforma Estudiantil de Córdoba* (1918) y de los cincuenta años del *Mayo Francés*, haremos unas consideraciones que tienen como propósito dos objetivos para el público lector en general y el público estudiantil y universitario irrestrictamente:

- a) Realizar una corta reconstrucción de ambos eventos que permita analizar su pertinencia para un mundo hoy globalizado y de otro lado,
- b) Reflexionar sobre el impacto que esos dos eventos políticos han tenido en el mundo cultural —especialmente el universitario— y
- c) ¿Cómo después de décadas siguen siendo en sus proclamas, propuestas e incluso algunas consignas, vigentes y hasta necesarias?

Mirada al mundo y un recorrido por *Mayo de 1968*. Sus alcances y actualidad

Mayo de 1968 fue un suceso que se mundializó —hoy diríamos se globalizó— y entró a la historia como un movimiento que cruzó por muchas esferas, desde la subjetiva y privada hasta la pública y política. No obstante, fue un alzamiento francés que se universalizó y en su nacimiento ya llevaba tras de sí a un mismo tiempo, el fulgor de la esperanza con el fracaso, la ilusión más alcanzable de manera inmediata con la derrota repentina; la transformación y el cambio de la historia con la más rutinaria y repetitiva vida intransigente y violenta. Acaso lo describa mejor el profesor norteamericano Immanuel Wallerstein:

Tan sólo ha habido dos revoluciones mundiales. La primera se produjo en 1848. La segunda en 1968. Ambos constituyeron un fracaso histórico.

Ambos transformaron el mundo. El hecho de que ninguna de las dos estuviese planeada y fueran espontáneas en el sentido profundo del término, explica ambas circunstancias: el hecho de que fracasaran y el hecho de que transformaran el mundo.¹

Fracaso y transformación, como una vez más lo admite Wallerstein, los movimientos antisistémicos post 68 cambiaron la dinámica y la radiografía política a nivel global, porque las relaciones entre capital, luchas y clases sociales con los tradicionales movimientos sociales se diluyeron en la emergencia de nuevas inconformidades que se nutrieron de las demandas personales e íntimas y que se hicieron públicas, de lo privado a lo público, en el sentido que junto al problema conflictivo de las relaciones entre mercado, el capital y las clases sociales, se unía y juntaba el de la guerra fría, los imperialismos, la hegemonía de los medios masivos de comunicación, el dominio burgués y una vida cuya moralidad y mentalidad se habían achatado. En el interesante y oportuno libro titulado: *“La Imaginación al poder. Documentos de Mayo del 68”*, hay un recorrido que desde diversas ópticas, por ejemplo, relatos de sus protagonistas, Dani Cohn-Bendit, Jean Paul Sartre, Herbert Marcuse, entre otros, se rescatan los puntos centrales sobre los cuales se produjo el movimiento del 68.

¹ Giovanni Arrighi, Terence Hopkins, Immanuel Wallerstein, “1968: el gran ensayo”, en *Movimientos antisistémicos* (Madrid: Akal, 1999), 83.

En conjunto con la cronología, de cada uno de los acontecimientos que condujeron a la explosión estudiantil de 1968, comenta Dany Cohen-Bendit, “Dany el rojo”, protagonista de la revolución francesa:

Pero el punto de partida de la politización que lleva a solidarizarnos con los explotados, está en las condiciones mismas a las que estamos sometidos en la universidad [...] es al sistema en conjunto al que atacamos en nuestras reivindicaciones; al poder político, al capitalismo, a su concepción de la universidad. La politización parte de allí: cuestionar al sistema capitalista que asigna a la universidad; rechazo por parte de los estudiantes de llegar a formar parte de los futuros cuadros capacitados para explotar a la clase obrera [...] Es verdad que, entre nosotros, la teoría se halla retrasada con respecto a la práctica. Somos conscientes de eso. Pero la práctica, es decir, la acción, constituía la única posibilidad de superar la división de los estudiantes en una multitud de fracciones, pues está en la esencia de cada grupo rechazar todo lo que no provenga de su seno.²

El estudiante franco-alemán Cohen-Bendit, líder y protagonista directo de Mayo de 1968, brindó, en el libro citado arriba, un relato donde nos da el registro de los sucesos menudos del movimiento estudiantil y al mismo tiem-

² Dany Cohen-Bendit, “Cronología de la semana Rabiosa”, en *La imaginación al poder*, (Barcelona: Argonauta, 2008), 7-8.

po, nos ubica en la naturaleza política de dicha sacudida. La politización de la universidad francesa no fue un evento aislado en el disconformismo mundial, que llevaba aparejada una crítica radical al sistema capitalista y a muchos de sus referentes morales e institucionales, económicos y culturales, primordialmente. Y a la par que se constituyó en un movimiento antisistémico, se produjo igualmente una cesura y una crisis al interior de la izquierda, la disputa contra el partido comunista en Francia y ante todo, contra el imperialismo comunista, lo que distanció a Mayo del 68 de los viejos movimientos sociales conocidos desde las revoluciones de 1848. Sobre este aspecto, es de resaltar que el movimiento estudiantil y el obrero, ante la crisis del 68 no tenían unas líneas de acción política unificadas y por el contrario, sus focos e intereses se unieron circunstancialmente, pero se chocaban en los medios y en la acción política. Al respecto lo indicó Cohen-Bendit:

De todas maneras no creo que la revolución sea posible de un día para otro [...] por esta razón, el movimiento estudiantil, que habrá alcanzado, pese a todo, una reforma importante en la universidad, aunque transitoriamente pierda energía, toma valor de ejemplo para muchos jóvenes trabajadores. Utilizando los medios de acción tradicionales del movimiento obrero —la huelga, la ocupación de la calle y de los lugares de trabajo—, hemos derribado el primer obstáculo: el mito por el cual “nada puede hacerse contra el régimen”. Hemos

probado que eso no era verdad. Y los obreros se han lanzado por la brecha. Puede ser que esta vez no sigan hasta el final. Pero habrá otras explosiones más tarde. Lo importante es que se ha demostrado la eficacia de los métodos revolucionarios [...] La unión sólo podrá realizarse más tarde si los dos movimientos, el de los estudiantes y el de los obreros, conservan su impulso. Después de cincuenta años de desconfianza, no creo que lo que se denomina “diálogo” sea posible. No se trata solamente de hablar. Es natural que los obreros no nos recibieran con los brazos abiertos. El contacto sólo se establecerá si combatimos juntos. Se puede, por ejemplo, crear grupos conjuntos de acción revolucionaria.³

Es cierto que tras el levantamiento estudiantil, se produjo un paro obrero en Francia de magnitudes descomunales, igual, se movilizaron las clases revolucionarias tradicionales, pero lo que diferencia a Mayo de 1968 de otras movilizaciones, fue su espontaneidad, lenguaje y consignas, y las consecuencias que dejó: más allá de las clásicas, “luchas de clases”, se politizó la subjetividad en una relación singular de cultura y contrahistoria, o de expresiones “contraculturales” frente a la historia de las luchas de izquierda, porque clases medias y populares, estudiantes, obreros y campesinos se volcaron a las calles con inusitada inconformidad, como muy bien

³ Dany Cohen-Bendit, “De 1848 a 1968”, en: *La imaginación al poder*, (Barcelona: Argonauta, 2008), 35-38.

lo registra Immanuel Wallerstein en sus dos obras: *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*⁴ y *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Un análisis de sistemas-mundo*⁵.

Lo cierto es que *Mayo de 1968*, politizó el mundo de lo privado y lo convirtió en un asunto político, en las clases medias universitarias y ya no era solamente “consciencia de clases explotadas”, se trataba de una “conciencia mundial de explotados”, por el capitalismo y el comunismo y por un sistema mundial dominado por los medios de comunicación. Mientras se generó una desconfianza y una incredulidad de las luchas tradicionales de los viejos movimientos sociales de clases y trabajadores, todo ello por razones de la Guerra de Vietnam, la Guerra Fría y por el imperialismo de la denominada “Cortina de Hierro” en Europa y en algunos países llamados del “Tercer Mundo”, se produjo una reflexividad sobre las nuevas formas de explotación mundial, por ejemplo, los referidos a la amenaza nuclear, al consumo de masas, a la industria cultural y al medio ambiente. Además se debe agregar, la crisis de la izquierda ortodoxa y unido a ello, el avance de la globalización, la tecnología y los medios masivos de comunicación, generaron otros rostros y otras radiogra-

fías que mostraban la “unidimensionalidad”, para decirlo con Herbert Marcuse, pero a su vez, impulsaron oleadas de inconformes en la sociedad mundial, aunque sin las demandas y prácticas de los viejos movimientos sociales.

¿Será esta dimensión la que ha desnivelado el inconformismo político hacia luchas personales e íntimas, las que han resquebrajado las antiguas luchas ideológicas y políticas? ¿Acaso con la percepción que algunos llaman el fin de las luchas de clases y la aparición de luchas más subjetivas que se relativizan no se le hace un juego macabro a que se despoliticen y se des-radicalicen los clásicos procesos políticos de movilización en el mundo? ¿Cómo repensar lo político y la inconformidad hoy en un mundo donde se asume la relatividad moral e ideológica, es decir, aquella actitud dada a cambiar de bando, partido y posición política y además cualquier iniciativa de protesta colectiva es juzgada como rancia y vetusta, comunista sin más, ya anticuada y envejecida? Sobre este relativismo moral en lo político, o mejor, la conversión en la política, el cambio de posiciones ideológicas y políticas escribió Marx una serie de artículos que se publicaron en 1851 bajo el título: *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*⁶.

No obstante lo anterior, *Mayo de 1968* tuvo como centro de animación, la universidad y en ella el papel de los intelectuales fue fundamental en la ima-

⁴ Immanuel Wallerstein, *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos* (Bogotá: Desde Abajo, 2008).

⁵ Immanuel Wallerstein, *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos* (Madrid: Akal, 2004).

⁶ Karl Marx, *El dieciocho brumario de Luis Bonaparte* (México: Grijalbo, 1975)

ginación y la acción política. Este otro punto es oportuno para reflexionar, sobre el papel que en la actualidad tiene la Universidad y los intelectuales en la configuración y en la presencia pública de los inconformismos políticos ¿Qué hay y qué ha quedado del papel de los intelectuales en los movimientos sociales clásicos o nuevos? Vaciados de nexos y de relaciones, o sin vínculos y contactos, los profesores universitarios, al menos, muchos de los colombianos en las universidades privadas y públicas, vivimos en las rutinas de nuestros claustros y oficinas, sin ninguna relación con los partidos, movimientos y reivindicaciones sociales y políticas, y más aún cuando nos comprometemos, somos tan irresponsables en la opinión y en la escritura, porque o nos contradecimos fatalmente o sencillamente nos callamos, nos inhibimos y autocensuramos.

Hemos derivado en lo que recientemente un investigador actual, Enzo Traverso, llama la “muerte de la inteligencia”, o la desaparición del “intelectual” a lo Emile Zola y *El Yo Acuso* (1898). Inhibición, autocensura, autismo, displicencia, relativismo, indiferencia, claudicación, han constituido los referentes y los valores morales, las actitudes de una generación universitaria que antes que compromisos políticos, ya ha conseguido títulos universitarios, de doctorado o de posdoctorado, dictan clases sin vocación, los ha carcomido la premura del tiempo, no tienen pasión y sobreviven en medio de una universidad que se mueve de modo paquidérmico

con burocracias de emergencia, con liderazgos insulsos y clientelares, en los puestos administrativos y en facultades donde un grupúsculo ejerce su dominio por décadas sin ofrecer alternativas o caminos diferentes, burocracias que son al mismo tiempo profesores envejecidos que no han aportado ni una consigna inteligente, al menos para contrastarlo con el *Manifiesto y Mayo* de 1968. Estas burocracias universitarias son la pesadilla que carcome con su arribismo y arrogancia, porque además están a punto de jubilarse y sólo esperan cerrar su pobre carrera universitaria con un mejor sueldo, al salir del ruedo mercantil.

Contra todo este ambiente empobrecido y de múltiples fracasos, contra este sistema de mediocridades que se trenzan con los más variados problemas internos de la universidad, la vanidad, la hostilidad, el egocentrismo, la agresividad, la envidia de carreras personales profesionales cristalizadas en la cultura oral del “culebrero”, mas no en la dimensión de la exposición y la opinión pública, fue que se movilizó la generación latinoamericana a principios del siglo XX y ya a mediados de ese siglo, la juventud francesa. No obstante, lo anterior, esas mismas burocracias enquistadas hablan de democracia o espíritu crítico, de igual manera dichas burocracias se han enquistado en el poder, llevan décadas administrando y no aspiran dejar sus privilegios, esas mismas burocracias clientelares, de modo nominal hablan de cordura, de transparencia, de auto-

nomía y de autogobierno, contrariando eso que se llamó el espíritu universitario, el “Alma Mater” de los pueblos o la conciencia vigilante de la sociedad. ¿Sensatez? ¿Autocensura, reclaman? ¿Inhibición?

Estas actitudes de confort y de conformismo han deteriorado ineluctablemente el sentido del estudio universitario y el significado histórico de la universidad, es más, la sensatez a la que llaman es una de las actitudes más deplorables, la más irresponsable e indecorosa que de corriente, en los recodos universitarios la llaman “diplomacia”. Como lo recuerda Max Horkheimer en sus relatos de viaje de 1926, que conformaron el libro titulado *Ocaso*, al hablar sobre la “Fábula de la coherencia”⁷, no necesariamente la coherencia en medio de un contorno que se torna violento es la más racional de las actitudes. ¿Cuántos en su coherencia llevaron a Hitler al poder y promovieron en su coherencia el régimen Nazi?

¿Qué tipo de sensatez es aquella la que reclama un profesor, que suscita a la tolerancia represiva, a la inhibición en aras de mantener la armonía y el sosiego? ¿Qué tipo de sensatez es la que impulsa un profesor que llama a callarse o a silenciarse por miedo al debate o a la polémica, bases constitutivas de la inteligencia, de la opinión pública,

del papel del intelectual? El miedo a la discusión, el miedo a la confrontación, el miedo al debate cívico y público que se extiende en la universidad, por el horror de un llamado al equilibrio, al orden y la armonía es una actitud que se ha vuelto familiar en la universidad colombiana y va en contra de todo aquello que en memoria a la justicia, proclamaron como algunos de sus principios tanto el movimiento estudiantil de la *Reforma de Córdoba* e igualmente el *Mayo francés*.

En el libro “La imaginación al poder” sobre la relación ente intelectuales y movimiento estudiantil, se publica una entrevista de Jean Paul Sartre con Dany Cohn-Bendit, donde se plantea cómo se establecieron esas relaciones y un conversatorio con Herbert Marcuse, ícono de la crítica profesoral del 68, en la que se conversa y reflexiona sobre el proceso de transformación y de cambio en el mundo. Al respecto es importante rescatar lo que estos dos pensadores, en su momento, en la premura y frescura del evento, plantearon y analizaron. De Sartre se rescata el siguiente punto de vista:

La fuerza de nuestro movimiento reside precisamente en que se apoya en una espontaneidad “incontrolable”, que da el impulso sin pretender canalizar o sacar provecho de la acción que ha desencadenado. Para nosotros existen hoy dos soluciones evidentes. La primera consiste en reunir

⁷ Max Horkheimer, *Ocaso* (Madrid: Taurus, 1986)

cinco personas de buena formación política y pedirles que redacten un programa, que formulen reivindicaciones inmediatas de aspecto sólido y digan: “Esta es la posición del movimiento estudiantil, hagan según eso lo que quieran”. Es la mala solución. La segunda consiste en tratar de hacer comprender la situación, no a la totalidad de los estudiantes ni siquiera a la totalidad de los manifestantes, pero a un gran número de entre ellos. Para eso, es preciso evitar la creación inmediata de una organización o definir un programa que serían inevitablemente paralizantes. La única oportunidad del movimiento es justamente ese desorden que permite a las gentes hablar libremente y que puede desembocar, por fin, en cierta forma de auto organización. Por ejemplo, es necesario ahora renunciar a las reuniones de gran espectáculo y llegar a formar grupos de trabajo y de acción. Fue lo que tratamos de hacer en Nanterre.⁸

Pese a la confesión de espontaneidad “incontrolable”, que menciona Cohen-Bendit a Sartre, las consignas como confrontación al sistema y la conciencia como posibilidad de rompimiento contra una experiencia que impedía justamente potenciar una ruptura con el sistema, el lenguaje como recurso contra histórico y cultural y una conversación contestataria en la calle, hicieron de Mayo del 68, una experiencia política, que por la cara de la globalización parece casi irreplicable en estos tiempos. De modo que,

⁸ Dany Cohen-Bendit, “De 1848 a 1968”, 40-41.

conformismo y confort parecen ser los principios regentes, válidos y legítimos de la universidad hoy. Se le llama hipocresía al respeto soterrado y a la autocensura se le denomina diplomacia.

Al conformismo se le llama adaptación al medio y el inconformismo radical vuelto público y manifiesto en lo oral y lo escrito, ya ni siquiera en la calle, se ve como una actitud enmohecida, inveterada o anticuada, siendo como fue una de las actitudes centrales de la *Reforma* y del 68. Volcar al ámbito público el descontento y la injusticia, denunciar con la elocuencia o la escritura se descalifica como actitudes subversivas y revolucionarias, eso lo hace hoy una llamada *Universidad Pública*, ni hablar de las *Privadas*. En la actualidad, nos tragamos literalmente todo y frustrados hacemos caso omiso del descontento y la injusticia, tramitamos esa inconformidad con el consumo, con más trabajo, con las ansias de éxito y reconocimiento, con mayor irresponsabilidad, cuando usamos la palabra con una baja calidad, la opinión se demerita y la enseñanza en los recintos universitarios es rutinaria, pobre, repetitiva y sin creatividad. Ni el aula de clase rompe con los esquemas cristalizados de la obediencia y la ceguera.

De modo que recordando las palabras de “Dany el rojo”: “En 1968 el planeta se inflamó. Parecía que surgía una consigna universal.”⁹. Estamos en

⁹ Dany Cohn-Bendit, *La revolución y nosotros, que la quisimos tanto* (Barcelona: Anagrama, 1998)

un mundo globalizado desinflado y desinflamado. Comprender la magnitud internacional del suceso político y hacerlo actual y contemporáneo, es una tarea hoy universitaria, ante el agotamiento y el desperdicio, ante el delirio de un mundo sin memoria y sin contradicciones, plano y unilateral. Mayo del 68 expresó la inconformidad y el disconformismo, entre muchas otras formas de resistencia. Expresó también el sentimiento de indignación e injusticia, y se nutrió para confrontar muchos vejámenes, políticos y morales, de una juventud cansada de la falsedad y de la hipocresía, de los valores morales de su tiempo. Unido a un cuestionamiento radical a los modelos de vida suscitados por el mercado y la sociedad burguesa y capitalista, Mayo del 68 fue un movimiento contestatario, se constituyó en franca lid, como una rotunda oposición al totalitarismo comunista y sus Gulags, a la guerra, al dominio imperialista y a las nuevas formas de colonización por las potencias económicas de la época.

Con todo, Mayo del 1968 no fue solamente una protesta contra las diversas formas de violencia estructural de los estados imperialistas, Estados Unidos y la Unión Soviética, fue más allá de las fronteras políticas para colocarse en el marco de las transformaciones cotidianas y culturales. Romper el esquema burgués de vida era la consigna, alentaron una serie de reivindicaciones consideradas justas y empezaron a conmovier los modelos de vida de todas las sociedades occidentales: era la emergencia de una subjetividad que desde la vida

privada rompía los cánones consagrados del matrimonio, del éxito, el progreso, la estabilidad familiar, la iglesia, el ejército e incluso la relación entre ciudadanos y Estado, era la politización del mundo de lo privado.

En Estados Unidos y en Europa, incluso en Latinoamérica, *Mayo del 68* tuvo una diversidad de antecedentes, entre ellos quizás el más importante, el racismo. La discriminación racial, la de los negros en Estados Unidos y la de los inmigrantes, aún siguen siendo problemas por resolver. Si se revisa con calma lo que en su naturaleza tuvo la explosión de *Mayo de 1968* fue el problema de las luchas interraciales y de igual manera las nuevas formas de migración que siguen siendo vigentes y constituyen el mayor problema de los Estados en la actualidad, incluso en el caso latinoamericano. En medio de las disputas raciales de los años 60 en Estados Unidos, la reivindicación de los grupos marginados, excluidos y explotados continúa siendo un asunto que al examinarse deja en claro la inconclusa historia de *Mayo de 1968*, lo menciona una vez más, Cohn-Bendit en un libro que lleva por título *La revolución y nosotros, que la quisimos tanto*, que citamos arriba:

Ayudados por el fulgurante desarrollo de los medios de comunicación, fuimos la primera generación que vivió, a través de una oleada de imágenes y sonido, la presencia física y cotidiana de la totalidad del mundo. Debióse sin duda a la música: un grupo inglés que componía

canciones en los suburbios de Liverpool, meses más tarde, era adorado por los jóvenes del mundo entero; o bien las imágenes de los noticiarios: los tanques rusos entrando en Praga, Carlos y Smith levantando sus puños enguantados de negro en el podium de los Juegos Olímpicos de México, el rostro del Che Guevara; todas estas imágenes provocaban reacciones, indignaciones, adhesiones violentas que soliviantaban a muchos jóvenes, cualquiera que fuese su nacionalidad. Considero que vivimos una época embriagadora y angustiosa. Muchos de nosotros preguntándose qué les empujó a levantarse y a pelear a principios de los años 70. Creo que teníamos la voluntad de modificar el curso de nuestra vida, de participar en la historia que se estaba escribiendo y semejante ambición selló nuestro destino arrojándonos a un activismo político tan rico de experiencias muy intensas como cargado de peligros y de riesgos difíciles de estimar. El gusto por la vida, el sentido de la historia, ésa fue la clave de nuestro desafío.¹⁰

No fueron pocas las demandas, así mismo, los impulsos nutrientes fundamentales de mayo de 1968. En el centro el movimiento estudiantil y como un torbellino, se alentaron el antimilitarismo, el antibelicismo y la oposición a la utilización de todos los medios de destrucción frente a poblaciones inermes y endebles. Dicha generación —la del 68— atizó la crítica al armamentismo

y la guerra como medios para la imposición hegemónica de los Estados, se criticó el uso de las bombas atómicas y el napalm, la lucha se dirigió entonces contra la construcción cada vez más acelerada de los tanques armados y de las armas más sofisticadas para la destrucción humana. En fin, el 68, aceleró con sus demandas la conciencia crítica contra el patriarcalismo, fue la época de la explosión del feminismo, de la crítica a la tecnología y su capacidad de destrucción del ambiente y de los seres humanos. Apareció la conciencia ecológica, con ella se intensificaron los movimientos ambientalistas, en un mundo donde se intuía el horror del calentamiento global con la reacción de la naturaleza provocando los desastres naturales en todo el mundo.

De nuevo se podría calificar de extraño y poco familiar a *Mayo de 1968* en el lente de la actualidad. Su balance a los ojos de los lectores de hoy podría quedar perfectamente registrado, si nos atenemos al comentario de uno de los protagonistas principales, Jean Pierre Deteuil, un activista y revolucionario vasco, quien elaboró y examinó el papel de *Mayo de 1968*:

En los años 60, la izquierda tenía todas las ideas. El debate se centraba en el interior de la izquierda. Se debatían todos los temas importantes: la familia, el matrimonio, el sexo, la creatividad, la política, la política extranjera... la derecha no tenía ninguna idea. [Agrega]. La caída del 22 de marzo fue tan brutal como

¹⁰ *Ibid.*, 12-13.

su ascenso. Puede considerarse que después del 15 de mayo de 1968, el movimiento ya no existía, ya no tenía peso político alguno. Fue rápidamente superado por los acontecimientos. Algunos no pudieron soportar esa interrupción e intentaron reproducir las mismas historias en una u otra parte... Yo nunca creí que hubiera una revolución. Fue un momento para propagar las ideas libertarias, para tomar iniciativas, para cambiar cosas de la sociedad, pero nunca creí que Mayo del 68 pudiera desembocar en el gran día¹¹.

¿Qué quedó entonces hace 50 años del mayo francés? Lo que nos plantea *Mayo del 68* no es solamente cómo se produjo una revolución y de qué modo se propagó como movimiento crítico y antisistémico en el mundo, sino más bien, el interrogante que se debe plantear es: ¿Cómo en el mundo de hoy, la injusticia se ha aceptado como justicia y [la inquietud que despierta el análisis es] por qué la obediencia es la virtud con que se legitiman la mayoría de tiranos y déspotas en todas las latitudes, con sus formas de dominación desmedidas y exacerbadas? En ese sentido, en términos morales y públicos, la población o la humanidad en general, estamos divididos por el grado de tolerancia a los daños y a la crueldad, porque para unos es válido y hasta legítimo la destrucción que por diversos medios se hace a poblaciones

enteras, a grupos étnicos, a grupos e incluso a razas, y otros consideramos que el sentido de humanidad, de humanismo en términos globales no puede, no debe aceptar cualquier tipo de abuso y de daño y crueldad a cualquier ser humano o animado en la tierra.

Una de las tareas que permite evaluar la magnitud de *Mayo del 68* es considerar el proceso de transición y cambio de las generaciones que fueron sus protagonistas y examinar en ese contexto, lo logrado o lo perdido, lo que fueron sus rostros y rastros, y lo que a lo largo del tiempo deja su proyecto de transformación de la sociedad, es decir, su evocación, su emulación o lo que es más propicio, su nostalgia, si se compara con lo que significan los movimientos radicales de la actualidad e incluso el concepto de juventud o de radicalismo estudiantil. Lo que caracterizó entonces a *Mayo del 68* fue su potencia antisistémica, es decir, romper al sistema desde adentro. Lo explica con suma claridad de nuevo Immanuel Wallerstein:

Cuando estalló 1968 —en la Columbia University, en París, en Praga, en Ciudad de México, en Tokio, en el octubre italiano— se produjo una explosión. No existía una dirección central, tampoco una planificación táctica calculada. En cierto sentido, la explosión fue una sorpresa tanto para los participantes en la misma como para aquellos contra los que se dirigía. Los más sorprendidos fueron

¹¹ *Ibid.*, 47, 82-83.

los movimientos de la vieja izquierda, que no podían comprender cómo podían ser atacados desde una perspectiva tan injusta como peligrosa políticamente. Pero la explosión era muy poderosa: hizo saltar en pedazos muchas relaciones autoritarias y pulverizó sobre todo el consenso de la Guerra Fría en ambos frentes. Las hegemonías ideológicas fueron desafiadas en todas partes y la retirada, tanto de los estratos que detentaban el poder en el sistema mundial como de los viejos movimientos antisistémicos, fue real. Como ya hemos dicho, esta retirada resultó ser temporal y los nuevos movimientos fueron controlados en todas partes. Pero los cambios efectuados por los movimientos en las relaciones de poder no fueron anulados.¹²

A pocos días de la revuelta estudiantil, llegó Herbert Marcuse en mayo a París, para participar en un coloquio celebrado por la UNESCO por los 150 años del nacimiento de Karl Marx. En esta ocasión Marcuse brindó una entrevista, que con solvencia daba la medida de lo que a sus ojos constituía el levantamiento estudiantil en el contexto mundial. Entre las preguntas se le confrontó por la violencia en las barricadas y por la brutalidad de las luchas en las calles, frente a lo cual respondió el pensador alemán que:

[...] jamás he predicado la violencia.
Pero creo seriamente que la violencia

¹² Immanuel Wallerstein, "1968: el gran ensayo", 87-88.

de los estudiantes no es sino una respuesta a la violencia institucionalizada de las fuerzas del orden. Me identifico con las motivaciones profundas de una lucha estudiantil que ataca no sólo a las estructuras perimidas de la universidad, sino a todo un orden social, donde la prosperidad y la cohesión tienen por fundamento la incentivación de la explotación, la competencia brutal y una moral hipócrita.¹³

Y a propósito sobre el papel del profesor en el marco de la enseñanza que procura explicar o comprender y la que se inclina a transformar y cambiar, frente a esos aspectos admitió Marcuse lo siguiente, que sirve de colofón para cerrar con esta parte y preguntarnos, hacia dónde nos dirigimos en un medio educativo que enseña para la inmovilidad, el estatismo, el dogmatismo, o para la intolerancia y no para la emancipación, dice Marcuse:

En verdad desde hace mucho tiempo no tengo una actividad política militante. Escribo, enseño, doy conferencias, hablo con los estudiantes: es la forma de acción normal para un intelectual en los Estados Unidos, ya que, en ese país, la situación no es de ninguna manera revolucionaria. En fin, la tarea de un intelectual es ante todo una misión de educación radical, en un nuevo *periodo de iluminismo*.¹⁴

¹³ Herbert Marcuse, "Declaraciones", en *La imaginación al poder* (Barcelona: Argonauta, 2008), 47.

¹⁴ *Ibid.*, 49-50.

Nosotros también tuvimos un Mayo de 1968: el legado de la Juventud de Córdoba de 1918.

Un punto de confluencia entre el *Manifiesto de Córdoba* y *Mayo de 1968*, es evidente, ambos sucesos fueron alentados por una generación de jóvenes, por la juventud inconforme. De 1918 a 1968, hay una continuidad, la denuncia de la injusticia, el descontento y una presión popular que demandaba democracia y transformaciones sociales y políticas. En los dos movimientos hay una clara necesidad de criticar la mercantilización del saber y la ciencia y se demandaba una ampliación y una cobertura democrática en ambas sociedades para un mayor acceso a la educación pública. Pero lo que es más significativo del *Manifiesto de Córdoba* de 1918 con *Mayo de 1968* es que fueron dos movimientos estudiantiles, surgidos de la universidad y en específico, se situaron en el referente de alentar posiciones radicales que eran anticolonialistas y antiguerreristas. De la protesta saltaron a la movilización social y política.

Lo cierto es que el contexto cambia de panorama pero las intenciones confluyen en un mismo lugar, más democracia, menos autoritarismo. En el caso de la juventud de Córdoba, ella reclamaba de nuevo, los sueños de emancipación que la gesta libertadora había cien años atrás logrado con la batalla de Ayacucho. La juventud

de Córdoba heredaba su radicalismo político añorando las independencias de nuestro continente y renovaban la emancipación que cien años atrás habían propiciado las revoluciones latinoamericanas. En el estudio preliminar para el libro titulado: *La Reforma Universitaria (1918-1930)*, publicado en esa editorial que reunía el pensamiento latinoamericano, la Biblioteca Ayacucho, se ubican algunos de los contextos que propiciaron el levantamiento argentino que se extendió a todo el continente.

Se resalta inicialmente la relación entre los logros de las independencias latinoamericanas y los intentos de renovar esa tradición, emulando sus objetivos y sus propósitos, esto es, la defensa de la soberanía, la independencia y la autonomía de los pueblos latinoamericanos frente a los poderes coloniales. Tras la guerra hispano-norteamericana de 1898 se acentuó el sentimiento de una América Unida, invocando la Carta de Jamaica (1815) y su contenido específico analítico de una liberación de nuestro territorio frente a toda tiranía y despotismo ajeno y extranjero. Esa postulación de una América Unida se asoció con la coyuntura inmediata, como lo muestra Dardo Cuneo en el estudio preliminar:

A UN SIGLO de las luchas contra el coloniaje español —aún no han concluido las fiestas del Centenario, que se clausurarán en 1924, celebrando a Ayacucho—, se produce la

insurgencia estudiantil cuyos turnos simultáneos y expansivos con que se condujo la revolución criolla de la Independencia. La arrogancia de su manifiesto inicial, dirigido desde Córdoba, Argentina, a los hombres libres de Sur América, se atrevía a anticipar: ‘Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana’.¹⁵

Sin duda, en un ambiente en que apenas se percibía la unificación del mundo, el dominio industrial y técnico, las catástrofes que se extenderán a lo largo del siglo XX, la capacidad avizora del levantamiento latinoamericano es asombrosa. La unidad juvenil en contra de los despotismos y la tiranía ha sido el punto de encuentro de esas dos generaciones, la de 1918 y la de 1968. Los latinoamericanos, contra las consecuencias de la Primera Guerra Mundial, pero movidos por la sacudida que dejó en el orbe al capitalismo burgués, con la Revolución Rusa de 1917. Anheló y utopía, por cambiar radicalmente no un entorno familiar, sino todas las raíces del pensamiento occidental, fueron las ilusiones que impulsaron la juventud cordobesa. Antibelicistas, antiimperialistas, anticolonialistas, el 18 y el 68, desde la universidad, se sacudieron de las inmundicias, las farsas y las false-

dades de formas de poder que se habían querido perpetuar en el mundo: el político corrupto, el militar y el oligárquico.

Un punto de confluencia entre estos dos movimientos, es el ir contra la guerra. En el 18, unido a ese recuerdo de los levantamientos de emancipación latinoamericanos cien años atrás, los cordobeses (y por extensión las juventudes latinoamericanas), sentaban su confrontación contra las huellas y heridas dejadas por la primera guerra mundial; el mayo francés como se ha indicado se opuso a las consecuencias dejadas por la segunda guerra mundial, por la guerra fría y por las nuevas formas de imperialismo en Estados Unidos y la Unión Soviética. De modo que 1918 y 1968 eran movimientos contra las potencias que se rifaban el orden mundial, en especial, en el caso de Latinoamérica contra el colonialismo norteamericano, acaso por las consecuencias que dejó la guerra hispano-norteamericana de 1898.

Una coincidencia más, era una generación nueva, una generación radical que proponía un cambio de los modelos y de los valores hasta entonces perseguidos e impuestos por sus respectivas sociedades. En el *Manifiesto de Córdoba* se exigía la ilustración latinoamericana, la de pensar con voz propia, la de construir, con un lenguaje más propio, las realidades latinoamericanas. La lucha por la soberanía y la identidad de los pueblos latinoamericanos, por una educación universitaria popular, su horizonte se cifraba en destruir las oligarquías y el dominio asfixiante de las clases dominantes, por desmonopolizar sus socieda-

¹⁵ Dardo Cuneo, “Extensión y significado de la reforma universitaria”, en *La reforma universitaria (1818-1930)* (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988), 9.

des y Estados, por atacar la corrupción, el desgobierno, la inmoralidad y la injusticia, todo ello se conjugaba con los ideales de libertad, igualdad y de solidaridad entre los países latinoamericanos. Como el 68, el 18 fue un movimiento anticlerical, secular, laico y libre.

Nuestro régimen universitario – aun el más reciente – es anacrónico. Está fundado sobre una especie de derecho divino: el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a sí mismo. En él nace y en él muere. Mantiene un alejamiento olímpico. La Federación Universitaria de Córdoba se alza para luchar contra este régimen y entiende que en ello le va la vida. Reclama un gobierno estrictamente democrático y sostiene que el demos universitario, el derecho de darse el gobierno radica principalmente en los estudiantes. El concepto de autoridad que corresponde y acompaña a un director o a un maestro en un hogar de estudiantes universitarios no puede apoyarse en la fuerza de disciplinas extrañas a la sustancia misma de los estudios. La autoridad, en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: enseñando.¹⁶

El monopolio eclesial de la educación, la esclavitud en todos los órdenes de la vida social y política dominada por familias y castas que con sus apelli-

¹⁶ Dardo Cuneo, “Argentina, 1918. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América”, en *La Reforma Universitaria*, (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988), 4.

dos, pretendían perpetuarse en el poder, la burocracia rancia de clientelas y de servidores (sometidos) por clases que desde el siglo XIX, manejaban los resortes y los escenarios del Estado, constituían junto con la Iglesia, el ejército, la universidad y otras instituciones, los pilares de una sociedad estática y congelada en la entrada del siglo XX, todavía a la mentalidad colonial jerárquica y antimoderna. El empuje de las clases medias contra ese aparato y el impulso de la masificación, como fenómeno sociológico en el continente, conmoverían sus cimientos y sus realidades, lo observó con claridad el historiador José Luis Romero y lo comprendió científicamente el sociólogo Sergio Bagú, ambos argentinos, hijos legítimos de la reforma estudiantil.

Bajo otras ópticas, anteriormente señaladas, en el estudio preliminar para la selección de textos sobre la *Reforma de Córdoba*, Dardo Cuneo señala los siguientes antecedentes del *Manifiesto*, que según su perspectiva, se reitera, constituían los alicientes de esa movilización estudiantil: La guerra hispano-norteamericana de 1898, la Revolución Rusa de 1917, el imperialismo norteamericano en el continente y el inicio del *modernismo* como movimiento literario:

El lenguaje abusivo serviría, sin embargo, para asociar índices de relativo realismo, porque, a cambio de todos, si serían muchos los latinoamericanos que se sintieron convocados por la rebelión que se extendía entre las capitales universitarias y enrolaba a

promociones estudiantiles, ambiciosas levaduras de hombres libres, a favor del clima de época impugnadora. Como lo quería su primer manifiesto cordobés, en el apurado plazo de una década, el mapa latinoamericano marcaría el pronunciamiento coincidente de una nueva generación con rigor de puntualidad comparable al de la generación emancipadora.¹⁷

Esta generación antimilitarista, antiarmamentista, antiimperialista, colocó en el centro de sus aspiraciones las relaciones entre pensamiento y acción. Como lo indica Cuneo, en medio de la Revolución Rusa, de las intervenciones de Estados Unidos en Latinoamérica, en el marco de la integración al mercado mundial, la noción de integración bolivariana estaba en el centro de las luchas estudiantiles que se extendieron desde Argentina a México, en una época de congresos y de destrucción de fronteras territoriales, de unión de estudiantes y de ciudadanos que conformaron un espíritu continental, el *americanismo* que ya había tenido su mentor en la obra del uruguayo, José Enrique Rodó, *Ariel*. En esa dirección, la de Mayo de 1968, se expresó en movimientos que tuvieron un modo de comunicación especial, la música contestataria, el hipismo, los movimientos feminista y ecologista, las consignas en las paredes, los panfletos y hasta los grafitis, como medios de comunicación que pretendieron contrarrestar la hegemonía de la ciudad letrada, para decirlo con Ángel Rama.

¹⁷ Dardo Cuneo, "Extensión y significado", 9.

La noción de movimientos antisistémicos, aunque muy propio del lenguaje del siglo XX, marcó definitivamente la generación del 18 y del 68. Para ambos levantamientos, era una rotunda transformación y superación de los vicios morales de sus sociedades, los relativos a la sociedad y los referidos a las instituciones. En el *Manifiesto de Córdoba* del 18 ya hay una invitación a la fuerza moral de la juventud y al llamado a cambiar lo obsoleto, viejo, corrompido y corruptible de las instituciones latinoamericanas atravesadas por la herencia de la colonización española. Ya en su mismo comienzo el "Manifiesto de Córdoba" guarda esta coincidencia con las prerrogativas de los movimientos amparados en *Mayo de 1968*, derrumbamiento moral de lo establecido y nuevos referentes morales para la sociedad, dice así el *Manifiesto de Córdoba* al respecto:

Hombres de una república libre, acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por su nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivoarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana¹⁸.

¹⁸ S.F., "Argentina, 1918. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América", 9.

Este mismo grito de insolencia resonaba en mucho de los escritos y los panfletos distribuidos en los ambientes estudiantiles de *Mayo de 1968*, revolución y libertad, justicia e igualdad fueron sus clamores y sus demandas más propicias. La universidad como centro del cambio de las sociedades, su papel de rectora moral y de rectificación racional contra toda la hipocresía de la sociedad de cada una de esas épocas, fue una batalla y una plataforma que no se podrá olvidar en su coincidencia entre ambas revoluciones. Resta aún por saber si y en qué medida es la universidad latinoamericana de hoy, de la actualidad, fría calculadora, burocrática, pesada, seria, sin visos de plasticidad, de humor, de ironía, de gracia, la heredera de esas aspiraciones o por el contrario el movimiento estudiantil de hoy no tiene alcances ni perspectivas para realizar esos ideales, tal vez, ni siquiera un inquieto estudiante radical de la universidad pública y privada del país, sepa que existió el *Manifiesto de Córdoba de 1918*. Deberíamos agregar que ni el más radical de los estudiantes incluso sabrá que detrás de esa prédica radical los colombianos como, Vargas Vila, Sanín Cano, Germán Arciniegas, Armando Solano, entre muchos otros tuvieron una incidencia continental, lo testimonia la *Revista Universidad* que publicaron bajo el impulso del manifiesto reformista.

Lo cierto fue que la generación de Córdoba se constituyó al calor de los

ca”, en *La Reforma universitaria. (1918-1930)*, (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988).

fenómenos de masificación de las sociedades latinoamericanas exigiendo la desmonopolización de los privilegios y las jerarquías que hacía de las universidades centros de corrupción, de burocracias alentadas por el arribismo, por su petrificada idea de dominio y de poder, un lugar donde antes que la democracia, la justicia, la libertad y el respeto por la crítica, se imponía el déspota mediocre, el tirano de turno con mentalidad de hacienda o de feudo, la mediocridad y una desfachatada administración que en sus decisiones antes que alentar la ciencia y lo científico, imponía el irracionalismo por su odio a lo académico, a lo intelectual, a lo polémico y a lo crítico.

Este anti-intelectualismo, este antiacademismo y este odio extremo e intolerancia a la perfección mediante el intelecto o el pensamiento viene como un cáncer, hace muchas décadas, acabando de generación en generación, las universidades latinoamericanas. Después del manifiesto, en la reunión de la Federación estudiantil de Santa Fe, Argentina, un año después se expresó lo que sigue, y en cien años, las cosas no han cambiado nada en los ambientes universitarios latinoamericanos:

Profesores que llegan a la cátedra desordenadamente a efectuar lentas digestiones, carentes de prestigio, con la indolencia propia del siglo que representan, con la incapacidad de los que no se sienten ni siquiera capaces de sugerir una idea; asignaturas que no tienen titulares que las

dicten por desidia de los que dirigen, por falta de seriedad de los encargados en nombrarlos, ambiente universitario ralo y frío por carencia absoluta de iniciativas superiores que entusiasman a los estudiantes e interesen al pueblo, intimidación agradable de académicos y profesores y de jueces académicos, pereza interminable de rectores y decanos, de pinches y magistrados: tal es el espectáculo doloroso que da al país una Universidad que decorosamente es preferible que se cierre, si es que no puede cumplir dignamente con los fines amplios de todo instituto superior.¹⁹

Estas declaraciones y denuncias, a un año del manifiesto no fueron simples reclamos, y el grito de injusticia en el vacío. La realidad educativa, pero política de los pueblos latinoamericanos era poco o más deplorable, y el mundo en un contexto de guerras y de exterminio, parecía estar confabulado con esas formas de educación autoritarias, rígidas y absolutistas, además de dogmáticas. En las observaciones sobre las declaraciones, los manifiestos, los encuentros, las reuniones, los congresos estudiantiles en toda Latinoamérica, no se ceja en acudir a la denuncia pública, a exhortar a la conciencia, pero ante todo, a la lucha contra todo lo gastado, viejo y obsoleto. No es casualidad, que 50 años después, estas

¹⁹ S.F., “Argentina, 1919. La federación universitaria de Santa Fe al pueblo de la República”, en *La Reforma universitaria. (1918-1930)*, (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988), 14.

actitudes de inconformismo latinoamericano hubiesen ocurrido en Francia, en el otro continente, el europeo.

Esta coincidencia es más que una casualidad, la universidad como espacio de integración y de construcción de las diversidades o de las diferencias pero ante todo escenario de la libertad y la igualdad, matizaron las movilizaciones del 18 y el 68. Basta comprobarlo con los trabajos que ha realizado el historiador argentino José Luis Romero²⁰ para poder trazar ese mapa comparativo de los fenómenos latinoamericanos con los europeos e incluso norteamericanos en el sentido de la *Reforma* cordobesa. Al respecto lo estima Dardo Cuneo una vez más:

La historia que, a sus ojos, envejecía a América Latina estaba, sin embargo, siendo alterada por las postulaciones de nuevas clases medias y las protestas de obstinados agrupamientos obreros. Era historia que evidenciaba también, desacuerdos y remociones. Las clases medias desajustaban el mapa tradicional, impugnando, por acto de presencia, el estancamiento y la polarización social. Los agrupamientos obreros se repoblaban con energías y consignas ideológicas alentadas por esos días del mundo. Se entraba en un nuevo periodo de vida latinoamericana.²¹

²⁰ José Luis Romero, “La Reforma universitaria y el futuro de la universidad argentina” (1956), en *La experiencia argentina y otros ensayos*, (Buenos Aires. Editorial Belgrano, 1980), 359.

²¹ Dardo Cuneo, “Extensión y significado”, 13.

¿Evocación, celebración o nostalgia?, mucha es la cercanía entre esos dos sucesos. La expansión social de las clases medias y populares, su arribo a la universidad y su preeminente desacato a todos los valores tradicionales confluyeron entre ambas actitudes revolucionarias, de Francia y de Latinoamérica. Ya más adelante el *Manifiesto de Córdoba* del 18 se centra en el problema de los privilegios, las jerarquías, la tradición inmóvil y la lentitud de las capas impostadas en las diversas formas de poder latinoamericanos, que han impedido su progreso y modernización: “La rebeldía estalla ahora en Córdoba y es violenta porque aquí los tiranos se habían ensoberbecido y era necesario borrar para siempre el recuerdo de los contrarrevolucionarios de Mayo. Las universidades han sido hasta aquí el refugio secular de los mediocres...”.

Sin embargo ese torrente radical y revolucionario ya contaba con una generación, la de la independencia que había contribuido a sacudir los lazos atávicos del pasado, en esa nueva hora de 1918, la *Reforma* revivía las ideas que llevaron a la independencia latinoamericana, en pleno siglo XX. A muy pocos años del derrumbe de España como imperio colonial, los jóvenes reformistas se plegaban hacia el modernismo y de la literatura rusa como puente de batalla. Simón Bolívar, Francisco Miranda, José Martí, Andrés Bello, Domingo F. Sarmiento, Manuel González Prada, José Enrique Rodó, José Ingenieros, Baldomero Sanín Cano, en fin, los denominados arquitectos de América es-

taban en el menú de lecturas de los jóvenes latinoamericanos, hoy si acaso se los menciona en algunos cursos cuando no los carcome la peste del olvido en las bibliotecas.

Otro de los rasgos fue la lucha contra la intervención norteamericana en Centro y Suramérica, las guerras internas entre Chile y Perú, las contiendas interraciales, se semejan con muchos de los contenidos críticos de *Mayo del 68*. Sería interesante en un trabajo a profundidad establecer dichos paralelos entre los estudiantes de Córdoba y el movimiento estudiantil del 68 a nivel mundial. Pero volvamos de nuevo a Dardo Cuneo, quien lo muestra de modo conciso y sólido, y es un símil que sería interesante comparar y contrastar, porque más allá de la supuesta imagen local del 18 su repercusión fue de carácter continental.

Hay que añadir que una diversidad de relaciones especialmente con los más heterodoxos pensadores españoles, de dos corrientes muy fuertes, el krausismo y el positivismo, ideologías anticatólicas y antitradicionalistas, antinacionalistas, seculares y orientadas a la ilustración contra la visión del mundo dogmático suscitó nuevas actitudes y posiciones entre los jóvenes latinoamericanos. Valga indicar que Ortega y Gasset y la *Revista de Occidente* fueron un canal de inconformidades y años antes en Londres, la *Revista Hispania* (1912-1916)²²

²² Rafael Rubiano Muñoz y Juan Guillermo Gómez García, *Años de vértigo. Baldomero Sanín Cano y la Revista Hispania (1912-1916)*, (Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2016).

liderada por Santiago Pérez Triana y Baldomero Sanín Cano constituyeron un vínculo latinoamericano muy fuerte contra los vejámenes mundiales. Veamos lo que dice Cuneo:

La vieja política ha fraccionado la certidumbre de una patria común. La nueva generación se hace cargo de la empresa unificadora. El tema —y la decisión— están inscritos en los principales documentos y se hace acción riesgosa. Estudiantes chilenos y peruanos desafían los sectores chauvinistas de sus países y en momentos en que la disputa sobre Tacna y Arica excita a planes belicistas y a considerar la guerra como exigencia del honor nacional, ellos se escriben recíprocos votos amistosos, fraternales, programando entendimiento y paz. Lo mismo ocurrirá entre estudiantes de Asunción y estudiantes de La Paz, dándose aviso, en documentos que intercambiaban con sus previsiones y alarmas, de que la guerra que se preparaba y que los enfrentaría en el Chaco no era su guerra. La Reforma Universitaria cumplía como ensayo de unidad continental frente a las agresiones imperialistas del norte y por sobre la desintegración trabajada por las viejas oligarquías y los nuevos populismos.²³

En conclusión se puede decir que ambos levantamientos colocaron en un alto pedestal la responsabilidad y la calidad de la palabra. No obstante, las diferencias se hicieron notables. Quizá,

la única gran y profunda diferencia es que no hubo armas, el 18 fue la palabra como arma de la crítica a la sociedad, mientras que 68 tuvo sus cercanía con grupos que pasaron del movimiento estudiantil a la lucha armada en todo el mundo. La palabra al servicio de la contienda ideológica e intelectual, una especie de mayo francés depurado por el bisturí de los argumentos y los pensamientos escritos se sumaba con los movimientos armados de liberación en Latinoamérica. Lo que es cercano y los más idéntico en los términos son los héroes y los mártires, aquellos a que en su sacrificio se inmolan por la causa, por la idea o por la esperanza de un mundo mejor. Perseguidos, encarcelados, torturados y exiliados figuran como los desterrados en los círculos de Dante por causa justa.

El antidogmatismo y el antiinstitucionalismo o para decirlo con Wallerstein, el carácter antisistémico del 18 tuvo una clara consciencia en los radicales estudiantes de *Mayo Francés* que combatían allende el mar atlántico. Un asunto más, ambos sucesos fueron anticlericales, se movieron contra la imposición religiosa en la educación, lo que en su convergencia alentaban la secularización y buscaban el proceso que exigía desdogmatizar y tiranizar en términos religiosos, el saber y el conocimiento. Se buscaba un proceso de enseñanza donde el saber y la vida se conjugaban a partir de la radicalización de los sujetos, de los individuos y de los estudiantes. Más allá del activismo y el voluntarismo innato, el radicalismo se conjugó

²³ *Ibid.*, 16.

con el activismo de la razón y compone su melodía sobre la base de lo que es el sentimiento de injusticia, el 18, fue anticlerical en todos sus contornos manifiestos, como el 68.

El desvarío, la intransigencia, la indiferencia, el autismo y la claudicación que domina la universidad colombiana —y por extensión latinoamericana y mundial— no hacen sino sonrojar al lector cuando en busca de una orientación que mueva a los nuevos ideales de este mundo del siglo XXI globalizado, encuentra la multiplicidad de imágenes, propuestas, proyectos, rastros y rostros de esos dos movimientos estudiantiles, el del 18 de Córdoba que merece ser celebrado como acontecimiento de carácter continental, su injusto olvido hace ya 100 años es más que explicable en medio de tanta sordidez, y que hasta el momento tenemos una inmensa deuda con su significación e influencia en todas las regiones latinoamericanas; y al apreciar lo que igualmente significó *Mayo del 68*, un sismo, un acontecimiento, una conmoción de un mundo que se precipitó a la crisis con su explosión. ¿Es honrado y razonable sonrojarnos por el olvido? Lo cierto es que ya no cabe ni avergonzarse por lo que hoy se dice, se opina, se practica y se divulga en la universidad en términos de radicalismo y rebeldía, porque ni eso ya es un valor, la conformidad y el autismo que carcomen hasta la médula de las neuronas y de la inactividad insulsa, es la respiración normal de las aulas y de las claustros.

Las revoluciones requieren mucha imaginación, la imaginación requiere

muchos procesos revolucionarios, pero entre el 18, el 68 y el actual 2018, la añoranza, el anhelo o la nostalgia serían la mejor manera de concluir este escrito. Una conservadurización o mejor una postración que se inclina hacia el pensamiento conservador como se ha querido mostrar aquí, ha envuelto el aura y los ambientes de la universidad colombiana y latinoamericana, que se han tornado escleróticas y ancladas en los dogmatismos. Ojalá se renovara una generación estudiantil, ojalá se aprendiera de la imaginación de *Córdoba* o de la ensoñación de *París*, sin embargo no bastan mucho las palabras, cuando ellas caen en oídos sordos o en los ciegos que pudiendo ver no quieren ver. Es pertinente terminar con la siguiente idea, que para este escrito, deja al lector sus propias consideraciones en medio de la sordidez que domina al mundo en su totalidad: “*Sin tradiciones acumuladas no se puede inventar, crear, imaginar y proyectar, mejor dicho revolucionar*”, ahí está el *Manifiesto de Córdoba* cuando agrega:

Las universidades han sido hasta aquí el refugio secular de los mediocres, la renta de los ignorantes, la hospitalización segura de los inválidos y —lo que es peor aún— el lugar donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara. Las universidades han llegado a ser así el reflejo de estas sociedades decadentes, que empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por eso es que la ciencia frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra

mutilada y grotesca al servicio burocrático. Cuando en un raptó fugaz abre sus puertas a los altos espíritus es para arrepentirse luego y hacerles imposible la vida en su recinto. Por eso es que, dentro de semejante régimen, las fuerzas naturales llevan a mediocrizar la enseñanza, y el ensanchamiento vital de los organismos universitarios no es el fruto del desarrollo orgánico, sino el aliento de la periodicidad revolucionaria.²⁴

¿Qué fuerzas propiciarán que las cosas cambien en la Universidad de Antioquia?, para decirlo con Borges, los astros y los hombres vuelven cíclicamente, esperemos que a 100 años del Manifiesto de Córdoba y a 50 años de Mayo de 1968, se renueven las energías de la inteligencia y la acción vital de los pueblos vuelva cargada con la consciencia de su inmediato pasado.

²⁴ *Ibid.*, 3.

Bibliografía

- Arrigi, Giovanni; Hopkins, Terence; Wallerstein, Immanuel. "1968: el gran ensayo". En *Movimientos antisistémicos*. Madrid: Akal, 1999.
- Cohen-Bendit, Dany. "Cronología de la semana Rabiosa". En *La imaginación al poder*. Barcelona: Argonauta, 2008.
- _____. "De 1848 a 1968". En *La imaginación al poder*. Barcelona: Argonauta, 2008.
- _____. *La revolución y nosotros, que la quisimos tanto*. Barcelona: Anagrama, 1998.
- Cuneo, Dardo. "Extensión y significado de la reforma universitaria". En *La reforma universitaria (1818-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988.
- _____. "Argentina, 1918. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América". En *La Reforma Universitaria (1818-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988.
- Horkheimer, Max. *Ocaso*. Madrid: Taurus, 1986.
- Marcuse, Herbert. "Declaraciones". En *La imaginación al poder*. Barcelona: Argonauta, 2008.
- Marx, Karl. *El dieciocho brumario de Luis Bonaparte*. México: Grijalbo, 1975.
- Romero, José Luis. "La Reforma universitaria y el futuro de la universidad argentina" (1956). En *La experiencia argentina y otros ensayos*. Buenos Aires. Editorial Belgrano, 1980.
- Rubiano Muñoz, Rafael y Juan Guillermo Gómez García. *Años de vértigo. Baldomero Sanín Cano y la Revista Hispania (1912-1916)*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2016.
- S.F. "Argentina, 1918. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América". En *La Reforma universitaria. (1918-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988.
- S.F. "Argentina, 1919. La federación universitaria de Santa Fe al pueblo de la República". En *La Reforma universitaria. (1918-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988.
- Wallerstein, Immanuel. *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*. Bogotá: Desde Abajo, 2008.
- _____. *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos*. Madrid: Akal, 2004.

Parámetros de publicación

La revista del Centro de Estudios en Ciencias y Humanidades es una publicación respaldada por la Corporación Educativa Jorge Robledo, que recoge resultados derivados de investigaciones en las diferentes Ciencias Sociales y Humanidades, condensados en artículos inéditos. Su objetivo es fomentar la distribución de temas tratados en el ámbito académico con el fin de lograr una mayor difusión del estado actual de las investigaciones en las temáticas ya mencionadas.

El contenido de la Revista está dirigido a estudiantes y profesionales dedicados a la investigación o interesados en el conocimiento de los resultados investigativos de dichas ciencias.

- Tipología de textos

La revista se acoge a la tipología de textos estipulada por Colciencias, a saber: **Artículo de investigación científica y tecnológica.** Documento que presenta, de manera detallada, los resultados originales de proyectos terminados de investigación. La estructura generalmente utilizada contiene cuatro apartes importantes: introducción, metodología, resultados y conclusiones.

Artículo de reflexión. Documento que presenta resultados de investigación terminada desde una perspectiva analítica, interpretativa o crítica del autor, sobre un tema específico, recurriendo a fuentes originales.

Artículo corto. Documento breve que presenta resultados originales preliminares o parciales de una investigación científica o tecnológica, que por lo general requieren de una pronta difusión.

Artículo de revisión. Documento resultado de una investigación terminada donde se analizan, sistematizan e integran los resultados de investigaciones publicadas o no publicadas, sobre un campo en ciencia o tecnología, con el fin de dar cuenta de los avances y las tendencias de desarrollo. Se caracteriza por presentar una cuidadosa revisión bibliográfica de por lo menos 50 referencias.

Reporte de caso. Documento que presenta los resultados de un estudio sobre una situación particular con el fin de dar a conocer las experiencias técnicas y metodológicas consideradas en un caso específico. Incluye una revisión sistemática comentada de la literatura sobre casos análogos.

Revisión de tema. Documento resultado de la revisión crítica de la literatura sobre un tema en particular.

Traducción. Traducciones de textos clásicos o de actualidad o transcripciones de documentos históricos o de interés particular en el dominio de publicación de la revista.

Reseña bibliográfica.***Transcripción paleográfica*****Requisitos Formales:**

- El artículo presentado a la revista, no debe estar siendo considerado para publicación en otro espacio de difusión académica, tanto nacional como internacional.
- Pueden participar del proceso de selección profesores y estudiantes universitarios, tanto del nivel pregrado como posgrado. Personas vinculadas a la academia o investigadores independientes.
- **Formato de presentación:**
- El texto debe presentarse en letra Times New Roman, tamaño 11 e interlineado sencillo (1.0), márgenes de superior: 2cm; izquierdo: 2cm; derecho: 2cm; inferior: 2cm.
- Debe contener resumen analítico de máximo 200 palabras (dando cuenta de los objetivos, el contenido y los resultados de la investigación) y al menos cinco palabras clave, traducidos el resumen, las palabras clave y el título al inglés.
- El texto debe tener una longitud de entre 15 y 25 páginas (entre 6000 y 20000 palabras), incluidas las notas de pie de página, referencias, gráficos y tablas. Las páginas (tamaño carta) deben estar numeradas.
- Se debe incluir el nombre del autor y el último título de estudios recibido. Es opcional escribir la universidad o institución académica a la que pertenece.
- Los artículos deben estar debidamente puntuados, acorde con la norma de la lengua en que esté escrito.
- Se reciben artículos en español, inglés, portugués, francés e italiano.
- Estructura: Título, Nombre y apellido del autor, en pie de página título y procedencia del último grado académico, resumen analítico y abstract, Cuerpo del trabajo, bibliografía

• Formato de citación

La Revista se acoge a las normas de citación Chicago para Ciencias Sociales con nota al pie, la cual indica que debe usarse el pie de página para referenciar, además de las citas aclaratorias. Para mayor información puede consultarse el siguiente link:

http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide.html

Proceso de evaluación

Una vez cerrada la convocatoria de la Revista, los artículos son revisados por los miembros integrantes del Comité Editorial. Seguido a esta primera revisión, los artículos seleccionados son remitidos al Comité Científico, para su dictamen final, el cual se llevará a cabo mediante un proceso llamado doble ciego, en el que los autores no sabrán a cuál par evaluador fue asignado su artículo, y, asimismo, los pares evaluadores no sabrán a quién están evaluando. El tiempo promedio que lleva la revisión es de 20 días. El resultado de las evaluaciones será comunicado al autor en un período inferior a 2 meses a partir de la recepción del artículo.

Los criterios que se tienen en cuenta para la selección de evaluadores tiene que ver con su experiencia y campo de saber; es decir, los artículos son evaluados por investigadores de reconocida trayectoria que demuestran actualidad en su producción académica (artículos publicados recientemente, por lo menos en los últimos cinco años) y ser expertos en el tema.

Los criterios de evaluación son los siguientes: calidad del artículo, aporte al conocimiento, actualidad de la bibliografía, calidad y manejo de fuentes, claridad en la argumentación, calidad en la redacción e importancia del tema para ser publicado en una revista de Ciencias y Humanidades, en este sentido, se tendrá en cuenta:

1. La pertinencia y claridad del título, resumen y palabras clave,
2. El planteamiento del contenido y/o desarrollo de la argumentación,
3. La relevancia y/o originalidad de la propuesta, y
4. La pertinencia y oportunidad de la bibliografía, metodología y aparato crítico.

Tanto las observaciones de los evaluadores, así como las del Comité Editorial, deberán ser tomadas en cuenta por el autor, quien hará los ajustes solicitados. Estas modificaciones y correcciones deberán ser realizadas por el autor en el plazo indicado que, generalmente, corresponde aproximadamente a 15 días. Luego de recibir el artículo modificado, se le informará al autor acerca de su aprobación.

La asignación de los artículos publicados en cada número respetará el orden de llegada de los envíos dentro de cada convocatoria vigente. De igual modo, el Comité Editorial y el Director se reservan la última palabra sobre la publicación de los artículos y el número en el cual se publicarán. La fecha de publicación se cumplirá siempre que el autor haga llegar toda la documentación que le es solicitada en el plazo indicado; por ejemplo, el envío de originales requerirá la declaración, por parte del autor, mediante un documento firmado de que su propuesta es original e inédita, que no se encuentra en ningún otro

proceso de evaluación, que no compromete a la Revista con otras instituciones, organizaciones, o personas, y que confirma que los derechos de reproducción e impresión del artículo publicado pertenecen al ente editor.

Cabe resaltar que tanto en el proceso de evaluación como en el proceso de edición, especificados anteriormente, el correo electrónico constituye el medio de comunicación privilegiado con los autores. Finalmente, la Revista se reserva el derecho de hacer correcciones básicas de estilo.

Declaración de privacidad:

Los nombres y direcciones de los autores participantes en esta Revista se usarán exclusivamente para los fines declarados y no estarán disponibles para ningún otro propósito u otra persona.

- **Periodicidad de la revista**

La revista se publica semestralmente con el fin de garantizar la revisión rigurosa de los textos y la mejor inclusión de textos científicos.

- **Recepción de artículos**

Los artículos se reciben de manera impresa o digital, en formato .txt

Dirección:

Calle 51 No. 65-72

Instituto Jorge Robledo

Centro de Estudios en Ciencias y Humanidades

Teléfono: 2300979

Correo electrónico: revista@cienciasyhumanidades.com

- **Retribuciones**

Al autor se le retribuye con dos números de la revista donde se publicó el artículo.

- Avisos de derechos de autor

- El Autor retiene el copyright del “Artículo», por el cual se entiende todos los objetos digitales que pueden resultar de la subsiguiente publicación o distribución electrónica.

- El autor garantiza a la revista el derecho de la primera publicación del artículo.

- Al aceptarse los envíos para la publicación en la revista, el autor cederá parcialmente sus derechos, conservando su uso no comercial y el derecho de circulación académica como archivo de acceso libre.

- El Autor puede realizar otros acuerdos contractuales no comerciales para la distribución no exclusiva de la versión publicada del Artículo (ponerlo en un repositorio institucional o publicarlo en un libro) con la condición de que haga el debido reconocimiento de su publicación original en la revista

La Revista Ciencias y Humanidades tiene canje activo con:

En físico:

Universidad Industrial de Santander

Revista Filosofía UIS

Revista Anuario de Historia

Universidad Nacional de Colombia- Sede Medellín

Revista Historia y Sociedad

Universidad de Antioquia

Revista Trashumante

Boletín de Antropología

Revista Estudios de Literatura Colombiana

Digital:

Colegio Mayor de Cundinamarca

Revista Tabula Rasa

Universidad Nacional de Colombia –Sede Bogotá

Revista Colombiana de Sociología

Universidad de los Andes

Revista en Estudios Sociales

Revista Antípoda

Universidad EAFIT

Revista Co-herencia

La Revista Ciencias y Humanidades se encuentra disponible en:

- www.clacso.com (Biblioteca Virtual de la CLACSO)
- www.jasolutions.com.co (Journals and Authors)
- www.cienciasyhumanidades.com
- SNAAC (Sistema Nacional de Acceso Abierto al Conocimiento)
- Revistas electrónicas nacionales e internacionales de libre acceso (Sistema de Bibliotecas U. de A.)

Esta revista se terminó de imprimir en los talleres de
Impresión Offset Medellín
MMXVIII

**“*Nos veremos en la necesidad de ir a vuscar la paz i el sosiego
en las vastas soledades que nos rodean*”**
Disolver, enajenar y resistir. Indios en Antioquia, 1845-1863
***Dissolve, alienate and resist. Indigenous in Antioquia,
1845-1863***

“Recibido el 13 de Junio del 2018, aceptado el 6 de Julio del 2018”

Daniel Palacios Gómez*

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar de qué manera las políticas republicanas promulgadas a mediados del siglo XIX, puntualmente entre 1845 y 1863, afectaron a los indígenas en Antioquia en lo tocante a la disolución de los resguardos y a la libre enajenación de sus tierras. Se sostiene que la élite dirigente antioqueña jerarquizó a la población para lograr un dominio efectivo sobre la misma; a los indígenas, en consecuencia, se les tildó de salvajes e incivilizados con el propósito de privatizar sus terrenos de resguardo e insertarlos en el paradigma civilizatorio de la época. Los indígenas, lejos de ser actores pasivos frente a tales situaciones, apelaron a distintas formas de resistencia y agenciaron respuestas desde su forma *mentis*.

Palabras clave: Indígenas, Antioquia, Reformas de Medio Siglo, resguardos, resistencia.

* Estudiante noveno semestre, Historia, Universidad Nacional de Colombia sede Medellín.

Abstract

The purpose of this article is to analyze how the republican policies promulgated in the mid-nineteenth century, punctually between 1845 and 1863, affected the indigenous people in Antioquia as regards of the dissolution of the “resguardos” and the free alienation of their lands. The article argues that the ruling elite hierarchized the population to achieve effective control over it; the indigenous, as a result, were labeled as savage and uncivilized with the purpose of privatizing their “resguardos” and inserting them into the civilizing paradigm of the time. But them, far from being passive actors before such situations, appealed to different forms of resistance and answered from their own *forma mentis*.

Keywords: Indigenous, Antioquia, mid-nineteenth century reforms, “resguardos”, resistance.

Introducción

En Latinoamérica, desde los albores del siglo XIX, el concepto de “nación” ha sido utilizado como uno de los coeficientes explicativos para comprender, por una parte, los diversos procesos que caracterizaron la Modernidad, y, por otra, las implicaciones en la sociedad de los nuevos sistemas de referencias y valores que surgieron como consecuencia de la ruptura con la metrópoli. Estos fenómenos, a su vez, remiten a una serie de transformaciones en el marco de procesos de individuación que revisten una relevancia insoslayable, por ejemplo: la emergencia de la idea de comunidad y su correlato artificioso y ficcional de unidad. De ahí que se diese la coyuntura aporética entre un proyecto totalizante de confirmación de Estado-nación, encarnado en la escenificación de una ciudadanía “universal” y otro

particularizante — de continuidad colonial—, que se materializó en la protección de derechos particulares y, de igual forma, en la demarcación e intervención de los sujetos en la nación, entre ellos, los indígenas, quienes fueron representados como excedentes y remanentes de tiempos remotos¹. Así pues, la tensión en las nacientes repúblicas decimonónicas — en términos de Partha Chatterjee — estaba dada entre una homogeneidad utópica y una heterogeneidad real². Esta última,

¹ Álvaro Villegas, “Civilización, alteridad y anti-güedades: el territorio, el pasado y lo indígena en Colombia: 1887-1920” en *Prácticas, territorios y representaciones* (Medellín: Universidad Nacional, 2009), 33.

² Homogeneidad utópica en tanto proyecto de nación fundamentado en las ideas de unidad e igualdad entre ciudadanos, y heterogeneidad real en tanto existencia de castas y jerarquizaciones raciales. Ver: Partha Chatterjee, *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*

es decir, la excepcional heterogeneidad, fundamentó una jerarquización de la población según las “diferencias raciales y sociales” y, de esta manera, las relaciones entre los distintos pueblos y sus territorios fueron entendidas únicamente desde la diferencia³.

Lo enunciado anteriormente consistió en una realidad tendencial que, para el caso colombiano y su proceso de construcción como nación, también es posible tipificar. Para efectos del presente artículo, la temporalidad comprendida entre 1845 y 1863, se enmarca en el periodo de las Reformas de Medio Siglo, mediante las cuales se trató de desmontar los remanentes del Estado colonial, tales como la tenencia de grandes monopolios rentísticos centralizados y un excesivo proteccionismo económico; frente a esto, se puso en práctica el *laissez faire*, *laissez passer*, que, directamente, iba en contravía de lo pregonado en lo tocante a la economía por la Colonia⁴. De ahí que estas reformas liberales de mediados de siglo buscasen, por un lado, acoplarse a las nuevas realidades del capitalismo mundial de libre com-

petencia, y, por otro, servir al poder regional en desmedro del poder central. Sin embargo, en este contexto no sólo fueron trastocadas las estructuras económicas, sino también la organización estatal y la configuración del campo social; así, se consideró el federalismo como el mejor derrotero hacia el “progreso” y la “civilización”, y se dio libre circulación a la tierra y a la mano de obra indígena y esclava, facilitando la instauración de la libre actividad económica e igualando, por lo menos en teoría, a todos los hombres de la nación en sus derechos como ciudadanos.

De los Austrias a los Borbones: “Que se nos deje quietos y pacíficos”⁵

Desde que comenzó a respirar y a alimentarse hasta la invención de los instrumentos termonucleares y atómicos, pasando por el descubrimiento del fuego —y salvo cuando se reproduce a sí mismo— el hombre no ha hecho nada más que disociar alegremente millares de estructuras para reducirlas a un

(Buenos Aires: CLACSO, 2006), 59-88.

³ Julio Arias Vanegas, *Nación y diferencia en el siglo XIX colombiano. Orden nacional, racismo y taxonomías poblacionales* (Bogotá: Universidad de los Andes, 2007), 66

⁴ Álvaro Tirado Mejía, “El estado y la política en el siglo XIX”, *Manual de Historia de Colombia. Tomo II* (Bogotá: Editorial Printer Colombiana, 1979), 344.

⁵ Alegaban los indios del pueblo de San Antonio de Pereira, en 1757, para que no fuesen trasladados al pueblo del Peñol. “Superior despacho para que se suspenda la traslación de los indios del pueblo de San Antonio de Pereira al del Peñol que se había mandado hacer por otro superior despacho, interín se oyen las defensas” A.H.A., Sección Colonia, Reales Provisiones, T.11, doc. 433, f.263v.

estado donde ya no son susceptibles de integración.

Claude Levi-Strauss, *Tristes Trópicos*.

Con el propósito de comprender el problema acaecido con la tenencia de la tierra por parte de los indígenas durante el siglo XIX en Antioquia, es necesario remitirse, por lo menos someramente, a la historia colonial. En este sentido, cabe destacar que para el periodo colonial hispanoamericano se distinguen dos monarquías: la de los Austrias y la de los Borbones, respectivamente. La primera se caracterizó por inscribirse en un marco de proteccionismo materializado en la “Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias” (1680); leyes que, en gran medida, pretendieron frenar el abuso de los colonizadores perpetuados desde una época tan temprana como la conquista. Uno de los aspectos más relevantes de dicha política proteccionista consistió en la congregación de naturales mediante la creación de pueblos y resguardos⁶, los cuales, básicamente, se trataban de extensiones de tierras adjudicadas a los indígenas para su evangelización, protección y, en general, para sacarlos de su estado de salvajismo: “el resguardo, entonces,

⁶ En este punto se manifiesta el carácter aporético del régimen colonial; por un lado, permitió y propició atropellos a las comunidades indígenas, y, por otro lado, dispuso de un aparato legal y burocrático para la protección de los mismos.

surgió en el territorio americano bajo dos características complementarias: como modalidad proteccionista para los indios y como institución restrictiva ante los abusos de los colonizadores⁷. Así pues, tanto los pueblos de indígenas, como sus terrenos comunes, se repartieron a cada indio (y su familia) para que habitaran allí, y asimismo, para que trabajasen la tierra.

A grandes rasgos, la fundación de los pueblos de indios debía ser realizada por un visitador, quien elegía un sitio adecuado, en concordancia con la opinión del misionero y los caciques de indios. Dicho visitador también debía repartir las tierras, divididas entre: las de los caciques, las de los indios en general y las poseídas en común por la reducción. Las tierras del común —las de resguardo— eran inalienables, esto implicaba que no podían ser vendidas bajo ningún motivo; mientras que sus propios lotes sí los podían transar con otros indios, pero nunca con españoles u otros libres. Sumado a esto, las fundaciones de pueblos se tenían que guiar por una estricta separación entre dos repúblicas; es decir, la de españoles y la de indios⁸ y, por tanto, una vez realizada la

⁷ Lina Marcela González Gómez, “Indios y ciudadanos en Antioquia, 1800-1850” (Tesis de pregrado en Historia, Universidad Nacional de Colombia, 1993), 15.

⁸ De hecho, la ley 21 del título III libro VI, reza: “Prohibimos y defendemos, que en las Reducciones y Pueblos de indios puedan vivir o vivan Españoles, Negros, Mulatos o Mestizos,

fundación, la última debía conservarse como un pueblo de indios únicamente⁹.

Por su parte, la política de congregación de indios se efectuó en la provincia de Antioquia a partir de 1614, por encargo hecho al visitador Francisco Herrera Campuzano; a dicho visitador se le ordenó que fuera a la mencionada provincia para que compusiera encomiendas, controlara a los encomenderos y redujera a los indios en pueblos. El proceso de reducción incluyó “la creación de doctrinas, la erección de un sistema de jefatura étnica, que combinaba los cargos hereditarios (caciques y capitanes) con los elegidos por las autoridades ibéricas (gobernadores, alcaldes), y la adjudicación de tierras de resguardo a cada una de las parcialidades reunidas”¹⁰.

porque se ha experimentado, que algunos Españoles, que tratan, trajinan, viven y andan entre los Indios, son hombres inquietos, de mal vivir, ladrones, jugadores, viciosos, y gente perdida, y por huir los Indios de ser agraviados, dexan sus Pueblos, y Provincias, y los Negros, Mestizos y Mulatos, además de tratarlos mal, se sirven de ellos, enseñan sus malas costumbres y ociosidad, y también algunos errores, y vicios, que podrán estragar y pervertir el fruto que deseamos en orden a su salvación, aumento y quietud”. Recuperado de: <http://www.gabrielbernat.es/espana/leyes/rldi/indice/indice.html>

⁹ Magnus Morner, *La Corona Española y los foráneos en los pueblos de indios de América* (Estocolmo: ALMQVIST, 1970), 49.

¹⁰ Juan David Montoya Guzmán y José Manuel González Jaramillo, *Indios, poblamiento y trabajo en la provincia de Antioquia siglos XVI y XVII* (Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2010), 142.

De este modo, durante esta visita Herrera Campuzano trasladó a la población indígena del territorio hacia los nuevos pueblos (y resguardos) que fundó, los cuales eran: San Antonio de Buriticá, San Juan del Pie de la Cuesta (después designado con el nombre de San Jerónimo de los Cedros), Nuestra Señora de Sopetrán y San Lorenzo de Aburrá, en jurisdicción de Santafé de Antioquia; en Cáceres, Santiago de Arete y San Sebastián de Ormaná (los dos últimos fueron despoblados más tarde, en 1632); Tacu, en jurisdicción de San Jerónimo del Monte y Córcora en Guamocó (tanto Tacú como Córcora fueron fundaciones fracasadas). Más tarde, en el siglo XVIII, se crearon los resguardos de San Antonio de Pereira, Nuestra Señora de la Purificación de Sabaletas y San Antonio del Peñol, en torno a los ejes mineros de Rionegro y Marinilla; de igual forma, en 1777 se creó el resguardo de Cañasgordas, el cual nació como resultado de los múltiples intentos por pacificar a los indios chocoes¹¹.

Precisamente, durante el siglo XVIII se dio la coyuntura del cambio monárquico de los Austrias a los Borbones; las razones de este cambio exceden las pretensiones de la presente investigación¹², sin embargo, es

¹¹ Lina González Gómez, “Indios y ciudadanos en Antioquia, 1800-1850”, 21.

¹² Para tener información detallada de los procesos ocurridos en la península que desembocaron

menester tener en cuenta que los Borbones, lejos de ser “proteccionistas” —como los Austrias en relación con los indígenas—, propusieron desintegrar las tierras que habían sido asignadas a los mismos para que perdiesen, evidentemente, su carácter inalienable y para que, posteriormente, entraran a circular en el mercado en beneficio de la Corona¹³; así: “durante el reformismo borbón, el principal argumento para justificar la destrucción de los resguardos, fue la desproporción existente entre la tierra y el número de indios, debido al descenso de la población indígena”¹⁴. Este argumento con razones económicas de fondo, condujo, por lo demás, a otra oleada de visitas que tenían como propósito la desintegración de varios pueblos de indios y el reagrupamiento de los habitantes de dos o más de ellos en uno solo. Para el caso de Antioquia, el afán de los borbones por “liberar” las tierras que le habían sido asignadas a los indígenas para que las mismas circularan libremente en el mercado, llevó a que el funcionario Juan Antonio Mon

y Velarde, recorriese la provincia de Antioquia a finales del siglo XVIII —exactamente en 1785—, con el fin de alcanzar varios objetivos, entre ellos: el mejoramiento de la agricultura, el comercio, y sobre todo, de la Real Hacienda, poniendo a circular las tierras vacantes. Con estas miras, y respecto a los indígenas, dicho visitador fue enfático en tres puntos: el primero, sobre la prohibición del establecimiento de libres en los pueblos de indios, sin un debido permiso. El segundo, que habiendo algún pueblo con menos de diez tributarios debía trasladarse o agregarse en otro. Y, finalmente, que una vez un pueblo estuviese vacante, las tierras pasaban a la Corona, para que pudiesen ser vendidas libremente¹⁵.

Es notorio que la prohibición de habitar personas libres dentro de los resguardos se fue haciendo cada vez más flexible, pues para ese momento los libres que quisiesen establecerse en un pueblo de indios, debían obtener solamente un permiso¹⁶. De igual

en el cambio de monarquías, consultar: John Lynch, *La España del siglo XVIII* (Barcelona: Libros de Historia, 2010).

¹³ Con este motivo, y mediante la Real Cédula de 1770, se ordenó a las autoridades del virreinato de la Nueva Granada (creado en 1739), que corregimientos con poca población indígena podían ser unidos a otros pueblos.

¹⁴ González Gómez, “Indios y ciudadanos en Antioquia 1800-1850”, 18.

¹⁵ Emilio Robledo, *Bosquejo biográfico del señor oidor Juan Antonio Mon y Velarde* (Bogotá: Imprenta del banco de la república, 1953), 271.

¹⁶ Quizás eso fue debido a la “segregación de lo imposible” tal como lo llamarían los historiadores Carmen Barnad y Serge Gruzinski, pues las fronteras de las repúblicas de indios que pretendieron ser herméticas, ciertamente, resultaron ser una entelequia producto de las abstracciones teóricas preconizadas por la monarquía de los Austrias. Situación que, en últimas, conduciría bajo la monarquía de los Borbones, a una indiscriminada política de erección de parroquias de

forma, Mon y Velarde también alegaba que se debían insertar en la vida civilizada a los indígenas que se hallasen dispersos en los montes y en las chozas, incentivándoles a vivir en pueblos. Sobre este último punto, también señaló que la tierra debía ser concedida en común a todos los indios, pero que el usufructo era particular de quien lo beneficiara. Así pues, se puede argüir que el visitador asumió una posición esencialmente pragmática; si bien hacía énfasis en cómo debían efectuarse los traslados, a su vez, entendía a los resguardos como centros de producción y abastecimiento a las minas, y, por ende, instruía que en la medida de lo posible los mismos no fuesen desintegrados¹⁷; sin embargo, durante el siglo XIX aquellas medidas que los Borbones habían empezado a implementar sobre la disolución de dichos resguardos, volverían con más fuerza pero ahora en el marco de la República.

La “victoria” del individuo en la primera mitad del siglo XIX

Ese hombre nuevo es un hombre individual, desgajado de los vínculos

blancos allí donde se encontraban los pueblos con “corto número de yndios”. Ver: “La segregación imposible” en: Carmen Bernard y Serge Gruzinski, *Historia del Nuevo Mundo (tomo II)* (México, D.F: Fondo De Cultura Económica, 1999), 230-258.

¹⁷ Lina González Gómez, “Indios y ciudadanos en Antioquia 1800-1850”, 60-80.

de la antigua sociedad estamental y corporativa; la nueva sociedad, una sociedad contractual, surgida de un nuevo pacto social; la nueva política, la expresión de un nuevo soberano, el pueblo.

François Xavier Guerra, *Modernidad e Independencias.*

Lejos de establecer una genealogía de los diferentes procesos independentistas en Latinoamérica que se dieron al despuntar el siglo XIX¹⁸, es menester sobre este punto —y para efectos de la investigación— retener algunos aspectos puntuales, como el advenimiento de la idea de “nación” enmarcada en una comunidad y la emergencia del nuevo sistema de referencias en el que la figura del individuo como ciudadano se encontraba en el centro de la discusión.

En este sentido, en 1808 con la crisis de la monarquía española, y con las subsecuentes revoluciones independentistas latinoamericanas, se dio una serie de procesos sin precedentes en territorio americano, a saber: el surgimiento de naciones hispanoamericanas donde otrora sólo había colo-

¹⁸ Francois Xavier Guerra realiza un interesante análisis tanto de la revolución liberal española como de las revoluciones de independencia en Hispanoamérica, estableciendo un paralelismo entre dichas revoluciones y la Revolución Francesa. Ver: Guerra, *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993).

nias. Como consecuencia de la ruptura con la metrópoli, y durante la fase de la consolidación de la independencia (1810-1821), se empezó a abordar el problema de qué era la nación y por quienes estaba compuesta. En este sentido, la nación, en su afán por esbozar una comunidad compuesta por ciudadanos con una historia y una identidad en común, surgió como un conjunto cultural limitado, particular y autocontenido creado desde las élites. Aquella ficción de unidad, que durante la Colonia fue sustentada en la monarquía y en los reinos, las naciones decimonónicas se vieron abocadas a re-crearla desde un nuevo sistema de referencias con el propósito de estructurar sentimientos de pertenencia y órdenes de interioridad/exterioridad.

En Colombia en el siglo XIX, dichos sentimientos de igualdad y pertenencia estuvieron condicionados por la construcción de una unidad como orden, la cual, estrictamente, jerarquizó, contuvo e intentó controlar a la población. En este sentido, la mencionada unidad fue pensada desde y con las diferencias; así pues, más que propugnar por una igualdad efectiva, las élites neogranadinas prorrumpieron en la creación de proyectos que tenían como fin unificar, instituir y fijar *lo normal-nacional*, como una linealidad vertical generadora de clasificaciones jerárquicas internas, la cual, aunque en teoría pretendía construir y modelar un pueblo único, particular y ho-

mogéneo, defendió formas de diferenciación arraigadas desde la Colonia¹⁹. En este orden de ideas, es necesario entender que, para pensar el proceso de construcción de la nación colombiana, de la identidad colombiana, del sentimiento de pertenencia a un grupo, se requiere un necesario ejercicio crítico en el que se esboce qué y quiénes, históricamente han quedado al margen de dicha “colombianidad”.

Ahora bien, la conciencia criolla, por su parte, fue el primer pilar para la formación de una identidad de élite nacional; si bien se trataba de una conciencia fundada en el rechazo de la dominación española, al mismo tiempo, estaba marcada y era plausible por su herencia. De ahí que para los criollos constituirse, luego de la independencia, como élite nacional, era parte esencial de su lucha autodeterminarse y diferenciarse del pueblo bajo, de los negros, y los indios. Esta naciente élite, a *grosso modo*, tuvo dos grandes desafíos: el primero —ya anunciado anteriormente— consistió en introyectar en la población un sentido de pertenencia a la abstracción escenificada en la “nación”; así, la retórica nacionalista y la propaganda política les trazaba a las élites el desafío de mantener las jerarquías diferenciadoras en medio de un discurso que igualaba a la mayoría al estatus de ciudadanos:

¹⁹ Arias Vanegas, *Nación y diferencia en el siglo XIX colombiano*, 22.

[...] este reto era particularmente importante para los grupos dominantes, que habían fundado su distancia frente al pueblo bajo un orden aristocrático-cortesano proveniente de la tradición hispánica y de la sociedad estamental del régimen colonial²⁰.

El segundo reto estribaba en hacer frente al proyecto civilizador ya que, en el fondo, las nuevas élites nacionales no pudieron pensarse por fuera de los referentes esbozados por Europa de lo que era ser civilizado, en este sentido:

Las naciones hispanoamericanas se constituyeron en proyectos localizados de la civilización, en proyectos cosmopolitas de ser parte del mundo moderno. La lucha de la civilización contra la barbarie fue una cruzada transnacional, nacionalizada por las élites locales, que validaban su posición por medio de esta lucha²¹.

De este modo, el deseo civilizador también operó como generador de jerarquías internas, permitiendo a la élite marcar y definir distancias frente al pueblo, utilizando para ello ejercicios de gobierno sobre los otros, justificados en que dicha élite se tenía a sí misma como la imagen de lo civilizado en tanto europeo-descendientes. En este contexto dicotómico entre barbarie y civilización, se propuso que la vida

²⁰ *Ibid.*, 44.

²¹ *Ibid.*, 20.

de los indígenas y sus formas comunales de existencia eran incompatibles con dicho afán civilizatorio. A raíz de esto último se dieron varios fenómenos de innegable relevancia, entre ellos: la declaratoria de ciudadanía a los mismos indígenas, la disolución y repartimiento de sus resguardos, y, finalmente, la posibilidad de que dichos indígenas pudiesen vender o enajenar (privatizar) la tierra otorgada a causa del repartimiento.

Convertir a los salvajes en ciudadanos en el marco del paradigma civilizatorio

La continua presencia de individuos de castas en tierras de indios y el crecimiento del mestizaje suscitaron conflictos antiquísimos por el territorio. Así pues, —tal como se ha señalado anteriormente— desde mediados del siglo XVIII, y a lo largo del siglo XIX, dichas situaciones fueron usadas como argumentos para consolidar una política contra la existencia de los resguardos, hecho que tomó fuerza durante los primeros años de la República, pues la tenencia comunal (o corporativa de la tierra) iba en contravía de las ideas liberales sobre la circulación de la tierra, y, en especial, iba en detrimento de la idea de civilización preconizada por las élites nacionales.

En este contexto, en diciembre de 1811, el Supremo Poder Legislativo del Estado de Antioquia acordó y

sancionó la “Superior Declaratoria en favor de la libertad de los indios tributarios” mediante la cual los mismos quedaban elevados a la categoría de ciudadanos²². A través de esta declaratoria, a su vez, se intentó dejar atrás los principales elementos de la política indigenista colonial de los Austrias y los Borbones, tales como: el tributo, el cura doctrinero, el corregidor, las propiedades comunales enmarcadas en la figura del resguardo y el cabildo indígena. No obstante, tales “prerrogativas” venían aparejadas con responsa-

²² Este acto no se realizó de forma inédita en Antioquia. En septiembre de 1810 la Junta Suprema de Santafé, había acordado, mediante el decreto de 24 de septiembre, artículo 2: “consiguiente a la referida igualación y ciudadanía concedido a los indios con restitución plena de sus derechos en cuyo goce va a entrar, *se les repartirán en propiedad las tierras de sus resguardos distribuyéndoseles a cada pueblo según su justo valor y en suertes separadas con proporción a sus familias* para que las disfruten aprovechándose de todas sus producciones naturales e industriales, *con la sola condición de que por ahora no pueda enajenar, donar o deprenderse por otra vía de la porción de tierra que les tocara en la distribución hasta que pasados veinte años*, hayan tomado apego al dominio y versándose en la administración *de modo que no sea fácil engañarlos ni reducirlos valiéndose de su natural sencillez* para despojarlos de su pertenencia territorial” [la negrilla y la cursiva son mías]. Ver: Roque Roldán Ortega y Alfonso Flórez Esparragoza, *Fuero indígena* (Bogotá: Editorial Presencia, 1983), 37. Sobre este apartado llama la atención que a la par que se elevaba al indio a calidad de ciudadano, también les eran divididas las tierras de resguardo, las cuales no podían enajenar de forma inmediata, como sí pasaría más adelante, con las Reformas de Medio Siglo.

bilidades: los indios debían cancelar los tributos atrasados, pagar por su propia cuenta los servicios del cura, y renunciar a la parte de los resguardos que no se encontraba cultivada; de este modo, desaparecía la propiedad comunal y cada familia obtenía un lote de terreno para abastecer sus necesidades básicas, sobre el cual se les prohibió ceder su dominio por ocho años, tanto por donaciones como por ventas²³. En lo tocante a las tierras vacantes, es decir, las que no estaban cultivadas, se decidió asignar una parte a la escuela de letras primarias. Asimismo, la Superior Declaratoria autorizó los enlaces matrimoniales de los indios con otras castas y permitió su libre circulación a otros pueblos y parroquias: con esta disposición se pretendió eliminar aquella demarcación colonial entre república de blancos y república de indios —aunque, en esencia, dicha demarcación siempre fue una entelequia—.

De este modo, alegando la necesaria igualdad entre los hombres en la naciente república, los legisladores y la élite en general en su “cruzada” contra la barbarie, se arrogaron el poder de civilizar a los indios, pues su “natural sencillez”, sus formas de re-

²³ Yoer Javier Castaño, “De menores de edad a ciudadanos: los indígenas de Antioquia y otras zonas neogranadinas frente a los postulados libertarios de la primera república, 1810 – 1816” *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras* Vol:13: n.º 1 (2008):3.

lacionarse con la naturaleza y con el mundo social, era un remanente del Antiguo Régimen. Es importante aclarar, no obstante, que dicha declaratoria de igualdad traslucida en la ciudadanía siguió perpetuando las jerarquías internas diferenciadoras, pues ya que ser ciudadano, realmente, implicaba ser libre, tener derechos políticos en la vida constitucional y poder participar del poder político; y para ejercer esos derechos, había que estar inscrito en ciertas tramas de significación social, cultural, y económica, de las cuales los indígenas estaban excluidos por su “natural ignorancia”. Por lo demás, la mayoría de los indios de la provincia no acogieron de buena manera los nuevos decretos debido a los perjuicios económicos, y, como consecuencia de ello, en algunos casos pidieron la revocación de la sanción de libertad para que se les dejara en su antiguo estado²⁴.

²⁴ Se puede afirmar en este punto que, siguiendo a la historiadora Elizabeth Karina Salgado, durante los primeros años de la república en los indígenas no hubo una unanimidad patriota o realista, y sí existió, en cambio, un deseo a preservar un *status quo*: “si retomamos la propuesta de ver más allá del binomio clásico que opone un indio resistente a un indio colaborador, es posible comprender que estas poblaciones elaboraron respuestas estratégicas y creativas ante la legislación independentista. Ver: Elizabeth Karina Salgado, “Indios, ciudadanía y tributo en la Independencia neogranadina. Antioquia (1810-1816)” *Trashumante. Revista americana de Historia Social* n° 4 (2014): 39.

Del buen salvaje al homo economicus

Pero si se trata de comprobar cuál es, en realidad, la función general que cumple el concepto de civilización y cuál es la generalidad que se pretenden designar con estas acciones y actitudes humanas al agruparlas bajo el término de civilizadas, llegamos a una conclusión muy simple: este concepto expresa la autoconciencia de occidente. También podría denominarse “conciencia nacional”. El concepto resume todo aquello que la sociedad occidental de los últimos dos o tres siglos cree llevar de ventaja a las sociedades anteriores o las contemporáneas más “primitivas”.

Norbert Elias, *El proceso de la Civilización*.

Más tarde, los liberales de mediados de siglo XIX en la República de la Nueva Granada, en palabras de Brooke Larson, “al atisbar dentro del abigarrado corazón de las tinieblas de su nación”²⁵ produjeron un corpus de pensamiento económico, político y social profundamente prescriptivo e impositivo. En consecuencia, dichos liberales propugnaron por desmontar los remanentes del Estado colonial

²⁵ Brooke Larson, *Indígenas, élites y estado en la formación de las repúblicas Andinas* (Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial, 2002), 6.

que aún existían para la época²⁶; y así fue como se puso en práctica el *laissez faire, laissez passer*, en otras palabras, el librecambismo económico con ideas tomadas del liberalismo clásico inglés, pero con matices nacionales y regionales²⁷.

En este contexto, emergieron discursos contra el proteccionismo económico a favor del libre mercado, cuestionando así, las regulaciones prohibitivas de las importaciones, y, en general, el sistema de impuestos existente para la época. Además de esto, cada individuo-ciudadano debía ser productivo, y su forma de existencia tenía que responder a las demandas del comercio y la industria, ejes subsidiarios de las lógicas capitalistas de libre competencia tan en boga por aquella época.

²⁶ Lázaro Mejía Arango, *Los radicales. Historia política del radicalismo del siglo XIX* (Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007), 19.

²⁷ En palabras de Mauricio Andrés Ramírez Gómez: “es pertinente mencionar que estas teorías de libre cambio, para el caso colombiano, adquirieron un sentido diferente en su aplicación con respecto al contexto europeo. Mientras que en Europa surgieron en un ambiente de pragmatismo mercante acompañado del auge del comercio, la navegación y la monetarización creciente durante los siglos XIV a XVIII, en el contexto colombiano se mostró como un discurso que cuestionó las estructuras y la institucionalidad colonial impuesta por los españoles, las cuales consideraron como perseguidoras y demasiado complejas para el buen mercado interno”. Ver: Mauricio Andrés Ramírez, “Pensadores económicos de la segunda mitad del siglo XIX en Colombia” *Ecos de economía* No. 19 (2004): 130.

Estos cambios que tuvieron su momento inicial entre 1845 y 1863, iniciaron, tímidamente, con el gobierno de Tomás Cipriano de Mosquera (1845-1849), pues, aunque fue elegido en nombre del ala conservadora, contribuyó a imponer ciertos principios liberales en lo tocante al manejo del Estado. Durante su gobierno, se empezó a hablar, por un lado, de la conveniencia de desmontar los sistemas tributarios coloniales centrados en el tabaco y el aguardiente, los cuales impedían el libre manejo de la actividad privada, y, por otro, de potenciar el sistema de libre cambio a través de la reducción de los derechos de importación para el consumo nacional. De igual manera, se impuso la idea de que el desarrollo económico estaba estrechamente ligado al comercio internacional, para lo cual era indispensable propiciar la producción de bienes agrícolas y mineros que pudiesen ser vendidos en el mercado internacional; para alcanzar este último cometido, también era sumamente importante mejorar las vías de comunicación con el exterior debido al notorio aislamiento geográfico que se vivía para la época y al deficiente sistema de transporte²⁸. Sin embargo, fue con la presidencia de José Hilario López (1849-1853), en donde se aceleraron los esfuerzos

²⁸ Según esto, se podría afirmar que el gobierno de Mosquera aportó a la Revolución del Medio Siglo la doctrina de libre cambio y las primeras transformaciones del sistema de rentas.

por tener una ruptura efectiva con el pasado colonial, no solo en un sentido económico al propiciar el librecambio, la eliminación de monopolios de rentas y descentralización de las mismas, sino también en un plano social y religioso: se extinguió la pena de muerte, se instauró la libertad de imprenta, se abolió la esclavitud, se reiteró la necesaria eliminación de los resguardos y la enajenación de las tierras de los indígenas, y se separaron, finalmente, a la Iglesia del Estado²⁹. Por lo demás, el punto de cierre de la presente investigación es 1863, precisamente porque durante ese año con la nueva Constitución, se da inicio a la época federal en donde se radicalizaron las medidas encarnadas en las Reformas de Medio Siglo en el marco de una fuerte autonomía por parte de los estados, lo cual comporta otro tipo de consideraciones a las tratadas en este artículo³⁰.

Ahora bien, en este marco de preponderancia del liberalismo econó-

mico enarbolado por las reformas llevadas a cabo a mediados de siglo, se definieron a los indígenas y sus formas comunales de existencia como lo antitético a la figura del *homo economicus*, el actor económico racional dotado de los valores de la Modernidad y de las normas culturales y económicas liberales³¹ y, por tanto, debían ser integrados a las nuevas realidades económicas, políticas y culturales. De ahí que en 1851, y con el propósito de dar libre circulación a la propiedad territorial, se expidió la ley 30 sobre la rendición de censos³². Un año antes, en 1850, mediante la ley 22, se autorizó a las cámaras provinciales para proceder a la división, repartición y libre enajenación de los resguardos³³, pues la tenencia comunal-corporativa de la tierra por parte de los indios, seguía siendo, desde cualquier punto de vista, un óbice para el progreso económico, y sus condiciones materiales, éticas y simbólicas, una traba al individualismo primigenio propuesto por el imaginario social moderno, defendido, a su vez, por el liberalismo.

²⁹ Jorge Orlando Melo, “las vicisitudes del modelo liberal (1850-1899)” en *Historia Económica de Colombia* (Bogotá: Siglo XXI, 1987), 146-147.

³⁰ Esta última afirmación, desde luego, se debe matizar para el caso de Antioquia, en donde, a partir de 1856, al crearse el Estado Federal de Antioquia, se dio paso a la materialización de las aspiraciones del conservatismo antioqueño profundamente religioso y con un *ethos* socio-cultural particular. Ver: Luis Javier Ortiz Mesa, “Antioquia durante la federación, 1850-1855”, *Anuario de Historia Regional y De Las Fronteras* Vol 13: n° 1 (2008): 59-80.

³¹ Brooke Larson, *Indígenas, élites y estado*, 6.

³² Tirado Mejía, “El estado y la política en el siglo XIX”, 345.

³³ Lina González Gómez, “Indios y ciudadanos en Antioquia, 1800-1850”, 104.

Indios en Antioquia durante la segunda mitad del siglo XIX

Así fue como se dio la desintegración legal de los resguardos a mitad del siglo XIX en territorio antioqueño, entre ellos: el de Sopetrán, Sabanalarga y Buriticá, en el occidente, El Peñol, San Antonio de Pereira, Nuestra Señora de la Estrella, y el pueblo de Sabaletas, en el oriente, y solo uno de estos logró sobrevivir hasta los albores del siglo XX, el de Cañasgordas (llamado resguardo de Murrí en el siglo XX). Y si bien las medidas de eliminación y enajenación de los resguardos de las tierras de los indígenas que adoptaron las provincias —entre ellas Antioquia— fueron producto del afán civilizatorio de los liberales; lo cierto es que —tal como se verá más adelante— dichas medidas trastocaron, de manera negativa, las condiciones de existencia de los indígenas.

En este punto, cabe señalar que la élite antioqueña también sostuvo una línea vertical generadora de clasificaciones jerárquicas internas soterrada en la pretensión de moldear un pueblo homogéneo. Se suponía que, en teoría, todos los sujetos a partir de 1850 habían alcanzado la categoría de ciudadanos en el terreno jurídico, y que, por tanto, eran iguales entre sí. Empero, dicha élite clasificó, segmentó y diferenció a la población con el propósito, por un lado, de intervenirla, y por el otro, de sostener una suerte de

pathos de la distancia³⁴ con esos otros que consideraba más “primitivos”, incivilizados, y, en general inferiores. Llama la atención, por ejemplo, que, en 1847 el gobierno de la provincia de Antioquia le señalase al director de caminos que³⁵:

En el territorio casi decierto que media entre los llanos de Frontino i el puerto a donde debe ir a terminar el camino nacional cuya direccion esta encargada a u[sted] *hai muchos indijenas en el estado salvaje i poco distantes de él, que es necesario hacer con ellos una poblacion.* Esto informado que algunos individuos de los que hai establecidos en aquella parte, o que se introducen con motivo de rescates o de buscar minas en aquellas montañas, despojan a los indijenas de lo que poseen, los amenazan e intimidan, valiéndose para esto muchas veces del nombre de la

³⁴ Concepto originalmente acuñado por Friedrich Nietzsche para explicar el sentimiento duradero de una especie “superior” dominadora sobre una “inferior”. Ver: Friedrich Nietzsche, *La genealogía de la moral*. (México: Alianza Editorial, 1989). En el presente artículo, dicho concepto, guardando las distancias con su momento y contexto de emergencia histórico, es usado para explicar cómo la élite antioqueña decimonónica defendió formas de distancia y diferenciación arraigadas desde la Colonia.

³⁵ Se debe recordar que, en general, durante el siglo XIX colombiano siempre estuvo en el centro de la discusión la necesidad de comunicar las regiones del país entre sí, y a su vez, con el exterior. Esta preocupación aumentaría en el marco de los gobiernos liberales, pues se creía que la única forma de potenciar la producción regional dependía de su inserción en mercados externos.

autoridad pública; *con lo que hace que aquellos indijenas procuren remontarse, i huir del contacto de la jente civilizada*, con notable perjuicio suyo i del país, he resuelto lo que sigue: Encomiéndose al señor subdirector de caminos, encargado de la direccion del que sigue al golfo de Urabá, al procurar por medios suaves hacer i fijar los indijenas que hai en aquellas montañas, en los lugares mas convenientes. Al efecto habrá de inspirarles confianza, persuadiéndoles que el *Gobierno de República i sus autoridades no pretenden de ningun modo perjudicar, imponerles pechas, ni causarles esaccion alguna; sino antes por el contrario, protegerlos i defenderlos de los que intentan despojarlos o perseguirlos*³⁶.

Con un tono aparentemente protector, se señala, en el fragmento anteriormente citado, la necesidad de reducir a los indígenas “salvajes” del Llano de Frontino y formar con ellos población, para que de este modo no estén alejados de la “jente civilizada”. De ahí que la labor que la Colonia se había arrogado y defendido insaciablemente siguiese presente como un fenómeno inscrito en la larga duración: aquella de reducir, proteger de intrusos y civilizar a los indígenas, solo que ahora dicha labor era efectuada por los dirigentes de la República guiados por

³⁶ AHA, República, *Junta Administrativa*, Tomo 1117, Documento 4, “Copiador de oficios del subdirector del camino nacional”, 6 de julio de 1847, f.294r-v. (La cursiva es mía)

ideas modernizantes y económicas, signadas, en el fondo, por intenciones civilizatorias. Si bien aquella prefiguración del otro como salvaje fue —y sigue siendo— un mecanismo esencialmente discursivo —y ontológico—, no se debe perder de vista que los discursos, y en general, las formas de decir y enunciar desde posiciones hegemónicas tienen una materialidad real, es decir, afectan concretamente a aquellos sobre los que *se dice*. En este caso, la asimilación discursiva del indígena como salvaje propició y justificó acciones e intervenciones sobre los mismos.

Asimismo, en esta línea de ideas se puede distinguir que, una cosa era aquellos indios que rehuían del poder del Estado y que durante el siglo XIX seguían sin reducirse a poblados enmarcados en la institución del resguardo, y otra, aquellos que se encontraban reducidos en poblaciones; los primeros eran concebidos como salvajes indómitos que necesitaban ser atraídos al campo de poder de la República; los segundos, por su parte, los “buenos salvajes”, es decir, los resguardados, estaban “más cerca” del paradigma civilizatorio siempre y cuando terminaran de insertarse en las lógicas económicas y culturales propuestas por el liberalismo. En consecuencia, y desde una perspectiva a escala, se podría aducir que los indígenas, en un nivel amplio, habían sido diferenciados y jerarquizados con relación al resto de

la población, y aun así, dentro de los mismos grupos indígenas recayeron otras diferenciaciones y segmentaciones particulares, tal como expone un funcionario de la época:

Peculiares son las circunstancias en que se encuentran los indígenas que moran en estos estensos territorios: compuestos de diferentes tribus, mas selváticas i anomadas, otras domesticadas i estacionarias, i algunas enteramente urañas i bozales; diversificándose su carácter e inclinaciones, por sus costumbres i oficios; por manera que es imposible amalgamar los intereses, compaginar las pretensiones, i domeñar los instintos cerriles de aquella raza.³⁷

En cualquier caso, para lograr salir de aquella ignominia que se le adjudicaba al indígena era imprescindible, en primer lugar, reducirlos³⁸, y luego, siendo un indio “domesticado i estacionario”, insertarse en la concepción de la libre circulación de la tierra (privatización de esta) y de la mano de obra; la forma para lograr eso último

era mediante la libre enajenación de los terrenos de resguardo que ya habían sido repartidos entre los indígenas a lo largo del siglo XIX. De hecho, antes de que se promulgase la ley del 22 de junio de 1850³⁹, seguían pesando algunas restricciones para que los indígenas pudiesen “vender, cambiar y disponer de los resguardos del modo que lo juzguen útil a sus intereses”, las cuales venían de tiempo atrás; por ejemplo, en 1821 la ley del 11 de octubre señalaba, precisamente, que “los resguardos y tierras asignados a los indígenas por las leyes españolas, y que ahora han poseído en común, o en porciones distribuidas a su familias (...) se les repartirá en pleno dominio de propiedad”⁴⁰, más tarde, mediante la ley del 6 de marzo de 1832, se rectifica la manera en que debe hacerse la distribución de los resguardos, y se aclara que, art.7: “ningún indígena podrá vender la porción de tierra que se le haya adjudicado antes del término de

³⁷ AHA, República, *Cámara Provincial*, Tomo 1785, Documento 2, “Contiene informes del gobernador y tesorero de la Provincia”, 1852, f.152r.

³⁸ Decreto de 11 de julio de 1826, *sobre civilización de los indígenas*. Artículo 1: “Para promover eficazmente la civilización de los indígenas se irán estableciendo en el territorio en que vagan, nuevas poblaciones a las que por medios suaves se reduzcan a vivir”. Ver: Roldan Ortega y Flórez Esparragoza, *Fuero indígena*, 47.

³⁹ En un sentido lato, dicha ley arregló “la medida, repartimiento, adjudicación y libre enajenación de los resguardos de indígenas, pudiendo en consecuencia, autorizar a éstos para disponer de sus propiedades del mismo modo y por los propios títulos que los demás granadinos” (Colombia, Ley de 22 de junio de 1850: art. 4). Ver: Isabela Figueroa, “Legislación marginal, desposesión indígena, civilización en proceso: Ecuador y Colombia” *Nómadas* 45 (octubre de 2016): 45.

⁴⁰ Roldan Ortega y Flórez Esparragoza, *Fuero indígena*, 38.

diez años⁴¹, posterior a esto, según la ley del 23 de junio de 1843, art.1, las tierras de los indígenas no podían ser enajenables en un lapso de 20 años⁴². Esta última medida de protección duraría hasta la mencionada ley de 1850.

Es interesante, sobre este asunto, las distintas estrategias y mecanismos preconizados por los gobernadores y funcionarios de la República, y que tenían como fin último que los indígenas pudiesen enajenar los terrenos de resguardo que les habían sido repartidos; en algunos casos, se alegaba la capacidad de dichos indígenas de manejar sus propios bienes, y en otros, por el contrario, se argüía la inutilidad de los mismos, y por ende, se llegaba a la conclusión de que era mejor que sus terrenos estuvieran en manos de terceros que pudiesen contribuir al progreso y prosperidad agrícola, dos preocupaciones, por lo demás, muy recurrentes en los liberales de mediados de siglo. En lo tocante al primero caso, es dicente una ordenanza expedida el 20 de septiembre de 1848, que rezaba lo siguiente:

La Cámara de la provincia de Antioquia, usando de la atribución 7ma del art. 3.de la lei de 3 de junio último, orgánica de la administración i reji-men municipal; i considerando: que

⁴¹ *Ibid.*, 56.

⁴² Isabela Figueroa, “Legislación marginal, desposesión indígena...”, *Nómadas* 45 (octubre de 2016): 44.

los indijenas de los distritos parroquiales de Buriticá, Córdoba, la Estrella, Peñol, Sabanalarga i Sopetrán, a quienes se ha repartido terrenos de resguardos, son capaces de manejar sus bienes. Ordena: Art. Único – Los terrenos de resguardos repartidos hasta esta fecha en los distritos parroquiales arriba espresados son enajenables por los que los posean, como los demas bienes inmuebles⁴³.

Así pues, para poder privatizar las tierras de los indígenas, se les reconocía cierta capacidad de manejar sus bienes como cualquier otro ciudadano de la nación. Se buscaba, mediante este tipo de ordenanzas, que el indígena pudiese acceder a los modos de acción y pensamiento propios de una vida civilizada escenificada en el *homo economicus*, cambiando así las formas en que otrora se relacionaban con el espacio; sin embargo, dicho campo de acción propio de un ciudadano era anulado para estos indígenas, por ejemplo, en la representación política, y en general, en las posibilidades —o imposibilidades— de acceso al poder. Ahora bien, en lo respectivo a la segunda estrategia mencionada anteriormente, en un informe dirigido a la cámara provincial por el gobernador Miguel de La Rota, este señalaba que:

⁴³ AHA, República, *Ordenanzas*, Tomo i 175, “Permitiendo a los indijenas a quienes se han repartido terrenos de resguardo, el que puedan enajenarlos”, 20 de septiembre 1848, f.5.

Careciendo la Gobernacion de noticias oficiales sobre la pocitiva situacion de este negocio [es decir, sobre el estado de los resguardos, su division y enajenacion], privome de la complacencia de sujeriros ideal procesos acerca de él; pero sabiendo lo q[u]e algunos terrenos de indígenas están proindivisos, he creido de mi obligacion, exitar la solicitud patriótica de la Cámara, a fin de que digne consagrar algunos momentos al ecsamen de aquel. Si la prohibicion de enajenar los resguardos es de funesto detrimento a los indígenas i a la prosperidad agrícola de la prov[inci]a, *el mantener esos terrenos estancados, en manos inertes e inespertas es lo mismo q[u]e impedir el fomento i simetría de las poblaciones, su hornato i progeso; pues en en lugar de huertos i dehezas q[u]e proporcionen gozes i comodidades a los habitantes de aquellos, solo existirán terrenos eriales improductivos q[u]e quedaran sin perspectiva i denuncia el abandono i negligencia de los poseedores*⁴⁴.

Por un lado, es inquietante la poca comprensión que la Gobernación tenía del estado de los resguardos, pues no se tenía información exacta de sus linderos, reparticiones y títulos de propiedad. Por otro, llama la atención que para 1851 aún subsistiesen algunos

⁴⁴ AHA, República, *Asamblea*, Tomo 2270, Doc.3, “Informe que el gobernador de la provincia de Antioquia dirige a la camara de ella en sus sesiones extraordinarias de 1851”, 1851, f.55r. (La cursiva es mía).

terrenos indígenas *proindivisos*⁴⁵; se podría suponer, a manera de hipótesis, que el fragmento citado hace referencia, particularmente, a las tierras pertenecientes al resguardo de Cañasgordas, pues la disolución de dicho resguardo fue un proceso lento, plagado de conflictos e intrigas, que se prolongaría hasta el siglo XX⁴⁶. Sin embargo, lo más importante del informe estriba en los recursos utilizados para argumentar la necesaria privatización de la tierra de los indígenas: en primer lugar, se apela a la supuesta inexperiencia de dichos indígenas para usufructuar sus propias tierras ya que “en sus manos inertes e inespertas es lo mismo impedir el fomento i simetría de las poblaciones”, en segundo lugar, se apela a las ideas de progreso y prosperidad, ejes estructurantes del espíritu de la época. El informe termina replicando que, si se les concede a los indígenas libertad absoluta para vender los resguardos, sería una “decisión eminentemente benéfica a esa raza desgraciada, además de consultar los principios económicos i avances graduales de la agricultura e industria”⁴⁷.

⁴⁵ Expresión jurídica de origen latino que hace referencia a algo que pertenece a varias personas en común sin estar dividido.

⁴⁶ Lina Marcela González Gómez, “Territorio, poblamiento y presencia indígena en el occidente antioqueño durante el siglo XIX” (Tesis de maestría en Ciencias Sociales, Universidad de Antioquia, 1997), 74.

⁴⁷ AHA, República, *Asamblea*, Tomo 2270,

De este modo, es evidente una vez más cómo la tarea civilizadora de la élite antioqueña de siglo XIX se justificó en las jerarquías internas existentes en aquel momento; así, aquella raza “inferior y desgraciada” encarnada en los indígenas, debía incorporarse a “los principios económicos i avances graduales de la agricultura e industria”⁴⁸ vendiendo sus terrenos, y a su vez, siendo productivos a la economía.

“En una palabra, es un desorden”

Según se ha señalado, los indígenas fueron confinados territorialmente desde la Colonia en la institución del resguardo; de esta manera, la segmentación y diferenciación que recayó sobre los indígenas no solo pasó por lo racial y lo moral, sino también por lo espacial. Desde las primeras reducciones y congregaciones, la institución no dejó de tener problemas; el primero y más recurrente, fue el carácter poroso de sus fronteras, toda vez que las mismas se pretendían herméticas con relación a las otras castas. El segundo tuvo que ver con el deseo de los Borbones por acaparar la tierra de los resguardos en la que hubiese pocos indígenas, estimulando así las agregaciones entre pueblos; el tercero, al despuntar la vida republicana, fue el profundo deseo de

Doc.3, “Informe que el gobernador de la provincia de Antioquia dirige a la camara de ella en sus sesiones extraordinarias de 1851”, 1851, f.55r.

⁴⁸ *Ibid.*

los dirigentes de la naciente nación de privatizar las tierras de resguardo para que pudiesen entrar en el mercado.

Lo paradójico estriba en que, finalmente, cuando durante el siglo XIX se lograron disolver los “agonizantes” resguardos para poder enajenarlos, dicho proceso no dejó de estar plagado de problemas, pues en general, los repartimientos se hicieron de una manera sumamente descontrolada y lejos del control efectivo del Estado republicano; en este sentido, y tal como se ha señalado, era común que se desconociese los linderos de cada repartimiento, qué porciones de tierras se les había adjudicado a los indígenas y mediante qué títulos. Esto, sumado a la cambiante política sobre los indígenas y sus derechos en lo relativo a la tenencia de la tierra.

Para 1845, el funcionario Concepción Martínez, respecto a los resguardos de Buriticá, Sopetrán, Córdoba, Sabanalarga, y Cañasgordas, aseguraba que se debían verificar los repartimientos hechos de los mismos con suma “claridad e inteligencia” pues de lo contrario, “no podrá saberse jamás lo que corresponde al area de la poblacion, ni a la escuela, ni a la misma parte que toque a los indijenas, *en una palabra, es un desorden*”⁴⁹. Respecto a Buriticá, Martínez señalaba que:

⁴⁹ AHA, República, *Gobierno Provincial*, Tomo 1546, Doc. 1, “Repartimiento de resguardos de Buriticá”, 25 de abril de 1845, f.99r-v.

[...] es perjudicial a los indiejas la distribución personal de los resguardos. Es cierto que, el repartimiento se verificó pero contiene varios defectos q[u]e hasta ahora no ha sido aprobado por la g[oberna]cion y los indiejas se deniegan a dar el papel p[ar]a las cartas de entrega sobre lo cual espero que us[ted] se sirva resolver si debe o no obligarles a esto⁵⁰.

La situación que era denunciada para este resguardo también era bastante común en los demás resguardos de la región antioqueña; no obstante, es importante resaltar que la forma en que se señala que dichos indígenas se “deniegan a dar el papel p[ar]a las cartas de entrega”, se podría asumir como si fuese una forma subrepticia de resistencia frente al fenómeno de repartimiento y enajenación de sus terrenos.

Entonces, lo recurrente debido a la profunda confusión reinante a raíz de los primeros repartimientos, era que se volviesen a hacer los mismos, o por lo menos a rectificar. Un caso que señala esto último, es el resguardo de Cañasgordas, para el cual, en 1848, se dictó ordenanza “para rectificar el repartimiento de los terrenos de los indígenas de Cañasgordas” con el fin de que “todos tengan derecho a los terrenos”⁵¹, sin embargo, años más tarde,

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ AHA, República, *Asamblea*, Tomo 2298, Doc. 6, “Petición de procurador parroquial de Fronti-

exactamente en 1856, el procurador parroquial de Frontino dirigió la palabra ante la Asamblea Constituyente, para denotar que:

En el año de 1838 fueron divididos los terrenos de los indiejas de Cañasgordas como los comprenden este distrito, una parte de ellos que fueron entregados a aquellos indiejas y manifiesto: que habiendose entregado a mucha parte de estos la porcion que les correspondia por una papeleta dada por Martin Agudelo, como protector nombrado por el gobierno para verificacion del reparto de dichos terrenos, caresio de poner en el libro de resguardo la copia de unas papeletas las cuales hoi si voso[tros] hoi como que está en nuestras manos no dais una ordenanza que favorezca a tantos desgraciados: sin duda perderian el único bien que poseen cual es sus terrenos cuando no ha sido el defecto del agraciado sino del funcionario que les entrego no hayarse sentada su partida de posesion en el libro de registro teniendo hoy una simple papeleta que no sirve como un documento por carecer de aquella formalidad que debio llenar Agudelo asentando en el libro espresado pues estaba ganando su salario el cual le indinizaron con terrenos que pertenecian a ellos mismos los cuales fueron tributarios segun se bé por los resibos que aun conserban algunos de los agraciados⁵².

no”, 1 de septiembre de 1856, f.593r.

⁵² *Ibid.*

Si bien el proceso de desintegración y reparto definitivo del resguardo de Cañasgordas concluyó en el siglo XX y no en 1838, es relevante la información que trae a colación el procurador parroquial de Frontino en tanto que señala que, al momento del primer repartimiento, no se les hizo a los indígenas partida de posesión que legitimase los terrenos que recibieron en dicho repartimiento. Más allá de ser un error particular cometido por Martín Agudelo, el mismo es dicente de lo sintomático de la situación de completo desorden y desconocimiento en que se encontraban los repartimientos al llegar la mitad del siglo XIX. En este sentido, es posible afirmar que el afán civilizatorio escenificado por los liberales de mediados de siglo no sólo trastocó los marcos en los que los indígenas podían pensarse a sí mismos —pues ahora lo debían hacer en tanto *homo economicus*—, sino que también modificó sus relaciones con el espacio, la tierra y el entorno social.

Resistencias de los indígenas: procesos de conflicto en relación con los límites hegemónicos

Buena parte de la historiografía antioqueña les ha asignado a los indígenas, generalmente, el papel de actores pasivos y receptivos de la historia en relación a los proyectos “civilizados”, que, desde el periodo colonial, y hasta nuestros días, han operado

en torno a dichos sujetos⁵³; y, en este sentido, se ha caído en el craso error de creer que estos indígenas no tuvieron formas de resistencia, o supervivencia alternativa, en oposición a los discursos hegemónicos republicanos y liberales que pretendían fragmentar sus resguardos y potenciar el ejercicio de la actividad económica individual, nunca comunal.

Sobre este punto es importante tener en cuenta que la resistencia como respuesta al ejercicio de poder sobre el cuerpo, los grupos, las afecciones, etc., es constitutiva, precisamente de las relaciones de poder, debido a que “en el momento mismo en el que se da una relación de poder, existe la posibilidad de resistencia”⁵⁴, y por tanto, también es crucial poner en el centro de la discusión el hecho de que los regímenes hegemónicos más que anular el conflicto con los otros, lo que buscan es establecer los campos de posibilidades para el conflicto; lo cual, en últimas, no implica que, por ejemplo, los indígenas no pudiesen organizarse y reclamar; más bien, lo hacían en los términos que establecía la hegemonía,

⁵³ Juan David Montoya, “Los hijos del desierto: indígena, poblamiento y violencia en el occidente de Antioquia, 1776-1887”, en *Los “otros de las independencias, los “otros” de la nación*, ed. María Eugenia Chaves (Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2015), 231.

⁵⁴ Renaldo Giraldo Díaz, “Poder y resistencia en Michel Foucault”, *Tabula Rasa* No.4 (enero-junio de 2006): 117.

en este caso, política y económica. Esto último, tampoco significa que los grupos y movimientos indígenas siempre debieron limitar su accionar a las fronteras establecidas por la hegemonía, pues la misma es un constructo dinámico, y en algunos casos, con brechas abiertas desde abajo⁵⁵. En consecuencia, es menester distinguir los procesos de conflicto que trabajan dentro de los límites hegemónicos de los que trabajan en la frontera de la hegemonía sobre esos mismos límites, buscando transformarlos de manera radical.

Es ilustrativo, en este caso, que el 19 de mayo de 1845, en Medellín, el indígena Sacramento Blandón del pueblo de San Antonio, se dirigiese al gobernador de la provincia, arguyendo que, por comunicación de la ley de 23 de junio de 1843, se anularon las ventas de las tierras que le repartieron⁵⁶, y según aseguraba el mencionado indígena:

[...] algunos de los compradores reclaman la devolucion de las cantidades que dieron por ellas, yo di una

⁵⁵ Alejandro Grimson, *Los límites de la cultura. Críticas a la teoría de la identidad* (Buenos Aires: Siglo Editores, 2011), 46.

⁵⁶ Esta ley llamada “sobre protección a los indígenas”, y mencionada anteriormente, estipulaba entre varias cosas, que los resguardos se podían enajenar únicamente pasados 20 años. De igual forma, también se argüía en dicha ley la necesaria protección de los indígenas por parte de la República.

de estas y no tengo otra cosa que las tierras repartidas de los resguardos, pocuro al juez parroquial que conoce del negocio y no me atiende, solicito del protector de indigenas que me destingen segun la disposicion de la misma ley y no encuentro proteccion. La ley anuló en su articulo 5º todos los contratos rejuntandonos sin personeria y en este caso ocurro a u[ste]d suplicando que ordene al señor jefe político del canton de Rio Negro, que obligue al señor personero municipal a defenderme prohibiendo cuanto sea legal en mi perjuicio y que de cuenta a us[ted]es. Pues alli todo de contar fuese y tenemos el más deplorable estado.⁵⁷

De este último apartado, es importante centrar la atención sobre varios aspectos. En primera instancia, comporta una relevancia innegable el hecho de que el indígena se esté dirigiendo directamente al gobernador sin ningún otro intermediario, porque, tal como lo explica Blandón, ni el juez parroquial, ni el protector de indígenas atienden a sus llamados para que lo defiendan ante aquellos compradores que habían adquirido sus tierras, pero que por efectos de la ley 1843, se habían anulado las mismas ventas. El segundo punto que vale la pena destacar, es el conocimiento que tiene de la mencionada ley el indígena Sa-

⁵⁷ AHA, República, *Gobierno Provincial*, Tomo 1539, Doc. 1, “Contiene solicitudes de varios individuos dirigidas al gobernador de la Provincia”, 19 de mayo de 1845, f. 00015r.

cramento Blandón; pues no sólo señala los efectos negativos que le había causado la ley de 1843 en cuanto a la tenencia de la tierra, sino que también pide que “se le distinga según la disposición de la misma ley”, la cual, como su nombre lo indica, estaba destinada a la protección de los indígenas. Además de esto, dicho indígena denuncia que dicha ley, en su artículo 5, los rejuntó sin personería y, en consecuencia, pide que se le obligue al señor personero municipal a defenderlo; en sus palabras: “prohibiendo cuanto sea legal en mi perjuicio”.

El hecho de que un indígena pida protección del Estado señalando las leyes que se han dictado sobre su propia comunidad, consiste, a nuestro juicio, en una estrategia de resistencia, si bien no dirigida directamente hacia el poder gubernamental como tal, por lo menos sí lo estaba hacia los compradores de sus tierras. En esta misma línea de ideas, Hermógenes Morales, indígena del pueblo del Peñol, cantón de Marinilla, el 6 de agosto de 1845, argumenta que desde abril del año anterior

Ocurrimos al señor jefe político pidiendo que obligase al personero municipal a sostener mis derechos a causa de que el señor José de Jesús Soluaga se a apropiado mi terreno de los resguardos adjudicados a los indijenas y que le correspondió a mi familia en el repartimiento.⁵⁸

Y continúa pidiendo, de la misma manera que Blandón, que se dictase providencia para que el jefe político instase al protector a que —valga la redundancia— protegiese a Morales.

Estos casos mencionados remiten a dos consideraciones. La primera es que la resistencia, en ambos casos, no iba dirigida al Estado en sí, sino hacia unos terceros que se querían apropiarse de sus tierras. La segunda, es que dichos indígenas se movieron hábilmente dentro del campo de posibilidad esbozado por el poder; y no solo esto, pues realmente aprovecharon su lugar de “indio indefenso”, para que así, el mismo poder que los jerarquizó, les ayudase a resistir.

Por el contrario, otras formas de resistencia iban dirigidas directamente hacia el poder del Estado; por ejemplo, retomando el tema de los repartimientos, se tiene de nuevo a Cañasgordas y los múltiples problemas que surgieron en torno a su repartimiento. En un primer momento, el 3 de enero de 1852, los indios lenguaraces⁵⁹ Pedro Domicó, José Domicó y José Siniguá, vecinos de Cañasgordas, elevan una protesta ante el gobernador de la provincia de Antioquia debido a que, en sus terrenos, es decir, en los del res-

1539, Doc. 1, “Contiene solicitudes de varios individuos dirigidas al gobernador de la Provincia”, 19 de mayo de 1845, f. 000128.

⁵⁹ Que podían hablar español.

⁵⁸ AHA, República, *Gobierno Provincial*, Tomo

guardo, los otros vecinos del pueblo los molestan invadiendo sus tierras; y que

[...] con todos estos procedimientos causan graves males, males que u[ste]d debe tratar de evitar, pues nosotros nos veremos en la necesidad de abandonar la sociedad, *para ir a vuscar la paz i el sosiego en las vastas soledades que nos rodean*. De esta manera se perdería el fruto de tantos años de trabajos para civilisarnos i convertirnos a la verdadera religión”.⁶⁰

Más tarde, el 18 de agosto de 1852, dirigiéndose al señor gobernador de la provincia, “Nos los indijenas lenguaraces del antiguo pueblo de Cañasgordas por medio del s[eñ]or juez parroquial, ante u[ste]d respetua[men]te con la debida solemnidad representamos i esponiendo nu[est]ros pedimentos” en lo tocante a la verificación de la repartición de sus resguardos, en primer lugar, señalaban a dicho gobernador:

A u[ste]d pedimos, se sirva proveer, si a bien tiene se nos ponga n[uest]ro cabildo pequeño que en otros tiempos disfrutamos con tranquilidad, firma como esa caían de los mismos de n[uest]ra nación, las autoridades naturales de un gobernador y juez y comisarios, para que estos entiendan

con mejor facilidad de nuestro idioma i materia i costumbres; con fiel ovediencia y subordinamiento siempre a las voces i respectivas ordenes de u[ste]d i a las mismas de n[ues]tra jefatura política respectiva, y sin separacion de las ordenes que por la alcaldia respectiva del distrito se nos comuniquen, en observancia de las leyes respectivas a que religiosamente somos constituidos todos los granadinos.⁶¹

De igual forma, dichos indígenas argumentaban que el nuevo repartimiento de sus tierras de resguardo, se debía hacer siguiendo los siguientes requerimientos:

1° que sea un agrimensor que sea de nuestro agrado que en caso tenga las capacidades suficientes como su ser desinteresado a los resguardos, como hay muchos que decean poner pleitos con contrarios n[ues]tros, desapropiarnos en muchas haciones del caso injustamente.

2° que para d[ic]ho reparimiento buelban a ponerse al tronco jeneral todos los resguardos del distrito, con todas las propiedades que muchas personas particulares gosan hoy por remates o por muchos modos que hoy se hayan mezclados en nuestros resguardos con perjuicio de nosotros (...) y que igualmente no seamos estrechados por darles placer a muchos

⁶⁰ AHA, República, *Baldíos*, Tomo 2540, Doc.11, “Sobre repartición de resguardos a los indígenas de Cañasgordas, Frontino y Dabeiba”, 3 de enero de 1852, f.180r.

⁶¹ AHA, República, *Gobierno Provincial*, Tomo 1887, Doc.1, “Expediente sobre repartimie[ent]o de los distritos de Cañasgordas, Dabeiba i Frontino”, julio de 1852, 83r.

particulares que lo decean y que quede igualmente separadas las veredas correspondientes a cada naciones de las que ocupamos el distrito pedimos.

3º que el agrimensor al no ser el que hemos pedido por conducto del s[eñ]or alcalde del distrito, sea una persona que tenga conocimiento de toda la demarcacion de los resguardos de nuestro pueblo, y que bajo una medida o cálculos arreglados verdaderamente, no se quede ni una vereda ni cañada sin repartir ni indijena alguno sin que le toque regularmente lo que le corresponda, advirtiendose que en el reparimiento primero, hubo muchas faltas desagradables e injustas, en comparacion de las consecuencias que esponemos, pues de cuyos motivos, han resultado graves prejuicios, con desajenos i menosprecios de los d[e]r[ech]os que reclamamos.

4º *pedimento, que de no ser el reparito anunciado de n[uest]ros espresados resguardos, bajo las condiciones espresadas, se nos suelten n[uestr]os resguardos comunes para los indijenas como dueños y que en antiguo tiempos prosperabamos i poceiamos sin facultades de que por particulares pudiessimos ser molestados en ninguna clase de n[uest]ros d[e]r[ech]os: o que en el caso se queden así como actualmente se hayan los terrenos, pues aunque suframos perjuicios, no estamos inconformes, que así sufriremos, en considerar que se evitan movimientos que talvez nos resulten en peoria a como nos hayamos.*⁶²

En un primer momento, los indígenas lenguaraces de Cañasgordas utilizaron un recurso sumamente interesante para que el Estado interviniera a su favor; a diferencia de los casos citados de Sacramento Blandón y Hermógenes Morales, quienes se enunciaron desde una postura aparentemente más suplicante, dichos indios de Cañasgordas apelaron a una estrategia y a una forma de resistencia que, directamente, desafiaba la relación mutuamente constitutiva de barbarie-civilización. Al argüir que se irían a vivir a las “soledades”, es decir, que se despoblarían, y que así “se perdería el fruto de tantos años de trabajos para civilisarnos i convertirnos a la verdadera religión”, arremetían directamente contra el proyecto civilizador que se venía gestando desde la Colonia; ideas que, por lo demás, permearon a la República. Pues tal como se señaló, la distinción entre buenos indios, es decir, los reducidos, y los indios salvajes, seguía vigente en el siglo XIX.

No obstante, en el segundo momento tocante a la verificación del repartimiento hecho a los indígenas de Cañasgordas, estos mismos vuelven a interpelar al Estado, solo que desde una posición diferente. En este caso, pedían prerrogativas que otrora tuvieron, como su propio cabildo, para ser

1887, Doc.1, “Expediente sobre repartim[ent]o de los distritos de Cañasgordas, Dabeiba i Frontino”, julio de 1852, 88v-89r.

⁶² AHA, República, *Gobierno Provincial*, Tomo

gobernados, en parte, por sujetos de su grupo étnico; sin embargo, no significaba que por dicha prerrogativa dejarían de observar las órdenes y leyes a las que “religiosamente somos constituidos todos los granadinos”. Llama la atención, que a la vez que pedían prerrogativas especiales que en tiempos coloniales tenían, también se declaraban ciudadanos neogranadinos.

En este sentido, se puede afirmar que las categorías adjudicadas a los indígenas no fueron estáticas, como tampoco lo fueron sus formas de resistencia. Estos, por su parte, “jugaron” con la clasificación jerárquica ambivalente a la cual estaban inscritos a favor de sus intereses, pues al tiempo que eran indios, también eran ciudadanos. En particular, los indígenas de Cañasgordas no sólo pedían un “pequeño cabildo”, sino que también estipulaban la manera en que se les debía hacer el repartimiento, denunciando, entre otras cosas, la necesidad de un agrimensor justo, la expulsión de particulares de sus resguardos y la repartición justa de las tierras, y si no se seguían dichas condiciones, pedían que “se nos suelten n[uestr]os resguardos comunes para los indijenas como dueños y que en antiguo tiempos prosperabamos i poceiamos sin facultades de que por particulares”. Así es como dentro del campo de posibilidad esbozado por la hegemonía, los indígenas defendieron sus tierras, sus formas de vida tradicional, y, en general, sus pro-

pios intereses. Y si bien sus maneras de resistir no transgredieron las fronteras de la hegemonía, esto no las hace menos válidas o relevantes en tanto posibilidades de disputar —o al menos interpelar— el poder.

Consideraciones finales

Es menester entender, por tanto, que las propuestas de “des-indianizar” a los indígenas, es decir, convertirlos en ciudadanos según la acepción liberal del término, desestructurando sus formas comunales de tenencia de la tierra y sus formas tradicionales de vida, lejos de ser una problemática que se agotó en el siglo XIX, se trata, en cambio, de un fenómeno transhistórico, o, en otras palabras, de un fenómeno que se inscribe en la larga duración, tal como sus formas de resistencia frente a tales afrontas.

En esta línea de ideas, el artículo intentó mostrar cómo la élite republicana en Antioquia se arrogó el poder de “civilizar” a los indígenas, justificándose, para ello, en jerarquías de tradición colonial. En este contexto, no sólo los indígenas, sino también sus propias tierras, fueron las superficies donde se inscribieron las políticas del progreso liberal de mediados de siglo. Y estos últimos, por su parte, dentro de su campo de posibilidad, entablaron disputas con el poder en lo relativo a los agravios que se cernían sobre ellos.

Bibliografía

Fuente primaria

Archivo Histórico de Antioquia, Medellín-Colombia. Sección República. Fondos: Gobierno Provincial; Baldíos; Asamblea; Ordenanzas; Cámara Provincial.

Fuente secundaria

- Bartra, Roger. *Cultura líquida en las tierras baldías. El salvaje europeo*. Buenos Aires y Barcelona, Katz y CCCB, 2008.
- Bernard, Carmen, y Serge Gruzinski. *Historia del Nuevo Mundo (tomo II)*. México, D.F: Fondo De Cultura Económica, 1999.
- Castaño, Yoer Javier. “De menores de edad a ciudadanos: los indígenas de Antioquia y otras zonas neogranadinas frente a los postulados libertarios de la primera república, 1810-1816”. *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras* Vol:13: n.o 1 (2008): 47-57.
- Castro Gómez, Santiago. *La hybris del Punto Cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Universidad Pontificia Javeriana, 2005.
- Chatterjee, Partha. *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- Colmenares, German. *Historia económica y social de Colombia, 1537-1719*. Bogotá: Tercer Mundo, 1973.
- Figuroa, Isabela. “Legislación marginal, desposesión indígena, civilización en proceso: Ecuador y Colombia”. *Nómadas* 45 (octubre de 2016): 45-75.
- Giraldo Díaz, Renaldo. “Poder y resistencia en Michel Foucault”. *Tabula Rasa* No.4: (enero-junio de 2006): 106-122.
- González Gómez, Lina Marcela. “Indios y ciudadanos en Antioquia, 1800-1850”. Tesis de pregrado en Historia, Universidad Nacional de Colombia, 1993.
- _____. “Territorio, poblamiento y presencia indígena en el occidente antioqueño durante el siglo XIX”. Tesis de maestría en Ciencias Sociales, Universidad de Antioquia, 1997.
- Grimson, Alejandro. *Los límites de la cultura. Críticas a la teoría de la identidad*. Buenos Aires: Siglo Editores, 2011.
- Guerra, François Xavier. *Guerra, Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Larson, Brooke. *Indígenas, élites y estado en la formación de las repúblicas Andinas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial, 2002.
- Lynch, John. *La España del siglo XVIII*. Barcelona: Libros de Historia, 2010.
- Mejía Arango, Lázaro. *Los radicales. Historia política del radicalismo del siglo XIX*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007.
- Montoya Guzmán, Juan David y José Manuel González Jaramillo. *Indios, poblamiento y trabajo en la provincia de Antioquia siglos XVI y XVII*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2010.
- _____. *Visita a la provincia de Antioquia por Francisco de Herrera Campuzano, 1614-1616*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2010.
- Montoya, Juan David. “Los hijos del desierto: indígena, poblamiento y violencia en el occidente de Antioquia, 1776-1887”. En Los “otros de las independencias, los “otros” de la nación, ed. María Eugenia Chaves. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2015.
- Morner, Magnus. *La Corona Española y los foráneos en los pueblos de indios de América*. Estocolmo: ALMQVIST, 1970.

- Ramírez, Andrés Mauricio. “Pensadores económicos de la segunda mitad del siglo XIX en Colombia”. *Ecos de economía* No. 19 (2004):
- Robledo, Emilio. *Bosquejo biográfico del señor oidor Juan Antonio Mon y Velarde*. Bogotá: Imprenta del banco de la república, 1953.
- Roldan Ortega, Roque, y Alfonso Flórez Esparragoza. *Fuero indígena*. Bogotá: Editorial Presencia, 1983.
- Salgado, Elizabeth Karina. “Indios, ciudadanía y tributo en la Independencia neogranadina. Antioquia (1810-1816)”. Trashumante. *Revista americana de Historia Social* n.o 4 (2014): 26-43.
- Tirado Mejía, Álvaro. “El estado y la política en el siglo XIX”. En *Manual de Historia de Colombia. Tomo II*. Bogotá: Editorial Printer Colombiana, 1979.
- Vanegas, Julio Arias. *Nación y diferencia en el siglo XIX colombiano. Orden nacional, racialismo y taxonomías poblacionales*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2007.
- Villegas, Álvaro. “Civilización, alteridad y antigüedades: el territorio, el pasado y lo indígena en Colombia: 1887-1920”. En *Prácticas, territorios y representaciones*. Medellín: Universidad Nacional, 2009.

**Juegos intertextuales en “Respiración artificial”
de Ricardo Piglia**
Intertextual games in “Respiración artificial” by Ricardo Piglia

“Recibido el 8 de junio del 2018, aceptado el 29 de junio del 2018”

Juan Diego González Rúa*

Resumen

La crítica literaria es uno de los principales recursos narrativos utilizados por Ricardo Piglia en su obra *Respiración artificial* (1980)¹. Una de las particularidades de esta novela es la presencia de múltiples citaciones literarias que ubican el intertexto en un primer plano, desde donde se define una rica y compleja imbricación narrativa que oscila entre la ficción, la autobiografía y la crítica literaria. En el presente artículo se explorará la novela de Piglia desde el punto de vista de su propuesta metatextual, lo cual permitirá comprenderla como cartografía que no sólo busca reinterpretar, sino también reconfigurar la tradición literaria de la que abreva. Esta escritura experimental formada primordialmente de citas pone abiertamente en juego una serie de procedimientos que entremezclan los géneros literarios, fragmentan y reelaboran una variedad de obras que, llevadas a distintos planos narrativos, terminan por disolver los límites fijados entre los ámbitos de la crítica y la creación literaria.

* Candidato a doctor en Filosofía de la Universidad de Buenos Aires.

¹ Ricardo Piglia, *Respiración artificial* (Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988).

Palabras clave: Ricardo Piglia, Respiración artificial, crítica literaria, metatextualidad, literatura latinoamericana.

Abstract

The literary criticism is one of the main narrative devices used by Ricardo Piglia in his novel *Respiración artificial* (1980). One of the particularities of this novel is the presence of multiple citations and references that place the intertext in the foreground, from which it defines a rich and complex narrative imbrication that oscillates between fiction, autobiography, and literary criticism. In this paper we will explore Piglia's novel from the point of view of his metatextual theory, which will allow us to understand it as a cartographic construction that not only seeks to reinterpret, but also to reconfigure the literary tradition at its core. The experimental writing, composed of references, openly calls into play a series of procedures that intermingle literary genres, fragment and recreate a variety of Works which, taken to different narrative planes, ultimately dissolve the limits between the field of literary criticism and creation.

Keywords: Ricardo Piglia, *Respiración artificial*, literary criticism, latin american literature, metatextuality

La intertextualidad como herramienta analítica

*Ya a nadie le importan los hechos.
Son meros puntos de partida para la
invención y el razonamiento, [...],
Ya no nos quedan más que citas. La
lengua es un sistema de citas.*

J.L. Borges, "Utopía de un hombre que está cansado", en *El libro de arena*.

*La más elevada, así como la más
baja de las formas de crítica, son una
manera de autobiografía.*

O. Wilde, *El retrato de Dorian Gray*.

Existen al menos dos formas de recorrer un texto narrativo. La primera tiene que ver con un modelo de lector ávido de certezas, que desea adentrarse en los horizontes ofrecidos por la diégesis, sus personajes y situaciones, evitando cualquier evasión del camino narrativo propuesto por el autor. Este tipo de lectura permite encontrar conexiones intratextuales entre cada uno de los elementos que configuran la obra, concibiéndola como un complejo arquitectónico acabado y autosuficiente. La segunda forma está vinculada con un lector que indaga acerca de las condiciones que lo llevan a recorrer caminos que se desvían del núcleo central de la narración, poniendo en juego la

unidad misma de la obra literaria. Se trata de un llamado que hace el autor frente a una serie de elementos que apuntan en direcciones exteriores a la obra misma, poniéndola en relación con elementos textuales que la preceden. Este tipo de acercamiento exige un mayor esfuerzo y atención por parte del lector, pues en muchas ocasiones los guiños (referencias literarias tácitas) planteados por el autor pasan desapercibidos a la lectura ligera y superficial, debido a la sutileza con que se manifiestan.

Este segundo tipo de lectura remite al concepto de *intertextualidad*. Este concepto, acuñado por Julia Kristeva (1981), se refiere a la relación de integración y transformación que cualquier texto tiene con uno o más textos contemporáneos o anteriores, que constituyen su intertexto. Históricamente la noción de intertextualidad ha tenido tanto un valor definitorio (define la literatura desde un punto de vista textual) como un valor operacional (constituye una herramienta analítica para mapear las relaciones entre textos). La intertextualidad se refiere a una concepción del texto literario como lugar de una compleja interacción entre diferentes textos que juntos forman un sistema textual, que van más allá de la singularidad narrativa. En ese sentido, Kristeva afirma que: “[...] la palabra (el texto) es un cruce de palabras (de textos) en que se lee al menos otra palabra (texto). Todo texto

se construye como mosaico de citas, todo texto es absorción y transformación de otro texto”². El concepto de intertextualidad requiere, por lo tanto, comprender los textos narrativos no como sistemas completos y autocontenidos, sino desde su diferencialidad histórica, como rastros y trazos de alteridad en la medida que se encuentran formados por la repetición diferencial de otras estructuras textuales. Contra una idea de autonomía y suficiencia intratextual, la teoría de la intertextualidad insiste en que la obra no se sostiene como un todo colmado y autosuficiente, y no funciona como un sistema cerrado, o un universo idéntico a sí mismo.

El concepto de intertextualidad planteado por dicha autora abreva de las reflexiones de Mijaíl Bajtin sobre el diálogo y la polifonía. En efecto, la idea de dialogismo está presente como una marca de agua en la concepción del texto como productividad; el autor no está “bajo influencia” como un copista o heredero de una tradición, sino que entra en “diálogo” con sus lecturas, que él interpreta a su manera. El nuevo texto incluso conduce a volver a leer sus hipotextos de manera diferente. La intertextualidad presupone una alteridad constitutiva de cualquier texto. Como afirma Bajtin, todas las palabras del lenguaje están habitadas

² Julia Kristeva, *Semiótica I* (Madrid: Fundamentos, 1981), 190.

por la voz de los demás y, además, cada palabra es un drama para tres personajes³. En ese mismo sentido, Roland Barthes, quien llevó la noción de productividad al corazón mismo de la intertextualidad, afirma que todo texto es un intertexto, una productividad, no solo porque se elabora a partir de otros textos, se asimila y transforma, sino también porque necesita que el lector acceda al significado. El texto aquí no se aborda como un conjunto cerrado, que significa en sí mismo y por sí mismo, sino como un texto abierto, como el resultado de una interpretación y apertura a la interpretación del lector⁴.

Por su parte, Gérard Genette se acerca a esas múltiples relaciones que se establecen entre los textos dentro de una obra, y distingue los distintos procedimientos que permiten crear narrativas sobre la base de otras obras previas. Genette redefine la intertextualidad. Su concepto ya no sirve para caracterizar el texto literario, sino que designa un tipo específico de relación referida a la presencia real e identificable de un texto en otro, entre el conjunto de relaciones conocidas como “transtextuales”, es decir, que probablemente se establecen entre los textos. El concepto de *transtextualidad* adquiere entonces un significado

amplio. En la transtextualidad o *transcendencia textual del texto*, como la define Genette, se distinguen cinco tipos de relaciones que en su orden son: la intertextualidad, la paratextualidad (la relación entre un texto y su entorno que opera como prolongación del texto), la metatextualidad (la relación entre un texto y el comentario que suscita, sea éste explícito o implícito), hipertextualidad (la relación entre un texto —hipertexto— y un texto anterior injertado en él —hipotexto— en forma de parodia o pastiche) y architextualidad (la referencia de un texto a las clases de textos a los que pertenece)⁵.

La metatextualidad, uno de los cinco tipos de transtextualidad enunciados por dicho autor, es: “la relación —generalmente denominada comentario— que une un texto a otro que habla de él sin citarlo (convocarlo), e incluso, en el límite, sin nombrarlo (...) La metatextualidad es, por excelencia, la relación crítica”⁶. Para Genette, esta definición caracteriza esencialmente un texto frente a otro (un prefacio, una nota, un trabajo crítico, etc.). Incluso declara que la metatextualidad nunca es, en principio, del orden de la ficción narrativa o dramática, sino que es en sí misma esencialmente no ficcional⁷.

³ Mijaíl Bajtin, *Estética de la creación verbal* (México: Siglo XXI), 310.

⁴ Roland Barthes, *El placer del texto y lección inaugural* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1977).

⁵ Gérard Genette, *Palimpsestos: la literatura en segundo grado* (Madrid: Taurus, 1989).

⁶ *Ibid.*, 13.

⁷ *Ibid.*

El texto ficticio será metatextual si invita a una conciencia crítica de sí mismo o de otros textos. La metatextualidad denota referencias explícitas o implícitas de un texto en otro texto, a veces incluso sin nombrarlo. En este sentido, la metatextualidad llama la atención del lector sobre el funcionamiento del artificio de la ficción, su creación, su recepción y su participación en los sistemas de significado de la cultura, invitando a una miríada inagotable de interpretaciones. Ella define la copresencia de textos, más o menos explícita, definida a partir de prácticas como la cita, el plagio y la alusión. La metatextualidad permite la producción de formas de sentido cuya comprensión requiere del establecimiento de múltiples relaciones entre un texto y otros, que se convierten en inflexiones suyas, lo cual conlleva a un trabajo de inducción por parte de los lectores. Ésta se abre como un campo en el que se enfrentan variados textos, cuya coexistencia no se limita a las operaciones de descifrado seguimiento y alusiones intertextuales, sino que también tiene una dimensión estrictamente teórica. En efecto, el texto literario puede ser abordado desde su configuración como aparato crítico-literario. La relación dialógica que se entreteje en virtud de la metatextualidad es también, inevitablemente, una relación de comentario crítico.

“Respiración artificial” como aparato crítico-literario

Respiración artificial (1980) es la obra cumbre del escritor argentino Ricardo Piglia. Se trata de una obra experimental, hecha de fragmentos y digresiones que se desarrolla en una compleja y abigarrada urdimbre de referentes culturales, literarios y filosóficos, a partir de los cuales se desprende todo un ejercicio metatextual que abre un sinnúmero de caminos y meandros a seguir por un lector enfrentado a un rompecabezas sin forma definitiva. La novela se configura dialógicamente a partir de discusiones continuas con la literatura y la filosofía, las cuales son convertidas por Piglia en el objeto inagotable de reflexiones y digresiones. En las diferentes rutas narrativas propuestas por la obra confluyen comentarios y discusiones acerca de autores como Borges, Wittgenstein, Benjamin, Kafka, Arlt, entre otros, que se mezclan con asuntos históricos, políticos e intelectuales, cuyo ensamble define cambiantemente los rumbos desde los que se urde la trama de la ficción literaria. La novela está compuesta de gestos, fórmulas y comportamientos que indican la compenetración del autor con la cultura literaria y filosófica que lo rodean. Dicho entramado habla del propio universo intelectual de Piglia, haciendo de la obra literaria un testimonio autobiográfico, compuesto de una mezcla de citas, alusiones y re-

ferencias a otros textos antecedentes que le sirven como modelos, los cuales, a su vez, son reconfigurados por medio de la elaboración del simulacro literario. En la novela se pone en marcha una máquina crítica que se encarga de evidenciar y comunicar la experiencia intelectual y literaria del autor, quien escribe en forma de ficción sus homenajes, críticas y lecturas. En ese sentido, tal como afirma en una entrevista:

Yo me siento muy cómodo ahí: en la narración como reflexión y la reflexión como narración, en la autobiografía como ficción y la ficción autobiográfica. Además, yo entiendo la crítica como una forma moderna de la autobiografía: uno habla de su vida cuando cree hablar de sus lecturas. Como digo en el epílogo de “Formas breves”, el crítico es alguien que encuentra su vida en el interior de los textos que lee.⁸

Precisamente, el rasgo central de *Respiración artificial* tiene que ver con las continuas exposiciones teóricas enunciadas por los personajes de la novela, quienes constantemente llevan a cabo reflexiones críticas acerca de la lectura, de la escritura e interpretación de textos de tipo literario, filosófico,

⁸ Ricardo Piglia, “La literatura es la forma privada de la utopía”, en <http://www.laprensa.com.ar/164128-La-literatura-es-la-forma-privada-de-la-utopia.note.aspx>, consultada el 22 de febrero de 2018.

histórico y político. Al respecto, Piglia señala:

Siempre digo que ojalá yo hubiera inventado ese uso de la crítica en la ficción, porque a veces algunos me reprochan que trabaje con ideas, con reflexiones en las novelas y me dicen: “¿Cómo puede ser que en un diálogo se pongan a hablar de esas cosas?”. Yo digo: “Me sentiría muy contento si lo hubiera inventado yo”, pero lamentablemente no fui quien lo inventó, porque eso está, por supuesto, en Cervantes, en el Ulises de Joyce.⁹

Pero el intento de Piglia no se limita a rendir homenajes a vetustos monumentos literarios. Él violenta la tradición, la transforma, la desvía, la convierte en sátira y pastiche. Su novela está inundada de falsas atribuciones e inversiones, fusiones y reappropriaciones que cuestionan el carácter fijo e inmutable de la historia literaria. Piglia sitúa en el centro de su novela al crítico comprendido como un intérprete que encuentra en lo que lee la prefiguración de su escritura futura y, a su vez, como un lector que traza la dirección de su escritura mirando al mundo como un libro interminable. El escritor es para él, en el fondo, un crítico que inventa algo que no está en lo que lee pero que, al mismo tiempo, encuentra una prefiguración, un ante-

⁹ Ricardo Piglia, *Crítica y ficción* (Buenos Aires: Anagrama, 1971), 189.

cedente de su invención en la lectura. En ese sentido, el mencionado autor desarrolla el *dictum* wildeano según el cual “el crítico es el que puede traducir de un modo distinto o con un nuevo procedimiento su impresión ante las cosas bellas”¹⁰.

Piglia es un gran lector, y desde esa instancia se define en su escritura como crítico que busca en la trama confusa y desordenada de la literatura los primeros o los últimos principios del lector. Él es lo que podemos llamar un lector puro, quien logra elaborar una obra casi a partir de fragmentos y citas (como lo anhelaba Walter Benjamin); un lector que busca configurar el secreto de la realidad en la trama de la literatura, que no sólo trabaja con las zonas reconocibles de la realidad, ni elabora variantes paranoicas o paródicas de lo real, sino que también produce mundos paralelos a partir de hechos reales, imaginando que en los intersticios de la ficción puede leerse una sombra del futuro. Como él mismo lo afirma:

El arte de narrar se funda en la lectura equivocada de los signos. Como las artes adivinatorias, la narración descubre un mundo olvidado en unas huellas que encierran el secreto del porvenir. El arte de narrar es el arte de la percepción errada y de la distorsión. El relato avanza siguiendo un

plan férreo e incomprensible y recién al final surge en el horizonte la visión de una realidad desconocida: el final hace ver un sentido secreto que estaba cifrado y como ausente en la sucesión clara de los hechos, [...] La literatura permite pensar lo que existe, pero también lo que se anuncia y todavía no es.¹¹

Con frecuencia se tiende a afirmar que el ejercicio de la literatura y el ejercicio de la crítica literaria pertenecen a ámbitos diferenciales. Se considera que la primera constituye una esfera de espontaneidad y creación, mientras que la segunda se limita al plano de la interpretación, suponiendo que ésta última debe ser considerada como una actividad que permanece exterior a la esfera de las verdaderas creaciones. La obra pigliana socava esta supuesta escisión; en consecuencia, se pone de manifiesto que todo autor es, en principio, un gran lector de los textos del pasado, lo que implica que toda nueva creación literaria testimonia no sólo una evaluación o una interpretación de las obras que la han precedido, sino una reconstrucción de estas. En *Respiración artificial*, los fenómenos intertextuales, desde la simple reminiscencia hasta la escritura deliberada, o desde la citación explícita hasta la alusión mejor disfrazada, cuentan en cierta medida como comentarios y re-

¹⁰ Oscar Wilde, *El retrato de Dorian Gray* (Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2003), 15.

¹¹ Ricardo Piglia, *Formas breves* (Buenos Aires: Anagrama, 2005), 120-4.

configuraciones de uno o varios textos anteriores. La novela se erige desde una tradición literaria frente a la cual establece un complejo conjunto de relaciones cambiantes. Las lecturas, las interpretaciones y los juicios críticos sobre la literatura que provienen del interior mismo de la literatura, alcanzan otro nivel distinto al de aquellas que vienen de su exterior¹².

Justamente, se podría decir que Piglia es un gran lector quien a través de su escritura nos anuncia sus preferencias literarias. Él lee a Borges, a Macedonio Fernández, a Kafka, a Joyce y los recrea en sus escritos directa o indirectamente. La reescritura aparece, entonces, como noción esencial para aprehender la multidireccionalidad del relato pigliano. Desde ese punto de vista, dicho autor comparte con George Steiner la idea según la cual las interpretaciones elaboradas por los creadores, cualquiera sea el dominio de creación (literatura, artes plásticas, música, etc.), están necesariamente dotadas de una perspicacia mayor que las elaboradas desde el exterior, pues su interpretación se dirige hacia la obra futura que gestará a partir de la obra del pasado que interpreta. Así es como Piglia cuestiona la idea del crítico no creador limitado a dirigir su mirada hacia una obra que permanece inmutable en el pasado.

¹² Juan Villoro, *La máquina desnuda: sobre Respiración artificial*, recurso electrónico, s.d.

Su ejercicio escritural somete dichas realizaciones al análisis y juicios más rigurosos¹³, a fin de reconstruir el pasado desde el presente. Él se muestra como un crítico-autor que lee para reescribir, interroga el texto del pasado en términos de virtualidad o de futuras posibilidades textuales, sometiendo a su perspectiva lingüística y composicional las elaboraciones de sus predecesores, dotándolas de nuevas formas y sustancias.

En ese sentido, la reconfiguración de la tradición literaria mediante la ficción no es el último recurso de la narrativa pigliana. El artificio literario permite también un tipo de acercamiento frente a la historia que, nuevamente, no busca hallar formas objetivas, sentidos ulteriores o datos petrificados, sino, por el contrario, se encarga de cuestionar la fijeza del pasado, así como la continuidad y homogeneidad del tiempo histórico¹⁴. En consecuencia, en *Respiración artificial* puede identificarse claramente la existencia de cuatro tiempos históricos que coinciden con el quehacer metatextual de los personajes: el go-

¹³ George Steiner, *Réelles presences* (Paris: Gallimard, 1991), 32-33.

¹⁴ En ese sentido ver: Antonio García Lozada, “«Respiración artificial» de Ricardo Piglia: la metáfora del archivo como base del corpus de la historia”, 2017, en <http://www.revistaaleph.com.co/component/k2/item/821-met%C3%A1fora-del-archivo-en-la-novela-respiracion-artificial-de-ricardo-piglia.html>

bierno de Juan Manuel de Rosas, que corresponde con las cartas enviadas por Enrique Ossorio; el primer gobierno peronista, paralelo a la vida del senador Luciano Ossorio; el régimen nacionalsocialista expandido desde Alemania hacia gran parte de Europa, el cual es introducido dentro del relato gracias a Tardewski, un personaje que halla una extraña y original coincidencia entre Kafka y Hitler; y, en último lugar, el año de 1979, época de la última dictadura militar argentina, durante la cual se registra el intercambio de correspondencia entre Maggi y Renzi, cuyo cruce epistolar define los contornos del relato.

Es justamente el ejercicio de la crítica y de la creación literaria el mecanismo mediante el cual Piglia articula estos tiempos históricos diferenciales. La primera forma de articulación de tiempos aparentemente dislocados se da a partir de la carta que marca el inicio del intercambio epistolar entre Renzi y Maggi, mediante la cual este último afirma a propósito de la novela publicada por el primero: “Primeras rectificaciones, lecciones prácticas (decía la carta). Nunca nadie hizo jamás buena literatura con historias familiares. Regla de oro para los escritores debutantes: si escasea la imaginación hay que ser fiel a los detalles”¹⁵. Una vez desatado el intercambio de correspondencias, ambos

personajes comienzan a realizar una crítica del género epistolar, vehículo de una comunicación que, en el fondo, resulta ser una sucesión de monólogos en la que los personajes parecen hablar consigo mismos, antes que buscar entablar un proceso dialógico. Respecto de este género literario, Renzi sostiene que se trata de una forma de autobiografía, en la que se condensan los tiempos de la experiencia vivida: “¿Qué mejor modelo de autobiografía se puede concebir que el conjunto de cartas que uno ha escrito y enviado a destinatarios diversos, mujeres, parientes, viejos amigos, en situaciones y estados de ánimo distintos?”¹⁶. Pero la literatura no sólo se ocupa de jugar con el pasado. Ella se vincula con la transformación del presente y el futuro. Dentro de su obra, Piglia asume el vínculo inseparable entre experiencia y literatura. La experiencia literaria de los personajes influye en sus transformaciones existenciales. Como se dice de Enrique Ossorio (escritor y político del siglo XIX), quien a través de la escritura transforma la vida de sus futuros lectores; Renzi, el protagonista de la novela, autor de la obra ficticia *La prolijidad de lo real*, advierte que la publicación de su libro cambia tanto su vida como la de Maggi (su tío), pues es a partir de allí desde cuando se iniciará la relación de intercambio epistolar entre ambos, a través del cual

¹⁵ Ricardo Piglia, *Respiración artificial*, 16.

¹⁶ *Ibíd.*, 34.

develarán sus filiaciones intelectuales, literarias y existenciales.

En efecto, la literatura se manifiesta en la vida personal y en el destino de cada uno de los personajes de *Respiración artificial*, como testimonio de las transformaciones de sus propias existencias. Cuatro de ellos (Ossorio, Maggi, Renzi y Tardewski) pretenden hacer literatura para transformar la realidad, mientras que los demás personajes se ven claramente influidos por ella. La vida de Maggi se transforma gracias al interés que le surge por desentrañar la vida de Enrique Ossorio a través del análisis de su correspondencia. La literatura se “apodera” del crítico-creador:

Sufro esa clásica desventura: haber querido apoderarme de esos documentos para descifrar en ellos la certidumbre de una vida y descubrir que son los documentos los que se han apoderado de mí y me han impuesto sus ritmos y su cronología y su verdad particular.¹⁷

Maggi refleja su vida en la obra que escribe sobre Ossorio, lo cual es confirmado al final del libro por Tardewski, quien le dice a Renzi:

En un sentido, dijo después, este libro era la autobiografía del Profesor. Éste era el modo que tenía él de escribir sobre sí mismo. Por eso pienso

que en estos papeles encontrará usted todo lo que necesite saber sobre él, todo lo que yo no puedo decirle.¹⁸

La letra trasciende su inmanencia para convertirse en un claro intento de transformación social proyectado hacia el futuro. Enrique Ossorio, conspirador de la época de Rosas, pretende crear una utopía que tenga lugar en un tiempo y en un espacio determinados, esto es, que salga del campo de lo improbable, y que llegue a realizarse: “no situar la utopía en un lugar imaginario, desconocido (el caso más común: una isla). Darse en cambio cita con el propio país, en una fecha (1979) que está, sí, en una lejanía fantástica”¹⁹. Ossorio escribe para un historiador futuro que descifrará el sentido de sus escritos, y los convertirá en realidad. Ese historiador futuro, personaje enunciado por Ossorio, es Maggi, quien, separado por un siglo de Ossorio, dedicará los últimos años de su vida a cumplir con la labor que le había sido señalada desde los escritos de éste.

Arocena, prefiguración del lector ideal de Piglia, se encuentra también determinado por el examen de textos, por la interpretación de correspondencia, buscando aquello que se encuentra por debajo de las letras, las huellas de la realidad ocultas bajo el texto, encerrado en un juego de intertextualidad.

¹⁷ *Ibid.*, 26.

¹⁸ *Ibid.*, 212.

¹⁹ *Ibid.*, 79.

des epistolares que lo llevan también a realizar crítica literaria como si fuese interpretación de lo real: “Lo único que falta es que ahora se dediquen a la literatura fantástica”²⁰. Asimismo, Tardewski, quien desea escribir un libro hecho completamente de citas, se ha transformado a través del ejercicio de crítica e interpretación literaria y filosófica. Cada una de las etapas de su vida se ha visto determinada por sus lecturas y las posiciones que ha adoptado frente a ellas. De hecho, todo lo que puede pensar o decir está definido por aquello que ha leído. Dentro de la obra pigliana el individuo habita un mundo fundado en la palabra, y precisamente en Tardewski todo es palabra, texto. Su vida da un giro gracias al hallazgo de Kafka y su vinculación con Hitler, y pasa de ser un promisorio estudiante de doctorado en filosofía, a convertirse en casi un anónimo en Argentina, que termina dictando clases particulares de filosofía en la ciudad de Concordia, provincia de Entre Ríos. La literatura, más allá de marcarlo, lo constituye hasta el punto mismo que afirma: “En cuanto a mí, dice ahora Tardewski, usted quizás lo habrá notado, yo soy un hombre enteramente hecho de citas [...] No puedo decir nada, salvo leer y recordar frases ajenas”²¹. Para él, resulta evidente que las relaciones entabladas con los

textos no son en ninguna medida fruto de una casualidad, sino que, por el contrario, obedecen a una relación de causalidad:

No sirve de nada pensar en la casualidad, sobre todo si el que piensa es alguien como yo, dijo Tardewski, convencido de que todo está determinado y que el azar no es otra cosa que el nombre que le damos a la disposición de las fichas de la serie HI en el catálogo de la biblioteca del British Museum. No se trataba entonces, dijo, de las leyes del azar, sino de algo más secreto.²²

Dentro de *Respiración artificial*, las formas que asume la intertextualidad se definen a partir de dos diferentes perspectivas acerca de la relación obra-autor. De acuerdo con la primera, un autor sólo escribe una obra a lo largo de su vida, es decir, cada uno de sus textos publicados no son más que variaciones o complementos que giran en torno de una idea central que se ramifica indefinida y multidireccionalmente. La otra perspectiva se dirige a considerar la literatura como dimensión independiente de la vida del autor, como creación que se desprende de toda marca de autoría. Estas perspectivas resultan encarnadas en dos de los personajes de la novela. De un lado, se encuentra Marconi, y del otro una mujer, cuyo nombre no se menciona, que

²⁰ *Ibid.*, 99.

²¹ *Ibid.*, 212.

²² *Ibid.*, 193.

escribe de forma magistral a pesar de su aspecto físico. Esta última afirma:

¿Sobre qué puede un escritor construir su obra si no es sobre su propia vida? ¿Sobre qué si no sobre su propia vida? dijo. Y su vida, dijo, era algo tan abominable como su cuerpo y por lo tanto era imposible que pudiera dedicarse a la literatura porque para ella escribir era justamente olvidarse de eso que debería ser el tema de su obra.²³

Marconi, a pesar de decirle a la mujer que tenía razón con el fin de desestimularla para que dejara de escribir, piensa que “la mujer estaba totalmente equivocada”²⁴, pues la separación entre autor y obra no resulta imposible.

Pero es en el diálogo que sostienen Renzi y Marconi en donde se observa una mayor labor metatextual dentro de la obra. Durante su conversación ambos exponen sus ideas, tanto sobre la literatura universal como sobre la literatura argentina, la cual, según dicen, se encuentra inmersa entre el europeísmo y el criollismo. La influencia europea, sobre todo francesa, marca para ellos el desarrollo de la literatura argentina, hasta el punto de que incluso el comienzo de la obra fundacional de esta literatura, el *Facundo*, se inicia con una frase en francés erróneamente atribuida: “la literatura argentina se

inicia con una frase escrita en francés, que es una cita falsa, equivocada. Sarmiento cita mal”²⁵. Dentro de esta discusión, subyace la intención de mostrar cómo el eurocentrismo cultural de los pensadores y escritores argentinos ha generado un menosprecio de lo propio, lo cual se evidencia en el hecho de que un personaje como Groussac, que de permanecer en Europa hubiera subsistido en el enterito anonimato, a su llegada al continente americano se convierte en el árbitro de la cultura argentina: “Este personaje, no sólo antipático, sino paradójico, era en realidad un síntoma: en él se expresaban los valores de toda una cultura dominada por la superstición europeísta”²⁶. Posteriormente, ingresan en la conversación las figuras de Jorge Luis Borges y de Roberto Arlt, quienes serán valorados y ubicados dentro del contexto de la literatura argentina. El primero será calificado como el mejor escritor del siglo XIX y el segundo como quien marca el final de la literatura moderna en Argentina.

Piglia continúa así mostrando sus valoraciones personales a través de los personajes de su novela. En ese sentido, y respecto a Borges, este autor afirma en una entrevista:

²³ *Ibid.*, 159.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*, 128.

²⁶ *Ibid.*, 124.

De todos modos, creo que la hipótesis de que Borges cierra el siglo XIX es cierta. La obra de Borges es una especie de diálogo muy sutil con las líneas centrales de la literatura argentina del siglo XIX y yo creo que hay que leerlo en ese contexto.²⁷

En *Respiración artificial* confluye la selección de los textos y autores que Piglia enuncia, así como aquellos frente a los cuales guarda silencio, pero que aparecen claramente entre líneas (es clara, por ejemplo, la alusión indirecta a Karl Marx, quien nunca es mencionado en el texto). La reescritura de Piglia descubre nuevas significaciones y posibilidades de análisis al constituirse en apertura y creación de nuevos sentidos. De este modo, dicho autor realiza una crítica literaria que orienta el relato a medida que se desarrolla, adaptando las situaciones ficcionales al contexto de su escritura.

La ficción literaria de Piglia es un dispositivo en movimiento, literatura en acto, que va en contravía con las prescripciones de lectura que obligan a tomar la obra al pie de la letra, incitando, por el contrario, a un juego rizomático en el que nunca está dado un último sentido. Su literatura se decanta hacia lo informe, o lo inacabado. Para él, escribir se convierte en un

problema en continuo devenir, siempre desarrollándose, siempre en un curso que no culmina, y que desborda cualquier experiencia vivible o vivida. Su novela es una invitación a continuar el ejercicio interpretativo, tanto de la literatura, como de la filosofía, la política y la historia.

Conclusión

En *Respiración artificial*, Ricardo Piglia defiende una forma de lectura crítica que se encarga de hablar a través del texto de ficción, dotando de nuevos contornos un dispositivo de narración que se esfuerza por liberar los sentidos fijos y solidificados. En ese sentido, la novela nos lleva a comprender dos aspectos vinculados con la temporalidad de la obra literaria. De una parte, la posibilidad de una simultaneidad del pasado y del presente (obras y autores pasados que adquieren vigencia en el presente de la narración y de los personajes). De otro lado, nos anuncia la importancia de los fenómenos de influencia retrospectiva, por medio de la cual una obra posterior abre nuevas rutas de acceso a obras anteriores, utilizando desplazamientos, dilataciones y prolongaciones de las obras que sustentan su narración. Lejos de su temporalidad originaria, los autores y obras referidas por los personajes de la novela, logran condensarse en un mismo momento, rompiendo con un concepto

²⁷ Ricardo Piglia, *Sobre Borges, Cuadernos de Recienvenido*, en: http://www.mundolatino.org/cultura/borges/borges_4.htm, consultada el 10 de noviembre de 2009.

lineal del tiempo que las distanciaría unas de otras. Desde ese punto de vista, es posible afirmar que *Respiración artificial* reduce la separación entre ficción y crítica, en ella la operación crítica rinde homenaje a la capacidad de invención literaria, entendida como la facultad de jugar con elementos ya dados de la realidad para reubicarlos y dotarlos de nuevas formas y contenidos, apuntando a lo que podría denominarse *crítica creadora*:

Así, la literatura presenta ya dos aspectos, en la medida en que lleva a cabo una descomposición o una destrucción de la lengua materna, pero también la invención de una nueva lengua dentro de la lengua mediante la creación de sintaxis. La única manera de defender la lengua es atacarla... Cada escritor está obligado a hacerse su propia lengua.²⁸

Tal operación reclama del crítico que se ha convertido en escritor una resistencia frente a la dominación del relato que lo precede, es decir, a lo que se podría llamar la autoridad del autor o de la obra monumental, para entregarse a la preocupación de llevar el texto y sus sentidos hacia un horizonte más amplio de interpretación. Bajo ese prisma, el ejercicio literario de Piglia, antes que dar respuestas tendientes a resolver los problemas que sugiere en su novela, está encaminado a dejar

abierto todo interrogante acerca de los fundamentos del quehacer literario y filosófico, pues se aleja del concepto de obra terminada cuya lectura se realiza de forma unívoca, abriéndose a una pluralidad de lecturas y de sentidos, en otras palabras, ampliando los límites de la literatura a través de la recomposición de sus lecturas para hacer de la labor crítica una tarea de creación. Piglia es pues el autor que, por medio de la escritura, juega con el agua de la fuente que le da de beber. Él nos muestra que la crítica debe renunciar a las pretensiones de alcanzar el sentido “auténtico” del texto. Gracias a su ejercicio de reescritura, nos lleva a pensar que el texto y su sentido pueden ser fragmentados, recompuestos o enriquecidos por medio de la interpretación. Toda búsqueda tendiente a hallar la fuente originaria de un texto resulta ilusoria, pues el texto se presenta como apertura a otros textos futuros, y tanto el crítico como el escritor deben considerar como posible el que en todo momento su forma y contenido podrían “ser de otro modo”.

²⁸ *Ibid.*, 4.

Bibliografía

- Bajtín, Mijaíl. *Teoría y estética de la novela*. Madrid: Taurus, 1991.
- _____. *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI, 1982.
- Barthes, Roland. *El placer del texto y lección inaugural*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- Deleuze, Gilles. *La literatura y la vida*. En: www.uam.es/ra/sin/pensamiento/deleuze/vida.htm.
- García Lozada, Antonio. “«Respiración artificial» de Ricardo Piglia: la metáfora del archivo como base del corpus de la historia”. En <http://www.revistaaleph.com.co/component/k2/item/821-metáfora-del-archivo-en-la-novela-respiracion-artificial-de-ricardo-piglia.html>.
- Genette, Gerard. *Palimpsestos: la literatura en segundo grado*. Madrid: Taurus, 1989.
- González, Susana Inés. *Piglia y Renzi: el autor y un personaje de ficción*, Congreso Brasileiro de Hispanistas. En: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000012002000300060&script=sci_arttext.
- Kristeva, Julia. *Semiótica I*. Madrid: Fundamentos, 1981.
- Piglia, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Anagrama, 1971.
- _____. *Formas breves*. Buenos Aires, Anagrama, 2005.
- _____. *Respiración artificial*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1988 Cuarta edición, 1992.
- _____. *Sobre Borges, Cuadernos de Recienvenido*. En: http://www.mundolatino.org/cultura/borges/borges_4.htm, consultada el 10 de noviembre de 2009.
- Steiner, George. *Réelles présences*. París: Gallimard, 1991.
- Villoro, Juan. “La máquina desnuda: sobre Respiración artificial”. En http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-maquina-desnuda-sobre-respiracion-artificial—0/html/006cad27-5d1e-43a3-80f5-d40a5abaec30_2.html, s.d., consultada el 26 de junio de 2018.
- Wilde, Oscar. *El retrato de Dorian Gray*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2003.